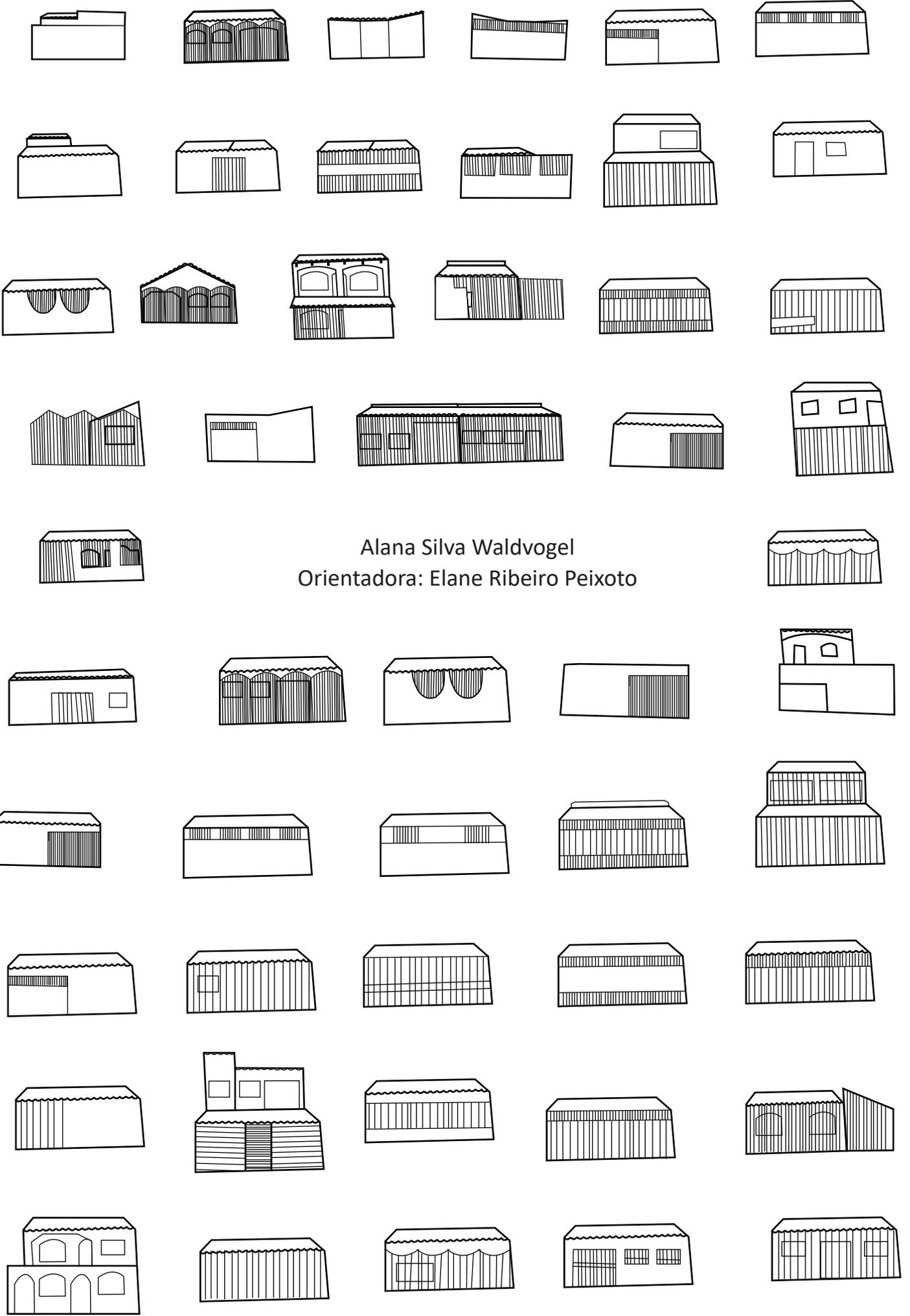




Mapeando Ceilândia:  
um estudo histórico e morfológico



Alana Silva Waldvogel  
Orientadora: Elane Ribeiro Peixoto



Universidade de Brasília  
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo  
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo

ALANA SILVA WALDVOGEL

## **Mapeando Ceilândia:** Um estudo histórico e morfológico

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof.<sup>ª</sup>. Dra. Elane Ribeiro Peixoto

BRASÍLIA

2021

# **Mapeando Ceilândia:**

## Um estudo histórico e morfológico

### **Banca Examinadora**

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Elane Ribeiro Peixoto (Orientadora)

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Maria Fernanda Derntl

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

---

Dr. Guilherme Lassance

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Brasília, outubro de 2021.

*À minha avó,  
Ida Ezy Ribeiro.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora Elane Ribeiro Peixoto pela generosidade em compartilhar seus conhecimentos e pela paciência com que me ajudou ao longo do trabalho, encorajando-me e dando o ânimo que às vezes faltava. Agradeço também pela longa parceria desde o início da pesquisa sobre Ceilândia, ainda em 2017.

Ao Arquivo Público do Distrito Federal, pela disponibilização do material referente à criação de Ceilândia, como fotografias, revistas e documentos, tão importantes na análise histórica da cidade.

À Secretaria da Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, pela presteza em resolver questões burocráticas, além da ajuda com dúvidas, e por seus funcionários sempre disponíveis, em especial Júnior, que respondeu os e-mails de uma mestranda insistente e ansiosa nos tempos de pandemia.

À Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, minha casa nos últimos quase dez anos. Que saudade dos seus ateliês, corredores e salas de aula que essa pandemia impediu-me de visitar no período final do mestrado. Que falta faz!

À Biblioteca Central da Universidade de Brasília, por seu excelente trabalho de digitalização do acervo e atendimento às minhas demandas, com envio de trechos das obras durante a impossibilidade de comparecimento presencial.

Ao urbanista Ney Gabriel de Souza, que nos recebeu e concedeu uma entrevista contando detalhes sobre o processo de criação de Ceilândia.

Agradeço também à Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAP-DF), que contribuiu para a realização de parte deste trabalho por meio do financiamento da pesquisa *Cotidianos Escolares e Dinâmicas da Metropolitanas da Capital do Brasil*.

Agradeço ao meu marido, Marcelo, pelo carinho e companheirismo durante esta pesquisa, que ele acompanhou e da qual participou indiretamente por vários anos.

À minha mãe, Cleire, pela parceria e amizade incondicionais, e aos meus sogros, Marco Antônio e Maria do Carmo, pelo grande apoio! Sem vocês, não teria sido possível!

## RESUMO

Ceilândia foi criada em 1971 como resposta do governo ao número crescente de ocupações nas áreas centrais do Plano Piloto de Brasília. Durante o governo de Hélio Prates da Silveira, foi estabelecida a CEI — Campanha de Erradicação de Invasões — com o objetivo de criar uma nova cidade para acolher as populações oriundas dessas ocupações. A Ceilândia inicial, projeto de Ney Gabriel de Souza, era formada por 17 mil lotes em uma área de vinte quilômetros quadrados. Passaram-se cinquenta anos, e a cidade expandiu-se em novos setores. Além disso, sua dinâmica de crescimento conduziu a transformações significativas em sua malha urbana. É nessas alterações que reside o objetivo deste trabalho: à luz da morfologia urbana, analisar setores da cidade, implantados em diferentes períodos, buscando relacionar suas alterações de traçado urbano às tipologias habitacionais presentes em cada um deles. Para tal, realizou-se um estudo amostral a partir de recorte que abrangeu cinco dos onze setores atuais, dentro dos quais selecionou-se uma Unidade de Vizinhança representativa de cada uma das porções analisadas. Selecionou-se, então, uma rua dentro de cada UV, das quais foram catalogadas as residências a fim de registrar, por meio de desenhos e fotografia, suas características físicas, fachada e ocupação do lote. A análise partiu da situação atual das quadras e suas casas para, numa perspectiva histórica, reconhecer os padrões de suas alterações e compreender se houve rebatimento do desenho urbano dos setores novos e antigos nas tipologias habitacionais. O *corpus* da pesquisa envolveu documentos colhidos no Arquivo Público do Distrito Federal, mapas disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, dados fornecidos pela Companhia Energética de Brasília, livros e dissertações acerca do tema, imagens de satélite das ferramentas Google Maps e Google Earth, que permitem a visualização da situação atual de ocupação dos lotes, e material produzido durante visitas à cidade, como fotografias e desenhos. Parte deste trabalho integrou a pesquisa *Cotidianos Escolares e Dinâmicas Metropolitanas da Capital do Brasil*, desenvolvida em parceria entre os departamentos de Antropologia e Arquitetura da Universidade de Brasília. A base dos trabalhos em Ceilândia foi o Centro de Ensino Fundamental 19 (CEF 19), onde foram desenvolvidas, com os alunos, atividades para melhor compreender as dinâmicas do local pela ótica de quem de fato o vivencia.

### PALAVRAS-CHAVE:

Ceilândia; Brasília; Urbanismo; Morfologia Urbana.

## ABSTRACT

Ceilândia was created in 1971 as a response to the growing number of occupations in the central areas of Brasília's Plano Piloto. During the government of Hélio Prates da Silveira, the CEI — *Campanha de Erradicação de Invasões* — was established, with the objective of creating a new city to receive the populations originated from these occupations. The initial sectors of Ceilândia were designed by Ney Gabriel de Sousa and consisted of 17 thousand lots in an area of twenty square kilometers. Fifty years have passed and the city has expanded into new sectors. In addition, its growth dynamics led to significant changes in its urban fabric. It is in these changes that the objective of this work resides: to identify, in the light of urban morphology, how these changes reconfigure the city. To this end, a sample study was carried out from a cutout covering five of the eleven current sectors, within which a representative neighborhood unit of each of these analyzed portions was selected. A street was then selected within each UV from which the residences were catalogued, in order to register, through drawings and photography, their physical characteristics, facade and occupation of the lot. The analysis starts from the current situation of these blocks and their houses, from a historical perspective, to recognize the patterns of their alterations and to understand if there is a repercussion of the urban design of the new and old sectors, in the housing typologies. The *corpus* of the research involves documents collected from the Public Archives of the Federal District, maps provided by the Department of Urban Development and Housing, data provided by the Companhia Energética de Brasília, books and dissertations on the subject and satellite images from the Google Maps and Google Earth tools, which allow the visualization of the current status of occupation of the lots, as well as material produced during visits to the city such as photographs and drawings. Part of this work was part of the research *Cotidianos Escolares e Dinâmicas Metropolitanas da Capital do Brasil*, developed in partnership between the departments of Anthropology and Architecture of the University of Brasília, the basis of the works in Ceilândia was the Elementary School Center 19 (CEF 19), where they were developed with students, among others, activities to better understand the dynamics of the place, from the perspective of those who actually experience it.

## KEY WORDS

Urban Plan; Urban Morphology; Ceilândia; Brasília; CEI.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Notícia dos 48 anos de Ceilândia.	14
Figura 2. Notícia dos 50 anos de Ceilândia.	15
Figura 3. Notícia dos 50 anos de Ceilândia.	15
Figura 4. Setores e grupos estudados.	27
Figura 5. Excerto sobre as cidades-satélites.	32
Figura 6. Linha do tempo da habitação no DF.	36
Figura 7. Quadro com a quantidade de habitantes por ocupação no DF.	37
Figura 8. Vista aérea de Ceilândia, 1971.	43
Figura 9. Cena de comercial de divulgação de Ceilândia.	44
Figura 10. Exemplo de habitação das ocupações.	45
Figura 11. Fabricação de tijolos.	45
Figura 12. Instalações elétricas.	46
Figura 13. Ginásio polivalente.	46
Figura 14. Crianças alegres próximas a uma das torneiras espalhadas por Ceilândia.	46
Figura 15. Página retirada do Censo Experimental.	48
Figura 16. Excerto sobre os candangos.	49
Figura 17. Etapas da remoção/ implantação.	50
Figura 18. Inauguração da Caixa D'água de Ceilândia.	53
Figura 19. Desmanche das ocupações.	54
Figura 20. Incansáveis moradores de Ceilândia.	56
Figura 21. Justificativa da remoção.	57
Figura 22. Etapas de ocupação dos lotes.	58
Figura 23. Casas da SHIS em Samambaia, Guará e Gama.	59
Figura 24. Escritório da Casa Própria (ECAP).	60
Figura 25. Distribuição de tijolos.	61
Figura 26. Exemplar de planta da SHIS para Ceilândia.	62
Figura 27. A casa definitiva e a presença da primeira-dama.	63
Figura 28. Perfis viários.	65
Figura 29. Área central de Ceilândia.	67
Figura 30. O plano de Ceilândia.	69
Figura 31. Setorização.	69
Figura 32. O tradicional dominó na praça da feira Central de Ceilândia.	71
Figura 33. Dois momentos da Feira de Ceilândia.	72
Figura 34. Traçado do Plano Piloto.	73
Figura 35. Quadras QNM 18 e QNM 20.	75
Figura 36. Unidade de Vizinhança, Plano Piloto.	78
Figura 37. A malha de Ceilândia.	81

Figura 38. A pouca arborização de Ceilândia. _____	82
Figura 39. Becos de Ceilândia, QNM 18. _____	83
Figura 40. O tipo e a forma urbana. _____	84
Figura 41. Linha do tempo dos setores de Ceilândia. _____	85
Figura 42. LUOS dos setores estudados. _____	88
Figura 43. Setores do Grupo 1. _____	90
Figura 44. QNM 18 e casas da SHIS. _____	91
Figura 45. Casas da SHIS na Guariroba, 1977. _____	92
Figura 46. Setores Grupo 2. _____	107
Figura 47. Ocupações. _____	123
Figura 48. Setor Grupo 3. _____	124
Figura 49. Coberturas. _____	131
Figura 50. Unidades de Vizinhança. _____	133
Figura 51. Lotes. _____	134
Figura 52. Aspecto de uma rua da Expansão do Setor O. _____	137

# SUMÁRIO

ANTES DE MAIS NADA, A TERMINOLOGIA...	10
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1: O “DÉFICIT” HABITACIONAL EM BRASÍLIA E A CRIAÇÃO DE CEILÂNDIA	32
1.1 O golpe e a política habitacional	35
1.2 A Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) e o convencimento	40
1.3 A remoção	48
1.4 As casas da SHIS	58
CAPÍTULO 2: A CIDADE PROJETADA	64
2.1 O Plano Piloto de Lúcio e o barril de Ney	68
2.2 Conceito em comum: as Unidades de Vizinhança	75
2.3 Elementos do projeto urbano: a malha, as áreas verdes, residenciais e os becos	80
CAPÍTULO 3: O ESTUDO DOS SETORES	84
3.1 Ceilândia Tradicional e Guariroba, os setores do “barril” (Grupo 1)	90
3.2 Setor O e P Sul (Grupo 2)	107
3.3 Além do “barril”, a Expansão do Setor O (Grupo 3)	124
3.4 Análise comparativa dos grupos	133
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	143
APÊNDICE 1: A ENTREVISTA COM NEY GABRIEL	151
APÊNDICE 2: OS TRABALHOS DOS ALUNOS DO CEF 19	171
APÊNDICE 3: O TRABALHO DOS ALUNOS DE MORFOLOGIA URBANA – FAU UNB/1º2020177	

## ANTES DE MAIS NADA, A TERMINOLOGIA<sup>1</sup>...

### Cidade-satélite

Embora tanto o tema quanto o termo sejam amplamente estudados e discutidos nos mais diversos textos, acadêmicos ou não, faz-se necessário retomá-lo brevemente. Segundo o *Dicionário da Arquitetura Brasileira* (CORONA e LEMOS, 1972, p. 129), **cidade-satélite é toda cidade que se encontra na órbita de uma cidade maior, podendo ter ela as mais variadas características urbanas.**

O conceito dessa tipologia urbana surgiu em Londres, por volta de 1880, ligado ao de cidade-jardim, de Ebenezer Howard (1850-1928). Embora o urbanista não tenha nomeado o conceito com a junção dos dois substantivos comuns, as cidades-satélites estariam localizadas no campo, teriam um limite habitacional de 32 mil pessoas e, além disso, seriam centros de múltiplas atividades econômicas, **autossuficientes e envolvidas por vastas áreas de cinturões verdes** (HOWARD, 1902). No auge da industrialização europeia, a proposta das cidades-jardim foi uma reação à expansão sem precedentes das cidades, problematizando a urbanização do território e o controle da expansão. A cidade-jardim visava unir as vantagens da cidade às qualidades da vida no campo. Sua expansão seria controlada com a criação de cidades menores que estariam sob sua influência. Essa proposição implicava otimização de equipamentos e recursos da cidade maior para as menores por meio de estradas-parque ou ferrovias (DERNTL, 2020).

Fernanda Derntl (2020) sinalizou que o termo “cidade-satélite” apareceu nos comentários de Howard e que, no período entreguerras, ganhou precisão e alargou sua significação nos debates sobre o descentramento do planejamento tanto na Europa quanto nos Estados Unidos. Nesse período, ao par cidade-jardim/cidade-satélite associou-se o termo “subúrbio-jardim”, usado para fazer referência ao controle de crescimento das cidades e metrópoles consolidadas.

Em Brasília, o termo “cidade-satélite” apresentou-se no plano de Lúcio Costa e foi adotado a partir de um decreto presidencial de 1960, do qual Derntl (2020) destacou o seguinte: “zelar pela cidade de Brasília, pelas cidades-satélites e comunidades que a envolvem”

---

<sup>1</sup>Para Cabré (1995, p. 02), como teoria, a terminologia é um conjunto de premissas, argumentos e conclusões necessárias para explicar o relacionamento entre conceitos e termos especializados.

(BRASIL, 1960, *apud* DERNTL, 2020), o que sugere que Brasília corresponde ao Plano Piloto e que as regiões circunvizinhas são as “satélites”.

O discurso governamental contribuiu para a construção de uma identidade ambígua. Os novos núcleos apresentavam características de bairros-dormitório para populações pobres, com a precariedade ambiental típica das periferias do terceiro mundo. No entanto, na busca de sintonia com a proposta modernista de inspiração europeia, o governo denominou os novos assentamentos de cidades-satélites. (CIDADE e MORAES, 2004, p. 23).

Ainda para Derntl (2020), na memória explicativa do Plano Piloto, Costa alinhou a concepção da capital federal ao pensamento howardiano. Depois de construída a cidade, o urbanista avaliou que as cidades-satélites eram *pseudo cidades-satélites*<sup>2</sup>, pois elas somente deveriam ter surgido com a saturação do Plano Piloto.

O termo “cidade-satélite”, no Distrito Federal, foi assumindo um significado associado a uma realidade de segregação. Houve, por parte da administração, a tentativa de enfraquecer o sentido atribuído a ele, propondo suplantá-lo pela designação “Região Administrativa”, vigente já em 1964, com o intuito de afirmar a ideia de uma cidade única. Em 1998, o governador Cristovam Buarque proibiu, por força de legislação, o uso do termo “cidade-satélite” por considerá-lo pejorativo.

Assim estabelece o Decreto nº 19.040, de 1998:

DECRETO N° 19040, DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal e:

**Considerando que as aglomerações urbanas do Distrito Federal já assumem características de cidades, cada vez mais independentes social, econômica e culturalmente do Plano Piloto;**

[...]

Art. 1° As cidades situadas no território do Distrito Federal, deverão ser designadas pelos seus respectivos nomes em documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do Governo do Distrito Federal, **vedada a utilização da expressão “satélite”**. (GDF, 1998, grifo da autora).

Contudo, como é de esperar de decisões de caráter verticalizado e muitas vezes sem efeitos na vida prática, os brasilienses continuaram e continuam utilizando o termo “cidade-

---

<sup>2</sup>Assim Lúcio Costa referiu-se às cidades satélites em sua autobiografia, *Registro de uma Vivência*, de 1967, em reedição consultada de 1995. Para o urbanista, “as verdadeiras cidades-satélites deveriam vir depois de completa a área metropolitana, e não assim, numa antecipação irracional” (COSTA, 1995).

satélite” cotidianamente. Ao que parece, a terminologia “Região Administrativa” vem carregada de uma burocracia contida apenas nos decretos-lei e documentos oficiais.

O então governador acreditava que a palavra “satélite” trazia em si um demérito para as cidades construídas ao redor do Plano Piloto. A Lua e os 18 anéis de Saturno por certo ficariam ofendidos se disso soubessem. O ex-reitor, ex-governador, ex-ministro da Educação e ex-senador deve ter se inspirado na acepção mais pejorativa da palavra: a de uma pessoa “que, completamente devotada a outra (por amizade ou por dinheiro e interesses), a acompanha sempre e com ela se acumplicia na prática de boas ou más ações” (Houaiss). Alguém desprovido de personalidade, um cúmplice, um puxa-saco, um maria-vai-com-as-outras.

Com a proibição do termo “satélite”, pretendia-se fazer frente à segregação social e espacial tão fortemente inscrita no território da capital federal. Abandonando a palavra, as cidades que contornam o Plano Piloto se transformariam em localidades autônomas e portadoras de identidade própria. O Distrito Federal continua sendo o território mais espacialmente desigual do Brasil — onde ricos e pobres, brancos e pretos não se misturam. (FREITAS, 2019)<sup>3</sup>.

Não foi só entre a população que a terminologia gerou discussão. Nos meios oficiais, a nomenclatura foi e é alvo de resoluções, decretos e revogações constantes. A exemplo, houve as repetidas alterações na delimitação da RA I. No decreto de 1960, estabeleceu-se como sendo essa Região Administrativa o Plano Piloto, contudo, em 1994, a RA I passou a ser chamada de Brasília, voltando logo em seguida, em 1997, por meio da Lei nº 1.648, a ser denominada Plano Piloto.

**Mas, afinal, é bairro, cidade ou região?** Como oficial ou extraoficialmente não existe consenso sobre o melhor termo para as cidades do Distrito Federal, os Correios precisaram regulamentar (ou padronizar) o endereçamento em Brasília, publicando, em 2011, uma cartilha que orientava quanto ao preenchimento das informações de destinatários e remetentes da capital. Desde janeiro daquele ano, a agência considera as cidades-satélites como bairros, mesma divisão territorial adotada pelo Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), tratando o Distrito Federal como um município único e as Regiões Administrativas como setores habitacionais ou bairros.

Nessa época, o Correio Braziliense publicou uma reportagem sobre o assunto, e o professor Aldo Paviani, quando consultado, opinou:

---

<sup>3</sup>Disponível em: <https://www.metropoles.com/conceicao-freitas/que-regiao-administrativa-o-que-cidade-satelite-tem-historia>. Acesso em: 12/07/2021.

Brasília é uma só. Cidade é o nome de uma localidade com sede municipal, as demais são chamadas de subúrbios e bairros, considerou. Segundo Paviani, o orgulho das pessoas em viver nas Regiões Administrativas poderá ser transferido a Brasília como um todo. E ressalta que, quando os moradores do DF viajam, costumam informar a cidade de origem como Brasília e não Taguatinga, Ceilândia etc. A estruturação da cidade deu margem a essa concepção de Regiões Administrativas. Mas podemos dizer que Brasília é um município com área urbana polinucleada e uma grande área rural. (BOECHAT, 2011)<sup>4</sup>.

Assim, Brasília é, para o governo (PDAD, 2011), a área urbana que contém Asas Sul e Norte, Setor Militar Urbano, Vila Telebrasília, Minigranjas do Torto, Núcleo Rural Boa Esperança e Rua dos Eucaliptos. Para a população, brasiliense é todo aquele que nasce dentro do quadrilátero do Distrito Federal, o que coincide com o que definem os Correios e o IBGE, onde as Regiões Administrativas são consideradas os bairros da metrópole. Para esta autora, Brasília é o centro, e outras cidades (satélites) à sua volta mantêm com ela uma relação de interdependência que vai desde empregados e postos de trabalho, passando pelo acesso aos grandes centros de saúde e universidades, até a produção de alimentos cultivados além do anel viário que separa o Plano Piloto de suas vizinhas. E Ceilândia?

### A cidade [satélite] de Ceilândia

Ceilândia, desde a sua criação, compete demograficamente com o Plano Piloto. Enquanto em 1972 este tinha 125 mil habitantes, aquela já contava com 83 mil (Revista Realidade, 1972, p. 244). Atualmente, a população de Ceilândia é de 479.713 moradores contra 210.067 do Plano Piloto (PDAD, 2015). Como definiu Pimentel (2011), Ceilândia é a maior existência urbana do Distrito Federal, cabendo ressaltar que, embora muito se fale das cidades-satélites, atribuindo-lhes a função de cidades-dormitórios, esse cenário vem mudando, em especial com a expansão urbana concentrada ao longo do eixo sudeste, composto por Ceilândia, Taguatinga, Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo. Segundo o PDAD de 2013, 37% da população de Ceilândia trabalhava na própria cidade.

Como talvez dissesse um repentista ceilandense, seja pela densidade populacional, pelo crescimento exponencial, pelo peso territorial ou pela história local, Ceilândia será, neste trabalho, no título e no corpo do texto, por vezes chamada de **cidade**, embora também

---

<sup>4</sup>Disponível em:  
[https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/01/19/interna\\_cidadesdf,233098/correios-adotam-novo-sistema-de-identificacao-dos-enderecos-no-df](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/01/19/interna_cidadesdf,233098/correios-adotam-novo-sistema-de-identificacao-dos-enderecos-no-df). Acesso em: 12/07/2021.

compartilhe, com suas outras 31 “irmãs”, o título de Região Administrativa. Para Mumford (2004), “a cidade não é apenas um fato físico, mas uma instituição social [...] um símbolo estético da unidade coletiva”, e Ceilândia não poderia encontrar melhor definição que um símbolo da unidade coletiva, de uma população que, apesar de ter construído uma cidade, fez de outra sua morada. A jovem senhora Ceil completou em 2021 cinquenta anos e foi manchete de diversos veículos.

Figura 1. Notícia dos 48 anos de Ceilândia.



Fonte: Administração Regional de Ceilândia, 2019<sup>5</sup>.

<sup>5</sup>Disponível em: <https://www.ceilandia.df.gov.br/2019/03/20/ceilandia-maior-cidade-do-df-completa-48-anos-de-historia-e-crecimento/>. Acesso em: 14/04/2020.

Figura 2. Notícia dos 50 anos de Ceilândia.



Fonte: Correio Braziliense, 2021<sup>6</sup>.

Figura 3. Notícia dos 50 anos de Ceilândia.



Página Inicial > Notícias > 2021

Homenagem

## Ceilândia, maior cidade do Distrito Federal, completa 50 anos

Ceilândia, maior cidade do Distrito Federal, completa 50 anos. Para o senador Reguffe (Podemos-DF), Ceilândia é o coração do DF. Leila Barros (PSB-DF) ressalta a alegria do povo ceilandense e a marca nordestina presente na cidade. Izalci Lucas (PSDB-DF) destaca a um marco da cidade, a Feira. Ouça a homenagem da Rádio Senado.

Fonte: Senado Notícias, 2021<sup>7</sup>

<sup>6</sup>Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2021/03/4914419-cidade-mais-populosa-do-df-ceilandia-chega-aos-50-anos-com-economia-propria.html>. Acesso em: 18/07/2021.

<sup>7</sup>Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2021/03/ceilandia-maior-cidade-do-distrito-federal-completa-50-anos>. Acesso em: 18/07/2021.

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação buscou compreender a morfologia de Ceilândia, desde sua criação nos anos 70, para abrigar os trabalhadores da construção de Brasília, até os dias atuais. Partindo do histórico de criação da cidade, de seu projeto original e expansões com a adição de novos setores, procurou-se relacionar as tipologias habitacionais às dinâmicas da cidade, tendo em vista vislumbrar suas alterações morfológicas.

Ceilândia surgiu como objeto de estudo da autora em 2017 ainda durante a graduação, quando a Região Administrativa foi tema de Ensaio Teórico, disciplina cursada como uma das etapas para a graduação em Arquitetura e Urbanismo. Em 2018, a orientadora desse trabalho, Elane Ribeiro, e pesquisadores do Departamento de Antropologia e da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília participaram de um edital de fomento à pesquisa com o projeto *Cotidianos Escolares e Dinâmicas Metropolitanas da Capital do Brasil*, que foi selecionado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal. O objetivo do projeto era compreender as dinâmicas da Brasília metropolitana, analisando, entre outros aspectos, os deslocamentos dos alunos de duas escolas de ensino fundamental, uma no Plano Piloto e outra em Ceilândia. Buscou-se compreender que laços as comunidades escolares estabeleciam com a cidade em suas práticas espaciais. A autora da presente dissertação integrou o grupo de pesquisa que se destinou à Ceilândia, ficando responsável pela análise das alterações ocorridas na morfologia dessa Região Administrativa (RA). O trabalho que se apresenta é um desdobramento dos estudos sobre RA IX, Ceilândia, desenvolvidos entre os anos de 2017 e 2021.

A RA IX é a mais populosa do Distrito Federal. Com mais de 400 mil habitantes, conta com cinco décadas desde sua criação. Segundo Paviani (2015)<sup>8</sup>, as cidades, em sua evolução, não medem os respectivos anos de existência como se fossem seres vivos. Por isso, uma geração urbana pode ter o equivalente a 80 ou mais anos. Ceilândia está ainda longe de completar o que Aldo Paviani chamou de uma “geração urbana”, mas é possível reconhecer, em seu traçado, diferentes conformações, quer pelo acréscimo de novos bairros ou alteração de usos e ocupação dos seus lotes ou, ainda, por suas tipologias habitacionais. Este trabalho de pesquisa buscou compreender as alterações morfológicas de Ceilândia à luz dos conceitos das

---

<sup>8</sup>Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.185/5854>. Acesso em: 21/06/2021.

Escolas de Morfologia Italiana e Inglesa. Todavia, os instrumentos oferecidos por essas escolas foram adaptados para o estudo de uma cidade muito diferente das cidades europeias, onde essas teorias surgiram e firmaram-se. Deve-se considerar que, no velho continente, a grande maioria das cidades não foi projetada e é secular.

Desde a criação de Ceilândia, estudos e publicações sobre a cidade não faltaram. Os temas abordados são os mais variados, desde as ocupações que a ela deram origem, no início da capital, passando pelo processo de remoção da população, as políticas públicas de venda de lotes a preços simbólicos e financiamento da casa própria, até seu projeto de urbanismo e o processo de crescimento e conurbação com as regiões vizinhas. É comum notar, nos textos mais antigos, nos documentos oficiais ou naquelas narrativas produzidas pouco depois da inauguração de Ceilândia, ainda durante os anos da ditadura militar, o tom ufanista que conferia ao governo a qualidade de salvador de uma “massa de favelados” (GDF, 1973). Suely Gonzales, em *As formas concretas da segregação residencial em Brasília* (1985), texto que fez parte de publicação que reuniu autores que discutiram o modelo de urbanização polinucleado de Brasília, observou que a capital expandiu-se em Regiões Administrativas distantes do núcleo central, aprofundando a relação do centro com a periferia criada com o objetivo de absorver uma população carente de oportunidades.

Adirson Vasconcelos<sup>9</sup>, jornalista que chegou em Brasília em 1957 para fazer a cobertura da pedra fundamental da cidade, acompanhou o surgimento da maior parte das Regiões Administrativas. Em *As Cidades Satélites de Brasília* (1988), esse jornalista descreveu a fundação de cada uma delas, em uma história que, segundo Derntl (2016), é “desprovida de conflitos”. No caso de Ceilândia, o autor traçou um panorama pré e pós-ocupacional, descrevendo o sítio de implantação da nova Região Administrativa e as condições climáticas, além de enaltecer a “concepção inovadora em termos de erradicação de favelas” (VASCONCELOS, 1988, p. 60). O cadastramento dos moradores das ocupações irregulares pela Secretaria de Serviço Social e a realocação deles no recém-criado e ainda pouco urbanizado núcleo habitacional foram temas abordados por Vasconcelos no capítulo dedicado à Ceilândia. Além disso, embora haja no texto um enaltecimento das políticas governamentais, o autor reconheceu que é inegável que os primeiros momentos em Ceilândia foram muito difíceis, como são para toda comunidade que forma um núcleo pioneiro.

---

<sup>9</sup>Adirson Vasconcelos trabalhou por 45 anos no Correio Braziliense.

Outro importante estudo sobre Ceilândia é a tese de doutorado de Jusselma Brito, *De Plano Piloto a metrópole: A mancha urbana de Brasília* (2009). A autora abordou a questão urbana do Distrito Federal desde o início das intervenções no sítio da nova capital, em 1955, até a atualidade. Seu fio condutor foi a estrutura rodoviária, e, como exemplo, tem-se o anel da EPCT, que delimita a área do Plano Piloto e deveria servir de contenção para a implantação de novas cidades-satélites, preservando o desenho de Lúcio Costa. Brito apontou as questões relativas à infraestrutura urbana que, no caso das Regiões Administrativas, veio a reboque das novas implantações e, em se tratando do caso específico de Ceilândia, destacou:

(...) durante o ano de 1971, foram demarcados nada menos que dezessete mil lotes que foram ocupados por população transferida das Vilas IAPI, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão, Colombo, Morros do Querosene e do Urubu, Curral das Éguas e Placa das Mercedes. Enquanto isso, a infraestrutura urbana local mal tinha sido ensaiada. (BRITO, 2009, p. 137).

Brito organizou seu trabalho em períodos, sendo eles 1955–1960, 1960–1965, 1964–1975, 1983–1996 e a mancha urbana em 2006. No capítulo 4, intitulado *Sob rédea curta*, são levantadas as questões pertencentes aos anos entre 1964 e 1975, que correspondem ao golpe militar e à criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), cuja repercussão direta no Distrito Federal foi a instituição da Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS), além do estabelecimento da Comissão Permanente de Controle e Remoção de Invasões de 1965<sup>10</sup>, o que traduziu os interesses do poder público em conter as ocupações nas áreas centrais do Plano Piloto. Evidencia-se a forma arbitrária como eram tomadas as decisões no campo das políticas habitacionais, em especial quando se tratava de extinguir as “invasões” da ainda jovem capital federal.

Graciete Guerra Costa, em sua tese *As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011* (2011), estudou, como diz o título, as Regiões Administrativas criadas nesse período. Ela buscou compreender em que aspecto a estrutura física e as concepções do Plano Piloto de Lúcio Costa influenciaram e contribuíram para a construção de seus núcleos urbanos (COSTA, 2011). Como era de esperar, considerando a abrangência do tema tratado em comparação com outros trabalhos, que em geral aprofundam-se em uma única cidade-satélite, abordando diversos aspectos dela, Costa deteve-se nos projetos urbanísticos, descrevendo, por

---

<sup>10</sup>Decreto nº 406, de 4 de maio de 1965. Estabelecida em caráter permanente. A autora aponta para a constituição dessa Comissão, que contava com um representante da Prefeitura (à época Prefeitura do Distrito Federal, PDF), um da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, um da NOVACAP e um do Departamento Federal de Segurança Pública.

exemplo, as malhas originais das Regiões Administrativas do Distrito Federal, que à época eram 31. A autora utilizou fontes cartográficas, bibliográficas e fotográficas, além de normas como a NGB (Norma de Uso e Gabarito) e mapas disponibilizados pela Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação (SEGETH, atual SEDUH, Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação). Muitos desses mapas, hoje disponibilizados pelas Secretarias do Distrito Federal, são encontrados, em sua maioria, em sites do próprio governo. Esses documentos foram também utilizados na presente dissertação, em especial os mapas de evolução urbana e as imagens de satélite, que desde a década de 1960 retratam a evolução do território do Distrito Federal.

A tese de Graciete Costa (2011) seguiu uma ordem de análise das Regiões Administrativas, partindo sempre da data de criação, localização e limites. Em seguida, foram pontuados dados demográficos para, então, ser abordado o projeto urbanístico. No caso de Ceilândia, a autora destacou a transferência das terras da antiga Fazenda Guariroba de domínio particular para o poder público, o levantamento topográfico que antecedeu o início do projeto da nova cidade-satélite e a questão das ocupações do Plano Piloto e da transferência da população. Segundo Guerra, durante a década de 1970, o crescimento de Ceilândia foi quase ininterrupto, e as ruas lançadas com base no projeto de Ney Gabriel de Souza constituíram apenas a primeira fase de implantação da cidade. De acordo com a autora, os setores acrescidos posteriormente à criação de Ceilândia “não foram incrementados para atender as frequentes demandas da sociedade” (COSTA, 2011, p. 135). Ela apontou, ainda, que “o problema habitacional das invasões só teria sido resolvido se houvesse a continuidade dos investimentos nos assentamentos irregulares, com ação conjunta e integrada também na infraestrutura urbana” (COSTA, 2011, p. 135), ressaltando a dispersão das Regiões Administrativas no território do Distrito Federal em áreas sem infraestrutura básica e distantes do centro estabelecido.

Em 1979, a advogada Milza Guidi foi nomeada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) para integrar uma comissão com o objetivo de mediar e auxiliar os moradores de Ceilândia na regularização de seus lotes. Nesse mesmo ano, o governo havia reajustado os valores cobrados, tornando impossível, para muitos dos habitantes, sustentar os financiamentos. Data dessa época o movimento dos Incansáveis Moradores da Ceilândia. Guidi, em 2013, escreveu um livro sobre o movimento que não é obra acadêmica. Nele, ela narrou a remoção dos trabalhadores da construção de Brasília, movidos pela promessa de que em

Ceilândia receberiam um lote cujo valor seria simbólico. Os argumentos, segundo a advogada, para convencer a população a mudar-se, eram reforçados pela valorização da nova cidade como sendo resultante de planejamento e infraestrutura. Como antecipa o título do livro de Guidi, os moradores precisaram lutar para obter a documentação dos lotes, cujos preços não se mantiveram na condição de valores simbólicos. O livro *Incansáveis Moradores de Ceilândia: Uma história de lutas*, embora não resulte de pesquisa acadêmica, é um testemunho e uma versão da criação de Ceilândia, envolvendo os conflitos entre os candangos e o poder público, representado por órgãos como a NOVACAP e a SHIS.

David Pimentel, em sua dissertação de mestrado *O Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza, Ceilândia: um lugar, uma centralidade, uma solução ou a conquista da cidade?* (2017), propôs uma análise do plano urbanístico de Ceilândia, buscando compreender as tensões que envolveram a criação dessa Região Administrativa a partir do que chama de “dicotomia engessante centro-periferia” (PIMENTEL, 2017, p. 7). Ceilândia, para esse autor, está sempre “do lado de lá” (PIMENTEL, 2017, p. 61). O foco de Pimentel foi o projeto da cidade, de autoria de Ney Gabriel. Assim, ele teve como objetivo compreender as intenções do urbanista traduzidas no desenho urbano. Esse trabalho guarda, com a presente dissertação, algumas proximidades, em especial nas fontes de pesquisa, destacando-se o *Documento Ceilândia*, encontrado no Arquivo Público. Trata-se de um documento produzido pelo Governo do Distrito Federal em 1973 com o intuito de registrar os dados demográficos colhidos nas ocupações, entre os quais tem-se a faixa etária e escolaridade dos moradores e o trabalho de convencimento da população antes da remoção, além dos fatores que levaram à escolha do sítio e as características do projeto urbano. O *Documento Ceilândia* (GDF, 1973) também abordou o processo e consolidação da transferência da população, com a posse do lote, posterior início da construção das casas provisórias e, mais tarde, em alvenaria.

Se esta dissertação de mestrado estabelece relação com a de David Pimentel, para ambos foi indispensável a análise de material cartográfico, de documentos e depoimentos dos moradores de Ceilândia e políticos da época da criação da Região Administrativa. Ainda, em ambos constam entrevistas com o urbanista Ney Gabriel. Quanto às diferenças, os trabalhos distanciam-se no objetivo final: enquanto David Pimentel buscou compreender o desenho urbano de Ceilândia, confrontando a ideia de uma região marginalizada, esta dissertação partiu do presente, buscando relacionar os setores atuais da cidade (cinco, dentre os onze existentes) e seus diferentes traçados urbanos, às tipologias habitacionais neles inseridas.

Outro trabalho sobre Ceilândia é a dissertação de Vinícius Carvalho Pereira, cujo interesse recaiu sobre o patrimônio cultural da cidade. *O tombamento da Caixa D'água da Ceilândia no contexto da política de patrimônio do Distrito Federal* (2017) apresentou um breve histórico de criação da cidade, e o autor dedicou-se ao objeto de estudo pesquisando o processo de tombamento da Caixa D'água iniciado em 2011 e concluído em 2013. A Caixa D'água, segundo Pereira, era considerada pela população um símbolo local anos antes de tornar-se patrimônio.

Maria Fernanda Derntl aprofundou-se nas circunstâncias de criação das cidades-satélites e seus planos urbanísticos e, mais recentemente, também realizou trabalho na área da Historiografia, contrapondo discursos oficiais e não oficiais. Destacam-se três publicações que contribuem para esta dissertação: na primeira delas, o artigo *Além do Plano: A Construção das Cidades-Satélites e a Dinâmica Centro-Periferia em Brasília* (2016), a autora refutou a ideia de contraposição entre Plano Piloto planejado e cidades-satélites como periferia desordenada. Derntl (2016) pontuou que a concepção das cidades-satélites articulou-se a partir de um esforço para direcionar a ocupação dos territórios do Distrito Federal e foi objeto de planos urbanísticos desde fins dos anos de 1950.

Sobre os planos urbanísticos das cidades-satélites, o texto ponderou que mostram traçados nos quais predominam as baixas densidades em superquadras ocupadas por lotes para casas unifamiliares (DERNTL, 2016). Esse artigo e outro mais recente, publicado na revista eletrônica *Vitruvius*, *Além do Plano* (2018), trataram mais detalhadamente dos planos urbanos das Regiões Administrativas estabelecidas entre os anos 1950 e 1960, como Taguatinga, Núcleo Bandeirante e Gama, com plantas urbanas e descrição da malha. Nesse trabalho, Derntl (2018) destacou que, embora Ceilândia tenha sido implantada além da faixa sanitária, havendo, claro, uma distância considerável entre a nova Região Administrativa e o Plano Piloto, a proximidade com Taguatinga, cidade já desenvolvida, foi determinante para sua localização. Esse fato contribui atualmente para a conformação de um tecido urbano de características conurbadas, sobretudo a sudoeste da capital, considerando outras cidades acrescidas posteriormente àquela região, como Samambaia, Recanto das Emas e Riacho Fundo.

Em *Vertentes da historiografia e da crítica de Brasília* (2021), a autora trabalhou com cinco vertentes de análise da história da capital, sendo elas: apologia à capital e à sua revisão, a crítica à cidade modernista, as análises morfológicas, geográficas e históricas e as representações sociais. Abordou-se, nesta dissertação em especial, duas delas: a apologética,

característica dos documentos oficiais da época da criação de Ceilândia, com destaque para as propagandas feitas para o convencimento da população para transferir-se para Ceilândia; e outra, a vertente analítica, baseada nos depoimentos de pioneiros que explicitam, como respaldado por Derntl (2021), formas de narrar a cidade: “desde a década de 1970, pesquisas sobre Brasília contaram com entrevistas como fontes alternativas às narrativas dominantes e como expressões das vozes de indivíduos ou grupos marginalizados” (DERNTL, 2021).

Feita essa breve apresentação sobre os trabalhos sobre Ceilândia, resta a pergunta: qual é, então, a contribuição desta dissertação de mestrado? Deve-se esclarecer que este não é um trabalho de cunho puramente histórico sobre a fundação da IX Região Administrativa, embora seja importante situar seu contexto. O intuito, aqui, foi uma abordagem tipo-morfológica de Ceilândia, por isso a história da cidade foi o ponto de partida para compreender as suas alterações ao longo dos anos de sua existência.

As referências teóricas que orientaram este trabalho foram os estudos das duas principais escolas de estudos de Morfologia Urbana, em especial a Italiana e a Inglesa. O estudo da forma urbana teve início na década de 1960 na Europa, em especial em Veneza, com Saverio Muratori, e na Inglaterra, com o geólogo alemão M.R.G. Conzen. Os recortes temporais dos objetos que eles propunham-se a estudar eram outros, e os edifícios e cidades por eles estudados atravessaram séculos (não é difícil enquadrá-los em diferentes períodos, como clássico, barroco ou outros). Ao contrário do que se vê no contexto das centenárias cidades europeias surgidas de maneira espontânea, Ceilândia é uma cidade nova e planejada, dois pontos que precisam ser considerados ao pensá-la a partir dos conceitos das Escolas de Morfologia.

A Escola Inglesa originou-se a partir das análises feitas pelo geógrafo alemão M.R.G. Conzen (1907–2000) na cidade medieval de Alnwick, Inglaterra, na década de 1960. Para Conzen, a paisagem urbana deveria ser entendida como produto da ação social. Essa escola propôs uma linha de investigação com base nas transformações ocorridas no parcelamento do solo, estabelecendo elementos que se repetem, as unidades da forma, que compõem assim os períodos morfológicos. Outro conceito formulado pela Escola Inglesa é o de **palimpsesto**: entende-se por esse termo a sobreposição de camadas históricas que se acumulam em um mesmo espaço físico; quanto maior o número de camadas envolvidas, maior será a quantidade de períodos sucessivos, sendo, portanto, os centros históricos das grandes cidades os detentores de mais camadas. Destaca-se que essa escola, seguindo a tradição de seu fundador,

propôs a **triplição da cidade para fins de análise: o plano urbano (ruas, lotes, blocos de edifícios), os usos dos edifícios e os tecidos urbanos, constituídos por lotes e quarteirões com constituição semelhantes.**

A Escola Italiana de Morfologia Urbana, por sua vez, teve como principal representante o arquiteto Saverio Muratori, e suas bases foram lançadas na década 1940. Muratori desenvolveu estudos sobre o desenho urbano de Veneza, propôs novos planos para a cidade de Roma e foi professor na universidade dessa cidade, onde pôde difundir suas ideias e conquistar discípulos que continuam desenvolvendo pesquisas com base em seus ensinamentos até os dias atuais. Muratori e seus discípulos utilizam-se do conceito de **tipo arquitetônico**, definido por Quatremère de Quincy em 1825, segundo a qual o tipo é uma ideia preconcebida e variável de acordo com a cultura e a época. O tipo arquitetônico pode partir de uma consciência espontânea, quando não há um conhecimento técnico no assunto, ou crítica. Modelo e tipo diferenciam-se: o primeiro é a repetição de uma edificação que pode se multiplicar como carimbos; o segundo é definido como uma ideia preconcebida, com bases na cultura do lugar. O tipo não é definido com exatidão e pode gerar interpretações variadas, mas ele contém uma estrutura permanente. A título de exemplo, pode-se pensar nas variações que as casas com pátio podem assumir. Para Muratori, a concepção da cidade é orgânica, ele pensou os edifícios como células que compõem o tecido urbano e, por multiplicação, o todo urbano.

Ambas as escolas compreendem a cidade como um organismo resultante de processos históricos e relações sociais. A diferença está no elemento central de análise de cada uma delas. Enquanto a Escola Italiana teve como ponto de partida o tipo habitacional, a Inglesa voltou-se para o tecido urbano, lote e quarteirão. Dessa maneira, este trabalho associou as contribuições das duas Escolas de Morfologia Urbana para analisar Ceilândia.

Deve-se, ainda, incluir nas referências outros trabalhos que colaboraram no esclarecimento das posições dessas escolas de estudo. Destacam-se dois trabalhos que contribuíram mais diretamente para o desenvolvimento do raciocínio formulador desta dissertação: a publicação de Staël de Alvarenga Pereira Costa e Maria Manoela Gimmler Netto, *Fundamentos de Morfologia Urbana* (2015), e *Análise tipo-morfológica aplicada a cidade nova planejada: conceito e método adaptados* (2019), de autoria de Izabela Bombo Gonçalves e Karin Schwabe Meneguetti. No primeiro, as autoras trataram das alterações morfológicas na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais. Esse estudo detalhado trouxe, para o contexto brasileiro, as ideias

das Escolas de Morfologia Inglesa e Italiana, entretanto, o trabalho que aqui se apresenta guarda diferenças com o das autoras mineiras, pois a jovem Ceilândia requer ajustes das escolas de estudos morfológicos europeias que as cidades do século XVIII brasileiro não necessitam. Para esses ajustes, tomou-se como base o segundo trabalho mencionado, o artigo publicado em 2019 no periódico português Revista de Morfologia Urbana (RMU). Trata-se de uma análise da cidade de Maringá, no Paraná, cidade nova e planejada, tal como Ceilândia. Gonçalves e Meneguetti (2019) tipificaram habitações de determinado bairro em busca de diferenças e semelhanças entre elas, a fim de identificar as formas edilícias recorrentes na cidade e verificar a existência de vínculos formais e possíveis relações de derivação. Esse estudo foi feito seguindo as orientações de Caniggia e Maffei (2001), assim, as fachadas de um total de 480 residências foram analisadas com base em suas complexidades: dimensões, recuos e volumetria. As autoras ponderaram que a Escola Italiana tem, nas vias e rotas, o primeiro elemento estruturador dos assentamentos urbanos. No caso das cidades novas e planejadas, para elas, considerar o traçado viário como seu principal elemento estruturador perde o sentido, pois as rotas não surgem individualmente, ao contrário, são implantadas seguindo um projeto urbano, em conjunto, configurando os quarteirões. As edificações, por sua vez, seguem a composição das quadras, de forma que acreditam ser **o quarteirão o elemento estruturador principal desse tipo de cidade** (GONÇALVES e MENEGUETTI, 2019).

Os dois estudos mencionados não só se dedicaram ao contexto brasileiro como tornaram mais fácil a compreensão dos textos, conceitos e definições propostos pelos fundadores da análise morfológica inicialmente pensada para as centenárias e espontâneas cidades europeias. O texto de Gonçalves e Meneguetti (2019) destacou a atenção a ser dispensada para as cidades projetadas. Feita uma breve apresentação e uma justificativa para o estudo de Ceilândia a partir da perspectiva indicada, apresenta-se o problema de pesquisa sobre o qual esta dissertação se debruçou, expresso pela pergunta: **como entender a morfologia urbana da jovem e planejada Ceilândia a partir de conceitos formulados pelos estudos dessa natureza, em geral, referentes a cidades multisseculares?** Da enunciação do problema de pesquisa derivam os objetivos gerais do trabalho: **selecionar setores para análise e dentro deles catalogar residências a fim de compreender se as alterações morfológicas encontram rebatimento nas tipologias habitacionais:**

1. Mapear a evolução urbana de Ceilândia com a criação de uma linha de tempo;

2. Separar, em 3 grupos de análise, os setores da cidade, selecionando, entre os 11 existentes, aqueles que melhor representam suas alterações;
3. Proceder à análise morfológica/tipológica observando: implantação dos edifícios no terreno, número de pavimentos e as fachadas das moradias;
4. Tipificar as habitações de modo a identificar padrões e repetições e sua relação com o traçado do setor em que estão inseridas.

Retomando as considerações anteriores sobre os estudos morfológicos em cidades novas e projetadas, consideraram-se os quarteirões como Unidades de Vizinhança (UVs). Elas cumprem o papel de elemento estruturador da cidade à semelhança do que poderia ser o quarteirão. Partiu-se dessa consideração para definir os procedimentos metodológicos, que constituíram-se de:

1. Agrupamento dos setores de Ceilândia a partir de semelhanças em seu traçado urbano e data de implantação;
2. Delimitação dos 3 grupos de estudo: Ceilândia possui ao todo onze setores, entre os quais foram selecionados cinco (Ceilândia Tradicional, Guariroba, P Norte e P Sul, Expansão do Setor O). Inicialmente, pensou-se em separá-los em dois grupos de análise, considerando proximidade de traçado urbano e período de implantação, entretanto, ao proceder os trabalhos, notou-se que o melhor seria dividi-los em três, sendo o primeiro grupo constituído pelos setores projetados por Ney Gabriel:

Grupo 1: Ceilândia Tradicional (1971) e Guariroba (1977).

No grupo dois, os setores de traçado urbano similar, que não foram projetados por Gabriel mas sim propostos pelo Governo do Distrito Federal. Nota-se que o Setor O, embora datado de 1976, ou seja, anterior à Guaritoba, não foi projetado por Ney Gabriel, e conforme se observa no mapa apresentado mais à frente, está fora do “barril”.

Grupo 2: Setor O (1976) e P Sul (1979).

No grupo três, encontra-se apenas um setor, mais recente que os demais e de características de traçado urbano distintas daqueles pontuados anteriormente:

Grupo 3: Expansão do Setor O (1985).

3. Identificações dos quarteirões (Unidades de Vizinhança) de análise em cada um dos cinco setores destacados. As Unidades de Vizinhança analisadas foram escolhidas a partir de critérios como a localização na quadra, com preferência para as UVs mais centrais ou ainda para aquelas que fossem próximas a locais relevantes, como comércio, feira, posto de saúde, escola etc. No setor Guariroba, por exemplo, a UV de análise foi definida considerando a localização do Centro de Ensino Fundamental 19 (CEF 19), uma das bases da pesquisa desenvolvida por esta autora e sua orientadora;
4. Análise tipológica de uma faixa residencial de cada uma das Unidades de Vizinhança selecionadas, atentando para padrões que se repetem nos setores analisados. Os parâmetros descritivos compreenderam: implantação (afastamentos); número de pavimentos; fachadas – gradeamentos;
5. Correlação entre os padrões tipológicos e o traçado urbano dos setores.

Figura 4. Setores e grupos estudados.



Fonte: Alana Waldvogel sobre mapa base SEGETH.

O *corpus* do trabalho constituiu-se de material reunido do Arquivo Público do Distrito Federal, com imagens da remoção da população das ocupações do Plano Piloto e dos primeiros anos de Ceilândia. Também no Arquivo foram obtidos depoimentos dos primeiros moradores dessa Região Administrativa, de políticos da época e pessoas envolvidas no processo de transferência da população para a nova cidade. Tais depoimentos constituem o Registro de História Oral, projeto realizado pelo Arquivo Público com intuito de guardar memórias dos primeiros anos da capital. No site da Secretaria de Gestão do Território e Habitação (SEGETH),

foram coletados mapas das áreas estudadas, muitos dos quais careciam de atualização, considerando que a situação fundiária registrada nas plantas encontra-se alterada. Por meio das bases da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUH), também foram elaborados mapas dos setores, da evolução urbana de Ceilândia e de seu crescimento e conurbação com as cidades vizinhas, Taguatinga, Samambaia, Riacho Fundo e Gama.

Nos anos de pesquisa sobre Ceilândia e antes de a pandemia impor limites a todos, uma entrevista com Ney Gabriel, o urbanista de Ceilândia, foi possível. Em uma conversa embaixo do seu bloco no Setor Sudoeste, Ney Gabriel contou sobre sua formação como arquiteto pela Universidade de Brasília, seu trabalho na NOVACAP e a incumbência que lhe foi dada para projetar a nova cidade. O urbanista também falou sobre suas influências, Lúcio Costa, Giorgio Rigotti, o urbanismo moderno e suas inspirações. Essa fonte primária contribuiu para o melhor entendimento da cidade projetada e embasou parte deste trabalho.

Na Companhia de Saneamento do Distrito Federal (CAESB), foram coletados dados referentes às Unidades Consumidoras (UC) das residências. A partir de visitas a campo, constatou-se a ocupação dos lotes por mais de uma residência ou ainda o aluguel de partes de uma mesma casa. Também foi possível notar mais de um “relógio de energia” em várias dessas residências. Por meio dos dados fornecidos pela CAESB, pôde-se comprovar, utilizando a equação  $\frac{UC}{n^{\circ} \text{ de lotes quadra}}$ , uma média de 3,5 UCs por lote, ou seja, em Ceilândia é comum o compartilhamento dos lotes por mais de uma família.

As visitas à Ceilândia foram fundamentais para a constituição do *corpus* deste trabalho, uma vez que permitiram uma aproximação com a **cidade estabelecida**. Tais visitas à cidade aconteceram em ocasiões diversas, sendo a primeira delas quando a autora estava ainda na graduação, em 2016. Mais recentemente, de 2018 a 2020, com a pesquisa *Cotidianos Escolares e Dinâmicas Metropolitanas da Capital do Brasil*, as idas à Ceilândia foram mais frequentes, na medida em que parte do trabalho consistia em propor atividades didáticas a uma turma de ensino fundamental do Centro de Ensino Fundamental 19. Assim, no segundo semestre de 2019, a cada quinze dias, o 9º E do CEF 19 era ponto de encontro certo. Além das aulas e dos trabalhos desenvolvidos em sala, algumas das propostas eram “dever de casa”: solicitou-se que os alunos observassem o percurso de ida e volta da escola, que desenhassem suas casas e dessem atenção para as paletas de cores de suas ruas e caminhos. Acompanhavam os registros gráficos textos nos quais os alunos descreviam suas moradias com mais detalhes, como número

de cômodos da casa ou se havia mais de uma residência no lote em que moravam. Com o agravamento da pandemia de coronavírus em 2020/2021, parte importante do trabalho precisou ser repensada devido à impossibilidade de ida a campo. A tipificação das residências das Unidades de Vizinhança estudadas foi feita utilizando as ferramentas Google Maps e Google Earth. Por meio da opção “passeio”, uma versão em 3D que permite ao usuário “caminhar” pelas ruas da cidade, foram coletadas imagens das fachadas das residências para catalogação. Esse levantamento foi registrado em tabela, visando a tipificação dessas fachadas. Para a análise da ocupação fundiária, utilizaram-se imagens de satélite disponíveis tanto no Google Maps quanto no Google Earth.

Durante o primeiro semestre letivo de 2020, de agosto a dezembro, foi ministrada a disciplina de Morfologia Urbana, pela professora Elane Ribeiro, no curso de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília. Nessa ocasião, participaram da disciplina, como estagiárias docentes, a autora desta dissertação e Isadora Banducci, aluna de doutorado cujo tema de pesquisa é Taguatinga. A proposta da disciplina, portanto, foi estudar Ceilândia e Taguatinga. Para tal, a turma foi organizada em grupos que tinham a incumbência de analisar os setores (bairros) das duas RAs. Era necessário ter atenção aos sistemas viários e aos usos e gabaritos das quadras estudadas. A turma surpreendeu positivamente, e os produtos trouxeram informações relevantes em bonitas apresentações, algumas das quais compõem o terceiro capítulo desta dissertação.

A partir do que foi exposto, conclui-se que este trabalho pretendeu compreender Ceilândia partindo de seu histórico de criação, projeto urbano e implantação e caminhando até os dias atuais, com o crescimento e inclusão de novos setores. Esta análise foi feita com base nos preceitos das Escolas de Morfologia Urbana, aplicados em um contexto brasileiro de uma cidade nova e planejada. Desse modo, buscou-se fazer um recorte de estudo de cada um dos setores da cidade, agrupados a partir de semelhanças e diferenças de traçado urbano, data de criação e autoria, para então eleger, dentro de cada setor, uma Unidade de Vizinhança e, por fim, uma rua onde foram catalogadas e tipificadas as residências. A catalogação e a análise visaram à compreensão das alterações morfológicas pelas quais a cidade passou ao longo de seus cinquenta anos, correlacionando os tipos habitacionais aos traçados dos setores nos quais eles estão inseridos. A estrutura desta dissertação compreende três capítulos, e o objetivo é relacionar os tipos habitacionais e o desenho urbano a partir da sequência:



Os primeiros dois capítulos desta dissertação dedicaram-se a uma aproximação de Ceilândia — a história de sua criação, seu projeto urbano e a análise das primeiras quadras projetadas por Ney Gabriel. No capítulo 1, intitulado *O déficit habitacional em Brasília e a criação de Ceilândia*, partiu-se da questão do aumento populacional e da proliferação das ocupações irregulares nos anos iniciais da capital para, no subcapítulo seguinte, *O golpe militar e a política habitacional*, ser abordada a forma como a política habitacional foi impactada pela criação do Banco Nacional da Habitação (BNH) e produção de conjuntos em áreas desprovidas de infraestrutura. Nesse contexto, surgiram a Campanha de Erradicação de Invasões e o trabalho de convencimento da população para transferência para a nova cidade, temas do subcapítulo *A Campanha de Erradicação de Invasões e o convencimento*. A remoção propriamente dita foi assunto do subcapítulo seguinte, com ênfase no processo de transferência dos moradores e na construção de casas provisórias. O último objeto do capítulo são as casas construídas pela Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS), que disponibilizou projetos para diversas cidades-satélites de Brasília reproduzindo uma arquitetura padronizada e monótona.

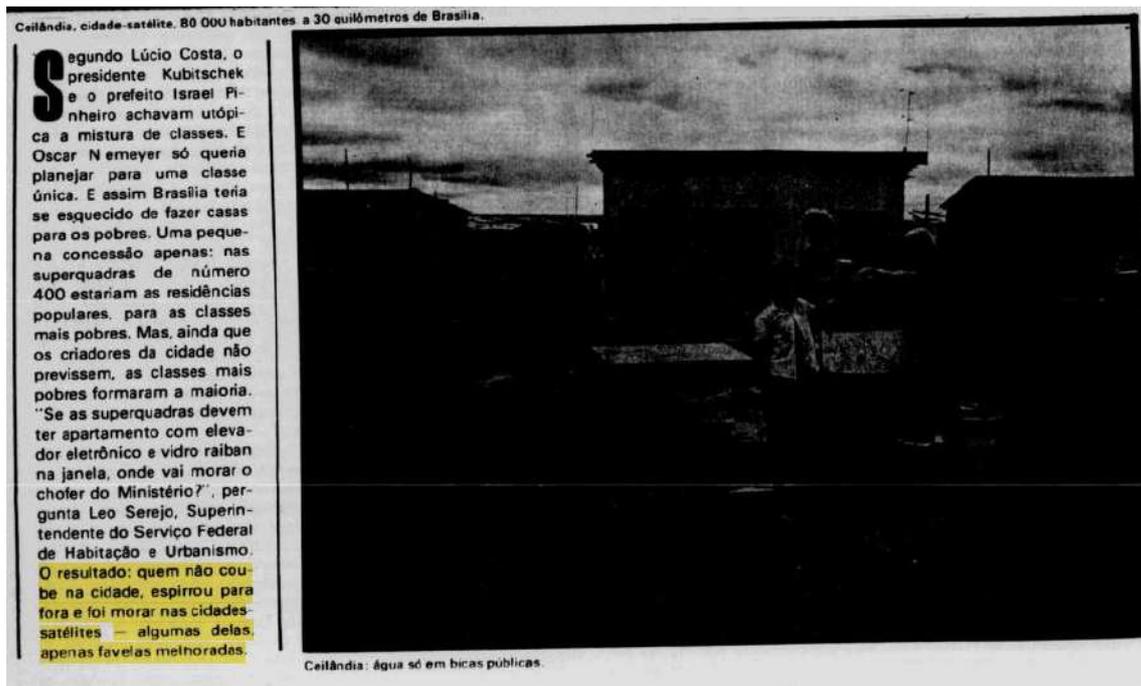
No segundo capítulo, intitulado *Cidade projetada*, o tema central é, como adianta o título, o projeto de Ceilândia, de autoria de Ney Gabriel, e as inspirações do urbanista para a criação do plano urbano. Esse capítulo também abordou similaridades com o plano modernista de Lúcio Costa e pontos em comum com o projeto da capital, como o cruzamento dos eixos e as Unidades de Vizinhança (UV), questões contempladas detalhadamente em um dos subcapítulos. Por último, tratou das particularidades do projeto de Ceilândia, como a malha, a escassez de áreas verdes e os becos.

O terceiro e último capítulo, *O estudo dos setores*, teve como objetivo a análise morfológica. Inicialmente, foi descrita a metodologia utilizada no estudo, com informações gerais, comuns a todos os setores que compõem a análise. A partir daí, o capítulo foi subdividido pelos grupos de análise, de modo que cada subcapítulo foi composto pelos mapeamentos e desenhos da respectiva área estudada. Por último, *A análise comparativa dos setores* apontou as semelhanças e diferenças encontradas na pesquisa e agrupou-as em uma tabela comparativa.

Para concluir, a seção *Do início ao fim, as últimas considerações* dedicou-se à narração do percurso desta pesquisa, seus obstáculos e resultados. Há, ao final, três apêndices, um dedicado à transcrição da entrevista com Ney Gabriel, feita em 2018, outro com alguns dos trabalhos dos alunos do CEF 19 e o último com os trabalhos dos alunos de Morfologia Urbana (1/2020) da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Brasília.

# CAPÍTULO 1: o “déficit” habitacional em Brasília e a criação de Ceilândia

Figura 5. Excerto sobre as cidades-satélites.



Fonte: Revista Realidade, 1972.

As circunstâncias que levaram à criação de Brasília são muito conhecidas, e vale lembrar do sonho de Dom Bosco que Israel Pinheiro utilizou para validar a mudança da capital e implementar a Marcha para o Oeste. Essas ideias encontraram, na mente de Juscelino Kubitschek, condições favoráveis para materialização. Até 1890, data do segundo recenseamento geral do país, a região composta por Planaltina, Formosa e Luziânia, área com mais de 30 mil quilômetros quadrados, possuía um índice de crescimento demográfico na casa de 1,5% (1890–1900), índice esse que se manteve baixo até 1950. Nesses sessenta anos de censos na região, a população multiplicou-se apenas duas vezes e meia, enquanto a população do país aumentou mais de cinco vezes e a da região Centro-Oeste cresceu oito vezes (IBGE, 1959). A densidade da localidade onde seria construída a nova capital era muito abaixo da média nacional, de 1 habitante por quilômetro quadrado. A situação começou a mudar com o início das obras da nova capital, no segundo semestre de 1956. O censo experimental (IBGE) de 1959 trouxe uma população estimada em 12.283 habitantes, dos quais 6 mil estavam

radicados nas “zonas velhas”, zona rural e Planaltina. Oito meses depois, a população na área de Brasília chegou a 28.804, e a parcela em zona rural havia diminuído para 4.500. Em 17 de maio de 1959, a população total passava dos 63 mil habitantes. Conforme pontua Brito (2009), antes mesmo do início das obras oficiais, 12 mil pessoas já habitavam as terras da nova sede do governo.

Os assentamentos informais foram a solução dada pelos candangos para a carência habitacional em Brasília e tornaram-se importantíssimas frentes de ocupação da urbe em formação. Por um lado, não cedendo lugar facilmente, demarcando seus próprios territórios. Por outro, resultando do embate fundiário entre governo e seus ocupantes, forçaram a implantação de novos núcleos urbanos, o que ocorreu antes mesmo da inauguração da nova sede de governo. (BRITO, 2009, p. 82).

Os núcleos urbanos anteriores à nova capital não dispunham de rede viária de interligação com o sítio onde ela seria construída, a uma distância média de 40 quilômetros. Outras cidades foram surgindo como base de apoio, como o Gama, onde foi instalado o Catetinho, a residência provisória do presidente e sua comitiva. A Cidade Livre, hoje Núcleo Bandeirante, começou como ponto de comércio e tornou-se um microcosmo, “onde existia de tudo”, o que, na visão de Kubitschek, atendia às necessidades das sucessivas levas de pioneiros (KUBITSCHKEK, 2000).

Havia, inicialmente, a expectativa, por parte da NOVACAP, de que apenas um terço da população migrante de trabalhadores permaneceria em Brasília após sua inauguração, entretanto, a massa de brasileiros que via na capital a esperança de uma vida melhor crescia e avolumava os acampamentos provisórios das construtoras. Primeiro, os candangos vinham sozinhos e, meses depois, chegavam as famílias. O trajeto dos nordestinos, um dos mais árduos e mais frequentes, conforme descreve Jusselma Brito (2009), era a saída do Recife, passando por Alagoas e atravessando o rio São Francisco até Propriá. De trem, chegavam a Aracaju e seguiam para a Bahia, em seguida para Minas Gerais, e depois passavam por São Paulo rumo a Anápolis. Eram vinte e dois dias de viagem. A grande seca que se apossou do Nordeste nos anos de 1957 e 1958 piorou a situação daquela população, fazendo com que mais e mais pessoas chegassem a Brasília. Não havia, por parte do governo local, medidas para acolher os recém-chegados, que, quando conseguiam emprego em alguma construção, logo se fixavam nos acampamentos montados pelas construtoras nos arredores das obras. Quando essas obras eram concluídas, havia o desmonte das moradias provisórias e a conseqüente mudança de seus moradores. Assim cresciam as ocupações nas áreas centrais do Plano Piloto.

Com a aproximação da inauguração de Brasília, o governo, temendo que a questão do “déficit”<sup>11</sup> habitacional na capital da alvorada ficasse exposta para o restante do Brasil, começou a regulamentar a situação, levando a população trabalhadora para além do cinturão verde da Estrada Parque do Contorno (EPCT). Taguatinga, resultado do desmanche da Vila Sarah Kubitschek, vizinha do Núcleo Bandeirante, foi estabelecida a 30 quilômetros do Plano Piloto. Depois dela vieram Gama, Sobradinho, Guará e Ceilândia, em regiões ainda carentes de infraestrutura básica, água, esgoto, segurança e transporte. Todas essas cidades foram situadas de forma a não comprometer o desenho modernista de Lúcio Costa.

O pessoal da NOVACAP chegava, arrancava os barracos e enfiava tudo nos caminhões — a gente e a madeira arrancada. Depois, a gente era descarregada no cerrado bruto, à beira do córrego Taguatinga. Demarcavam um terreno de 100 metros quadrados e diziam — isso agora é seu. Foi assim que nasceu a cidade. (BORGES para a Revista Realidade, 1972, p. 244).

Taguatinga era prevista inclusive por Lúcio Costa, mas para ser criada apenas dez anos após a inauguração do Plano Piloto. Por pressão popular e pela necessidade de um local para acomodar a grande massa de trabalhadores, a cidade foi inaugurada em 1958. Inicialmente, os moradores recebiam o lote e só depois obtinham as casas definitivas. Nesse período conturbado do início de Brasília, com imigração desenfreada e a crescente ocupação irregular de áreas públicas, eram constantes os embates entre o governo e a população, que lutava pelo direito de permanecer na jovem capital. Então, apenas 4 anos após a inauguração de Brasília, em 31 de março de 1964, foi deflagrado o golpe militar, mudando o quadro político do Brasil. **A criação de cidades-satélites e a política habitacional passaram a ser vistos como mais um instrumento de dominação social.**

---

<sup>11</sup>Ressalta-se que não havia, como ainda não há, déficit habitacional no Plano Piloto. Segundo matéria da Revista Realidade publicada em 1972, “Brasília não é apenas o Plano Piloto, são também as oito cidades satélites, onde vivem quase 400 mil pessoas (mais de 70% da população), dispondo de 45% da rede de água encanada, 36% da rede de esgotos e 39% dos hospitais”. As oito cidades-satélites citadas eram Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Guará, Ceilândia, Gama, Planaltina, Brazlândia e Sobradinho. E nada mudou: atualmente, o Plano Piloto tem 7,7% da população total do Distrito Federal, 221.326 habitantes, contra 15% de Ceilândia, com 432.927. A população total do DF é de 2.881.854 (PDAD, 2018).

## 1.1 O golpe e a política habitacional

Em 1964, a nova capital passou a representar um oportuno distanciamento da movimentação política da capital do Rio de Janeiro (BRITO, 2009). É importante lembrar que, à época, a Administração do Distrito Federal (PDF)<sup>12</sup> era subordinada ao Palácio do Planalto, fato que permitia aos militares um controle total da capital. Nesse quadro, houve a reformulação da política habitacional. Segundo Rolnik (2015, p. 282), “a casa própria faz do trabalhador um conservador que defende o direito da propriedade”, e o Regime Militar viu, na habitação social, uma maneira de obter apoio. Assim foram criados, na década de 1960, o Sistema Nacional de Habitação (SNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH), com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE). O primeiro atenderia prioritariamente as classes mais baixas, e o segundo as classes média e média-alta (FERREIRA, 2017). Com função regulatória e a fim de contribuir com o SFH, criou-se o Banco Nacional de Habitação (BNH) com o objetivo de financiar as moradias das famílias de baixa renda e incentivar a indústria da construção civil, reduzindo, assim, o crescente déficit habitacional, gerando empregos e aquecendo a economia. Essa política habitacional, implementada a partir de 1964, teve reflexo direto na capital, onde o BNH teve importante papel na construção de conjuntos habitacionais. O governo militar promoveu em Brasília uma fiscalização severa da ocupação do território, que culminou na criação, em 1965, da Comissão Permanente de Controle e Remoção de Invasões<sup>13</sup>, trabalhando contra a organização popular em torno da fixação do Núcleo Bandeirante. Buscando fazer melhor gestão dos recursos provenientes do BNH no Distrito Federal, criou-se também a Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS), substituta do órgão anterior, de menor relevância, a Sociedade de Habitações Econômicas (SHEB). A SHIS passou a ser o braço atuante do SFH em Brasília.

A SHIS é uma empresa do Governo do Distrito Federal, encarregada de executar a política habitacional, integrada ao Sistema Financeiro de Habitação, funcionando como a COHAB<sup>14</sup> do Distrito Federal e tendo também uma maior amplitude de ação,

---

<sup>12</sup>Decreto nº 3.751 de 13/04/1960 cria a Prefeitura do Distrito Federal, poucos dias antes da inauguração oficial de Brasília.

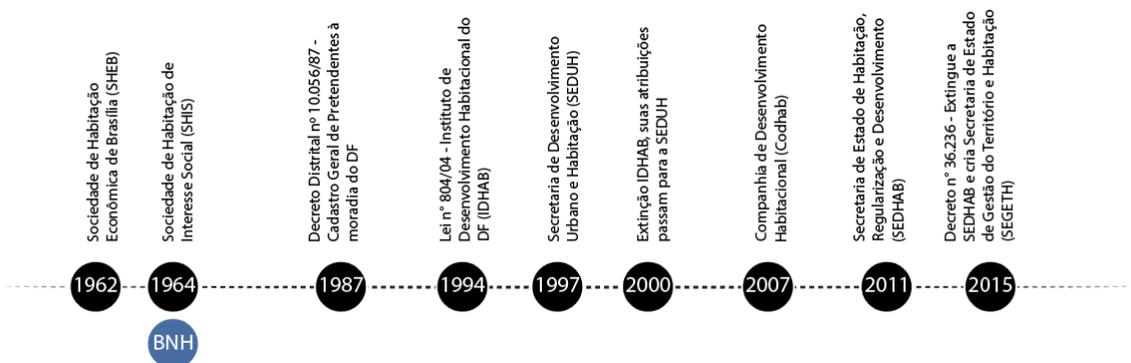
<sup>13</sup>Art. 1º: Fica criada uma Comissão permanente constituída de um representante do Prefeito do Distrito Federal, um da Fundação do Serviço Social do Distrito Federal, um da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil S. A., NOVACAP, e um do Departamento Federal de Segurança Pública, para, sob a presidência do primeiro, se incumbir do processo de Controle e Remoção de Invasões no Distrito Federal (BRASÍLIA, 1965).

<sup>14</sup>COHAB é a Companhia Metropolitana de Habitação. A de São Paulo foi a primeira delas, criada em 1965, através da Lei nº 6.738, de 16 de novembro de 1965. Outros estados criaram suas COHABs posteriormente, como Minas Gerais e Acre. No Distrito Federal, do final dos anos 1960 e até 1980, a SHIS fez o papel de uma Companhia de Habitação aos moldes das COHABs.

construindo mediante convênios estabelecidos com órgãos do governo federal e com órgãos de caráter privado. (Revista SHIS, 1973)<sup>15</sup>.

Cabe, aqui, fazer uma breve observação sobre a política habitacional no Distrito Federal: desde a criação de Brasília até os dias atuais, foram criadas e extintas diversas secretarias, sociedades e companhias responsáveis pela produção de moradias. Com o fim de um governo e início de outro, é comum que se alterem duas coisas: o logotipo do GDF e o órgão responsável pela habitação. A falta de continuidade nas políticas públicas da área afeta negativamente a população. Para se ter uma ideia da fragilidade do setor, a linha do tempo a seguir ilustra a quantidade de órgãos responsáveis pela questão habitacional no Distrito Federal em seus pouco mais de 60 anos:

Figura 6. Linha do tempo da habitação no DF.



Fonte: Alana Waldvogel.

Retomando a questão das ocupações no Plano Piloto, em 1969<sup>16</sup> foi criada a Campanha de Erradicação de Invasões (CEI). Em 1970, a partir do Decreto nº 1.473, foi extinta a Comissão Permanente de Controle e Remoção de Invasões e criado o Grupo Executivo de Remoção (GER). Nessa época, a SHIS tinha uma produção habitacional considerável: no Guará I, mais de 9 mil casas foram construídas e, em seguida, para receber os moradores da crescente ocupação da Vila do IAPI, que contava então com mais de mil moradores, as obras do Guará II foram iniciadas. Assim, com uma aparente facilitação de acesso à casa própria, os migrantes

<sup>15</sup>Foram encontradas, no Arquivo Público do Distrito Federal, algumas revistas da SHIS (anos 1972, 1973 e 1979). Essas publicações trazem o histórico de criação da Sociedade, além de exaltarem sua criação habitacional e principalmente o fato de terem extinguido as ocupações do Plano Piloto com a construção de casas em novos núcleos urbanos. Em tom ufanista, as revistas ressaltam que “cabem os louros ao povo brasileiro, que soube compreender e apoiar a revolução de 31 de março de 1964” (Revista SHIS, 1972). Agradeço à Vanessa Cardoso, colega de mestrado, por compartilhar exemplares da Revista SHIS encontrados por ela no Arquivo Público do DF.

<sup>16</sup>No início de 1969, a SHIS possuía 6.331 unidades habitacionais. Em dezembro de 1973, já estava com 20.981 unidades, um acréscimo de 14.650 unidades, o que significa um aumento de 331,40% (Revista SHIS, 1972).

continuavam a chegar em Brasília, aumentando as manchas de ocupação irregular em áreas do Plano Piloto. Estima-se que, em 1971, as Vilas do IAPI, Tenório, Esperança, Bernardo Sayão e Morro do Querosene ultrapassassem os 80 mil moradores (PDAD, 2018). O quadro a seguir foi retirado do livro *Ceilândia tem Memória*. Estes dados fazem parte do *Projeto Ceilândia*, estudo do governo Hélio Prates que deu origem à cidade. Aqui, vale a pena destacar um trecho do documento: **“As invasões se localizavam dentro do anel de segurança sanitária, o que era uma ameaça à saúde, tanto da população favelada como de todo o Distrito Federal”** (PROJETO CEILÂNDIA, 1971, *apud* LOPES, 2001)<sup>17</sup>. Embora não se tenha encontrado o original, o documento foi transcrito na íntegra pelo autor do livro:

Figura 7. Quadro com a quantidade de habitantes por ocupação no DF.

### Quadro 1 – julho de 1969

Invasões	Nº de barracos	Residentes de 0 a 7 anos	Total
Vila do IAPI	10.261	16.261	48.836
Vila Tenório	2.106	2.816	10.123
Vila Esperança	1.629	2.172	7.727
Vila Bernardo Sayão	359	575	1.792
Morro do Querosene	348	598	1.745
Total	14.607	22.261	70.128

Fonte: Ceilândia tem Memória, 2001.

Maria de Lourdes Abadia, a primeira administradora de Ceilândia, posteriormente deputada e vice-governadora do Distrito Federal, trabalhava, à época da remoção, na Secretaria de Serviço Social como assistente social. Abadia opina sobre a questão das habitações irregulares:

<sup>17</sup>O *Projeto Ceilândia* foi um documento produzido pela CEI durante o governo de Hélio Prates. Nele, estão dados demográficos da população e densidade das ocupações, além da justificativa das remoções e a forma como o governo procedeu. Os trechos aqui citados foram tirados do livro *Ceilândia tem Memória*, de autoria de Wílton Wander Lopes, que em 2001 transcreveu o documento na íntegra. A versão original não foi encontrada, não constando no Arquivo Público do Distrito Federal. O trecho a seguir, extraído do documento, descreve seus objetivos: “A Comissão de Erradicação de Favelas elaborou o ‘Projeto Ceilândia’ baseando-se não apenas numa realidade constatada, mas também nas aspirações da comunidade. Buscou assegurar uma programação que não apenas objetivasse a remoção das favelas, através de projetos na infraestrutura, de melhoramento habitacional e de promoção social das famílias. O desfavelamento foi visto não como um problema de estética, mas como um problema humano que merecia solução humana. E uma nova estratégia de desfavelamento foi criada pelo Governo do Distrito Federal para erradicar as invasões.” (PROJETO CEILÂNDIA, 1971, *apud* LOPES, P. 32. 2001)

[...] *essas favelas, essas invasões, elas começaram atrás do primeiro hospital de Brasília, ele chamava Hospital do IAPI, então era a invasão do IAPI, os pioneiros, quando eles, por exemplo, terminavam de construir aqui o Congresso Nacional, o Palácio e os Ministérios, os alojamentos eram perto das construções, quando terminavam a construção os alojamentos tinham que limpar a obra, então eles sempre ficavam com as tábuas na cabeça, iam para outra obra, mas com o tempo, que na medida que Brasília foi sendo concluída, eles acharam melhor já ter um canto mais fixo para eles, então foi quando eles começaram essa invasão, ao lado do Hospital do IAPI, chamou invasão do IAPI, que eram esses candangos, esses pioneiros das construtoras que começaram a fazer seus barracos lá.*

[...]

*A mesma [referindo-se à origem das ocupações], e houve um apelo até hoje quando as pessoas falam: “ah, o Governador Roriz atrai a população, por causa que dá lote”, não nada, quem fez o primeiro apelo para o Brasil foi Juscelino Kubitschek, quando ele chamou os brasileiros para vir ajudar a construir Brasília, não é? (ABADIA, 2002, grifo da autora).*

O *Projeto Ceilândia* apresentou a criação da cidade-satélite como uma **nova estratégia de desfavelamento usada pelo Governo do Distrito Federal**. Nos documentos oficiais, pode-se notar com frequência o tom que, além de culpabilizar os moradores das ocupações por “empanarem a imagem da nova capital”, colocava-os como incapazes de habitar edifícios como os construídos no Plano Piloto, uma vez que aquela população era, em sua maioria, habitante de áreas rurais, não acostumada com a moradia em um tipo de construção diferente das casas térreas (PROJETO CEILÂNDIA, 1971, *apud* LOPES, 2001, p. 28). O documento ainda diz que a solução dada pelo governo de Hélio Prates “se contrapõe às estratégias tradicionais de desfavelamento”:

*Em alguns estados do Brasil, como São Paulo e Rio de Janeiro, foram realizados programas de desfavelamento através da construção de conjuntos habitacionais e remoção de favelas e locação de seus moradores em casas de alvenaria ou blocos de apartamentos.*

*Tal estratégia ocasionou vários problemas como: despreparo da população favelada para viver em casas ou apartamentos; quebra de torneiras, plantio de flores nos vasos sanitários, instalação de bares ou mercearias nos apartamentos. (PROJETO CEILÂNDIA, 1971, *apud* LOPES, 2001, p. 28).*

O tom apologético dos documentos oficiais exaltava a todo tempo a “medida pioneira do governo”, colocando-a como a salvação de uma população marginalizada e sem condições dignas de sobrevivência. Mas, afinal, cabe questionar quem a marginalizou. Por que essa população vivia em áreas irregulares quando ainda havia moradias disponíveis no Plano Piloto? Sobre as condições de vida na Vila do IAPI, os moradores diziam:

*A vida na Vila do IAPI era muito precária, mas como eu acho que a gente já estava acostumando com o sistema de lá, e a pessoa gostava, nesse tempo, mas era precária,*

*porque não tinha asfalto, não tinha luz, a luz funcionava lá até às 10, 9 horas, ligava ali pelas 6 horas, 10 horas desligava, todo mundo ficava no escuro, também todo mundo ia dormir cedo, não é?* (BORGES, 2002, p. 8).

(SR): *É... Como e por que a senhora foi morar em Ceilândia?*

(EF): *Na época da nossa remoção pra Ceilândia, é... porque eles passaram fazendo um levantamento lá na Vila do IAPI.*

(SR): *A senhora morava na Vila do IAPI.*

(EF): *É. Eu morava na Vila do IAPI em barracos e eles passaram fazendo um levantamento, então nesta época eu trabalhava na casa da dona Marisa, então eu tive que sair até do trabalho para ficar na minha residência, no meu barracinho para fazer o cadastramento, e nesse trabalho que eles fizeram eu fui removida pra Ceilândia.*

(SR): *A senhora queria vir pra Ceilândia?*

(EF): *Eu queria vir pra Ceilândia.*

(SR): *A senhora não queria ficar lá na Vila do IAPI?*

(EF): *Não, porque não era para ficar lá, todos tiveram que sair daquele local, dali da Vila do IAPI, ali perto do Bandeirante, e... quando na época nós mudamos aqui para Ceilândia, pra mim foi melhor, porque verdadeiramente aqui cada um de nós teria o seu local, o seu lotezinho, pra construir, para que você fizesse, tivesse uma parte também, pra nós aqui foi melhor, porque nós tínhamos a saúde e lá na Vila do IAPI existia muito rato.*

(SR): *Como é que era a vida lá?*

(EF): *A vida lá era terrível, não tínhamos água, tínhamos que colocar água nos tambores, ir pegar água nas minas, era muito triste lá, era ruim mesmo.* (FARIAS, 2001, p. 6).

(FN): *Na Ceilândia, que a pessoa, quem tinha um barraco na Vila IAPI conseguia um lote aqui na Ceilândia, só que eu ganhei esse lote mas era tão difícil as coisas que eu deixei abandonado prá lá e fui embora.*

(SR): *Aqui da Ceilândia?*

(FN): *Aqui na Ceilândia.*

(SR): *Ah é, porque o senhor achou que ia ter dificuldade de construir?*

(FN): *Aí depois... é isso mesmo, dificuldade demais, era difícil da gente morar, você não tinha água, não tinha nada, era aquele desconforto maior do mundo, eu solteiro, era difícil demais.* (NOGUEIRA, 2002, p.7).

Com a certeza de que aquelas ocupações precisavam ser removidas e a demanda do governo de que tudo precisava ser feito o mais rápido possível, intensificou-se o trabalho da CEI, tendo como objetivo primeiro erradicar as invasões ou, pelo menos, remover da vista dos “pilotenses” a população que construía a capital.

## 1.2 A Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) e o convencimento

Eu tinha plano de morar no Plano  
De estudar no Plano era meu plano trabalhar no Plano  
E viver no Plano, olha só meu plano  
Mas que ledo engano o qual não deu pr'eu segurar  
Que vida apertada, que vida arredia  
Passados os anos tantas lutas tantos planos  
Jogaram meus planos na periferia  
(MELODIA, 2009)<sup>18</sup>.

Vanine Magalhães, engenheiro e diretor do Departamento de Habitação Social da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), coordenou a elaboração do *Documento Ceilândia* (GDF, 1973), utilizado como fonte em vários pontos desta dissertação. Magalhães trabalhava na NOVACAP durante a criação da nova cidade-satélite, o que permitiu a ele e ao grupo com quem ele produziu o documento relatar em detalhes o processo de pré e pós-ocupação de Ceilândia. Cabe destacar o que ele escreveu sobre a Campanha de Erradicação das Invasões:

(...) foi um movimento não institucionalizado, liderado pela primeira-dama Vera Prates da Silveira, no qual se engajaram um grupo de 100 senhoras, com objetivo de mobilizar a opinião pública, bem como arrecadar fundos e donativos para ajudar as famílias a se estabelecerem na Ceilândia. (MAGALHÃES, 2013)<sup>19</sup>.

Assim, à sigla CEI foi acrescido o sufixo “lândia”, e “Ceilândia” surgiu.

Resolver a questão das ocupações era um dos motes do governo militar. Sobre isso, houve um curioso episódio envolvendo o então presidente Emílio Garrastazu Médici, narrado por Paviani (1991): Médici se dizia incomodado por ver diariamente as ocupações em seu caminho para o Palácio do Planalto, vindo da residência oficial no Riacho Fundo, então, solicitou ao governador Hélio Prates a rápida remoção da população das áreas irregulares. Vale lembrar, no entanto, que não eram só os militares ou o Governo do Distrito Federal os incomodados

<sup>18</sup> MELODIA, Rai. Postal do Plano. Brasília. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_g6gEpLn4jk&t=62s](https://www.youtube.com/watch?v=_g6gEpLn4jk&t=62s)> Acesso em: 28/05/2021.

<sup>19</sup> MAGALHÃES, V. Ceilândia: Uma esperança para os que chegaram a Brasília à procura de uma vida melhor. Vanine Magalhães: Genealogia, Reflexões, Cultura Criatividade. Brasília, 13 de out. de 2013. Disponível em: <https://vaninemagalhaes.blogspot.com/2013/10/ceilandia-cidade-satelite-de-brasilia.html>. Acesso em: 15/08/2020.

com as “invasões”. Antes mesmo da inauguração de Brasília, Lúcio Costa se mostrava preocupado com o tema:

Deve-se impedir a “enquistação” de favelas tanto na periferia urbana quanto na rural. Cabe à Companhia Urbanizadora da Nova Capital, promover, dentro do esquema proposto, acomodações decentes e econômicas para a totalidade da população. (COSTA, 1957).

Com o objetivo de remover do Plano Piloto os moradores das ocupações informais, entre 1970 e 1976 a CEI deslocou cerca de 118 mil pessoas das ocupações irregulares para novas urbanizações. Essa desconcentração populacional precoce, antes mesmo da ocupação completa do Plano Piloto<sup>20</sup>, incentivou a ocupação dos espaços periféricos, conservando uma lógica segregadora perene na sociedade brasileira. O incremento da população urbana do DF, nesse período, foi de aproximadamente 68,8%, cabendo ao Plano Piloto apenas a parcela de 3,6% desse total (GONZALES, 1985). Para a criação de Ceilândia, segundo contam os documentos oficiais, a Secretaria de Serviço Social capitaneou diversos estudos, como o levantamento socioeconômico dos moradores das ocupações, com informações como o número de membros da família, grau de escolaridade, ocupação e faixa salarial.

A CEI atuava junto à Secretaria, em um trabalho de cunho social, com doação de roupas e alimentos. Na remoção, no entanto, os responsáveis pelos órgãos esqueceram-se de considerar as relações sociais que aquela parcela da população havia construído durante sua permanência. Segundo Gouvêa (1995), as famílias removidas das áreas centrais de Brasília tiveram suas rendas significativamente diminuídas, porque, estando mais longe dos locais de trabalho, os filhos mais novos que costumavam ajudar o pai precisaram parar de fazê-lo, e as esposas que antes prestavam serviços de lavadeiras, com a distância do Plano Piloto, também perderam a clientela.

Até meados da década de 70, a política de remoção de favelas prosseguiu da mesma forma, sendo que a grande Campanha de Erradicação de Invasões (CEI) somente de 1970 a 76 erradicou cerca de 118.453 pessoas de favelas e áreas do Plano Piloto, e houve um aumento de 43.985 lotes, nos núcleos satélites novos ou já existentes, restando apenas 3.456 famílias (cerca de 17 mil pessoas) morando em favelas, o que

---

<sup>20</sup> O Plano Piloto, segundo previa o edital do concurso da construção de Brasília no qual Lúcio Costa foi selecionado, foi pensado para 500 mil moradores, entretanto, essa marca ainda não foi alcançada, embora, como mostra o texto, desde a década de 1950 já existissem as cidades-satélites. Segundo o censo de 2011 da Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílio (PDAD), a população da RA I, Plano Piloto, é de 214.529 habitantes.

nos dá a dimensão do que esta política significou para toda a população favelada de Brasília. (GOUVÊA, 1995).

A implantação de Ceilândia a uma considerável distância do Plano Piloto seguiu um modelo de espraiamento urbano intensificado no Brasil a partir da década de 1970. Segundo Silva e Tourinho (2015, p. 410), “a política do BNH, com a construção de grandes conjuntos habitacionais na periferia dos núcleos urbanos, contribuiu significativamente para o processo de conurbação, assim como para a extensão da mancha urbana”. Sabe-se, contudo, que em Ceilândia a atuação do BNH por meio da SHIS foi posterior à definição do sítio e à implantação da cidade, decisões que ficaram a cargo do Governo do Distrito Federal, uma vez que os moradores recebiam, em um primeiro momento, a posse do lote, e somente depois era construída a habitação. A infraestrutura escassa do início da cidade fica clara na fala de Maria de Lourdes:

(SR): *Infraestrutura na época não tinha nada.*

(LA): *Nada, nada, nada.*

(SR): *O transporte era precário, alimentação.*

(LA): *O transporte era precaríssimo, era feito pela Viação Planeta, que era uma tristeza.*

(SR): *E segurança existia assim?*

(LA): *Só tinha uma delegacia de polícia, a décima quinta e um posto de saúde onde hoje é o hospital, só, um serviço social, uma delegacia e foram construindo as escolas nas entrequadras.*

(SR): *Certo, posto de saúde?*

(LA): *Só um, depois foi que com o tempo foram construindo em cada entrequadra uma escola, um posto de saúde.*

(SR): *Foi desenvolvendo o projeto.*

(LA): *Foi implantando toda a infraestrutura, na época tinha o BNH, que era o grande financiador de infraestrutura e construção de casas habitacionais, então foi quando criou-se o grande projeto de Ceilândia, que era a infraestrutura da cidade, água, luz, esgoto, asfalto, captação de águas pluviais e depois a habitação, foi quando foram construídos os conjuntos habitacionais da Guariroba, Setor O, P NORTE e P SUL e depois muito já no final é que deu a expansão do Setor O, que já foi ocupação de lotes, não casas populares.*

(SR): *Então a água e luz também demoraram, a luz não deve ter ido logo.*

(LA): *A luz foi, mas a água demorou cinco anos.*

(SR): *A água que demorou bastante. (ABADIA, 2002, p. 16-17, grifo da autora).*

Figura 8. Vista aérea de Ceilândia, 1971.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Embora, na época a que se refere a entrevistada, a cidade estivesse ainda longe ser concluída, a CEI dava sequência ao seu principal objetivo, e a retirada dos ocupantes do Plano Piloto não seria adiada pela falta de infraestrutura na nova cidade. De maneira até certo ponto pacífica, pois àquela população não era dada escolha, como apontado por Maria de Lourdes em seu depoimento, o governo, junto à Secretaria de Serviço Social, atuou nas ocupações salientando os pontos positivos da remoção, e os assistentes sociais lançavam mão dos argumentos que tinham. Sobre o convencimento da população, Maria de Lourdes diz:

(SR): *Deputada, no processo de remoção a senhora lembra como foi a preparação para a mudança com as pessoas das vilas? Iam lá, conversavam?*

(LA): *Conversavam, eles ficavam assim meio, porque a vila era próxima ao Núcleo, tinha um mercado que era muito bom, perto do trabalho, eles “nossa ir para aquele né cerradão, lá naqueles mundo.*

(SR): *Eles tinham receio e medo.*

(LA): *É, eles tinham receio, mas também quando eles perceberam, também eram outras épocas, não é?*

(SR): *Certo.*

(LA): *Não tinha essa... não era essa, quer dizer era uma época que você “cumpra-se”, (?), então não tinha assim aquela coisa, muita discussão, eu quero ir eu não quero ir.*

(SR): *Certo.*

(LA): *E a gente como técnico, diz olha quem vai na frente bebe água limpa, quem for primeiro vai ter lote melhor, vai ficar no centro da cidade, quem ficar por último já viu, vai ficar lá na periferia, no rabo da cidade, aí todo mundo queria ir.* (ABADIA, 2002, grifo da autora).

Entre as manobras de convencimento utilizadas pelo governo, houve campanhas de rádio e televisão e até um *jingle*. Essa duvidosa e conhecida técnica de convencimento do governo militar é narrada por Adirley Queirós em seu filme *A Cidade é Uma Só?* (2011), um entrelaçamento entre ficção e depoimentos reais de moradores pioneiros de Ceilândia. O título do filme remete a um *jingle* da campanha que esteve em curso, o trecho a seguir é o refrão, e a imagem (fig. 9) ilustra o que era televisionado:

Vamos sair da invasão, a cidade é uma só  
 Você que tem um bom lugar pra morar  
 Nos dê a mão, ajude a construir nosso lar  
 Para que possamos dizer juntos  
 A cidade é uma só  
 (A CIDADE é Uma Só? Direção de Adirley Queirós, 2011).

Figura 9. Cena de comercial de divulgação de Ceilândia.



Fonte: *A Cidade é Uma Só*, 2011.

O *Projeto Ceilândia* descreveu a CEI e seu “projeto social”, além de fazer referência à campanha “A cidade é uma só”:

Com o slogan “A cidade é uma só” a CEI conseguiu arrecadar, em todo o Distrito Federal, recursos destinados aos mudancistas. Ressalta-se a contribuição dessa campanha desde a sopa que era servida aos moradores, no dia em que mudaram para Ceilândia, até a venda, por preços simbólicos, de material como tábuas, telhas, cimento, pregos, colchões, camas, fogões, uniformes, etc.

Nada foi distribuído gratuitamente, tudo tinha preço simbólico: era o início de um trabalho educativo promocional, sem paternalismo ou assistencialismo. O nome “Ceilândia” foi em homenagem à CEI. (PROJETO CEILÂNDIA, 1971, *apud* LOPES, 2001).

Mais um exemplo do trabalho de propaganda empreendido pelo GDF, as imagens e texto a seguir foram transcritos de um comercial veiculado por meio televisivo, posteriormente à inauguração de Ceilândia. Nele, encontram-se falas e vídeo sobre as ocupações e as

“populações faveladas”, bem como o início da nova cidade, com a instalação de iluminação pública e a chegada de água encanada.

Figura 10. Exemplo de habitação das ocupações.



Fonte: YouTube.

Figura 11. Fabricação de tijolos.



Fonte: YouTube.

Na implantação de Brasília, têm sido enfrentados grandes problemas, criados muitas vezes pela pressa de se atingir as metas visadas. É o caso das invasões do IAPI, Morro do Urubu, Vila Esperança e Vila Tenório, **que, surgidas dentro do anel sanitário de Brasília, empanavam a imagem da mais moderna capital do mundo**, ocasionando um sério perigo de poluição das águas do Lago Paranoá.

Neste local, existia a maior delas, a invasão do IAPI, que vinha desafiando as tentativas de erradicação, com cerca de 80 mil pessoas, vivendo nas mais precárias condições sociais e de higiene.

Neste ano, o governo do Distrito Federal, através da Secretaria de Serviço Social e com a elaboração da Campanha de Erradicação das Invasões, conseguiu extinguir

aquele aglomerado humano, transportando seus habitantes para um local urbanizado. Situada a noroeste de Taguatinga, surgiu a Ceilândia, solução social pioneira na América do Sul. **Aqui, o homem chegou para viver como gente.** Recebeu seu lote, construiu um barraco provisório e, hoje, com o financiamento da SHIS e do Banco Nacional da Habitação, está construindo sua casa de alvenaria sob a orientação do Escritório da Casa Própria, mantido pela Secretaria de Serviços Sociais. As obras de infraestrutura vêm sendo cuidadas pelo governo, que não poupa esforços para dotar aquele núcleo dos meios necessários à sua subsistência. Serviços de água e luz estão sendo implantados ao longo das ruas de Ceilândia. (HISTÓRIA da Ceilândia, 2013, grifo da autora)<sup>21</sup>.

Figura 12. Instalações elétricas.



Fonte: YouTube.

Figura 13. Ginásio polivalente.



Fonte: YouTube.

Figura 14. Crianças alegres próximas a uma das torneiras espalhadas por Ceilândia.

---

<sup>21</sup>O vídeo foi encontrado na plataforma YouTube, e as informações sobre sua produção não foram encontradas.



Fonte: YouTube.

Para garantir a tranquilidade pública, funciona aqui uma delegacia de polícia [...] Ceilândia contará brevemente com um posto médico. **O governo controla agora, todas as áreas removidas, impedindo o surgimento de novas favelas, ao mesmo tempo que erradica, integra e desenvolve uma nova sociedade brasileira** (HISTÓRIA da Ceilândia, 2013, grifo da autora).

É possível notar, nos trechos acima, o discurso adotado pelo governo e o tom constante de autopromoção por conta da medida que contribuiria para a construção de “uma nova sociedade brasileira”. Convencida a população, no dia 27 de março de 1971, iniciou sua mudança para a nova cidade.

## 1.3 A remoção

**candango** s.m. (1899) 1 nome que os africanos davam aos portugueses 2 p.us. indivíduo desprezível, abjeto 3 indivíduo destituído de bom gosto 4 nome que designa cada um dos operários que trabalharam nas grandes construções da cidade de Brasília (DF), ger. oriundos do Nordeste do Brasil 5 p.ext. cada um dos primeiros habitantes de Brasília ● ETIM orig.contrv.; segundo Nasc, do quimb. kangundu, dim. de kingundu 'vilão, ruim, ordinário', com metátese e assimilação; Nei Lopes comenta que, em Cuba, o termo candanga significa 'bobalhão, mentecapto, doentio, enfraquecido' e que Ortiz (1986) o vê talvez como originário do quicg. kunda 'encurvar-se, dobrar a espinha, render homenagem, adorar'; acrescenta ainda que, para a primeira acp., poderíamos tentar também o quicg. (dialeto Vili) ndangi 'espião' ● SIN/VAR ver sinonímia de galego 'português'. (HOUAISS, 2001. grifo da autora).

Figura 15. Página retirada do Censo Experimental.



**O CANDANGO:** assim era chamado o trabalhador empenhado na construção da nova Capital. A denominação generalizou-se, passando a constituir o termo preferido para caracterizar o habitante de Brasília. Dentro em breve, atravessará fronteiras e será conhecido no mundo. Chegou a ser proposto que "Miss Brasília", eleita em recente concurso de beleza, fôsse chamada "Miss Candango".

Fonte: IBGE, 1959.

Consultar no dicionário os vários significados da palavra “candango” induz a questionar o termo e seu uso, afinal, à exceção da referência aos trabalhadores da construção de Brasília, os demais significados são pejorativos. Quem, então, denominou assim os construtores da nova capital? Seriam os mesmos que fizeram campanhas para remover esses trabalhadores? O trecho a seguir (fig. 16) foi retirado do *Documento Ceilândia* (GDF, 1973), e nele nota-se o uso do termo para designar os construtores da cidade.

Figura 16. Excerto sobre os candangos.

O “candango”, como passou a ser chamado o operário que construiu Brasília, permaneceu então absorvido apenas no setor da construção civil, tolhido assim de uma melhora na renda salarial. Somando-se a essa baixa renda salarial as constantes flutuações do mercado de trabalho (setor da construção civil) e ainda a desenfreada super valorização do lote, fruto da especulação imobiliária, ficou o “candango” sem meios para a aquisição ou construção de sua casa própria.

Fonte: IBGE, 1959.

Conforme relata o *Projeto Ceilândia* (1971 *apud* LOPES, 2001), as famílias recebiam orientação sobre o dia da mudança com duas semanas de antecedência, e as portas das residências a serem removidas eram marcadas, assinalando dia e mês da mudança. Os técnicos entregavam o aviso de transferência, o atestado para a obtenção de dispensa do trabalho por cinco dias e a guia para matrícula escolar. O objetivo da CEI era transferir diariamente 35 barracos, mas, segundo o *Projeto Ceilândia*, “houve época que se chegou a um número de cento e vinte, com a participação das famílias que mudaram por conta própria” (1971 *apud* LOPES, P. 32. 2001). O trecho a seguir descreveu a divisão em etapas (fig. 17), do trabalho de convencimento da CEI à fixação das famílias em Ceilândia, com a construção da casa em alvenaria:

Figura 17. Etapas da remoção/ implantação.

### 1ª etapa

Programa de preparação do favelado para a mudança:

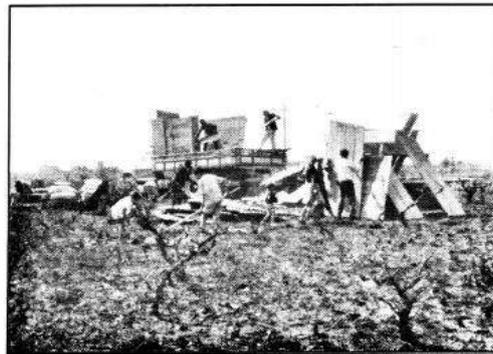
- ação comunitária com líderes e instituições;
- ação grupal, reuniões com moradores, visitas à nova área;
- plantão de informações e orientação à população;
- divulgação através do rádio, TV, volantes, cartazes;
- apoio da CEI - Campanha de Erradicação das Invasões.

### 2ª etapa

- remoção e localização em lote urbanizado próprio, com habitação provisória;
- acesso aos serviços de infra-estrutura urbana mínima;

### 3ª etapa

- estímulo para o acesso à casa própria como opção familiar de progresso;
- consolidação da integração social urbana;
- desenvolvimento da infra-estrutura urbana; - implantação de programas de desenvolvimento de comunidade.



**27/3/71 – Na mudança, móveis e restos dos barracos removidos eram jogados em pleno cerrado e toda a família se envolvia na reconstrução**

Fonte: *Ceilândia tem Memória*, 2001.

A distribuição dos lotes seguia alguns critérios, ao menos teoricamente, conforme pontua o *Projeto Ceilândia*:

- Não ser possuidor de outros bens imóveis no Distrito Federal;
- Ser residente e proprietário, na invasão, na época da pesquisa;
- Ser inquilino cadastrado na época da pesquisa;
- Quanto aos solteiros, somente os proprietários teriam direito ao lote; — quando o estado civil não era legal, o lote seria registrado no nome da mulher;
- O proprietário de mais de um barraco na invasão só poderia receber um lote em Ceilândia;
- O lote era intransferível pelo prazo de 2 anos e teria preço simbólico.

Na prática, não foi muito rígida a observância desses critérios, sendo atendidas mais famílias que as previstas na pesquisa — 82.000 pessoas. (PROJETO CEILÂNDIA, 1971, *apud* LOPES, 2001, p. 31).

Era recomendado aos moradores que os materiais de suas casas desmanchadas fossem reaproveitados na residência provisória que montariam na nova cidade (conforme se vê na imagem anterior). Sobre isso, disse Abadia (2002, P. 10): *“quando derrubava os barracos, as telhas quebravam na mudança, as tábuas podres já, então precisava de fazer pelo menos um comodozinho bom para a população que estava sendo colocada em Ceilândia”*. Coube então à CEI arrecadar materiais de construção e auxiliar no processo. Técnicos da NOVACAP demarcaram, em noventa e sete dias, dezessete mil lotes, e, em 27 de março de 1971, iniciou a remoção da população residente nas ocupações. Ela é assim narrada e representada por quem viveu o momento<sup>22</sup>:

*É, e nós fomos jogados realmente, era jogado no lote, no mato mesmo, você é que tinha que fazer tudo. Dava o lote, aí você tinha que derrubar o mato... Limpar tudo e fazer uma barraca improvisada para poder construir o barraco de madeira para você passar para dentro, nós ficamos desse jeito aqui. (MANEIRO, 2001, p. 10).*

Havia também a opção de mudança por conta própria, e aqueles que tinham alguma condição preferiram assim, pois puderam escolher os lotes mais bem localizados. A maioria, entretanto, dependia do auxílio de remoção oferecido pelo governo, como foi o caso de Dona Ana Maria de Jesus:

*Ele [o governo] hoje dava a ordem, a gente ia, desmanchava o barraquinho, e passava a noite lá no relento, e no outro dia cedo o caminhão chegava, quando o caminhão chegava lá eles tinham o pessoal que iam no caminhão. Ajudava, pegava, botava no caminhão, ali onde é a Caixa Econômica era onde eles recebiam, carimbavam o documento para gente chegar. É, e tomar posse do lote. Mas era só isso... não tinha água, luz. (JESUS, 2002, p. 15).*

Para coordenar o processo de remoção e realocação da população, o GDF criou o Grupo Executivo de Remoção (GER), ligado à Secretaria de Serviço Social. A esse grupo de trabalho

---

<sup>22</sup>Toda história tem dois lados. No caso de Ceilândia, há o discurso oficial, registrado em arquivos da época, como o *Documento Ceilândia* (GDF, 1973), onde se vê um discurso de exaltação das medidas tomadas, ditas pioneiras, no combate às “invasões”, presente nas propagandas da época, como aquela apresentada neste capítulo, com um texto destacando as vantagens da vida na nova cidade (até beber água em um cano, por falta de saneamento é posto ali como agradável, com fotografias de crianças sorridentes). Por outro lado, nas falas dos primeiros moradores, vê-se certo ressentimento, em especial com as condições do início de Ceilândia, o mato alto, a falta de luz etc. Nos registros do Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal, os depoimentos são quase unânimes quanto a isso. Aqui, cabe pontuar o artigo *Vertentes da historiografia e da crítica de Brasília* (DERNTL, 2021), onde a autora citou cinco formas de narrar, e destacar duas delas: a vertente apologética, comum nos discursos do governo no início de Brasília, e a das representações sociais, marcada por “fontes, provenientes não apenas de autoridades e *experts*, mas também de moradores do Plano Piloto ou de localidades distantes dele, migrantes de épocas diversas e observadores externos”.

coube, entre outras, a tarefa de supervisionar a implantação da infraestrutura urbana na nova cidade. Era de responsabilidade do GER:

I – Pesquisa socioeconômica

Objetivando colher dados sobre o nível socioeconômico da população, assim como levantamento das expectativas e aspirações da população.

II – Preparação do favelado para a mudança, através de:

- Ação Comunitária – líderes da população e de instituições;
- Ação grupal – reuniões e visitas domiciliares;
- Plantão de informações e orientação à população;
- Divulgação – rádio, TV e volantes;

III – Implantação do Projeto Urbanístico e infraestrutura.

IV – Remoção e ocupação de lotes urbanizados em habitações provisórias.

V – Consolidação e desenvolvimento

- Construção da casa própria
- Consolidação e integração urbana
- Ampliação e melhoramento da infraestrutura. (Revista SHIS, 1973, p. 20).

Após concluída a remoção das famílias, o GER foi transformado em Grupo Executivo de Consolidação de Ceilândia (GECC), e tinha o objetivo de desenvolver a outra etapa da erradicação — ou seja, fixar o homem na nova cidade e consolidá-la (PROJETO CEILÂNDIA, 1971, *apud* LOPES, 2001). Teve início, então, o Plano Básico de Ação da Fundação do Serviço Social, dividido em duas etapas principais:

1 - Ação planejada que se caracterizou em duas linhas básicas — integração social e desenvolvimento urbano-comunitário;

2 - Instalação do Centro de Desenvolvimento Social (CDS) e do Escritório da Casa Própria (ECAP). (Revista SHIS, 1973, p. 20).

Segundo o *Documento Ceilândia*, o trabalho empreendido pelo governo com os moradores das ocupações tinha como objetivo não apenas “sua remoção de uma área para outra, mas erradicar de fato as ‘invasões’ com projeto habitacional, de promoção social das famílias e de medidas de prevenção contra a formação de novas invasões” (GDF, 1973, P. 16). As condições nas ocupações eram precárias, com esgoto a céu aberto, e as ruas não tinham pavimentação, expondo a população a diversos problemas; entretanto, havia ali certa

urbanidade e boa convivência entre os moradores. Além da facilidade de acesso aos postos de emprego, hospitais e escolas, funcionavam nas invasões um total de nove escolas-classe nos barracos de madeira, atendendo a um total de 5.729 alunos (GDF, 1973). Ceilândia, ao contrário, dependia da infraestrutura de Taguatinga ou do Plano Piloto. Foi somente depois de quase cinco anos após a inauguração que a cidade passou a ter sistema de água encanada.

Figura 18. Inauguração da Caixa D'água de Ceilândia.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

*[...] a falta d'água, esse era o maior terror da Ceilândia, as ruas escuras e a falta de asfalto, esgoto e uma série de outras benéficos não tinham chegado ainda à cidade [...] esse trabalho era feito pela CAESB, pela Secretaria de Serviços Sociais, pela Fundação, representada pelo CDS, a gente tinha que correr atrás de caminhões-pipa pra encher esses chafarizes. (RIBEIRO, 2002, p. 9).*

Considerando o curto prazo entre o processo de convencimento da população, remoção e inauguração de Ceilândia, o governo priorizou a instalação de uma infraestrutura básica, segundo a Revista SHIS (1973), composta de:

- Estruturas de alta e baixa tensão para a iluminação pública e domiciliar;
- Asfaltamento das vias públicas;

- Torneiras públicas dispostas a cada 50 m para o abastecimento de água provisório;
- Construção de escolas e seu funcionamento imediato para atender as crianças que estudavam nas invasões, impedindo a interrupção dos seus estudos;
- Rede de transporte atendendo toda a população. (Revista SHIS, 1973, p. 21).

Segundo a mesma publicação, as etapas seguintes para a consolidação de Ceilândia seriam os projetos de água potável, rede de esgoto e águas pluviais, mas depoimentos dos primeiros moradores da cidade destacam a falta de luz, de transporte público e de água. Esta última era levada uma vez por semana por caminhões-pipa, conforme relatado por dona Dalva:

(DR): *Não tinha nada, nem luz, nada, nada e era o caminhão-pipa, tinha o dia.*

(SR): *Abastecimento de água?*

(DR): *Abastecimento de água tinha um caminhão-pipa, e era longe, então a gente tinha que arranjar dois tambores, um ficava aqui e outro ficava lá, e lá a gente tinha que por uma pessoa para olhar senão eles tomava a água da gente.*

(SR): *Roubava água?*

(DR): *Roubava água.*

(SR): *Mas como era que vocês faziam para trazer água de lá para cá?*

(DR): *Baldeando na mão, os baldes.*

(SR): *Nossa Senhora, que trabalho, né?*

(DR): *Esse foi difícil.*

(SR): *E também não tinha luz?*

(DR): *Não, luz também não tinha, era vela, lamparina.*

(SR): *Fogueira.* (RODRIGUES, 2002, p. 9–10).

Figura 19. Desmanche das ocupações.



Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

O processo de remoção dos candangos e a mudança para Ceilândia foram concluídos em 9 de março de 1972, poucos dias antes de seu início completar um ano.

**Houve, então, mais um revés na caminhada dos candangos:** anos após a inauguração da cidade, a população que ainda se adaptava à nova realidade foi submetida a uma nova peleja, a da regularização dos lotes. Como foi antes colocado, os lotes não foram doados, mas financiados a princípio a um preço simbólico. Entre 1971 e 1973, os preços dos terrenos variavam entre Cr\$ 600,00 e Cr\$ 4.000,00, tendo o salário-mínimo o valor de Cr\$ 225,60. Nessa época, cinco mil lotes foram quitados por seus proprietários, entretanto, em 1974, o Governo do Distrito Federal suspendeu o chamamento dos ocupantes dos lotes, e somente em 1979 a quitação foi proposta, com o preço de Cr\$ 38.000,00 dado pela NOVACAP. O salário-mínimo era, então, de Cr\$ 2.268,00 (GUIDI, 2013). Essa situação originou o movimento dos Incansáveis Moradores de Ceilândia (fig. 20), que reivindicava a manutenção de preço dos lotes em valores justos e adequados à renda da população.

*(IM): No começo recebiam uma ordem de ocupação e eles ocupavam esse lote, depois esse lote foi vendido para as pessoas.*

*(SR): Um preço simbólico.*

*(IM): Foi vendido pelo preço da época, e eles só foram pagos muito tempo depois, inclusive houve muito problema na frente, como, por exemplo, nasceu a Associação dos Inquilinos aqui na Ceilândia. Nasceu por essa razão, porque alguns pagaram no começo o lote por um preço, quando os outros vieram a pagar já era um outro preço completamente diferente e, quando nós montamos essa questão da Associação dos Inquilinos, foi exatamente para garantir o preço que havia sido vendido na época. Então a briga toda foi essa, e daí nasceu a Associação dos Inquilinos, que ganhou nome em Brasília por essa luta, que era uma luta justa, porque uns pagavam um preço, outros um preço diferente. Mas todos pagaram o lote. (MENDES, 2002, p.14-15).*

Figura 20. Incansáveis moradores de Ceilândia.



Fonte: Retirado da página do Facebook Histórias de Brasília.<sup>23</sup>

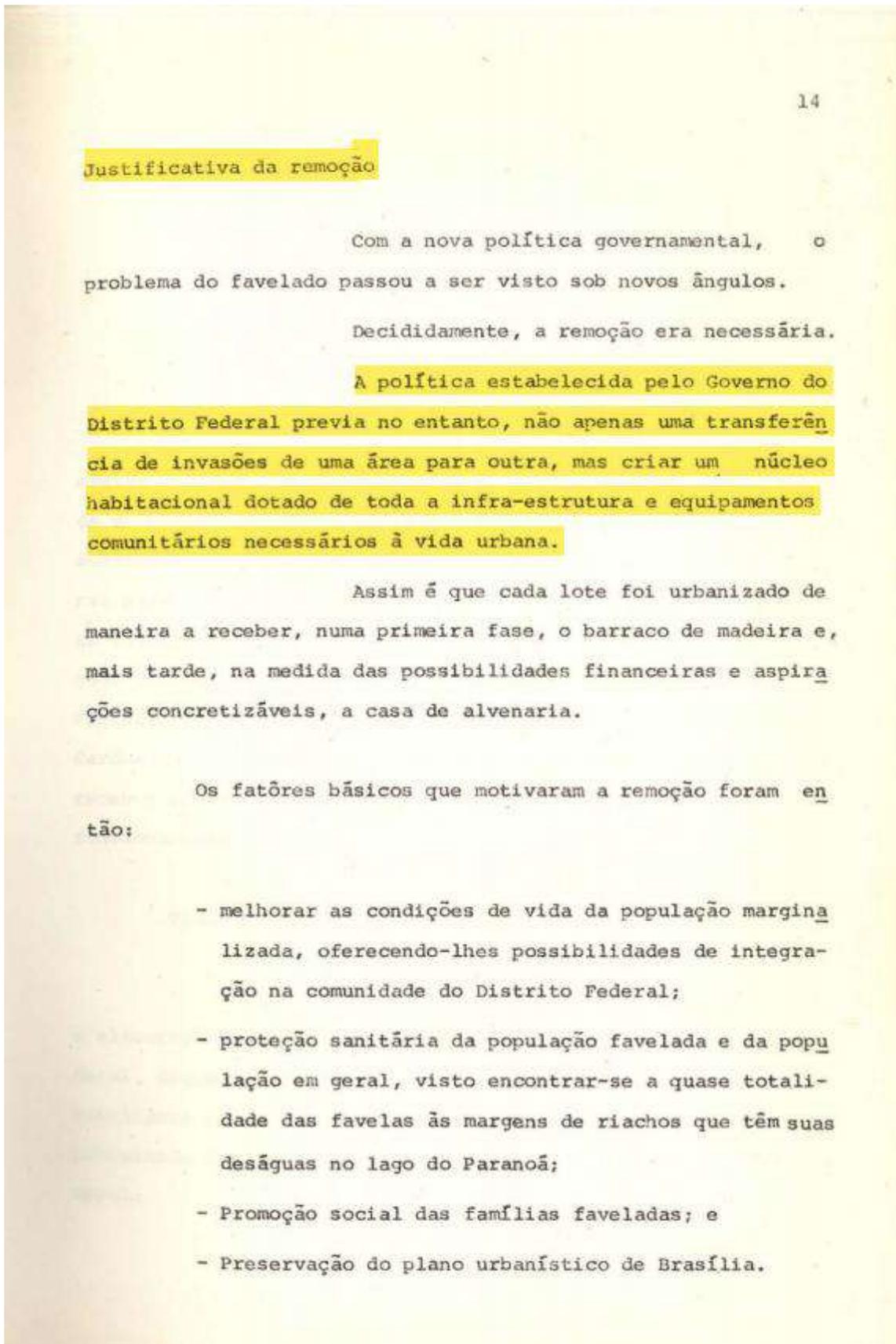
Em 1984, após longa batalha judicial, o processo iniciado pelos líderes do movimento foi julgado, dando vitória aos Incansáveis, atualizando os valores dos lotes e equiparando-os aos do início da cidade. Remoção, inauguração, implantação e até a burocratização, em Ceilândia, parecem ter acontecido rápido demais.

É interessante observar, também, a consolidação da cidade de alvenaria a partir dos projetos habitacionais da SHIS para a cidade.

---

<sup>23</sup>CALVO, Lourdes. Manifestação de moradores de Ceilândia em frente ao Palácio do Buriti em 1980. 1980. 1 fotografia. Disponível em: <https://www.facebook.com/historiasdebsb/posts/1184850781697030>. Acesso em: 28/05/2019.

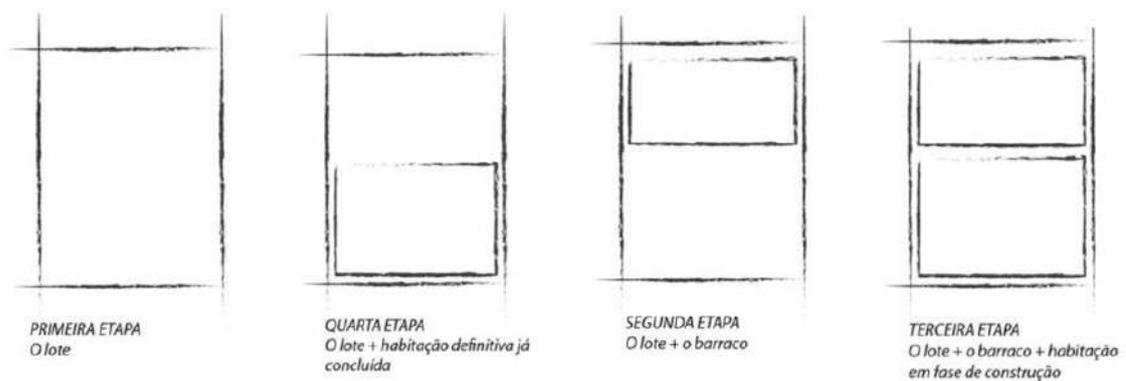
Figura 21. Justificativa da remoção.



## 1.4 As casas da SHIS

De acordo com o plano de criação de Ceilândia desenvolvido pelo governo do Distrito Federal, a ocupação da nova cidade deveria acontecer em três etapas (fig. 22): a princípio, a pessoa receberia seu lote, perdendo assim a “qualidade de ocupante transitório de um local, passando a possuidor de determinado chão” (GDF, 1973); em seguida, reaproveitando o material trazido das ocupações, remontaria uma habitação provisória no fundo do lote; por último, realizaria a construção da residência definitiva na frente do terreno. Para isso, projetos arquitetônicos foram oferecidos pela Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS). Haveria ainda uma quarta etapa, dita obrigatória, que consistiria na retirada do barraco do fundo do lote após a construção da casa em alvenaria, entretanto, ela não foi posta em prática, haja vista a existência ainda hoje dessas edículas.

Figura 22. Etapas de ocupação dos lotes.



Fonte: Alana Waldvogel, com base no *Documento Ceilândia*, de 1973.

Ainda conforme registrado pelo Governo do Distrito Federal (GDF, 1973) no plano de ocupação da cidade, Ceilândia contaria com 21.792 lotes habitacionais. Cabe ressaltar que os lotes não foram doados, mas financiados, e inicialmente os moradores recebiam apenas uma “ordem de ocupação provisória” (GDF, 1973, p. 58) impedindo qualquer alteração no terreno. Somente em um segundo momento procedia-se à regularização mediante assinatura de contratos de compra e venda.

Definida a infraestrutura, deu-se a ocupação da nova área, onde, o ex-favelado, através de pequenas prestações, adquiria o seu lote com área de 250 m<sup>2</sup>. Na compra desse lote, o indivíduo constituiu o seu primeiro patrimônio que irá lhe proporcionar no futuro a edificação de sua casa definitiva em substituição ao barraco transferido. Para dentro dessa área, ou seja, do seu lote próprio, o indivíduo transfere toda a sua "bagagem cultural", seu modo de vida, seu comportamento familiar. No fundo do lote, ergue o seu barraco, ficando a frente reservada para a futura residência. (GDF, 1973, p. 52)

Para a obtenção das casas definitivas em alvenaria, havia duas opções: através de recursos próprios ou por meio de financiamento do Banco Nacional de Habitação. A responsável por empreender a construção e distribuição das residências financiadas pelo BNH era a Sociedade de Habitação de Interesse Social (SHIS) que, segundo seu Contrato Social, tinha, entre outros, os seguintes objetivos:

- I – Possibilitar a aquisição de casa própria e financiamento para a construção, conclusão, ampliação ou melhoria de habitação de interesse social, preferencialmente a pessoas de menor condição aquisitiva, ressaltando sua capacidade de pagamento;
- II – Facilitar, através de acesso à moradia própria, a progressiva extinção dos conjuntos residenciais improvisados ou destituídos dos mais elementares requisitos de higiene e conforto;
- III – Incentivar a pesquisa e utilização de métodos de construção econômica, de modo a assegurar o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para fins habitacionais;
- [...]
- VI – Construir equipamentos complementares dos núcleos habitacionais edificados, previstos no Sistema Financeiro da Habitação (SFH). (CONTRATO SOCIAL, SHIS, 1989.)

Figura 23. Casas da SHIS em Samambaia, Guará e Gama.



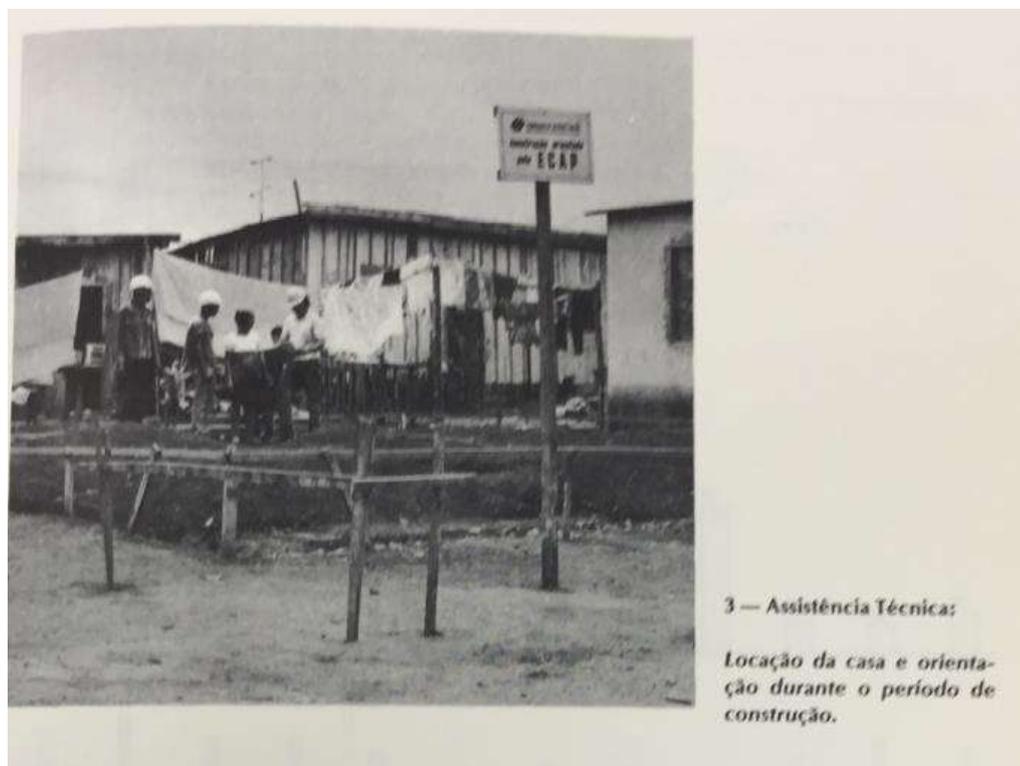
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Se a opção fosse o financiamento pelo BNH, era exigida a comprovação da renda familiar mensal, nunca inferior a um salário-mínimo (GDF, 1973). O Banco foi o responsável por dispor os recursos para a construção de dois conjuntos habitacionais da SHIS, totalizando 1.300 casas populares até 1973, e posteriormente também contribuiu para a expansão de Ceilândia com a construção de um novo setor em 1977, a Guararoba.

Além da construção das casas por meio de financiamento, era facultada ao beneficiário a construção com o uso de recursos próprios. Muitos moradores optaram por essa segunda opção, considerando “se tratar de uma população de renda baixa, que, até o lançamento do PLANHAP — Plano Nacional de Habitação Popular — não tinha acesso aos financiamentos do sistema Nacional de Habitação” (GDF, 1973, P.55). Ainda segundo esse documento, em virtude da impossibilidade de comprovação de renda, porque muitas vezes essas pessoas eram profissionais informais da construção civil, e considerando a experiência nessa área, muitos dos moradores preferiram erguer suas casas por conta própria. A partir do crescente interesse demonstrado pelos moradores em construir a casa definitiva em alvenaria, a Secretaria de Serviços Sociais, através da Fundação do Serviço Social, pôde colocar em execução o seu plano habitacional. Esse plano previa vinte tipos de projetos residenciais e era conduzido pelo Escritório da Casa Própria (ECAP), subordinado ao GECC. Entre as atribuições do ECAP, estavam:

- 1 - Regularização da documentação até o alvará de construção;
- 2 - Oferecimento de vinte tipos diferentes de plantas de casas populares para a escolha (projetos de arquitetura e instalações);
- 3 - Assistência técnica: locação da casa e orientação durante o período de construção;
- 4 - Fornecimento a baixo preço dos tijolos fabricados pela unidade industrial (UNICAP) instalada em Ceilândia. (Revista SHIS, 1973).

Figura 24. Escritório da Casa Própria (ECAP).



Fonte: Revista SHIS (1973).

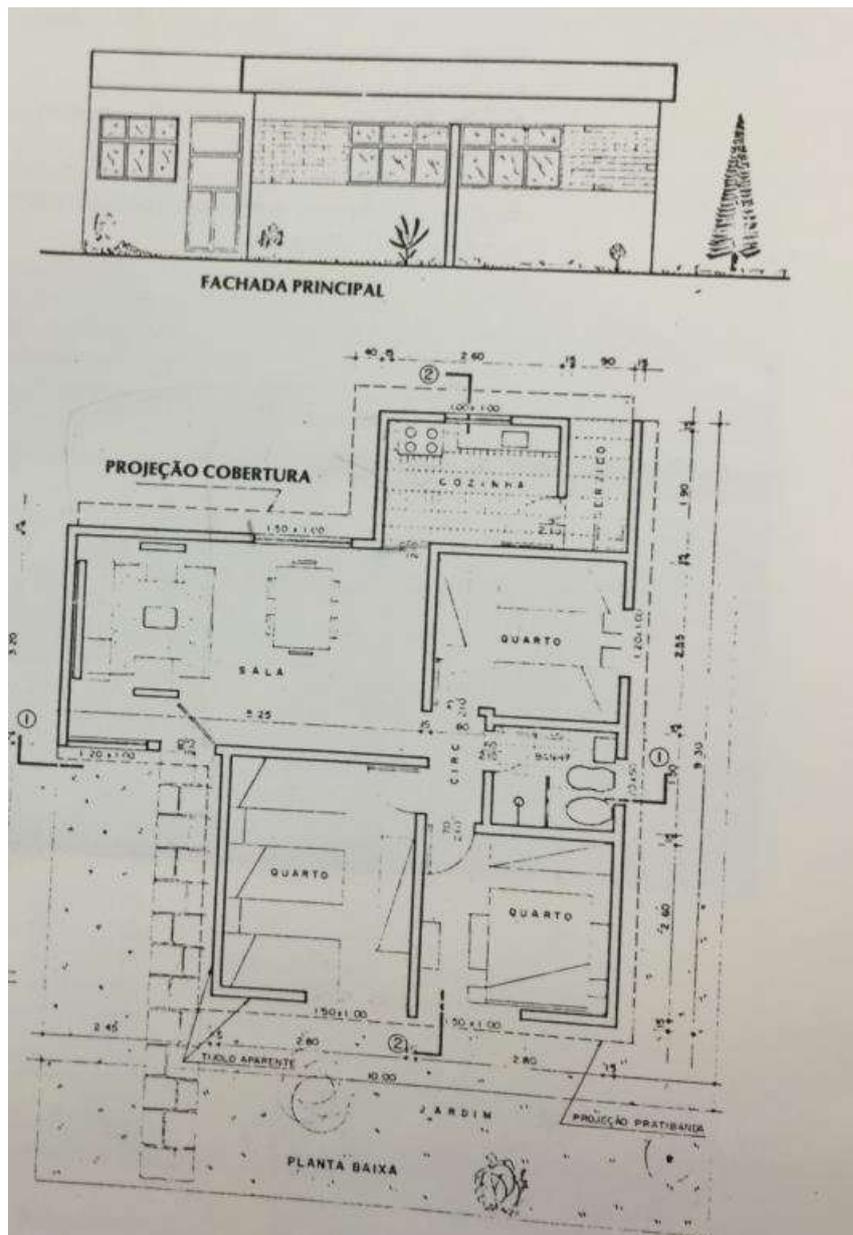
Figura 25. Distribuição de tijolos.



Fonte: Revista SHIS (1973).

A seguir, pode-se observar um dos **20 projetos habitacionais disponibilizados pelo ECAP** aos moradores de Ceilândia (fig. 26):

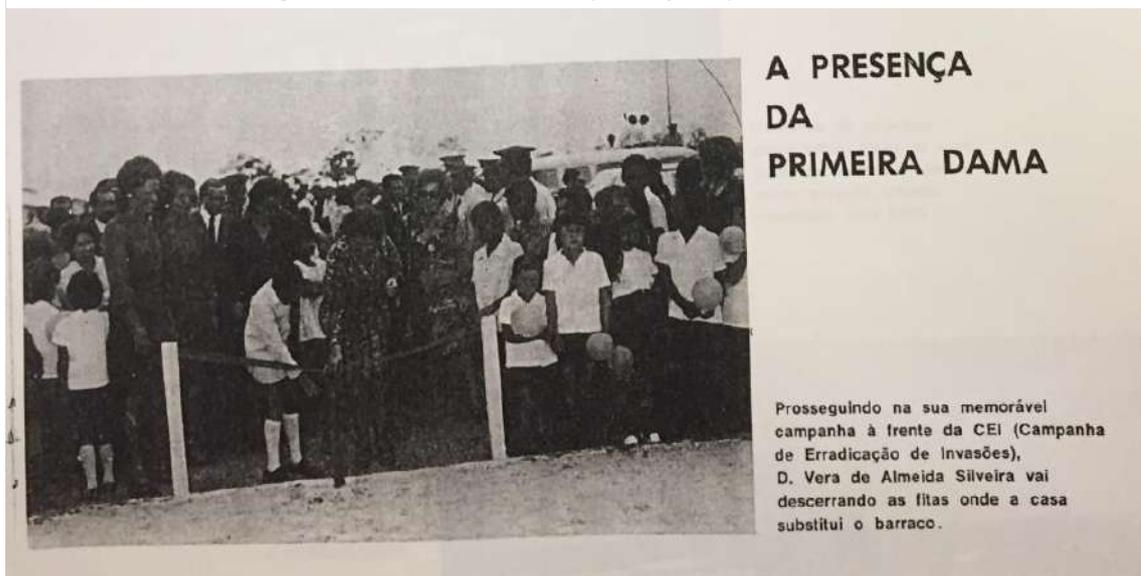
Figura 26. Exemplar de planta da SHIS para Ceilândia.



Fonte: Revista SHIS (1973).

A CEI, o Governo do Distrito Federal e parcelas mais altas da sociedade atuaram no processo de consolidação de Ceilândia. A seguir, na imagem da primeira-dama Vera Almeida da Silveira (fig. 27) na entrega de um exemplar de habitação definitiva em alvenaria, nota-se a pompa da cerimônia.

Figura 27. A casa definitiva e a presença da primeira-dama.



Fonte: Revista SHIS (1973).

As casas da SHIS de Ceilândia possuíam uma metragem que variava entre 55 e 60 m<sup>2</sup>, o que caracterizava uma taxa de ocupação de 24%, considerando o tamanho padrão dos lotes do início da cidade, de 250 m<sup>2</sup>. Essa baixa ocupação favoreceu os acréscimos na habitação inicial: foram incluídos pavimentos e coberturas, cômodos foram aumentados e alterações que visavam ao atendimento da dinâmica das relações sociais ou do núcleo familiar foram feitas. A falta de previsão para futuras expansões deixava a cargo do morador, muitas vezes sem suporte técnico adequado, o imprevisto de reformas e adequações. Essa proposta habitacional, com um enxuto programa de necessidades, gerou críticas também à época, e a SHIS justificou:

As chamadas “pequenas casas da SHIS”, já famosas na crítica de alguns, constituem a essência da filosofia do Plano Nacional de Habitação: “Fixação do homem e sua integração e educação comunitária”. Não é que a casa seja pequena. O que a SHIS constrói é apenas o embrião da casa, ou seja, a parte essencial, dotada dos serviços de instalações elétrica, hidráulica e sanitária. Ao comprador desse embrião compete a sua complementação, construindo, com o fruto da poupança diária, as partes denominadas sociais. (Revista SHIS, 1972, p. 23).

Ceilândia é fruto da política habitacional empreendida nesse período. Milhares de casas configuravam a paisagem do local, ermo e ainda carente de infraestrutura, e encontravam-se nas terras da antiga Fazenda Guariroba, vizinha da Fazenda Taguatinga. Assim, a trinta quilômetros do Plano Piloto, fez-se a nova satélite. Se o processo de convencimento e remoção da população foi feito em tempo recorde, com o projeto urbanístico não foi diferente.

## CAPÍTULO 2: A cidade projetada

Ney Gabriel de Souza nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 1934. Durante sua juventude, trabalhou como topógrafo na prefeitura de Uberaba até que, em 1953, aos dezenove anos, decidiu mudar-se para Brasília. Assim, começou a trabalhar na NOVACAP e posteriormente cursou Arquitetura e Urbanismo na primeira turma da Universidade de Brasília, graduando-se em 1969. Durante as obras da nova capital, Ney Gabriel trabalhou na equipe de Lúcio Costa, mas, segundo ele, o contato com o autor do Plano Piloto era pouco, uma vez que Costa passava a maior parte do tempo no Rio de Janeiro. Em 1970, Gabriel foi designado pela NOVACAP para a criação da nova cidade, Ceilândia. A partir dos dados colhidos pela Secretaria de Serviço Social nas ocupações, o sítio foi demarcado e colocado à disposição do urbanista. Havia pressa e o projeto precisava sair rápido do papel.

*À toque de caixa, então, nós fazíamos os módulos, cada quadra individualmente, numa planta, pra depois implantar. Mas essas coordenadas de implantação, tudo já tinha, né? [...] Lá no GDF tinha a topográfica que fazia, eles faziam isso. E foi muito rápido. Mas voltando... A Maria de Lourdes, que era a coordenadora do Serviço Social, que coordenou muito isso, isso foi feito na época do Hélio Prates, né? E tinha intenção realmente, né? Época militar e eles estavam querendo evitar, porque tinha invasão lá perto do Palácio, o diabo a quatro. (SOUZA, 2018).*

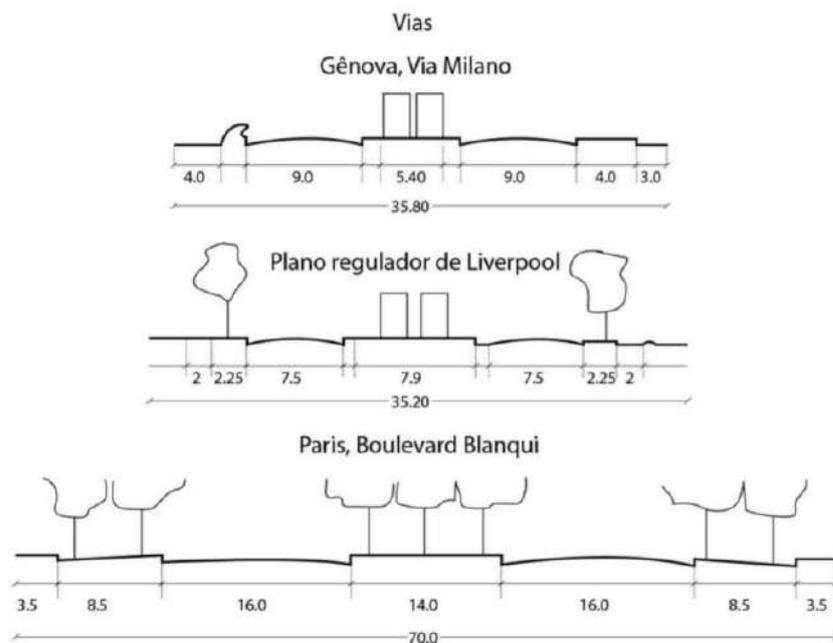
Durante os anos iniciais de Brasília, com a cidade ainda em construção, o recém-chegado Ney Gabriel pôde conviver mais com a equipe de Oscar Niemeyer. Segundo ele, Niemeyer permanecia mais em Brasília e “o pessoal da arquitetura, do Oscar Niemeyer, ficava mais, porque eles ficavam mais preocupados com o desenvolvimento da parte arquitetônica da cidade” (sic) (SOUZA, 2018). Além desse convívio, a formação na Universidade de Brasília (1969) foi influência decisiva na concepção no traçado modernista e marcado da nova cidade-satélite. Uma referência para os urbanistas desse período eram os livros de Giorgio Rigotti, autor italiano dos manuais de urbanismo *Urbanismo: La composición* e *Urbanismo: La técnica*, ambos da década de 1950. Nesses manuais, havia medidas padrão de distribuição de equipamentos de uso comum, aos moldes do que fez Ernst Neufert para a arquitetura. Ney Gabriel frisou a influência do Rigotti durante a concepção de Ceilândia. Considerando o tempo restrito dado pela NOVACAP, ele valeu-se dos manuais de urbanismo para acelerar o projeto e

tornar possível a missão. O autor de Ceilândia narrou a importância da obra de Rigotti, que ele denominou “bíblia”:

*A concepção se baseou na concentração, não podia se fazer muito espaço verde, muita coisa. [...] Aí vem aquela... influência de Brasília, a cruz [...]. Não dá muito tempo de pensar muito, ficar imaginando, fazendo croquinho e isso e aquilo. [...] A gente se baseou muito no Rigotti, já ouviu falar? O Tratado de Urbanismo, a gente tinha isso como uma bíblia na nossa repartição. Aí tem aquelas coisas: distância de uma escola. [...] Não sei se tudo é válido hoje, acredito que seja e então a gente pensou sempre em uma asa, né? Dois eixos que é essa pista aqui, né? A principal ligação [Av. Hélio Prates], essa aqui a gente praticamente não tinha [Av. Elmo Serejo, ao sul de Ceilândia], expandiu pra cá depois, com o Estádio [Elmo Serejo], uma série de coisas. A intenção foi ligar realmente. [...] Essa aqui [Av. Hélio Prates] terminava no cemitério. (SOUZA, 2018).*

O livro intitulado *Urbanismo: La técnica* (1947) foi concebido em duas partes referentes ao que o autor considerava próprio desse campo de estudo. No volume, constam 546 quadros ilustrativos organizados em quatro conjuntos relacionados às superfícies urbanas, sendo elas: de circulação, edificáveis, parques e jardins e serviços públicos. A partir de referências de várias cidades, o autor indicou dimensões de vias (fig. 28), alinhamentos, tipologias de residências, hotéis, comércio, edifícios para culto, áreas verdes e, por último, serviços de água potável, limpeza urbana, gás, iluminação etc.

Figura 28. Perfis viários.

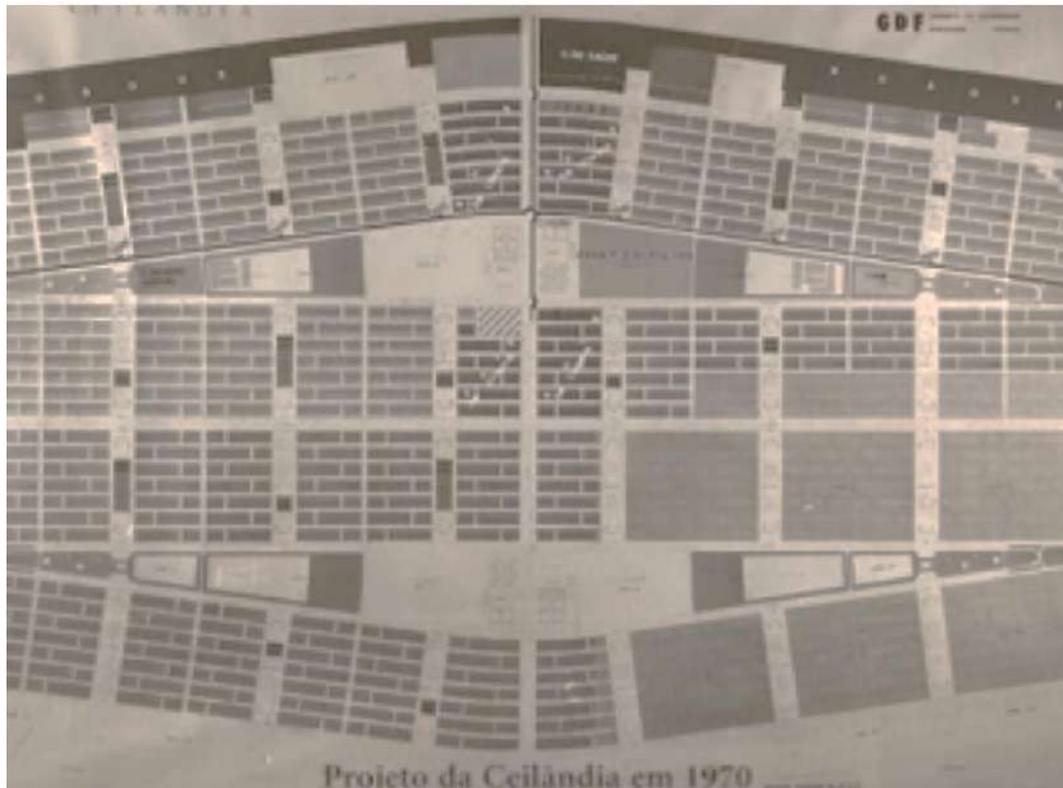


Fonte: Redesenho de Alana Waldvogel com base nos desenhos de Rigotti (1947).

No item dedicado às ruas, Rigotti (1955) mencionou as diferentes formas de classificá-las e recordou urbanistas que estabelecem as proporções entre faixas de rolagem e calçadas (Giovannoni, Chiodi, entre outros). Ponderou que o mais conveniente é dimensionar as ruas e calçadas a partir do que se nomeia faixa elementar, definida por uma largura mínima de espaço para o deslocamento de pessoas. O esquema proposto para a faixa elementar considera o pedestre e os veículos em várias condições, e ela foi definida da seguinte forma: *“La anchura mínima unitaria indispensable para el cómodo paso de una fila uniforme de usuários que marchan en igual sentido”* (1955, p.7). Rigotti ainda estabeleceu relações de proporção entre calçadas e vias, oferecendo uma gama de opções a partir dos exemplos de cidades por ele estudadas. Incluem-se nelas a circulação em praças, trevos e serviços urbanos, arborização etc.

O desenho de Ney Gabriel para Ceilândia ganhou um apelido: em associação à sua forma, o núcleo pioneiro tornou-se conhecido por “barril”. A estrutura básica da cidade, em síntese, pode ser descrita pela proposição de dois eixos orientados segundo os pontos cardeais (Norte/Sul e Leste/Oeste) ao longo dos quais se organizam os módulos espaciais constituídos pelas Unidades de Vizinhança. Além disso, o desenho propôs quatro faixas extensas para loteamentos, totalizando quarenta quadras residenciais. As grandes áreas entre as faixas arqueadas do “barril” eram destinadas à implantação de equipamentos públicos e para habitação, como atestam a entrevista com Ney Gabriel e a planta original encontrada na SEGETH (fig. 29).

Figura 29. Área central de Ceilândia.



Fonte: SEGETH.

Para o Governo do Distrito Federal, o desenvolvimento de Ceilândia deveria ocorrer de maneira horizontal:

[...] através de construções em lotes individuais, procurando manter as características básicas da população que para ali se transferira, uma vez que grande parte desta população é oriunda do meio rural, despreparada pois para ocupar complexos conjuntos verticais. (Revista SHIS, 1973, p. 24).

Nesse trecho, nota-se o tom pejorativo com que se referiam aos futuros moradores de Ceilândia, como “despreparada” para habitar edifícios em altura. Nada de pilotis para a Ceil.

Embora a população tenha sido retirada do núcleo urbanizado em que morava e levada para uma região ainda precária e distante, Plano Piloto e Ceilândia têm pontos em comum que serão tratados nos tópicos seguintes.

## 2.1 O Plano Piloto de Lúcio e o barril de Ney

*Belíssimo, ele mantém, ele tem a forma de um barril, ele começou como Brasília, duas linhas retas que se cruzam com o sinal da cruz, o mesmo traço e com a mesma orientação... o mesmo sentido da de Brasília, cada quadra de Ceilândia, ele era dividido em quadras, cada quadra em conjuntos e, se não me falha ainda a memória, parece que ela vai de A à P: a b c d e f g h i j k l m n o p. (ABADIA, 2002, p. 11).*

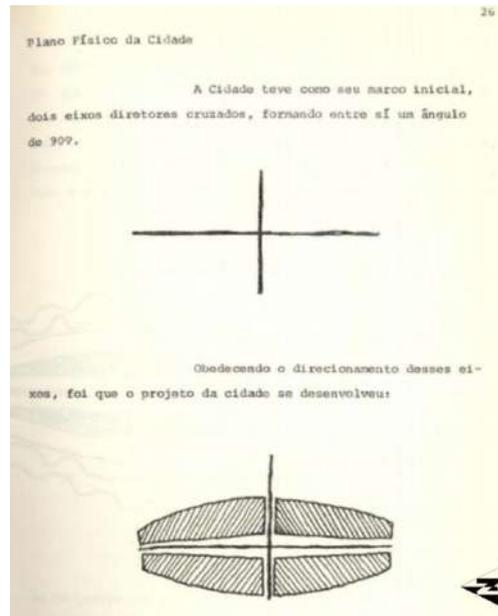
Ao se ler o título deste subcapítulo, salta aos olhos o paralelismo proposto entre os projetos do Plano Piloto e de Ceilândia, e o objetivo aqui é justificar essa afirmação. A relação entre os projetos foi logo colocada pelo autor de Ceilândia, que em suas falas ressaltou a influência de “Dr. Lúcio” em seu trabalho. O jovem em vias de formar-se como arquiteto e urbanista trabalhou na NOVACAP diretamente com as equipes de Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, então pode-se imaginar o impacto que essa convivência teve na formação de seu repertório.

Quando Ceilândia foi encomendada à Ney Gabriel, a inauguração de Brasília nem havia completado dez anos, e a cidade modernista ainda era assunto na ordem do dia. Gabriel, com o pouco tempo que lhe foi dado para cumprir a missão, iniciou sua concepção cruzando dois eixos em ângulo reto. O excerto a seguir foi retirado da Revista SHIS (1973) e destacou a importância do cruzamento dos eixos na organização da cidade de Gabriel:

*A Ceilândia foi implantada obedecendo o cruzamento de dois eixos ortogonais, que a dividem em quatro partes, sendo que os equipamentos existentes em uma delas são rebatidos e se comportam do mesmo modo nas outras três. (Revista SHIS, 1973, p.30).*

A imagem a seguir, retirada do *Documento Ceilândia* (GDF, 1973), fez questão de destacar os eixos formadores de Ceilândia ou, por que não dizer, o “próprio sinal da cruz” (COSTA, 1957).

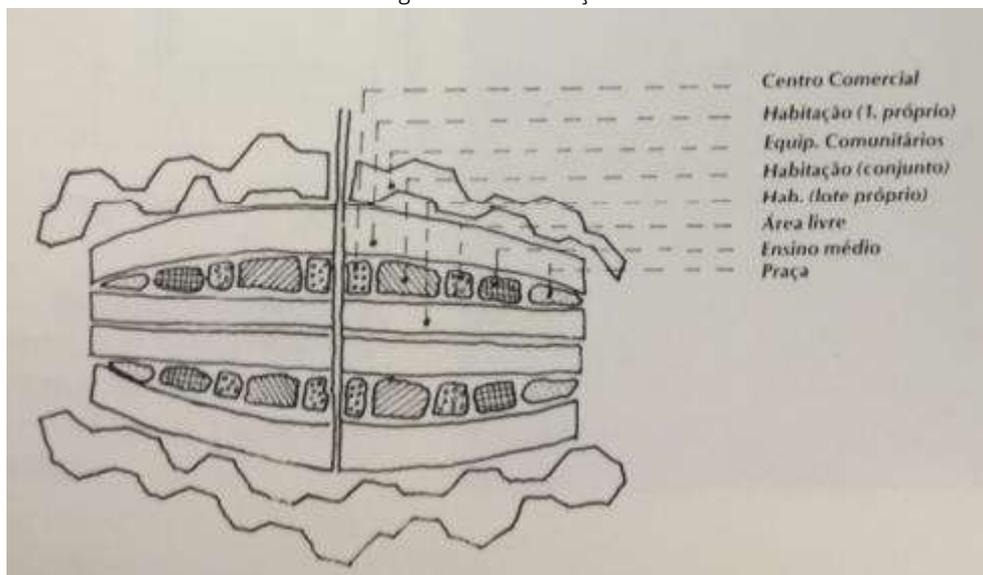
Figura 30. O plano de Ceilândia.



Fonte: *Documento Ceilândia* (GDF, 1973).

Os dois eixos destacados são o sentido Leste/Oeste, a Avenida Hélio Prates, que conecta Ceilândia a Taguatinga, e o eixo Norte/Sul, sem nome definido, que forma o ângulo reto pelo cruzamento. Paralelas ao eixo Norte/Sul, outras sete vias locais arqueadas atribuíram à cidade a conhecida forma de barril. Ela foi originalmente dividida em Ceilândia Norte, Sul, Centro e Guariroba. Seu plano urbanístico contava com quarenta quadras residenciais que constituíam Unidades de Vizinhança, que por sua vez continham a previsão de equipamentos de uso comum, como escolas, quadras esportivas, comércio e praças (fig. 31).

Figura 31. Setorização.



Fonte:  
*Documento  
 Ceilândia*  
 (GDF,  
 1973).

Os centros urbanos dos dois núcleos surgiram também em virtude do cruzamento dos eixos. Em uma cidade histórica, o centro era o lugar onde eram instaladas as principais áreas de convívio social, os marcos religiosos e políticos, como a igreja matriz, a Casa de Câmara e Cadeia e depois o coreto. A partir desse ponto, a cidade desenvolvia-se. Nas cidades novas e projetadas, por outro lado, o centro surge, em geral, pelo cruzamento das principais vias. No caso do Plano Piloto, por exemplo, na intersecção dos eixos monumental e rodoviário, Lúcio Costa situou a rodoviária e “dois grandes núcleos destinados exclusivamente ao comércio — lojas e *magazines*” (COSTA, 1957). Hoje, esses núcleos já bem estabelecidos são o Shopping Conjunto Nacional e o Conic. Esse é o centro do Plano Piloto.

Em Ceilândia, ao longo da Avenida Hélio Prates, são dispostas muitas paradas de ônibus, estações de metrô e grande parte do comércio local. Quando Ney Gabriel decidiu por cruzar esta avenida, ligação com Taguatinga, com outro eixo, de menor importância e vertical, surgiu o centro de Ceilândia. Em um primeiro contato, o urbanismo e até mesmo a dinâmica daquele local podem parecer estranhos, pois pensa-se que uma cidade-dormitório não teria centro, mas cabe ressaltar que hoje Ceilândia tem mais de 400 mil moradores, ou seja, é esperado que haja ali várias atividades cotidianas. Um ceilandense dificilmente pegará um ônibus e enfrentará um trajeto de uma hora, no mínimo, para ir a um banco no Plano Piloto.

Assim, ao lado do vértice criado pelo cruzamento dos eixos de Gabriel, foram implantados a Caixa D'água de Ceilândia, a Feira Central de Ceilândia e, mais recentemente, o Restaurante Comunitário. Em 2015, o então governador Rodrigo Rollemberg referiu-se às ações de infraestrutura realizadas em Ceilândia: “Nós queremos humanizar as cidades, valorizar os centros urbanos, tornar os locais agradáveis e mais seguros para o convívio da população”<sup>24</sup>. A revitalização a que se refere Rollemberg contou com a pintura da Feira Central, feita por artistas locais com *grafittis* com temáticas do Nordeste, considerando a origem de grande parte dos ceilandenses, iluminação pública e aumento do policiamento. A Feira Central não é só local de venda de produtos, mas também é ponto de convívio dos senhores, jogadores de dominó, que ali se encontram religiosamente. Na pandemia de coronavírus, foi difícil convencê-los a abandonar os tradicionais encontros (fig. 32).

---

<sup>24</sup>Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2015/07/09/governo-mostra-resultados-da-revitalizacao-no-centro-de-ceilandia/>. Acesso em: 18/05/2021.

Figura 32. O tradicional dominó na praça da feira Central de Ceilândia.

## Quarentena não esvazia praça no DF, que reúne jogadores de dominó

Apesar da recomendação de ficar em casa, moradores de Ceilândia continuam se aglomerando no centro da cidade

Matheus Garzon, Hugo Barreto  
30/03/2020 20:04, atualizado 30/03/2020 20:40



Fonte: Metrôpoles.<sup>25</sup>

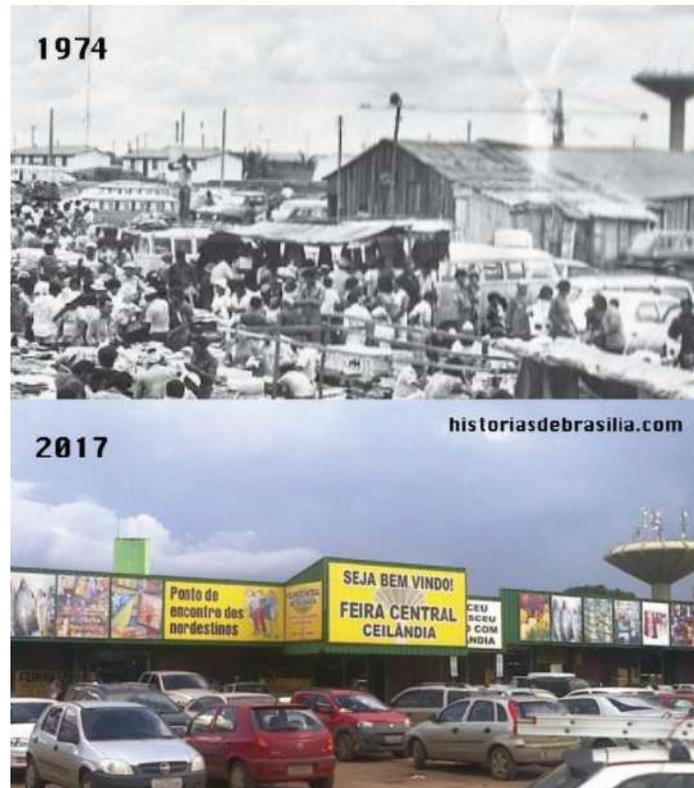
O centro de Ceilândia consolidou-se aos poucos. Nos anos iniciais, as idas ao local tinham motivo certo: buscar água com galões na caixa d'água recém-inaugurada. A Feira Central (fig. 33) ali se instalou por volta de 1973, e existiam outras duas feiras, a Feira Guariroba e outra na Vila Pedrosa. Pensando em facilitar o acesso dos clientes, os feirantes decidiram concentrar as atividades nessa região da cidade, consolidando o ponto de comércio.

Atualmente, a feira é considerada um dos maiores pontos de cultura nordestina fora da Região Nordeste, reunindo quase 500 bancas. Por ali, é possível encontrar de tudo: carnes, peixes, queijos, verduras, frutas, moda, utensílios para o lar, bolsas, sapatos e muito mais. Pratos típicos da culinária nordestina, como sarapatel, dobradinha e caldo de mocotó são especialidades por ali. Segundo sua administração, a Feira Central de

<sup>25</sup>Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/quarentena-nao-esvazia-praca-no-df-que-reune-jogadores-de-domino>. Acesso em: 08/05/2021.

Ceilândia costuma receber cerca de 11 mil visitantes a cada fim de semana. (A ORIGEM, 2019)<sup>26</sup>.

Figura 33. Dois momentos da Feira de Ceilândia.



Fonte: Retirado do site Histórias de Brasília, 2019<sup>27</sup>.

No projeto de Lúcio Costa, os eixos cruzam-se, e a cidade encaixa-se na topografia, com o arqueamento das asas e ajustes para aproximar a cidade ao lago. Costa fez parecer simples o ato de projetar uma nova capital, porém, ele era preñado de referências históricas e simbólicas, como os eixos das cidades romanas, o cardo e o decúmano. E Gabriel? Por que, afinal, cruzou os eixos em Ceilândia? Segundo ele (2018), *“aí vem aquela coisa, aquela influência, né, de Brasília. A cruz [...] a asa...”*. A ideia do urbanista foi ao encontro das campanhas de convencimento para a remoção da população das ocupações empreendidas pelo governo. Nos discursos, Ceilândia era uma cidade projetada, assim como Brasília.

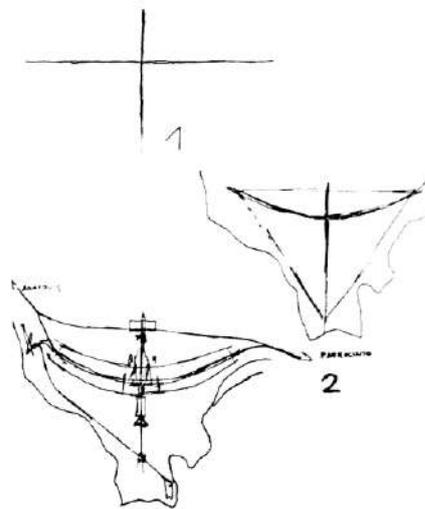
As semelhanças entre as cidades, contudo, ficaram como argumentos do projeto. Diferiam os interesses que levaram à criação de cada uma delas, a de Costa e a de Gabriel, e são tão opostas quanto o processo que as deu origem. Para a criação de Brasília, o relatório do

<sup>26</sup>Disponível em: <https://historiasdebrasil.com/2019/02/25/a-origem-da-feira-central-de-ceilandia/>. Acesso em: 29/05/2021.

<sup>27</sup>Idem.

júri, registrado em 15 de março de 1957, escolheu, entre mais de 60 inscritos e 26 propostas, o projeto 22. A comissão buscava uma concepção que apresentasse unidade e **conferisse grandeza à cidade** pela clareza e hierarquia dos elementos (Relatório do Juri, 1957, *apud* EUFRÁSIO, 2017, grifo da autora)<sup>28</sup>. A cidade deveria ser pensada para uma população de 500 mil habitantes, e o prazo para apresentação das propostas era de 120 dias a partir da data de abertura do edital.

Figura 34. Traçado do Plano Piloto.



Fonte: Relatório do Plano Piloto, Lúcio Costa (1956).

1 – Nasceu do gesto primário de quem assinala um lugar ou dele toma posse: dois eixos cruzando-se em ângulo reto, ou seja, o próprio sinal da cruz. (COSTA, 1956).

Naturalmente, Brasília foi criada para ser o centro das decisões do país, já que seria a nova capital. Foram transferidos para a cidade órgãos públicos e autarquias. Na Asa Sul, algumas quadras ficaram prontas primeiro, a fim de recepcionar os funcionários públicos vindos do Rio de Janeiro e convencê-los a se mudar, o que não foi tarefa fácil, já que a cidade era ainda um gigantesco canteiro de obras e dificilmente poderia rivalizar com a famosa orla de Copacabana (IPHAN, 2008). Assim, foram oferecidos benefícios como aumento de salário e gratificações.

<sup>28</sup>Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/16/interna\\_cidadesdf,581202/vitoria-do-projeto-de-lucio-costa-para-brasilia-completa-60-anos.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/16/interna_cidadesdf,581202/vitoria-do-projeto-de-lucio-costa-para-brasilia-completa-60-anos.shtml). Acesso em: 15/07/2020.

Para a criação de Ceilândia, não houve concurso. Foi no auge da ditadura militar, em 1969, quando a CEI foi formada, que a decisão de remover as populações do Plano Piloto consolidou-se. Ney Gabriel, então, foi convocado pela NOVACAP para fazer o projeto da nova cidade.

*A minha participação foi quando me levaram lá na área e me disseram “olha, essa aqui é a área e tem que fazer um projeto urgentemente”. Urgentemente! Então eu fui designado, sozinho, não tinha equipe, porque na época a gente não tinha... a estrutura era muito... Porque eu sempre trabalhei na área de urbanismo, eu sou formado pela UnB, da primeira turma. Então o secretário de Viação e Obra disse “olha, você fica por conta disso, mas rapidinho”. Então eu fiquei por conta desse trabalho. (SOUZA, 2018, grifo da autora).*

Não houve júri, não houve seleção, não houve prazo de 120 dias. Para os futuros moradores, não foi ofertada gratificação. Quando chegavam à Ceilândia recém-criada, recebiam o lote demarcado e uma sopa do serviço social até que se instalassem (ABADIA, 2002). Havia pressa. No Plano Piloto, a população máxima era de 500 mil habitantes, e, muito antes de esse número ser atingido, o governo já viu por bem transferir uma massa populacional para novos núcleos. Em Ceilândia, a ordem era “adensar!”. Assim, ficam claros os diferentes ideários que levaram a criação de ambas as cidades, **a capital e a abrigo**. Contudo, após longo estudo sobre o tema, não se acredita que tenha havido, por parte de Ney Gabriel, a intenção de legitimar seu desenho aproximando-o ao traçado de Lúcio Costa. A partir de documentos, plantas, mapas e da própria entrevista com o urbanista, a semelhança parece ter sido simplesmente fruto da admiração de Gabriel por Costa, transcrita no cruzamento dos eixos de sua nova cidade.

## 2.2 Conceito em comum: as Unidades de Vizinhança

Além da ordenação do espaço a partir dos eixos, Ceilândia e Brasília guardam outra semelhança: as Unidades de Vizinhança (UV). No centro de Ceilândia (o barril), elas são formadas por 7 linhas de residências, separadas em dois conjuntos, por uma área de equipamentos comuns (escolas, igrejas e comércios). Cada linha é constituída por um total aproximado de 50 lotes, totalizando 350 lotes ou 700 no total da UV. A disposição equânime das áreas de equipamento comum e a conformação das UVs confere ritmo ao traçado de Ceilândia (fig. 35).

Figura 35. Quadras QNM 18 e QNM 20.



Fonte: Alana Waldvogel sobre mapa base da SEGETH.

Nos estudos sobre as superquadras de Brasília, Ferreira e Gorovitz (2010) afirmaram que as UVs, desde o início — e aqui vale uma ressalva, pois os autores esclareceram que os parâmetros são o de Radburn — foram pensadas para uma população que variava entre 3.000 e 4.000 pessoas, organizadas em torno de uma escola primária e de um jardim de infância, para permitir o fácil deslocamento das crianças. Os autores afirmaram que essa relação tornou-se consagrada, e que a invenção da superquadra buscou obedecê-la<sup>29</sup>:

<sup>29</sup>Seguindo as indicações de Maria Fernanda Derntl, foram consultados Clarence Perry e Robert Whitten em busca de parâmetros urbanísticos para as Unidades de Vizinhança.

Lúcio Costa preserva os benefícios desse princípio criando a figura da Superquadra (3.000 a 4.000 hab.), com isso libera as UVs do limite demográfico imposto, quadruplicando a população, ao reunir quatro Superquadras (cada uma convenientemente equipada de escola e jardim de infância), ou seja, 12.000 habitantes. Esse novo dado tem uma implicação de maior importância: as UVs podem agora contar com equipamentos de maior porte, reiterando sua vocação plurivincinal (FERREIRA e GOROVITZ, 2010, p. 22-23).

Clarence Arthur Perry e Robert Whitten, em *The Neighborhood Unit: A Scheme of Arrangement for Family-life Community* (1929), indicaram os parâmetros para o dimensionamento das Unidades de Vizinhança. A concepção conceitual de Perry foi ilustrada em esquemas elaborados por Whitten: o primeiro deles foi destinado à habitação em casas modestas no subúrbio; o segundo consistiu num diagrama para áreas mais centrais, próximas a indústrias ou áreas de negócios; o terceiro esquema foi para uma unidade de vizinhança de habitação em apartamentos; o quarto esquema, um modelo com 5 blocos de apartamentos para a construção em áreas centrais deterioradas. Esses modelos/esquemas foram acompanhados por tabelas com o objetivo de mostrar as proporções de áreas para habitação, comércio, parques e lugares de recreação, ruas, armazéns, etc. Somente o quinto modelo diferiu dessa notação, e aqui ele não é de interesse. Chama atenção a relação de habitantes por tipos de UVs que se apresenta na tabela seguinte<sup>30</sup>.

Tabela 1. Relação habitantes/ tipo de unidade de vizinhança.

	Número/Famílias	Pessoas/família	total	Crianças/ ensino fundamental
Modelo 1	1.241	4.93	6.125	1.021
Modelo 2	2.000	4.2	8.800	1.400
Modelo 3	2.031	4.2	10.000	1.600
Modelo 4	1.000	-	-	-

Fonte: Elane Ribeiro Peixoto a partir do estudo citado.

Nos modelos de Whitten, é possível verificar que a morfologia da UVs implica maior ou menor densidade populacional, que cresce do subúrbio para os centros das cidades. A média

<sup>30</sup>Esse estudo foi desenvolvido em conjunto com Elane Ribeiro Peixoto, para publicação na Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (REURB), v. 23/2021, entretanto, acabou não constando na versão final do artigo intitulado *As Casas de Ceilândia*, disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6447>.

de pessoas por família tem um movimento contrário, isto é, ela decresce do subúrbio para o centro. Deve-se lembrar que esses parâmetros são norte-americanos, dados a partir de estudos da cidade de Nova York do final da década de 1920. Há um aspecto curioso: trata-se do número de crianças em ensino fundamental, com pouca alteração, variando entre 1.021 e 1.600 estudantes.

Apesar da distância histórica dos dados, nota-se que a UV do Plano Piloto, com uma população estimada de 12.000 habitantes distribuída em 4 superquadras com blocos de apartamentos, pode aproximar-se do modelo número 3 de Whitten tanto em termos tipológicos, com as habitações em edifícios, quanto na estimativa populacional, com uma diferença de 2.000 pessoas a mais.

No caso específico da Ceilândia, o modelo correspondente seria o de número 1, com casas unifamiliares e geminadas. As quadras são compartimentadas em lotes de propriedade privada. Considerando uma média de 4,93 pessoas, ter-se-ia, para as 700 casas, uma população total de 3.415 moradores. Somando-se a diferença dada pelo número de famílias dos parâmetros de Whitten para o modelo 1 ( $1.241 - 700 = 541$ ), o acréscimo de população relacionada a 541 moradias seria de 2.667,13, totalizando 6.082,13 pessoas, valor muito próximo ao estabelecido pelo modelo.

É importante ressaltar que não se quer afirmar que as Unidades de Vizinhança do Plano Piloto e de Ceilândia foram obedientes a esses parâmetros, mas busca-se oferecer algumas indicações para suas dimensões e morfologias.

Perry (1929) defendeu, em seu estudo, o conceito de unidades residenciais autônomas, com equipamentos comuns básicos como escolas, pensando em deslocamentos que os moradores pudessem fazer a pé. Segundo o urbanista, as distâncias deveriam tomar no máximo cinco minutos de caminhada, o tempo que uma pessoa está disposta a deslocar-se sem o uso do carro. Outros serviços maiores, como *shoppings* ou centros comerciais, deveriam ser colocados entre grandes cruzamentos. Os espaços de uso comum, como praças e parques, por sua vez, deveriam ocupar uma área média de 10% da Unidade de Vizinhança. Para os brasileiros, não é difícil pensar em um exemplo da aplicação desses parâmetros: as superquadras de Lúcio Costa, que em grupos de quatro formariam uma Unidade de Vizinhança. A única que foi construída na íntegra é composta pelas quadras 107/108 e 307/308 (fig. 36).

Figura 36. Unidade de Vizinhança, Plano Piloto.



Fonte: Alana Waldvogel sobre mapa base SEGETH.

Nessa Unidade de Vizinhança do Plano Piloto, tem-se: a Igreja Nossa Senhora de Fátima, de Oscar Niemeyer, o Clube de Vizinhança, a Escola Classe, o jardim de infância, a Escola Parque, o cinema e o comércio vicinal. O paisagismo é muito primoroso, grande parte dele de autoria de Roberto Burle Marx. Embora nem todas as Unidades de Vizinhança de Brasília tenham os equipamentos públicos previstos, como o Clube de Vizinhança e a igreja, a disposição das quadras segue sempre a mesma lógica, sendo elas dispostas de quatro em quatro e separadas das vias de grande circulação pelas faixas verdes com duas fileiras de árvores, separando as quadras 100, 200, 300 e 400.

Cabe ressaltar que as UVs de Ceilândia têm algumas diferenças das do Plano Piloto. A principal delas diz respeito ao uso do solo: nas Asas Sul e Norte, ele é público, uma vez que os edifícios estão suspensos sobre pilotis, mas em Ceilândia os renques de casas são dispostos de ocupando o chão, formando as quadras que formam as UVs, que, por sua vez, configuram os setores. Por outro lado, **um ponto em comum entre as Unidades de Vizinhança de Costa e**

**Gabriel é a escola.** Segundo Perry (1929), as escolas são pontos de encontro, base de eventos que envolvem família de alunos, professores, toda uma comunidade. Desse modo, boas Unidades de Vizinhança, segundo o autor, são as pensadas com distâncias acessíveis para pais e alunos fazerem seus percursos a pé sempre que preciso. Rigotti, por sua vez, estabeleceu raios de alcance das escolas, e, na parte central de Ceilândia, essas medidas foram seguidas à risca, ou seja, para cada UV há uma escola a uma distância média de 600 m. As UVs são os módulos espaciais de Ceilândia que pautam o recorte de análise deste trabalho. Na parte central da cidade, o “barril”, sua repetição, confere ritmo à malha. O trecho a seguir, retirado da Revista SHIS, descreveu as Unidades de Vizinhança, embora sem intitulá-las assim:

As habitações individuais, em lotes próprios, são inseridas em quadras e, entre uma quadra e outra, acontecem os equipamentos comunitários mais imediatos, ou seja, pequeno comércio, igreja, escola, jardim de infância, área de recreação, parada de ônibus etc. (Revista SHIS, 1973, p. 30).

Até aqui foram pontuadas características em comum e as inspirações do projeto urbano de Ceilândia, mas e quanto às suas particularidades?

## 2.3 Elementos do projeto urbano: a malha, as áreas verdes, residenciais e os becos

NG: *Bom, então voltando aqui, a concepção, que foi que eles chamam de barril, que foi uma coincidência, e apelidaram, não sei quem inventou isso, não fui eu...*

EP: *Mas funcionou, a meninada bate o olho aqui e já se localiza.*

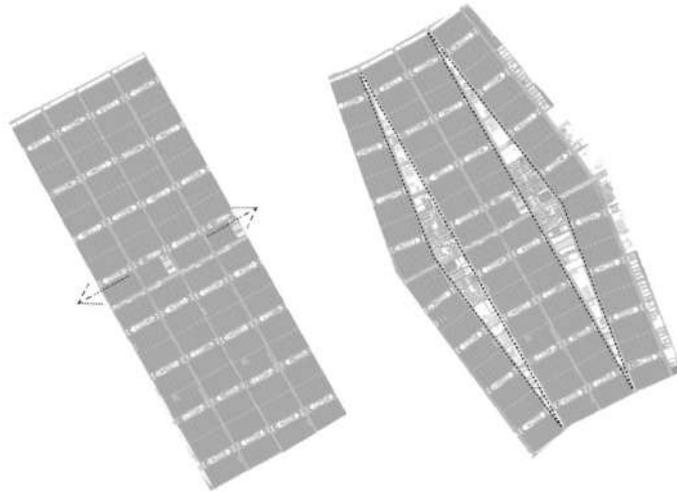
NG: *Agora a senhora vê como é que é as coisas, depois de feito isso, isso aqui virou uma coisa só, um loteamentozinho aqui, um loteamentozinho aqui...*

EP: *Essa parte aqui ó [referindo-se aos espaços de uso comum das UVs], por exemplo, a gente olha aqui a gente tem esse espaço aqui que era o espaço institucional para implantação de equipamentos e comércio também né?*

NG: *Isso aí, essa ideia aí a gente viu muito no Gama, em Sobradinho, nas Cidades Satélites de um modo geral essa concepção **a gente procurou manter como uma quadra tipo, uma unidade, e repetir isso**. Essa questão da... Isso foi tudo uma coincidência, você ter um eixo principal aqui, e tentar fazer uma asa, pra não ficar uma coisa muito retilínea, né? Que é ruim, né, você ter uma rua que vai, vai, vai... Fica monótono, né? E serviu também pra criar um espaço interno, que é esses triângulos [grandes áreas de equipamentos comuns, em destaque na figura seguinte], vamos chamar assim, pra colocar o equipamento urbano, essas coisas mais, ensino médio, um comércio diferente... E ir reservando até uma área que parece que hoje... (SOUZA, 2018, grifo da autora).*

No projeto urbano de Ceilândia, a malha é um importante objeto de análise. Nos setores iniciais, de autoria de Ney Gabriel, vê-se a regularidade na disposição das Unidades de Vizinhança, no intervalo de suas quadras, e na colocação das áreas de equipamentos comuns. Olhar uma imagem de satélite do Distrito Federal ou mesmo da janela de um avião que chega ou parte de Brasília deixa clara a existência de alguns núcleos, entre eles Ceilândia e o Plano Piloto. Ao contrário do projeto de Costa, que possui um anel sanitário para garantir sua leitura, em Ceilândia o desenho mantém-se legível mesmo com a criação de outras Regiões Administrativas e o crescimento do eixo de expansão. Dois pontos que se destacam no desenho da Ceilândia Tradicional são os bolsões de equipamentos comuns: neles são dispostos grandes edifícios, como bancos e o SESC, diferentemente dos equipamentos menores e de necessidades mais imediatas, localizados nas UVs. Sobre a criação desses espaços, Gabriel foi sintético ao dizer que foram criados por coincidência, na tentativa de recriar “asas” para “evitar assim a monotonia” (SOUZA, 2018) do traçado (fig. 37).

Figura 37. A malha de Ceilândia.



Fonte: Alana Waldvogel sobre mapa base da SEGETH.

Não é difícil ler a malha dessa parte da cidade: há os grandes espaços para equipamentos públicos, renques de casas que formam quadras, quadras que formam Unidades de Vizinhança, Unidades de Vizinhança que formam setores, e setores que formam a cidade. Um elemento que chama atenção nesse projeto é a escassez de áreas verdes. Em Ceilândia, elas são representadas apenas pelas praças pouco arborizadas ou pelas árvores dispostas nas longas e áridas ruas.

Clarence Perry (1929) previu áreas verdes de pelo menos 10% dos espaços de cada UV. Costa, no Plano Piloto, cercou as quadras com barreiras vegetais e arborizou as laterais das vias. Em Ceilândia, ao contrário, não houve previsão de áreas verdes para as UVs. Nas longas ruas residenciais, a sombra escassa quase sempre vem dos beirais dos telhados sobre as calçadas estreitas. As áreas comuns, praças ou quadras de esporte são pouco arborizadas, e a maior parte das árvores está na Avenida Hélio Prates, no canteiro central. Cabe retomar duas observações abordadas no início deste capítulo, sendo que a primeira delas leva à segunda: o Plano Piloto foi pensado como a área central da nova capital do país, a partir de princípios modernos da Carta de Atenas, e criado para receber os políticos e funcionários públicos de alto escalão. Como resultado, tem-se o uso público do solo livre, com os edifícios sobre pilotis, a baixa taxa de ocupação das quadras de onze blocos habitacionais e muita área verde, um padrão de infraestrutura urbana inovador e caro. Posto isso, não é preciso dizer muito: Ceilândia foi pensada para “erradicar invasões” e seguiu um projeto urbano cuja máxima era a concentração. Não houve previsão nem preocupação com áreas verdes e arborização, pois era

necessário que tudo fosse feito o mais rápido possível. Na ocupação, contudo, os moradores não se importaram com a sombra natural, optando por cobrir as garagens, aumentar as lajes e expandir as casas até os limites do terreno (fig. 38).

Figura 38. A pouca arborização de Ceilândia.



Fonte: Google Maps.

Durante a entrevista realizada com Ney Gabriel em 2018, houve questionamento sobre a previsão de áreas verdes em Ceilândia, a que ele respondeu: “A concepção se baseou, obviamente, na concentração, porque não podia fazer muito espaço verde, muita coisa, exatamente por causa disso.” (sic) (SOUZA, 2018).

Os becos também são particularidades do projeto de Ceilândia. Considerando as longas faixas de loteamento residencial, que tornava exaustiva a circulação do pedestre de uma faixa para a outra, Gabriel propôs um sistema de becos (fig. 39) para permitir o movimento de pedestres no sentido transversal dos conjuntos. Além de encurtar as distâncias percorridas, segundo o urbanista da cidade, as companhias de água e esgoto viram nos becos um local para passagem de infraestrutura, conforme aponta o trecho a seguir.

*NG: É, esses becos era pra facilitar a passagem de serviços públicos, água, né? E mesmo pra criar também uma passagem de pedestres, circular mais... Mas foi muito criticado, e as pessoas “pra que isso? Pra que isso?” Porque é um lugar que as pessoas vêm urinar e defecar e bandido se esconder, mas não é isso...*

*EP: Mas na verdade nunca foi tratado como espaço público, né? Se é abandonado...*

NG: Não, não. Na verdade, a gente foi fazer um projeto e também consultava muito a CAESB e a CEB, entendeu? A gente trabalhava muito ligado. Pra você ter noção de como é que é a concepção da rede elétrica embutida, né? No caso, enterrada, né? Então dizia “olha, deixa uns espaçozinhos, porque de repente precisa passar um cabo, aí a gente não tem que dar uma volta...” Até porque o custo, né? Ficava muito caro... Então a gente sempre pensou também nisso... (SOUZA, 2018).

Figura 39. Becos de Ceilândia, QNM 18.



Fonte: Fotografia SEGETH, com alterações de Alana Waldvogel.

Ao longo dos anos e com o crescimento de Ceilândia, a grande maioria desses becos foi ocupada com moradias ou incorporada aos terrenos limítrofes, o que, posteriormente, foi regularizado pelo GDF<sup>31</sup>.

Traçado o histórico de criação de Ceilândia, as características de seu projeto, inspirações, seus pontos comuns com o Plano Piloto e suas especificidades, é hora de proceder à análise tipológica a que este trabalho se propõe.

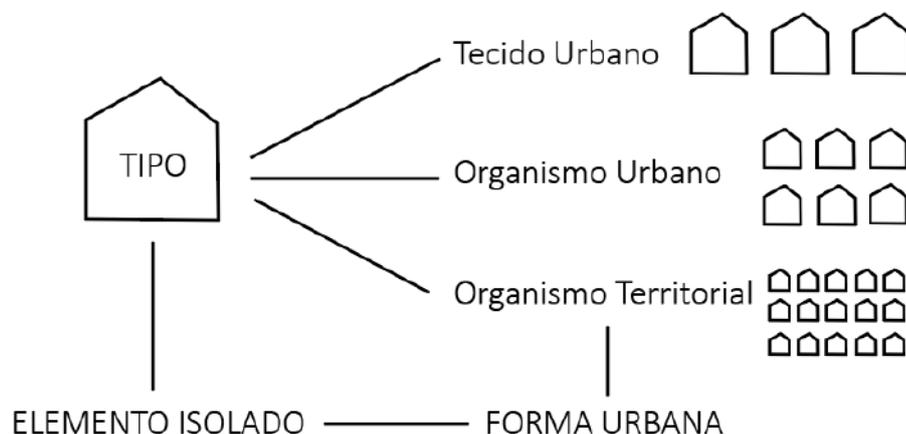
<sup>31</sup>Os becos foram cedidos em 1995 aos bombeiros e policiais civis e militares, no entanto, a lei que estabeleceu esse direito foi considerada inconstitucional, e os becos continuaram sendo ocupados de maneira irregular até 2012, quando o governo, através da chamada Lei dos Becos (PLC 32/2012), regularizou a situação de cerca de 2,6 mil pessoas que constituíram neles suas casas.

## CAPÍTULO 3: o estudo dos setores

A análise morfológica feita na porção estudada de Ceilândia baseou-se inicialmente nos princípios das Escolas de Morfologia Inglesa e Italiana. Enquanto a primeira tem como objeto principal de investigação as transformações ocorridas no parcelamento do solo (os lotes), seus remembramentos e desmembramentos, e define o conceito de palimpsesto como a sobreposição de camadas edificadas, de diferentes temporalidades, a segunda, a Escola Italiana, tem como ponto focal os edifícios. Para seus criadores, eles são como células que integram o ser biológico e em conjunto formam o tecido urbano, em seguida os assentamentos e, por último, as cidades. Caniggia e Maffei (2001), discípulos de Saverio Muratori, sugeriram a classificação dos tipos edilícios a partir de suas dimensões de fachada, seus aspectos formais e características construtivas, o que o presente estudo buscou seguir. Assim, ao dar sequência à análise comparativa dos setores, notou-se uma maior aproximação aos conceitos da Escola Italiana de Morfologia Urbana.

Saverio Muratori, idealizador dessa escola, acreditava que a análise morfológica deveria subdividir-se em partes que se relacionam, a começar pelo tipo, para compreender a forma urbana. Aqui, como trata-se de uma cidade planejada, de traçado previamente proposto, optou-se por partir do desenho urbano para compreender que implicações ele traria para os demais elementos, o lote, suas ocupações e a tipologia habitacional. A partir do estudo da Escola Italiana de Morfologia Urbana, é possível depreender que os elementos que compõem o estudo da forma estão interligados e possuem uma relação simbiótica (fig. 40).

Figura 40. O tipo e a forma urbana.

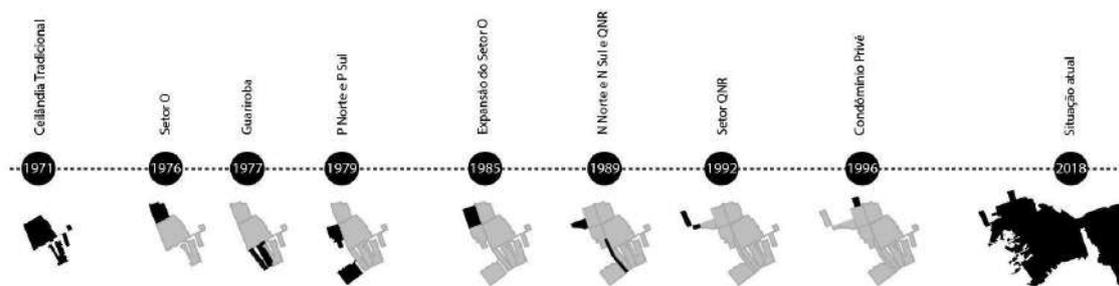


Fonte: Alana Waldvogel.

Em uma cidade tradicional, como em Veneza, onde Muratori centrou seus estudos, o recorte de análise foi o quarteirão. Em Ceilândia, buscou-se um recorte análogo, isto é, uma unidade espacial que se constituísse como um módulo urbano. **A Unidade de Vizinhança constitui-se como esse módulo básico. Dentro dela, as quadras e os lotes conformam a unidade mínima em estudo. Nos lotes, as tipologias edilícias foram consideradas a partir de suas fachadas, do número de pavimentos e de suas ocupações.**

Ceilândia, embora jovem, com pouco mais de 50 anos, passou por processos de transformação em seu tecido urbano e em suas tipologias edilícias. As transformações no traçado deram-se pela adição de novos setores, que, com a crescente demanda habitacional, foram acrescentados à área inicial de Ceilândia, tendo esta passado dos vinte quilômetros que tinha em sua inauguração para quase trinta atualmente. Além do “barril”, Ceilândia é composta pelos setores O, P Norte, P Sul, Expansão do Setor O, N Norte, N Sul, Setor QNQ, QNR e o Condomínio Privê. Entre esses nove setores, selecionaram-se três para a presente análise, com base no período de implantação e características morfológicas, e o que mais se distancia do desenho original é o setor conhecido como Expansão do Setor O, datado de 1985. A linha do tempo a seguir ilustra esse crescimento (fig. 41).

Figura 41. Linha do tempo dos setores de Ceilândia.



Fonte: Alana Waldvogel.

As tipologias edilícias, por sua vez, foram sendo alteradas de maneira espontânea pelos moradores, em especial as dos setores mais antigos, que receberam as residências provisórias, vindas das ocupações, depois as casas da SHIS e outras tantas alterações que se seguiram, frutos das necessidades de seus moradores. Para melhor ilustrar esse processo de alterações, alguns relatos<sup>32</sup> dos alunos do CEF 19 de Ceilândia explicaram a paisagem de Ceilândia:

<sup>32</sup>Relatos dos alunos do 9º ano B, do CEF 19 de Ceilândia, para a pesquisa *Cotidianos Escolares e as Dinâmicas Metropolitanas da Capital do País*. Imagens desse trabalho compõem o Apêndice 2.

## Relato 1

*Bem, eu moro aqui faz 14 anos, desde que eu nasci, nunca me mudei, porém já tiveram várias alterações na minha casa. Antes, era casa de fundo, mas então, fizeram um quarto improvisado para mim durante um tempo, e aí, minha casa tem uma loja atrás, não sei o nome disso, mas a loja fica de frente para a rua; e aí, eles resolveram abrir a loja, reformar e alugar, e então abriram uma serralheria. Por isso desalugaram os fundos e fizeram um quarto e outra suíte. Só que minha mãe queria fazer um salão e, para isso, tinha que pegar o quarto da frente pra salão, ou seja: sobraram 2 quartos + o quarto improvisado. E então, meu irmão ficou com um quarto e meus pais com outro.*

*Eu precisava de um quarto, porque eu já tava grandinha e, então, fizeram um quarto na frente e, agora, tá parecendo uma casa normal, porque antes não parecia. E o quarto improvisado, minha mãe pegou para fazer um quarto para depilação e cada um tem seu quarto, mas, às vezes, minha irmã vem para cá, mas divide o meu quarto com ela [...]. (Grifo da autora).*

Nesse relato, foi possível perceber alguns desdobramentos comuns em Ceilândia: a ocupação do fundo do lote com uma residência menor, novos cômodos que vão sendo acrescentados com o passar dos anos e o crescimento das famílias, o aluguel de parte da casa e, por fim, o uso diversificado, como a constituição de um pequeno comércio.

## Relato 2

*Bom, o que falar de minha casa? Eu poderia falar muita coisa, mas foram tantas mudanças que fica difícil.*

*Não sei a história da casa onde moro, mas ela é a melhor desde quando mudei para Brasília.*

*Onde moro são 3 apartamentos, e minha relação com os vizinhos não existe. Bom, não existe porque não conheço nenhum.*

*O lugar de minha casa que mais gosto é a sacada. Apesar de ser de frente para a pista, ficar sentada vendo os carros passarem me faz ter pensamentos maravilhosos [...]. (Grifo da autora).*

## Relato 3

*A minha casa começou a ser construída na década de 80. Aqui na minha rua não tinha nem asfalto, ela foi construída por meu tio-avô [...].*

*No começo, a minha casa tinha um andar. Posteriormente, meu tio-avô construiu andares e alugou o primeiro e se mudou para o segundo e construiu o terceiro (lavanderia). Eu e minha família mudamos para esta casa em 2015. (Grifo da autora).*

Aqui, houve uma referência à autoconstrução das casas de Ceilândia, uma vez que boa parte dos moradores dos anos iniciais da cidade possuía experiência na construção civil. Além disso, essa forma de construção dava ao morador mais liberdade, permitindo que ele construísse de acordo com sua disponibilidade de recursos. A residência em questão foi

construída pelo tio-avô do aluno, que posteriormente também acrescentou a ela novos andares.

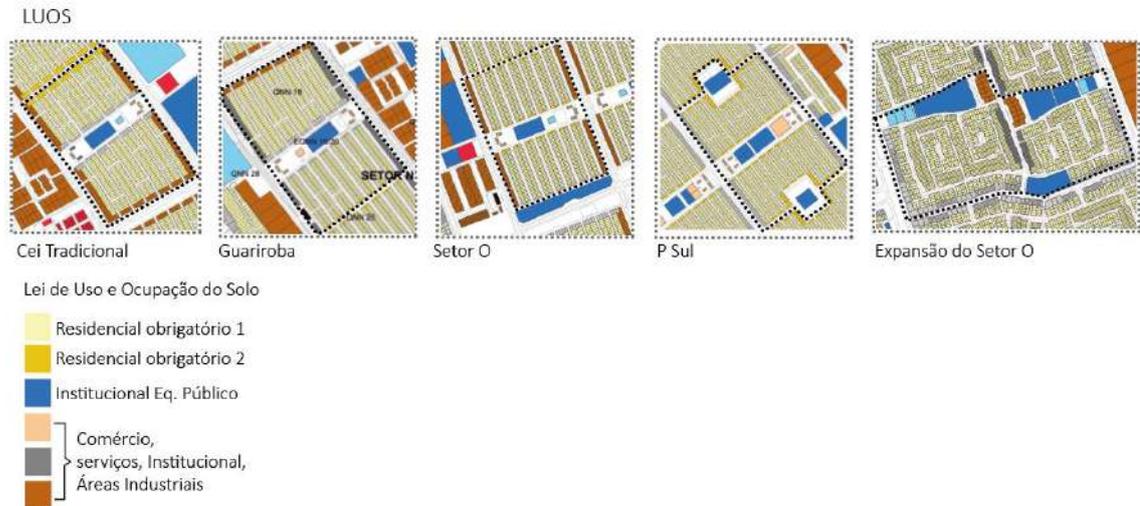
#### Relato 4

*Bom, moro aqui desde que nasci, ou seja: já tem 14 anos que moro na mesma casa. Onde moro, tem muitas pessoas, é uma casa até que grande: 4 quartos, 1 banheiro, sala e cozinha — que, na verdade, se torna pequena, pois moram outras 5 pessoas comigo: meu avô, minha avó, minha mãe, meu irmão e meu tio. Na casa dos fundos, moram mais 9 pessoas. É uma casa de andar, a casa dos fundos, mas menor. Lá moram minha tia, o marido da minha tia, as duas filhas dela, em cima; e, em baixo, moram minha tia e seus 3 filhos ... Apesar de tudo, eu gosto, pois nunca estou sozinha, todos são minha família, mas não vou mentir: quero, sim, me mudar e ter um quarto.*

A ocupação dos lotes por mais de uma família ou por mais de um núcleo da mesma família é outro ponto recorrente em Ceilândia. Isso pode ser comprovado pela individualização das Unidades Consumidoras, conforme dados fornecidos pela CEB expostos no início do trabalho. No relato 4, a aluna descreveu a coexistência de duas residências no lote em que mora. Uma delas, a da frente do terreno, é ocupada por cinco pessoas, e a outra, do fundo, por outras nove. As falas dos jovens demonstraram o processo de alteração da cidade, as reformas nas casas, a inclusão de pavimentos, a divisão do lote com outras famílias e as dinâmicas urbanas de Ceilândia a partir de uma perspectiva de quem vive nessa realidade.

Uma questão que merece destaque é a legislação local (ou, nesse caso, a ausência dela). Ressalta-se que o Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT) somente foi aprovado no Distrito Federal em 1992, por meio da Lei nº 353, de 18 de novembro do mesmo ano. Já o Plano Diretor Local (PDL) de Ceilândia passou a vigorar a partir do ano 2000, ou seja, 29 anos após a criação da cidade. A Lei de Uso e Ocupação do Solo, por sua vez, foi criada apenas em 2019. Assim, a princípio, não havia uma legislação específica que dispusesse sobre as questões urbanísticas de Ceilândia, tendo ficado a cargo do projeto de Ney Gabriel fazer a setorização dos espaços, dividindo-os em residencial, comercial e áreas de equipamentos comuns. Dessa forma, a legislação urbanística surgida 20 anos após a criação da cidade encontrou uma Ceilândia já estabelecida e apenas regularizou o que estava feito. Ela foi escrita a partir daí, ou seja, não foi um fator que tenha influenciado nem no desenho urbano nem nas alterações tipológicas. Nas UVs estudadas, não há variação nos usos, sendo o meio das quadras dedicado a residências, com equipamentos públicos entre elas e, em alguns casos, comércio e serviços nas bordas (fig. 42).

Figura 42. LUOS dos setores estudados.



Fonte: SEDUH-DF<sup>33</sup>.

Os levantamentos e mapas utilizados para as análises pretendidas foram feitos a partir das plataformas Google Maps<sup>34</sup> e Google Earth, utilizando a vista em projeção, a ferramenta de “passeio” e imagens de satélite. A vista em projeção por meio da plataforma Google Earth permitiu a verificação da forma de ocupação dos terrenos, e a ferramenta de “passeio” possibilitou a elaboração de panorâmicas necessárias para a complementação dos dados, fornecendo informações também sobre a paisagem constituída. O levantamento foi realizado em escalas de abrangência e procedeu-se da seguinte forma: em cada um dos setores analisados, foi escolhida uma Unidade de Vizinhança, cuja forma foi representada por meio do desenho dos quarteirões, de mapas de figura/fundo e do sistema viário. A essa escala de abordagem, seguiram-se os levantamentos concernentes à rua: as fachadas das residências foram desenhadas com os respectivos lotes e ocupações no canto direito de cada uma delas — cerca de 45 casas foram catalogadas em cada UV estudada. O mapeamento realizado permitiu evidenciar as constâncias e variações edilícias e a forma de ocupação dos lotes. Para facilitar a comparação de todas as UVs estudadas, foi realizada uma síntese, apresentada na forma de uma tabela, que permitiu a realização de cotejo.

<sup>33</sup>Disponível em: [http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/01/LC948\\_2019\\_Anexo-II-Mapa-3A\\_Ceil%C3%A2ndia.pdf](http://www.seduh.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2019/01/LC948_2019_Anexo-II-Mapa-3A_Ceil%C3%A2ndia.pdf)

<sup>34</sup>Em virtude da pandemia de coronavírus, boa parte do levantamento realizado entre 2020 e 2021 foi feito por meio do Google Maps e do Google Earth.

As páginas seguintes foram compostas pelos levantamentos traduzidos pelos desenhos e mapas dos setores em questão. Ressalta-se que todos os mapas apresentados daqui em diante foram produzidos a partir de base da SEGETH e trabalhados pelo QGIS<sup>35</sup>. Os desenhos e as intervenções nos mapas foram feitos pela própria autora, e as fotografias retiradas do Google Maps. Este último capítulo está subdividido de forma a facilitar a visualização dos grupos de análise: destinou-se um subcapítulo para cada grupo estudado e um último à comparação de todos com a tabela de síntese. Mas, afinal, há relação entre o tipo e a malha? A ver!

---

<sup>35</sup>Sophia Passos Moreira, aluna de Morfologia Urbana no 1º/2020, cedeu o mapa trabalhado no QGIS. A ela, os agradecimentos por isso.

### 3.1 Ceilândia Tradicional e Guariroba, os setores do “barril” (Grupo 1)

O estudo foi organizado cronologicamente, assim, os primeiros setores apresentados são a Ceilândia Tradicional (1971) e a Guariroba (1977). Destaca-se que o Setor O (1976), embora seja mais antigo que a Guariroba, não compôs o Grupo 1, porque optou-se por agrupar aqui os setores de autoria de Ney Gabriel. Seguindo a hierarquização de análise estabelecida, dentro de cada um desses setores foram elencadas 2 quadras e, nelas, uma rua para a catalogação tipológica. Na Ceilândia Tradicional, foram selecionadas as quadras QNM 18 e QNM 20, situadas no mapa (fig. 43) . A proximidade das duas quadras à Caixa D’água também contribuiu para a seleção, pois elas constituíram partes do conjunto da SHIS apresentado no capítulo 1.

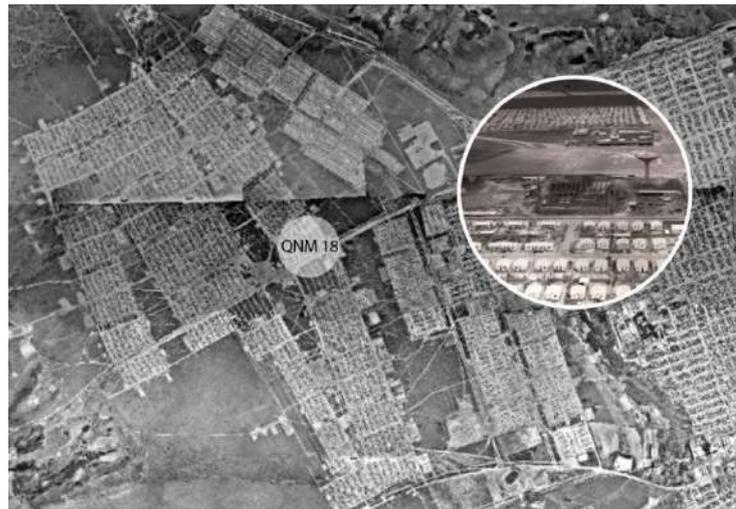
Figura 45. Setores do Grupo 1.



Fonte: Alana Waldvogel sobre mapa base da SEGETH.

Nessas quadras, os primeiros moradores de Ceilândia foram alocados e passaram por todas as etapas de implantação pensadas no plano de consolidação da cidade: primeiro a moradia provisória, em seguida a construção da casa em alvenaria (fig. 44) em substituição à residência inicial e, por último, a situação atual, com as tipologias edilícias alteradas, definindo particularidades de fachada, usos e gabaritos.

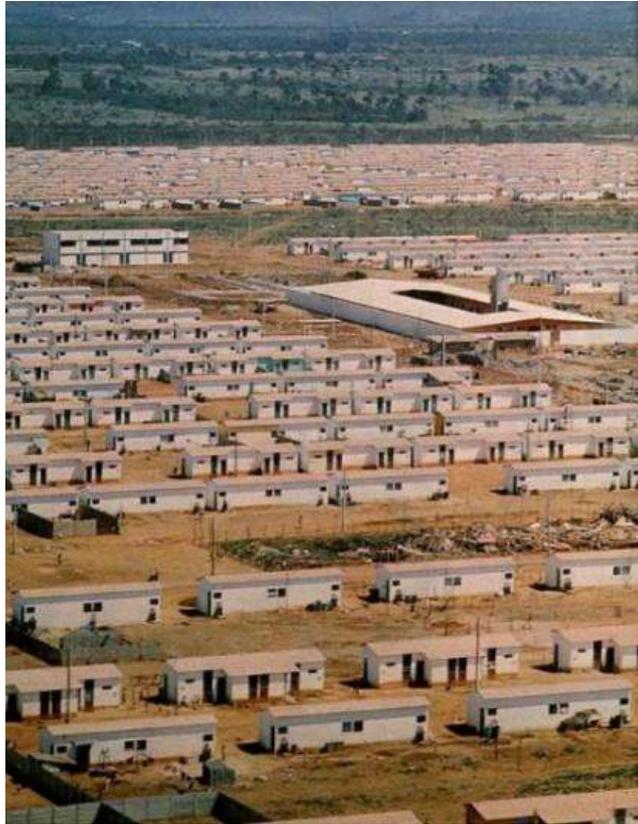
Figura 48. QNM 18 e casas da SHIS.



Fonte: Imagem de satélite SEGETH, foto das casas retiradas do Arquivo Público do Distrito Federal.

Na Guariroba, a situação não foi muito diferente. Embora os lotes tenham tido suas dimensões minimamente diminuídas, conforme poderá ser visto detalhadamente nas páginas seguintes, as vias acompanharam o traçado preexistente, e a disposição dos conjuntos e a conformação das Unidades de Vizinhança também são semelhantes. Esse setor estava previsto no projeto original da cidade, tendo sido implantado em 1977, contando também com residências da SHIS (Fig.45). As quadras selecionadas para o estudo foram a QNN 18 e a QNN 20, onde se localiza o Centro de Ensino Fundamental 19 (CEF 19), base da pesquisa *Cotidianos Escolares e Dinâmicas Metropolitanas da Capital do País*.

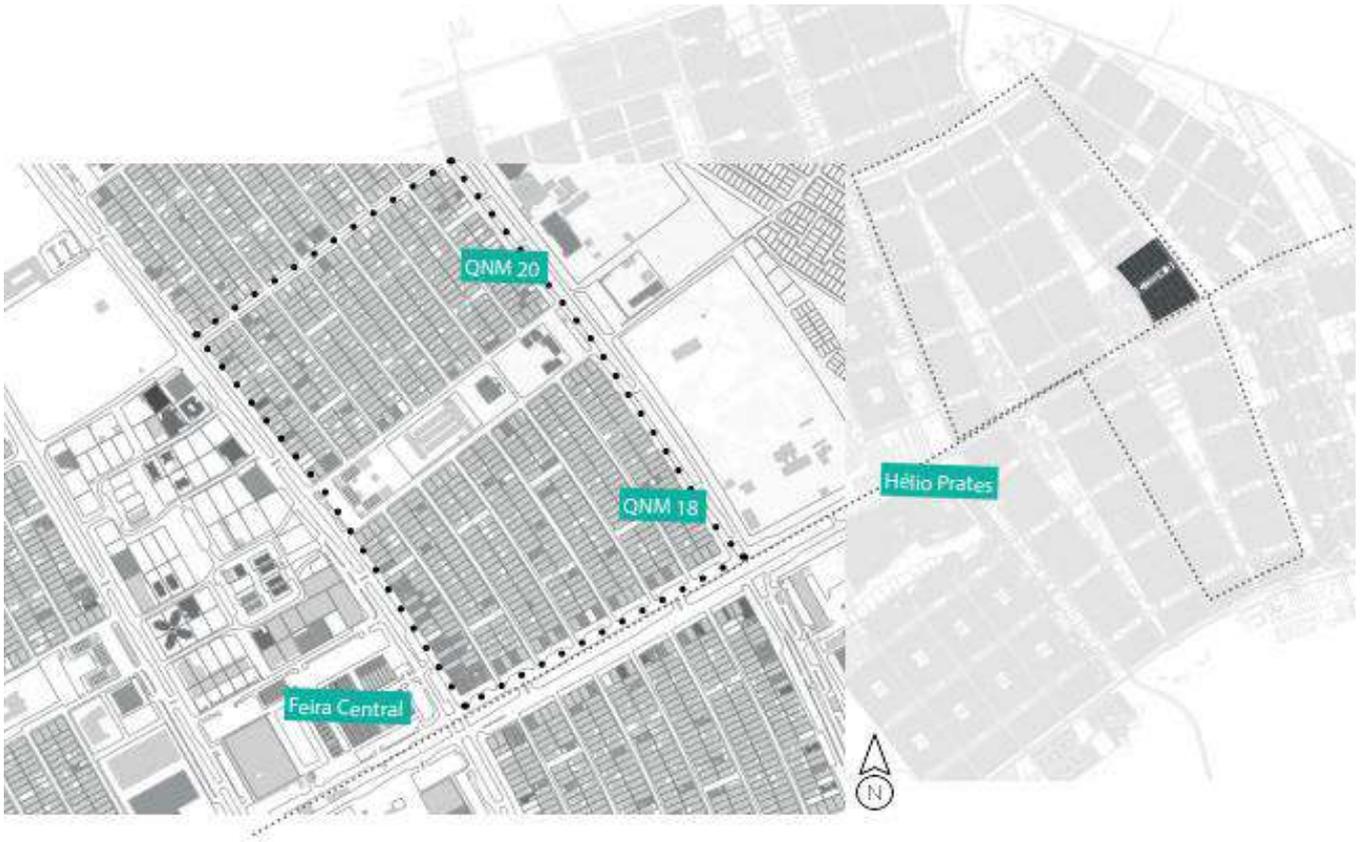
Figura 51. Casas da SHIS na Guariroba, 1977.



Fonte: Página do Facebook Histórias de Brasília<sup>36</sup>.

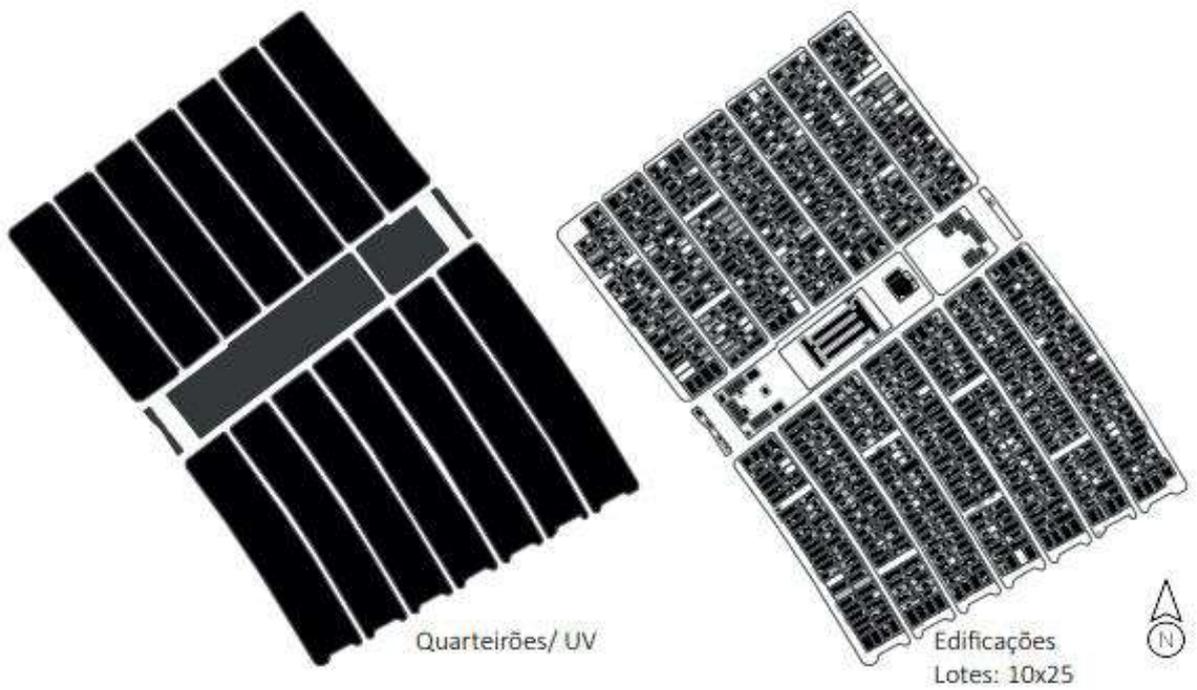
---

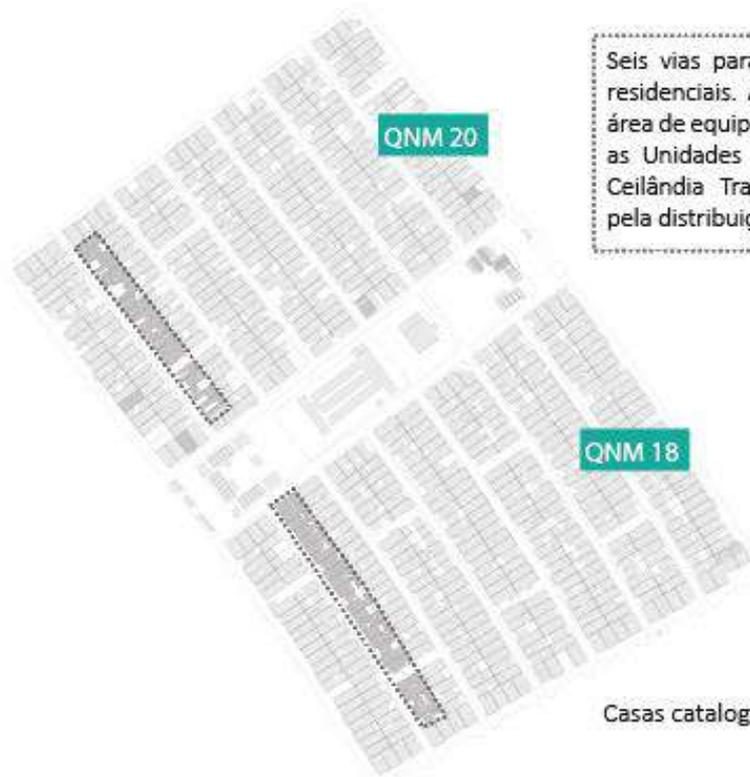
<sup>36</sup> HISTÓRIAS DE BRASÍLIA. Na foto, casas da Guariroba recém-inauguradas em 1977. Brasília, 9 de maio de 2020. Facebook: Histórias de Brasília. Disponível em: <https://www.facebook.com/historiasdebsb/posts/1499465853568853>. Acesso em: 23/07/2020.



### Ceilândia Tradicional

1971





Seis vias paralelas dividem os conjuntos residenciais. A cada duas quadras, está a área de equipamentos comuns, compondo as Unidades de Vizinhança. A malha da Ceilândia Tradicional é regular, ritmada pela distribuição das UVs.



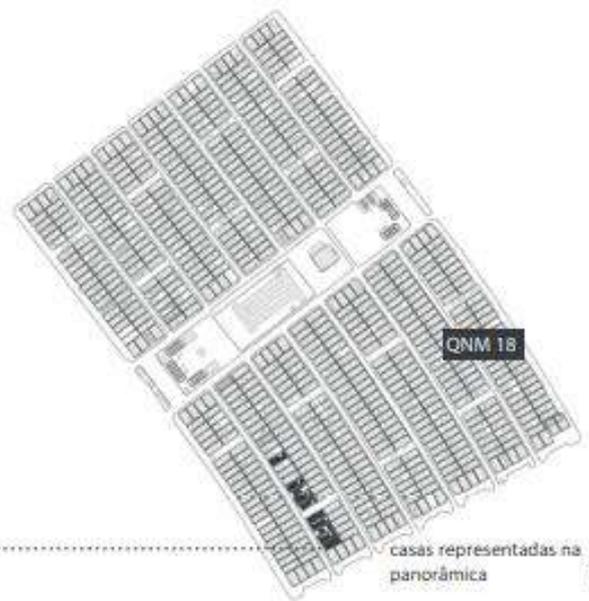
Casas catalogadas

**QNM 18**

Panorâmica de trecho da QNM 18, 2021



colagem criada a partir de imagens do Google Maps.

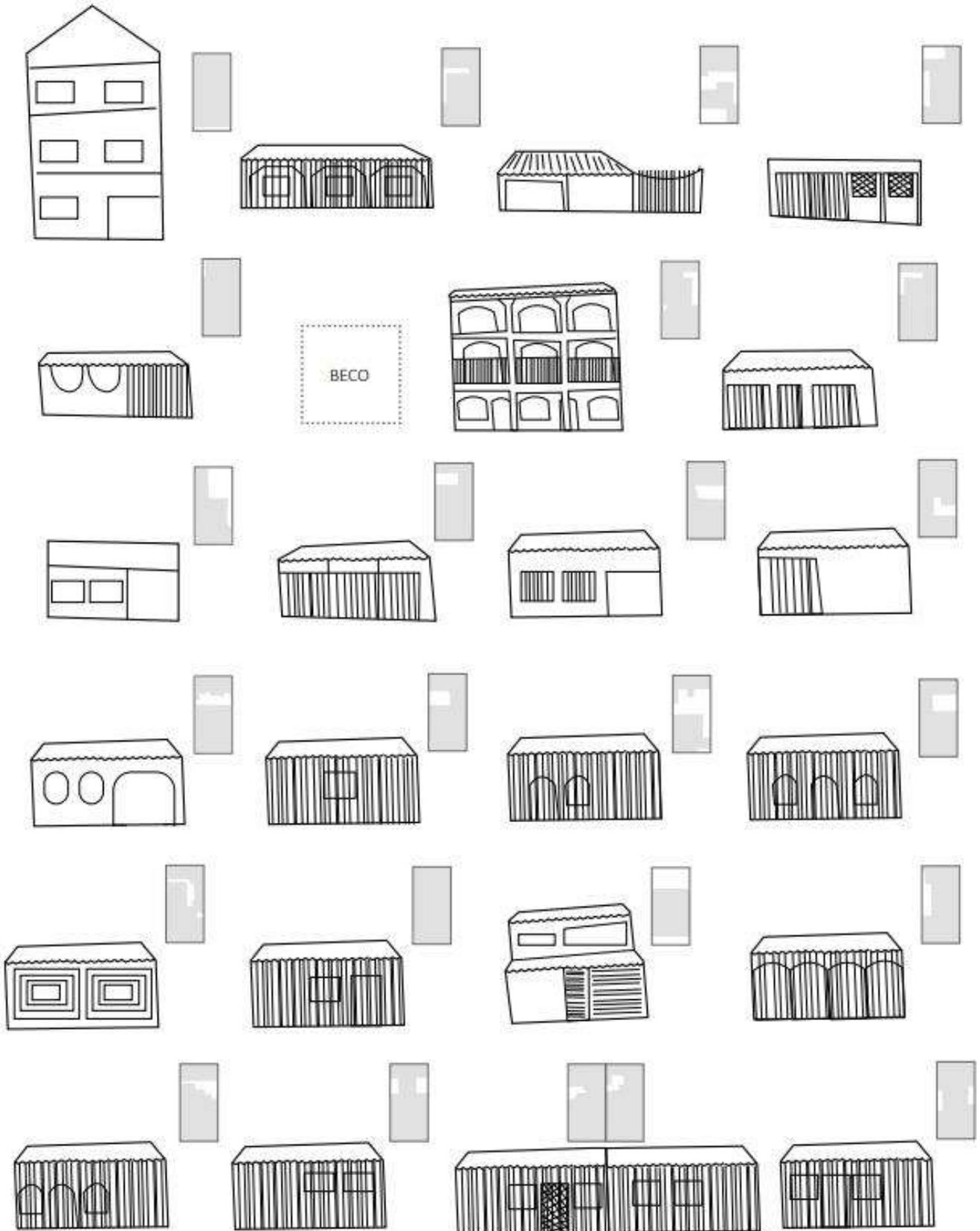


casas representadas na panorâmica



## QNM 18

tipologia/lote/ocupação - conjunto B

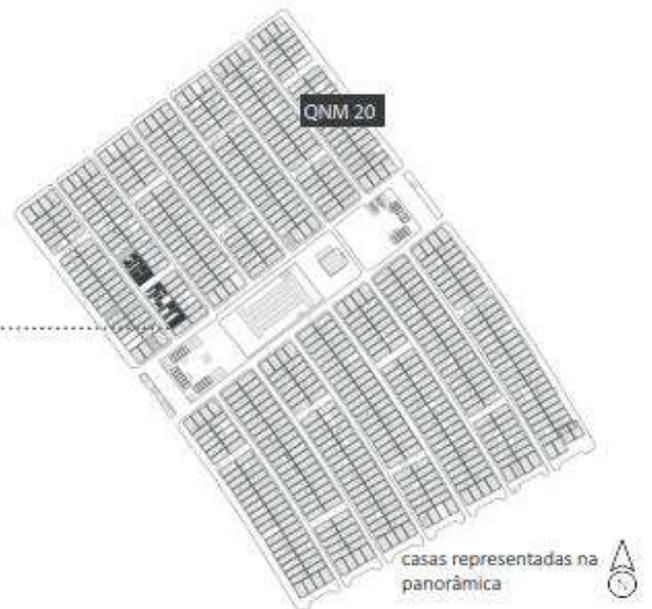


**QNM 20**

Panorâmica de trecho da QNM 20, 2021

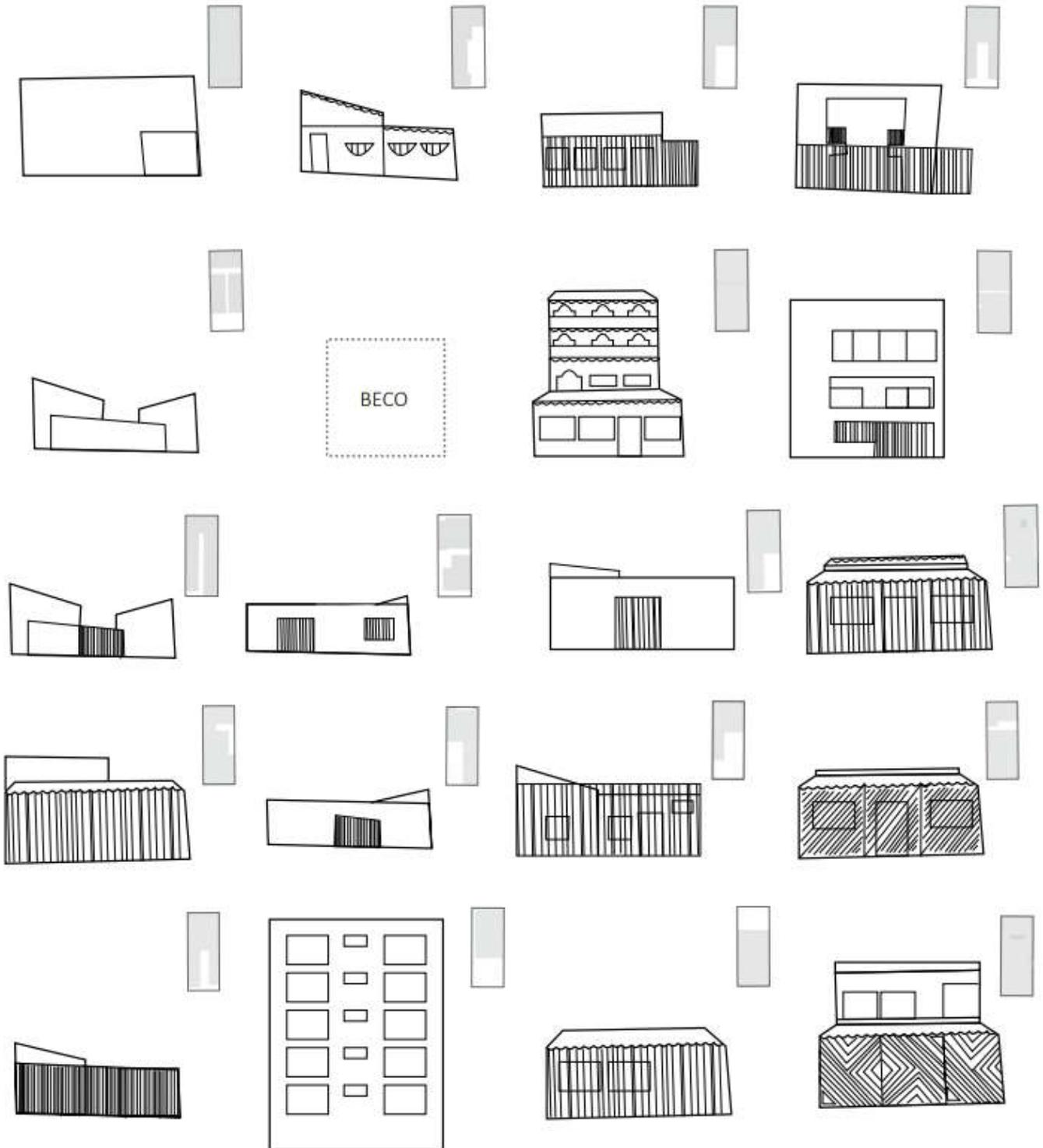


colagem criada a partir de imagens do Google Maps.



## QNM 20

tipologia/lote/ocupação - conjunto C



Observações do setor

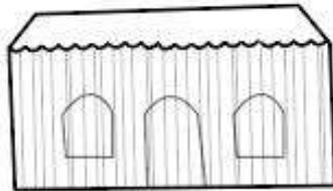
Ceilândia Tradicional



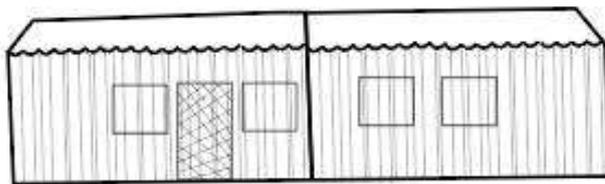
Casa da SHIS à venda, 2018.



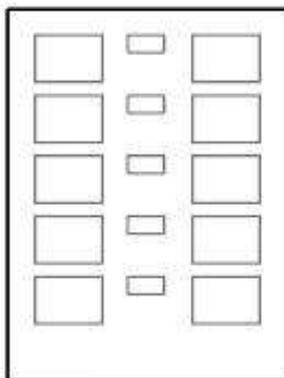
Edifício 4 pavimentos construído no terreno, 2020.



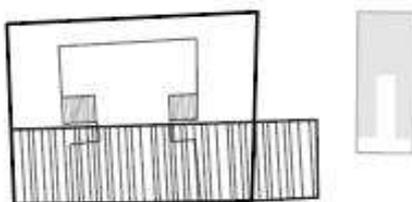
Tipologia mais comum: térrea.



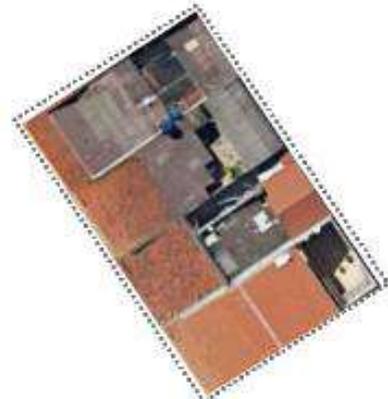
Um exemplar geminado.



Número máximo de pavimentos das quadras: cinco.



Nesse setor há um tipo particular de ocupação: casas em U, com pátio central, em virtude das maiores dimensões do terreno.



Acréscimos são comuns nas residências, assim como mais de uma ocupação no mesmo lote.

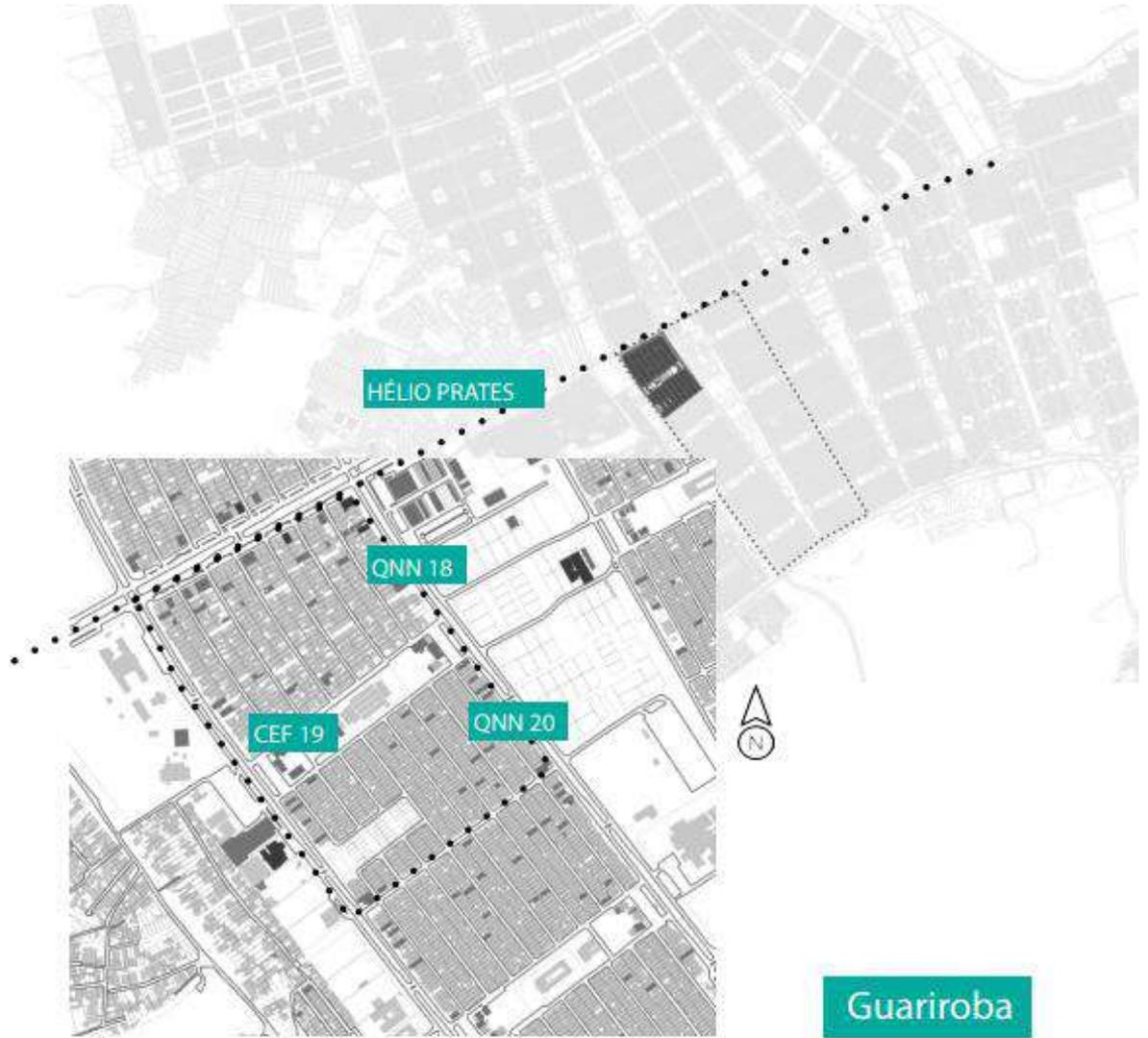
Elementos que se repetem com frequência



Ao todo foram catalogadas **43 casas** nas QNM 18 e 20, das quais 9 possuem 2 ou mais pavimentos, 2 são geminadas, 2 possuem pátio. É comum a ocorrência de mais de uma ocupação por lote. Grades e portões são utilizados de uma ponta à outra.

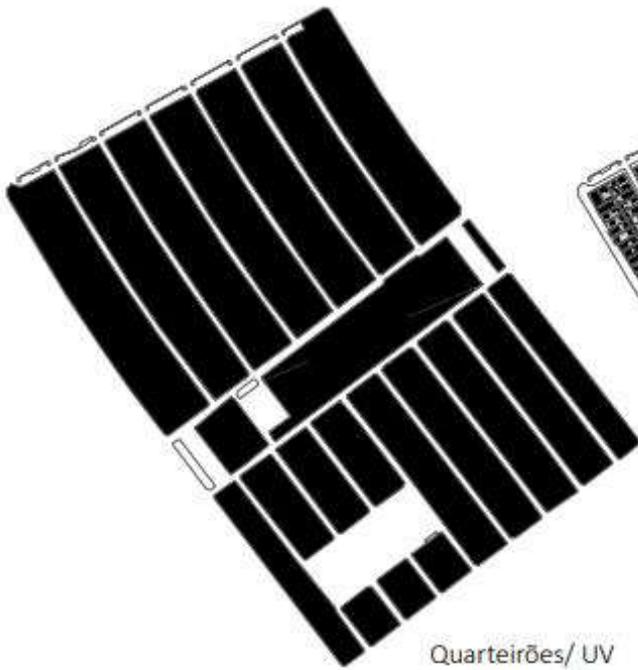


- Lei de Uso e Ocupação do Solo
- Residencial obrigatório 1
  - Residencial obrigatório 2
  - Institucional Eq. Público
  - Comércio, serviços, Institucional, Áreas Industriais

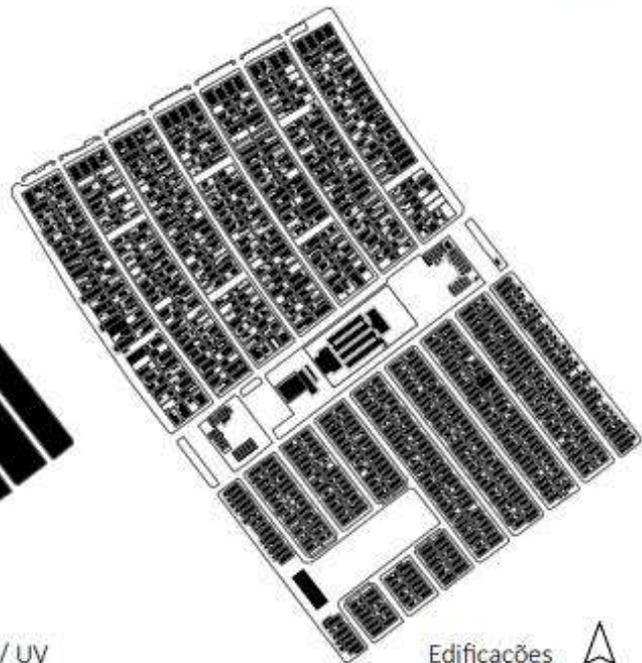


Guaraioba

1977

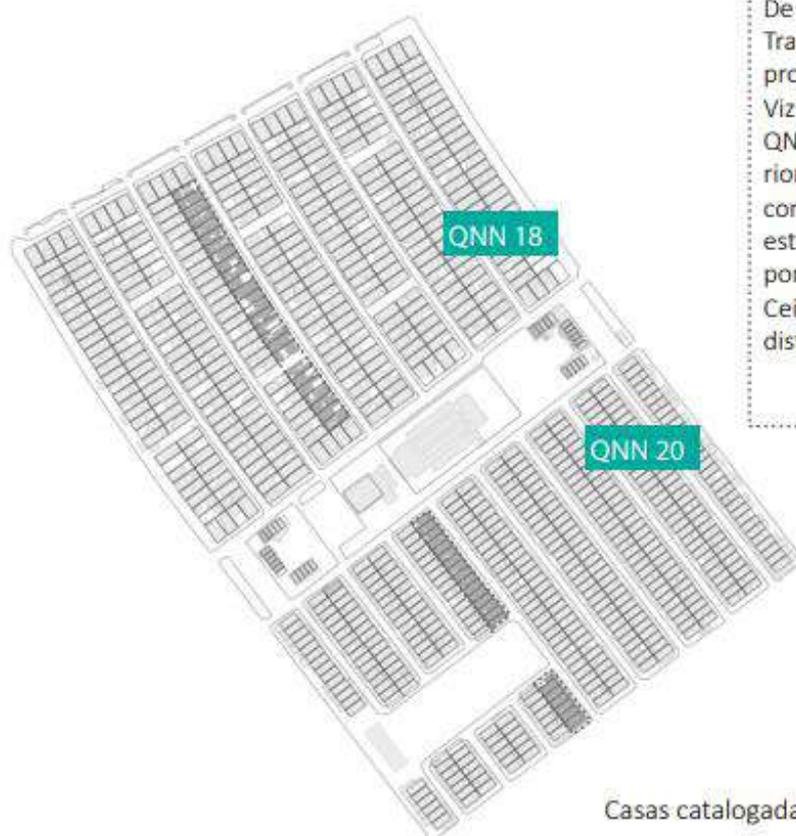
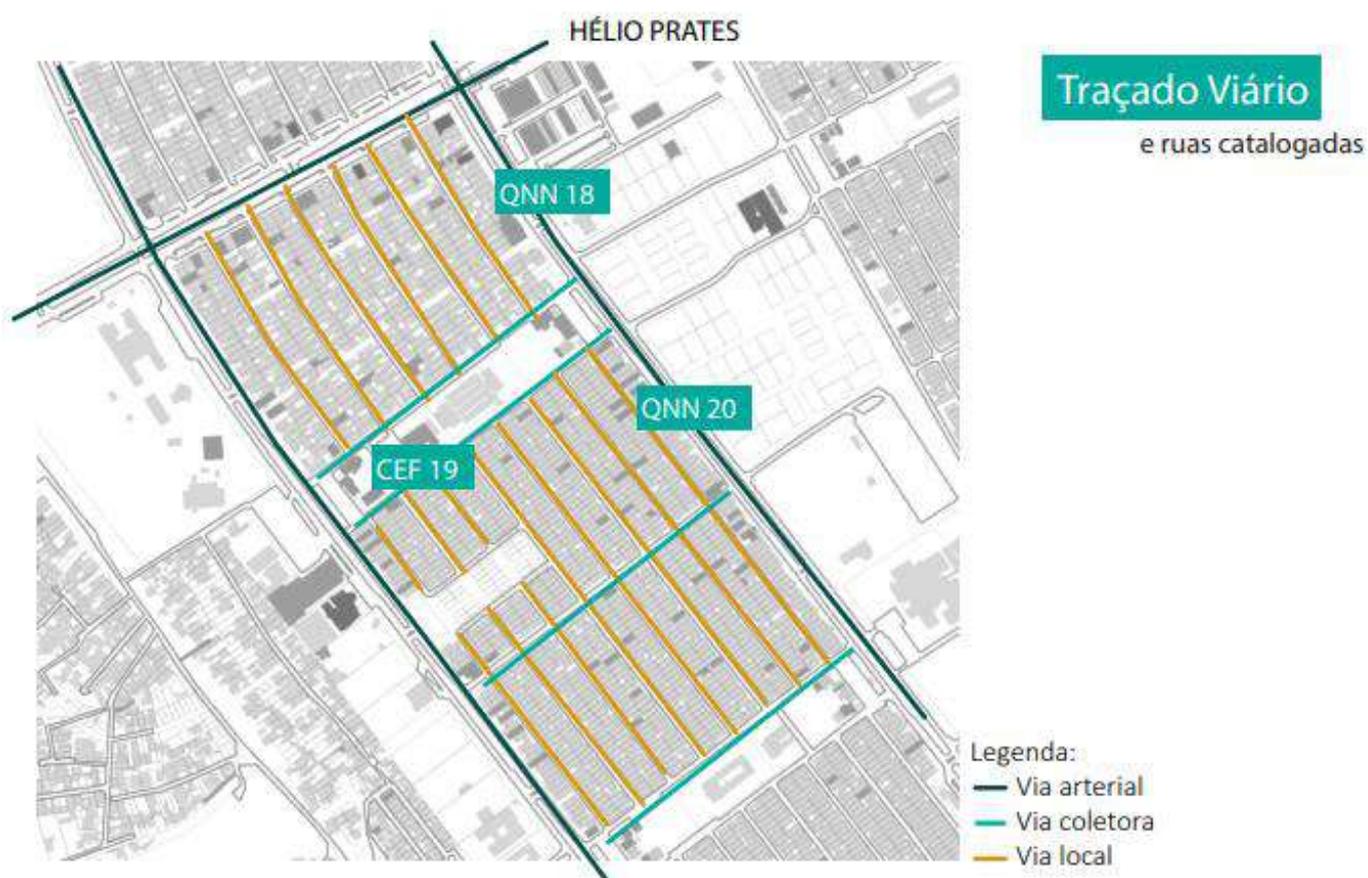


Quarteirões/UV



Edificações  
Lotes: 9x21





De traçado semelhante ao do setor Ceilândia Tradicional, a Guariroba completa o “barril” projetado por Ney Gabriel. A Unidade de Vizinhança composta pelas quadras QNN 18 e QNN 20, segue o padrão apresentado anteriormente. Seis vias paralelas dividem os conjuntos residenciais. A cada duas quadras, está a área de equipamentos comuns, compondo as Unidades de Vizinhança. A malha da Ceilândia Tradicional é regular, ritmada pela distribuição das UVs.

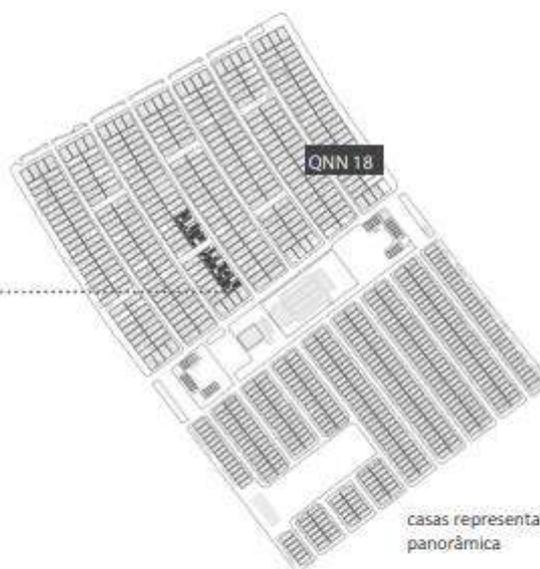


**QNN 18**

Panorâmica de trecho da QNN 18, 2021

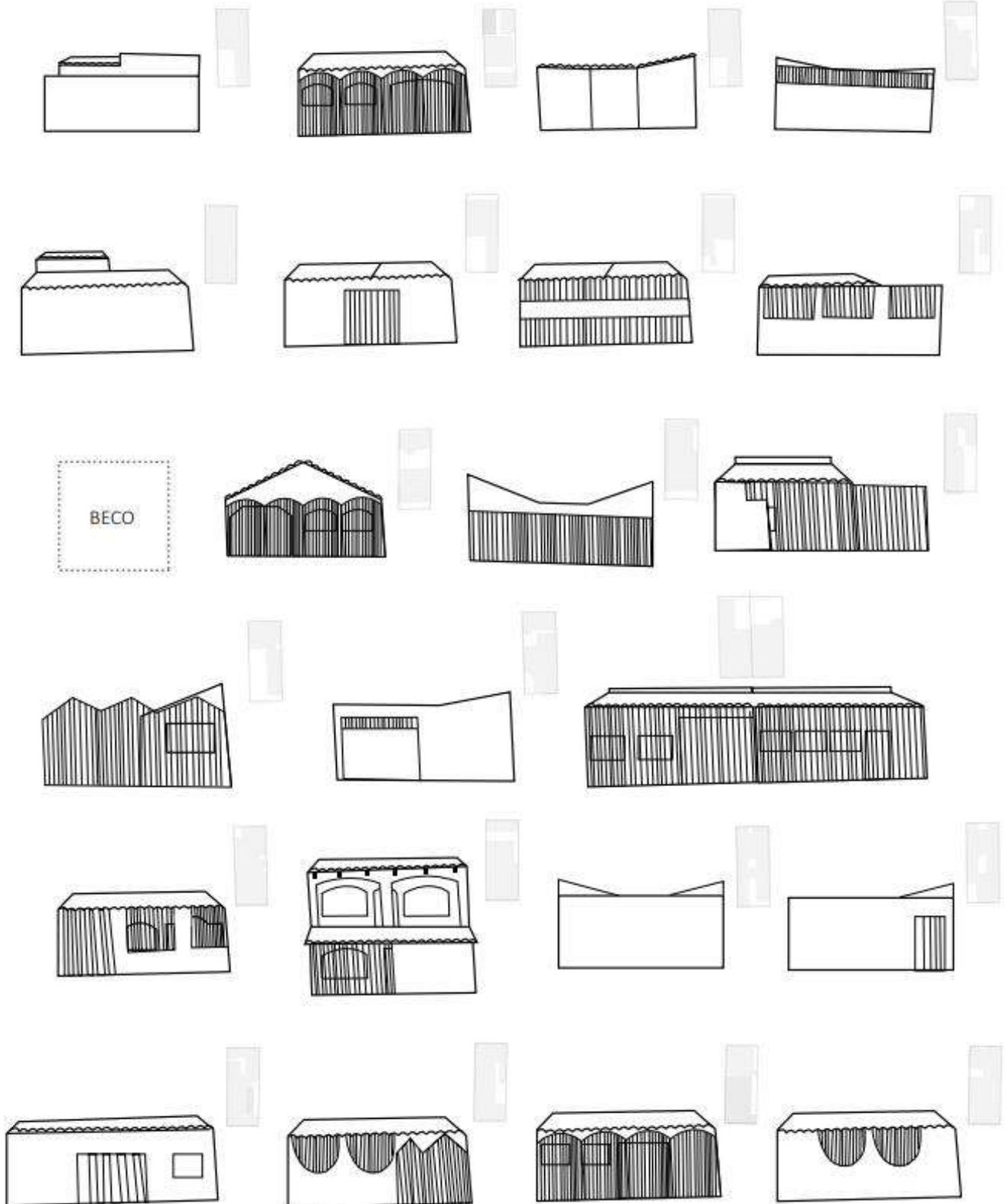


colagem criada a partir de imagens do Google Maps.

casas representadas na  
panorâmica

## QNN 18

tipologia/lote/ocupação - conjunto E

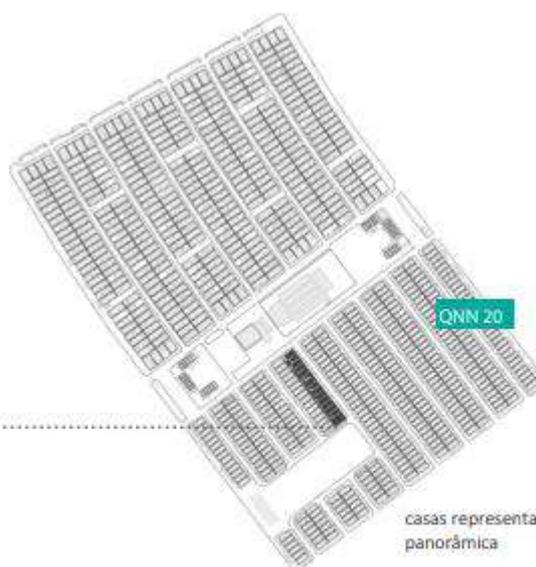


QNN 20

Panorâmica de trecho da QNN 20, 2021



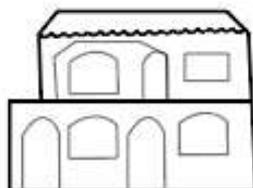
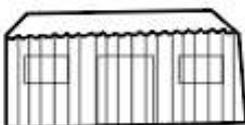
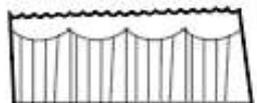
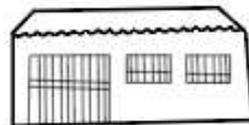
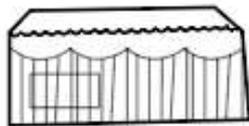
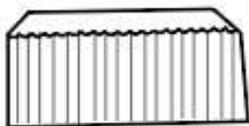
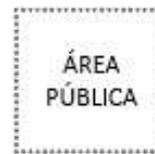
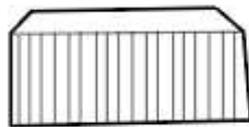
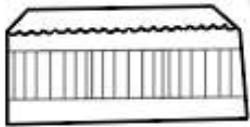
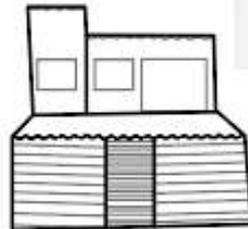
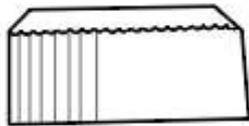
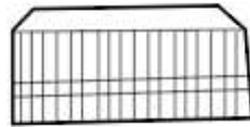
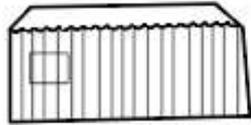
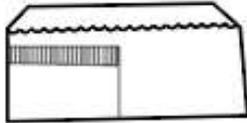
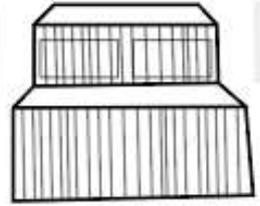
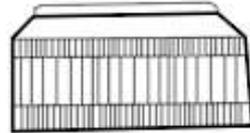
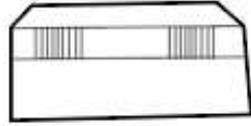
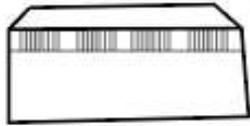
colagem criada a partir de imagens do Google Maps.



casas representadas na panorâmica

QNN 20

tipologia/lote/ocupação - conjunto I



Observações do setor

Guariroba

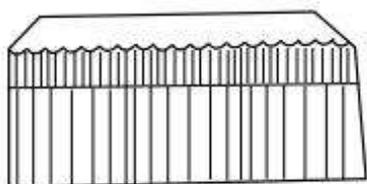


Fechamentos mais ostensivos.

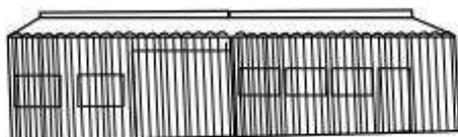


Neste setor foram catalogadas 45 residências, das quais 4 possuem dois pavimentos e 2 são geminadas. Dentre as casas catalogadas nenhuma possui pátio e ao contrário do setor Ceilândia Tradicional, não é possível constatar a partir das projeções a existência de quintais, ao contrário, a ocupação dos lotes deixa pouco ou nenhum espaço livre. Outra diferença esta nos fechamentos, muros com pequenas aberturas, ou grades com estreitos espaços.

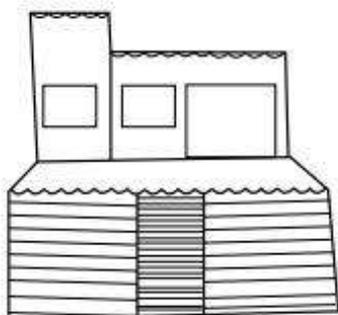
Inserida na QNN 20 há uma área de equipamentos comuns dividindo renques de casas, conforme mostra figura abaixo.



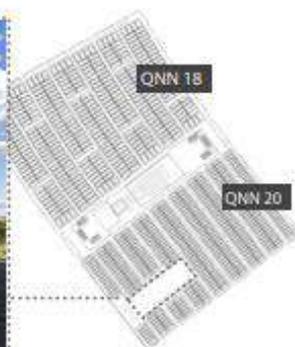
Tipologia mais comum: térrea.



1 exemplar geminado.



Maior número de pavimentos entre as casas catalogadas: dois.



Lei de Uso e Ocupação do Solo

- Residencial obrigatório 1
- Residencial obrigatório 2
- Institucional Eq. Público
- Comércio, serviços, Institucional, Áreas Industriais

### 3.2 Setor O e P Sul (Grupo 2)

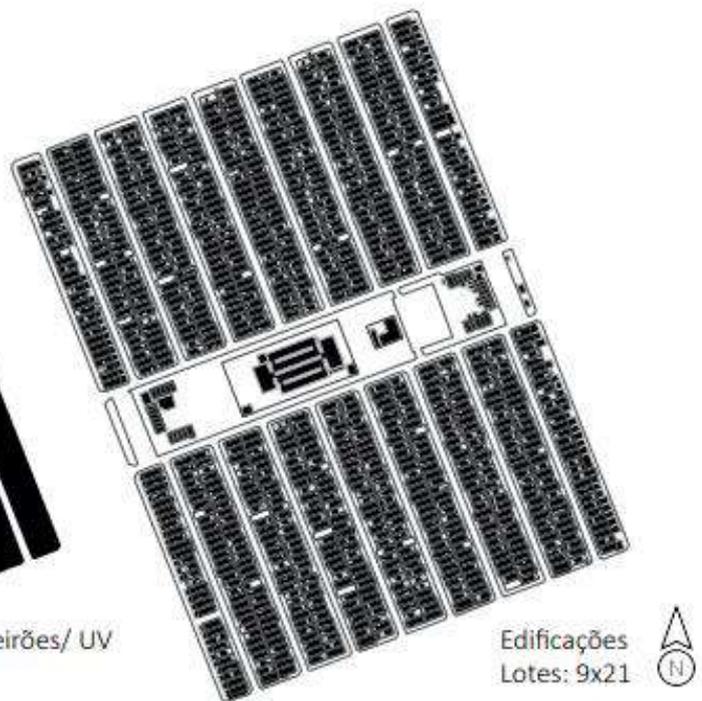
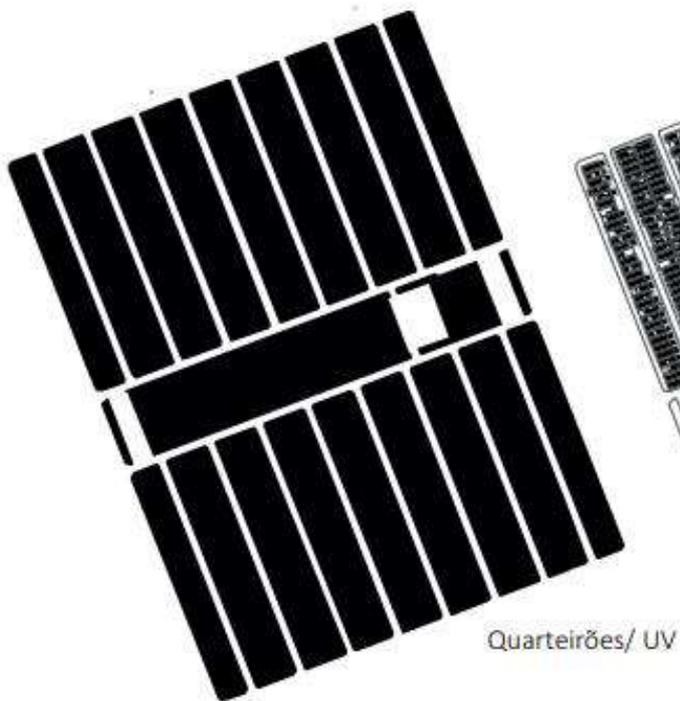
Compondo o grupo 2 do estudo, estão o Setor O e o P Sul, reunidos por possuírem proximidade temporal e semelhança de traçado, apesar de não fazerem parte do projeto de autoria de Ney Gabriel, como os anteriores. Esses setores foram propostos pelo governo do Distrito Federal. Um ponto que merece esclarecimento é a autoria dos projetos: fez-se vasta pesquisa junto às secretarias de habitação e urbanismo, ao Arquivo Público e no site da SEGETH, tanto presencial quanto virtualmente (grande parte do acervo dessa secretaria foi digitalizado e disponibilizado ao público), entretanto, não foi identificada a autoria de alguns dos setores, como é o caso do Setor O e do P Sul. Essa situação pode ser justificada pela falta de assinatura dos projetos por um urbanista específico, considerando que eles foram feitos pelo quadro funcional da NOVACAP.

Figura 54. Setores Grupo 2.



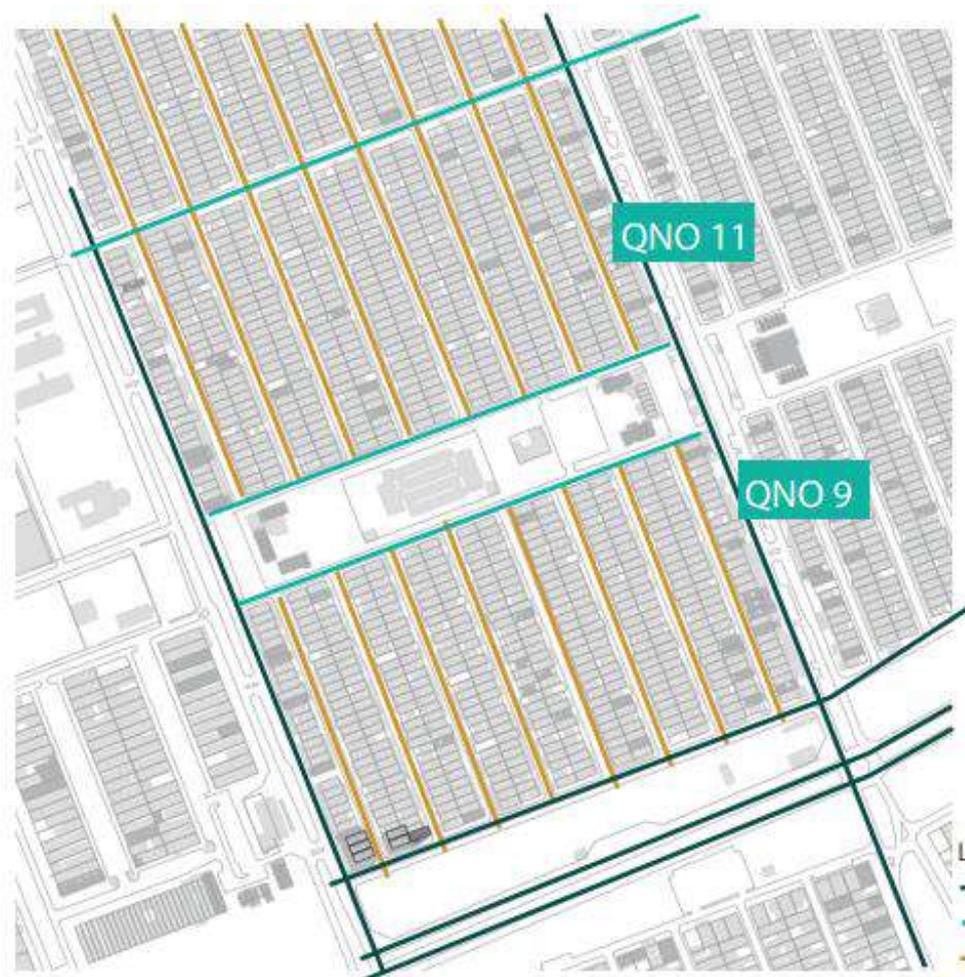
Fonte: Alana Waldvogel sobre mapa base SEGETH.

Nota-se, contudo, que houve a intenção de seguir os parâmetros criados por Gabriel, com vias paralelas, lotes de tamanho padronizado, embora menores que os da Ceilândia Tradicional e Guariroba, e a presença das Unidades de Vizinhança formadas por duas quadras e área de equipamentos comuns entre elas. No Setor O, foram selecionadas as quadras QNO 9 e QNO 11, por estarem na porção sul do setor, mais próximas ao “barril”. Da mesma forma, no P Sul foram selecionadas as quadras da extremidade leste, QNP 10 e QNP 14.



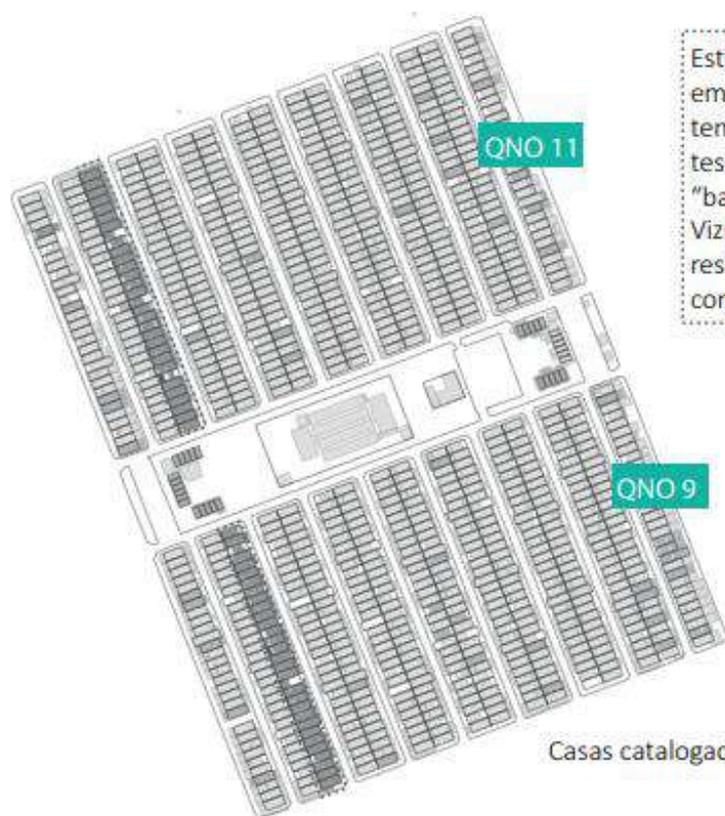
## Traçado Viário

e ruas catalogadas



Legenda:

- Via arterial
- Via coletora
- Via local



Este setor é anterior ao setor Guariroba e, embora não seja de autoria de Ney Gabriel, tem características morfológicas semelhantes àquelas dos setores que compõem o "barril": vias paralelas e Unidades de Vizinhaça compostas por duas quadras residenciais e uma área de equipamentos comuns.

Casas catalogadas

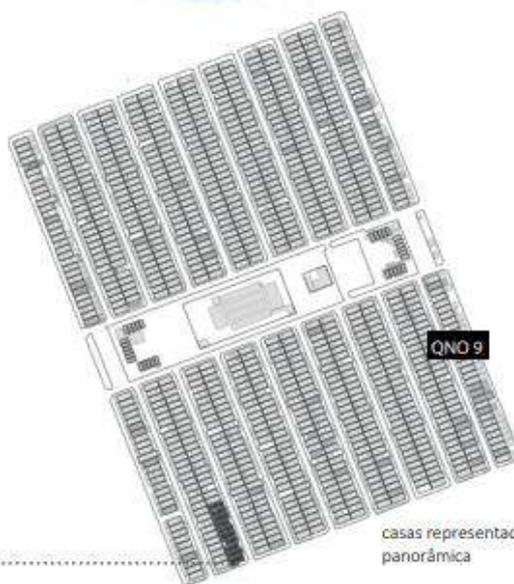


QNO 9

Panorâmica de trecho da QNO 9, 2021

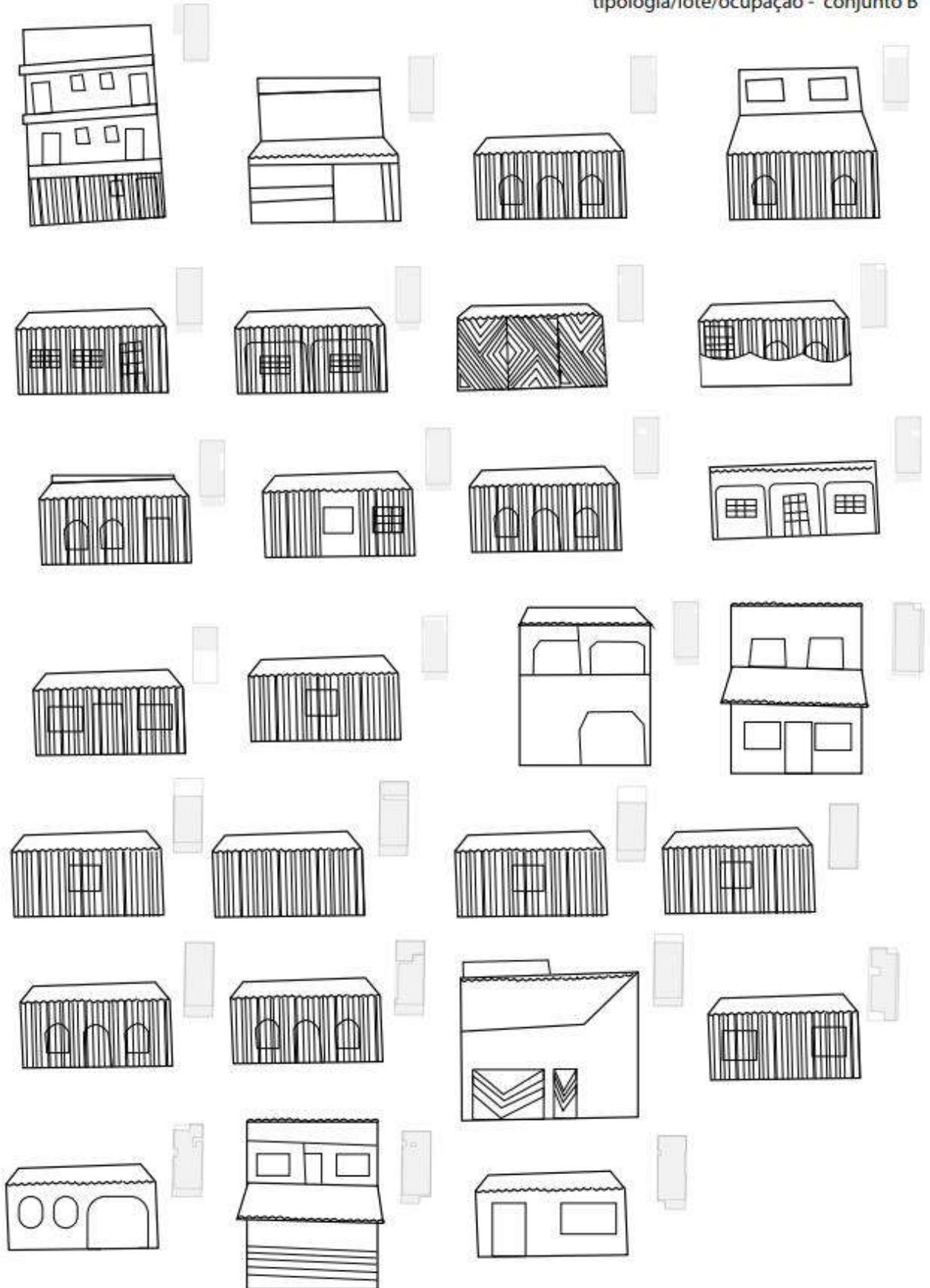


colagem criada a partir de imagens do Google Maps.

casas representadas na  
panorâmica

## QNO 9

tipologia/lote/ocupação - conjunto B

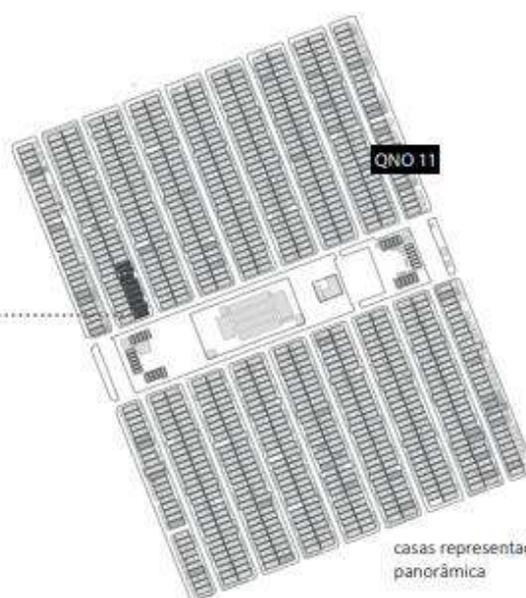


**QNO 11**

Panorâmica de trecho da QNO 11, 2021

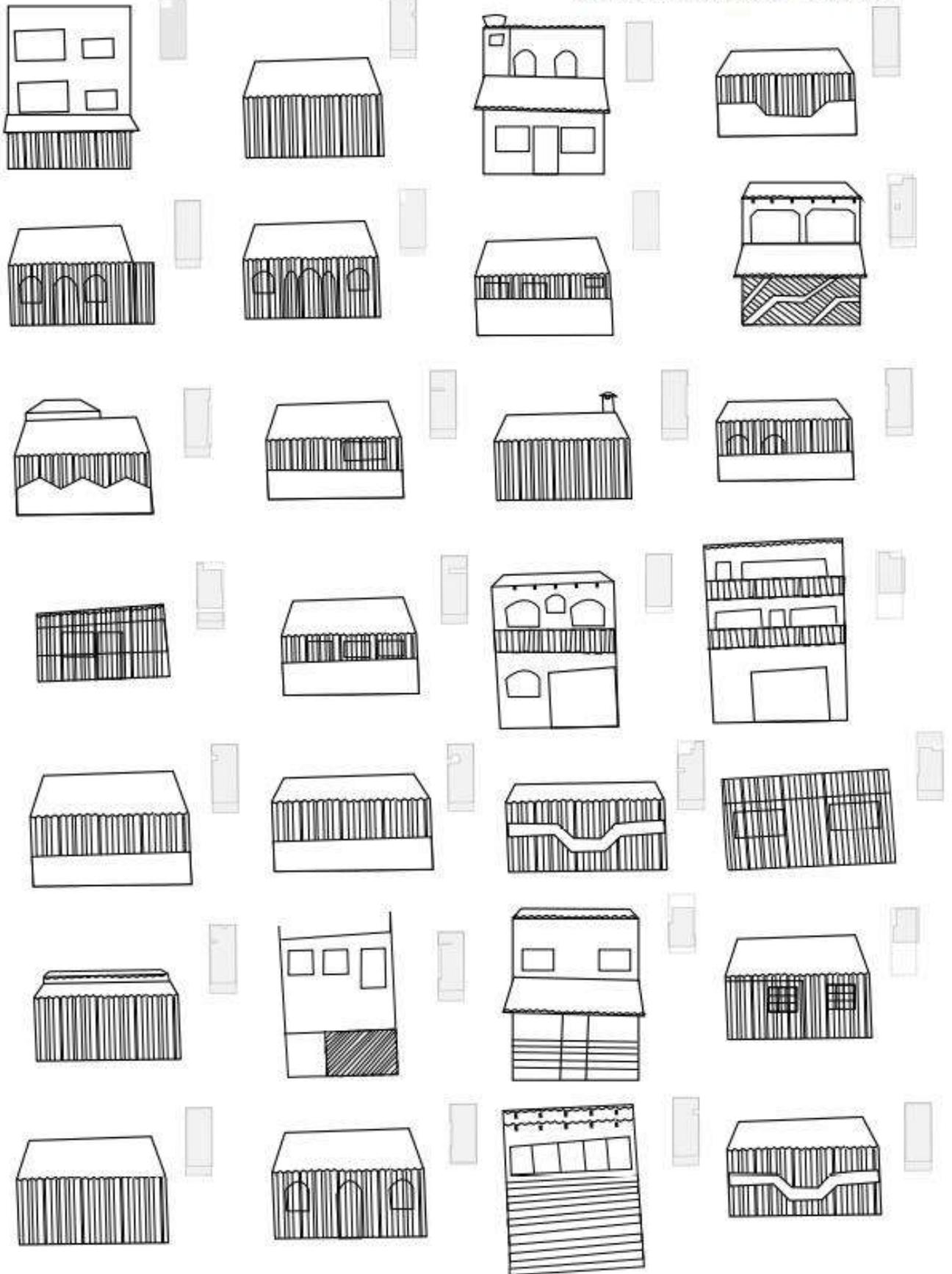


colagem criada a partir de imagens do Google Maps.

casas representadas na  
panorâmica

## QNO 11

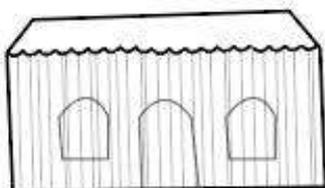
tipologia/lote/ocupação - conjunto D



Observações do  
Setor O



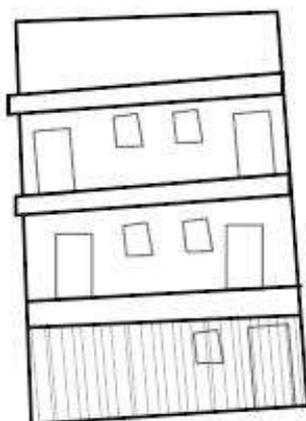
O conjunto D possui variadas residências com características originais da SHIS, guardando, inclusive, os afastamentos frontais. É interessante destacar o gradeamento, baixo e menos fechado que o da maioria das casas de Ceilândia. Fotos: Google Maps.



 Tipologia mais comum: térrea.

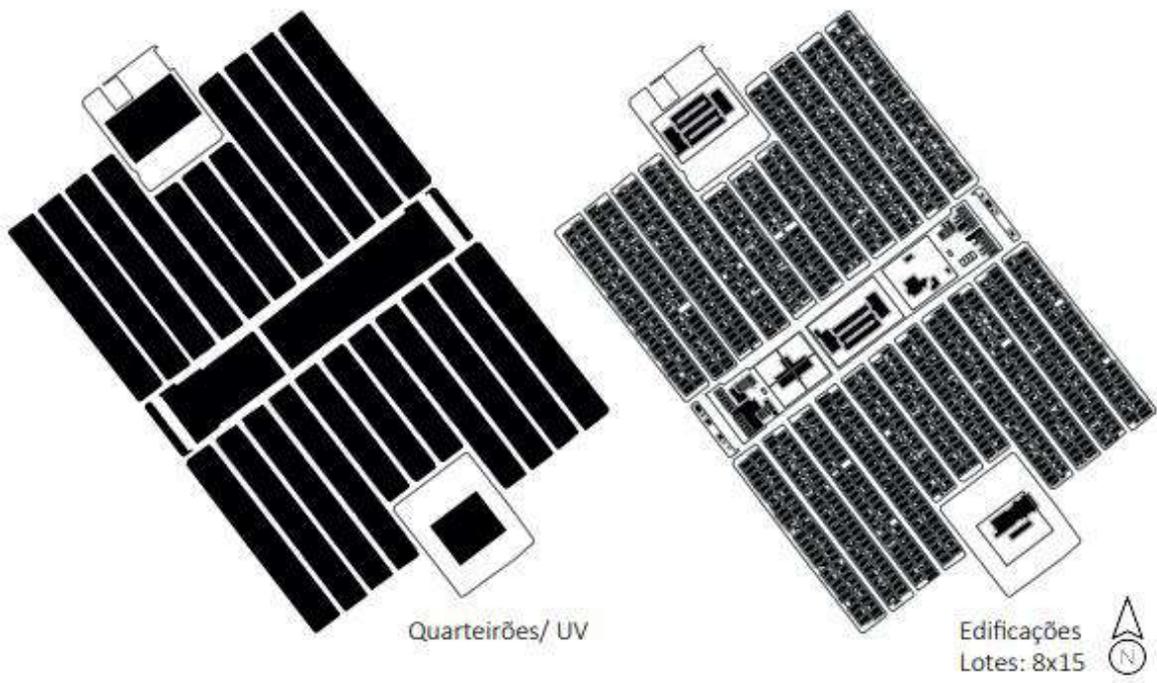
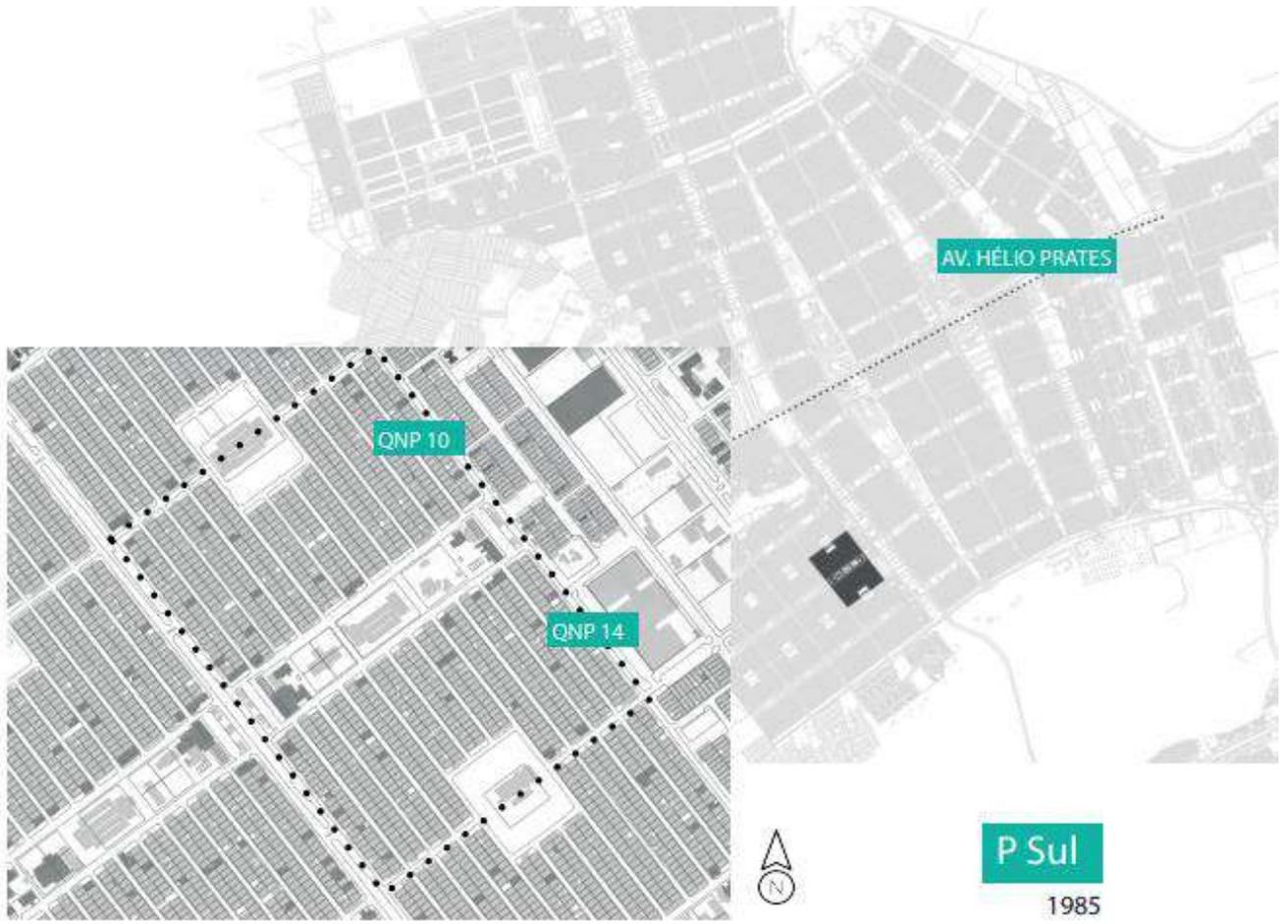
Neste setor, foram catalogadas 55 residências, das quais 14 possuem 2 pavimentos. Dos setores catalogados, este é o que possui o maior número de sobrados, além de 1 exemplar com 3 pavimentos.

A tipologia mais comum do setor é a térrea, e o gradeado é menos fechado, embora ainda seja de uma ponta à outra.



Maior número de pavimentos entre as casas catalogadas: três.





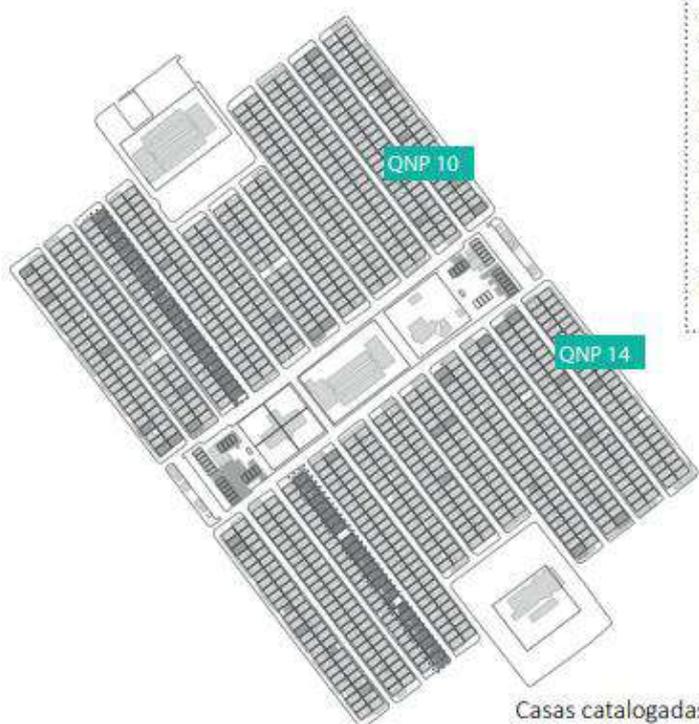


## Traçado Viário

e ruas catalogadas

Legenda:

- Via arterial
- Via coletora
- Via local



Casas catalogadas

Os setores P Sul e P Norte foram implantados em Ceilândia em 1985. No P Sul, aqui representado, é possível notar a diferente configuração em comparação aos setores mais antigos. Continua clara, contudo, a Unidade de Vizinhança. Diferentemente dos setores anteriores, nas extremidades das quadras residenciais há uma área de equipamentos públicos, onde geralmente ficam as escolas.

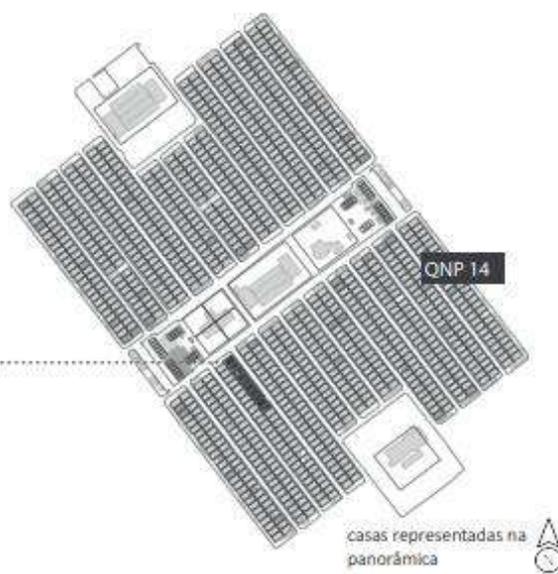
O traçado viário é regular, com vias paralelas.

QNP 14

Panorâmica de trecho da QNP 14, 2021

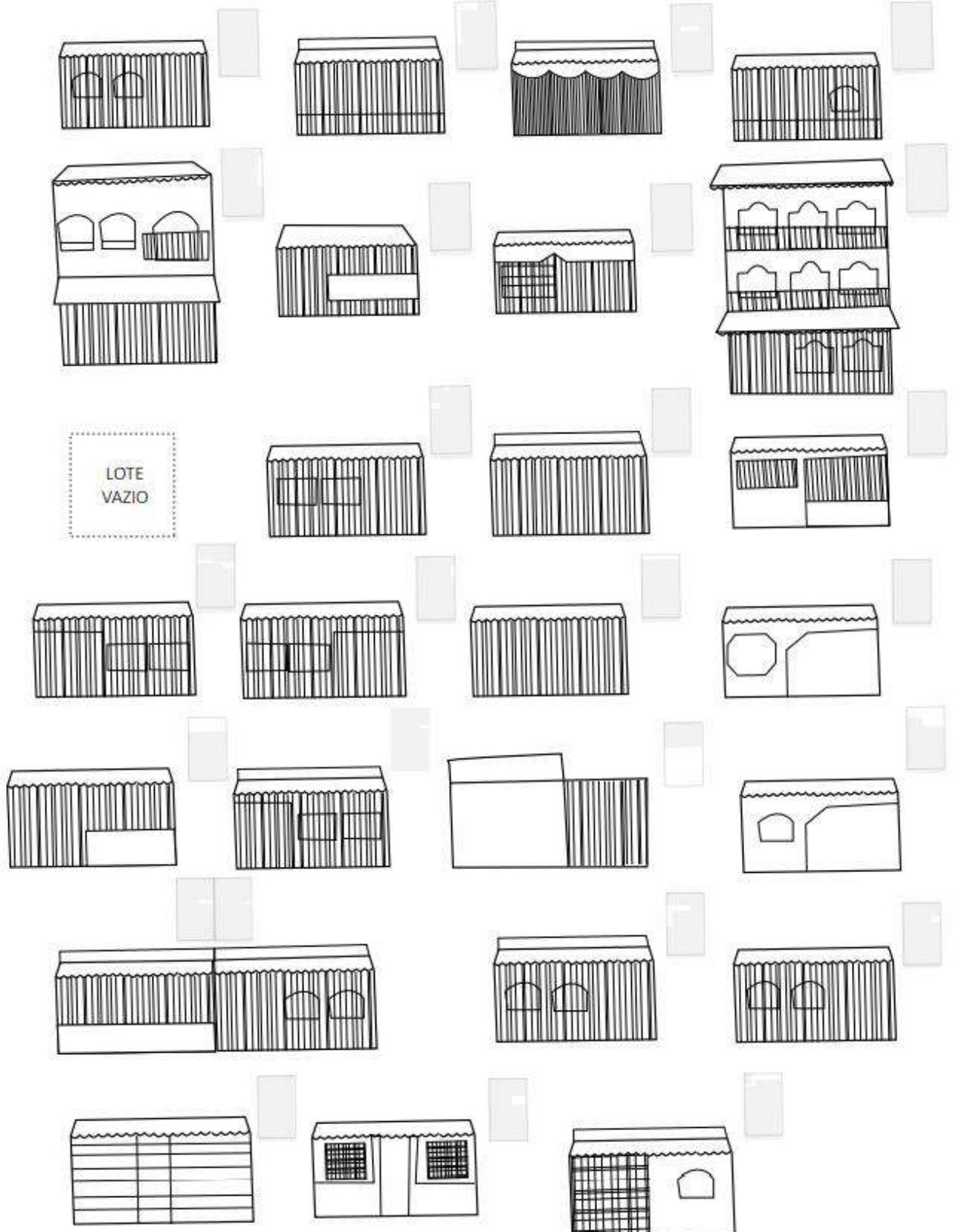


colagem criada a partir de imagens do Google Maps.



## QNP 14

tipologia/lote/ocupação - conjunto Q

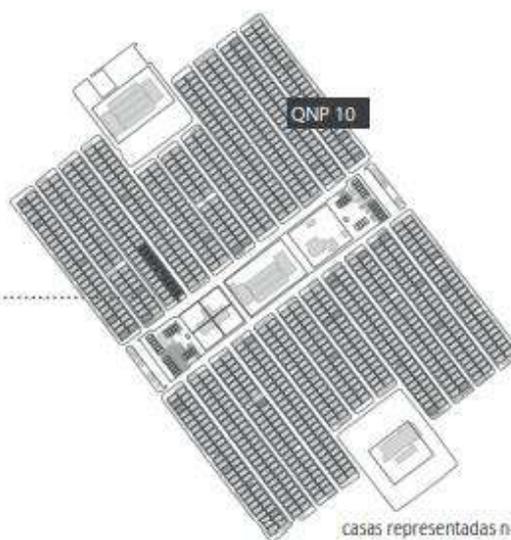


QNP 10

Panorâmica de trecho da QNP 10, 2021



colagem criada a partir de imagens do Google Maps.

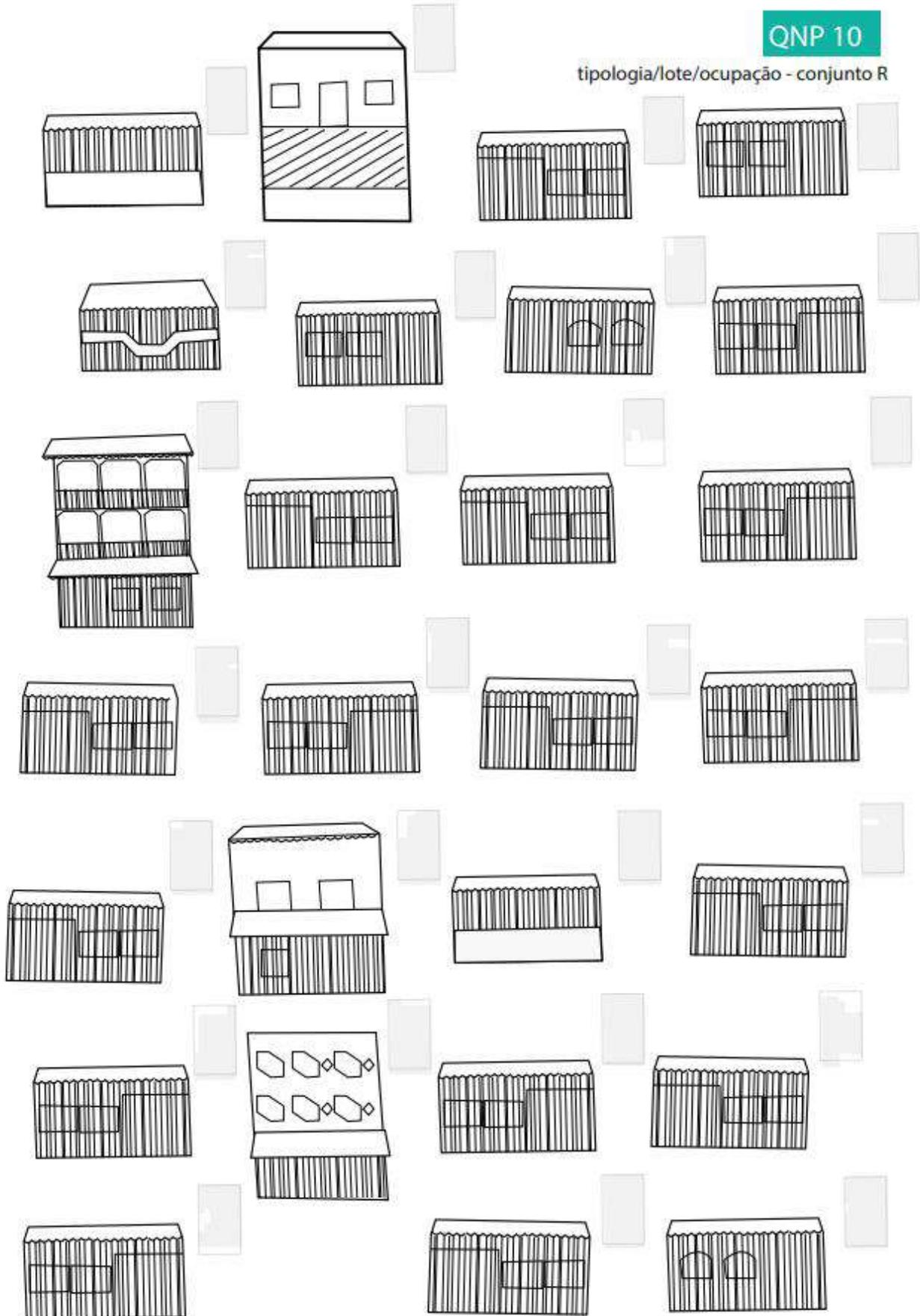


casas representadas na panorâmica



QNP 10

tipologia/lote/ocupação - conjunto R

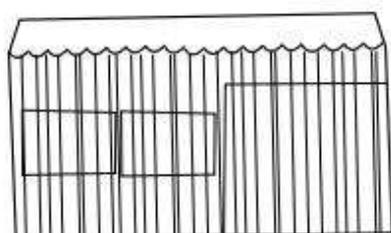


Observações do setor

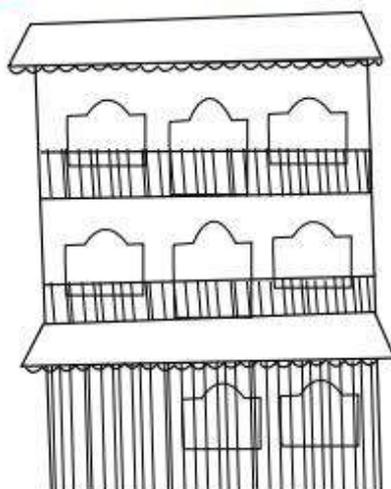
P Sul



Alteração de um exemplar da SHIS, aparentemente geminado. Anos 2011, 2016, 2017 e 2018. Imagens Goggle Maps.



Tipologia mais comum: térrea.



Maior número de pavimentos entre as casas catalogadas: três.



Detalhe na fachada, balastrada com as "colunas do Alvorada".

Neste setor, foram catalogadas 53 residências, das quais 3 possuem 2 pavimentos, 3 possuem 3 pavimentos e 1 é geminada.

Há uma tipologia que se repete com frequência, térrea, com duas janelas na fachada, recuo frontal e garagem lateral. Há, também, entre os modelos propostos pela SHIS, um que guarda semelhança com esses descritos, dando indícios de que se tratam de exemplares originais. Muitos deles, em especial os do Conjunto Q, apresentam também platibanda.

O desenho abaixo ilustra fachada de projeto da SHIS para Ceilândia, de 1973. Podem ser vistas as características das casas existentes na QNP 10 e QNP 14.

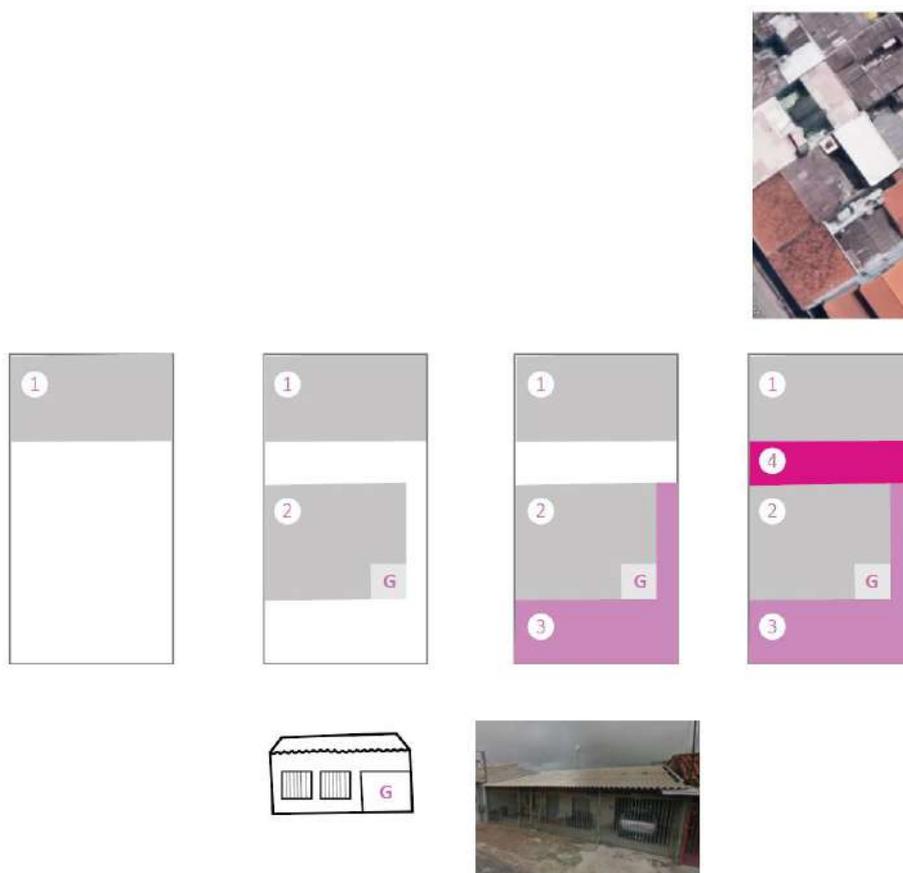


Fachada de residência SHIS. Fonte: Revista SHIS, 1973.



O Setor O segue o traçado existente da Ceilândia Tradicional, e suas vias dão continuidade àquelas ao sul dele, pertencentes ao “barril”. O P Sul, por sua vez, tem uma conformação um pouco diferente: sua Unidade de Vizinhança apresenta uma variação, com áreas de equipamentos comuns nas extremidades, onde estão localizadas, em sua maioria, escolas. Nota-se, ainda, a proximidade ao traçado de Ney Gabriel. É possível identificar padrões nos lotes e em suas ocupações, com residências implantadas em períodos distintos, desde o início da cidade até os dias atuais. Essa observação pautou-se nas coberturas (fig. 47)<sup>37</sup>, um mosaico formado por telhas de diferentes materiais que sugere variadas épocas de construção.

Figura 57. Ocupações.



Fonte: Desenhos de Alana Waldvogel, imagens do Google Maps.

<sup>37</sup> 1 – A casa provisória de fundo de lote.

2 – A casa da SHIS em alvenaria.

3 – Adição de coberturas que chegam até os limites do terreno.

4 – Em muitos casos, observa-se a inclusão de outra edificação entre as duas preexistentes ou simplesmente de cobertura que toma todo o lote.

G – Garagem.

### 3.3 Além do “barril”, a Expansão do Setor O (Grupo 3)

Os setores anteriores foram agrupados a partir da proximidade temporal entre eles e de suas semelhanças morfológicas. Seguindo esses parâmetros, a Expansão do Setor O, de 1985, compõe o último grupo de análise, uma vez que seu desenho urbano diferencia-se dos demais. Quanto à autoria do projeto, nesse caso, foi possível encontrar o registro nos carimbos das quadras, sendo eles assinados pela Urban Soft, empresa privada que prestava serviço para o GDF. A Expansão do Setor O é composta de cinco quadras residenciais e possui quatro bolsões de equipamentos comuns dispostos em pares, entretanto, ao contrário dos setores mais antigos, as quadras não ficam intercaladas por essas áreas de equipamentos públicos. Essa diferença na organização dos espaços confere uma maior dificuldade de leitura ao setor. No módulo base deste estudo, por exemplo, as Unidades de Vizinhança (fig. 48) são identificadas com mais dificuldade que nos módulos presente nos setores discutidos anteriormente.

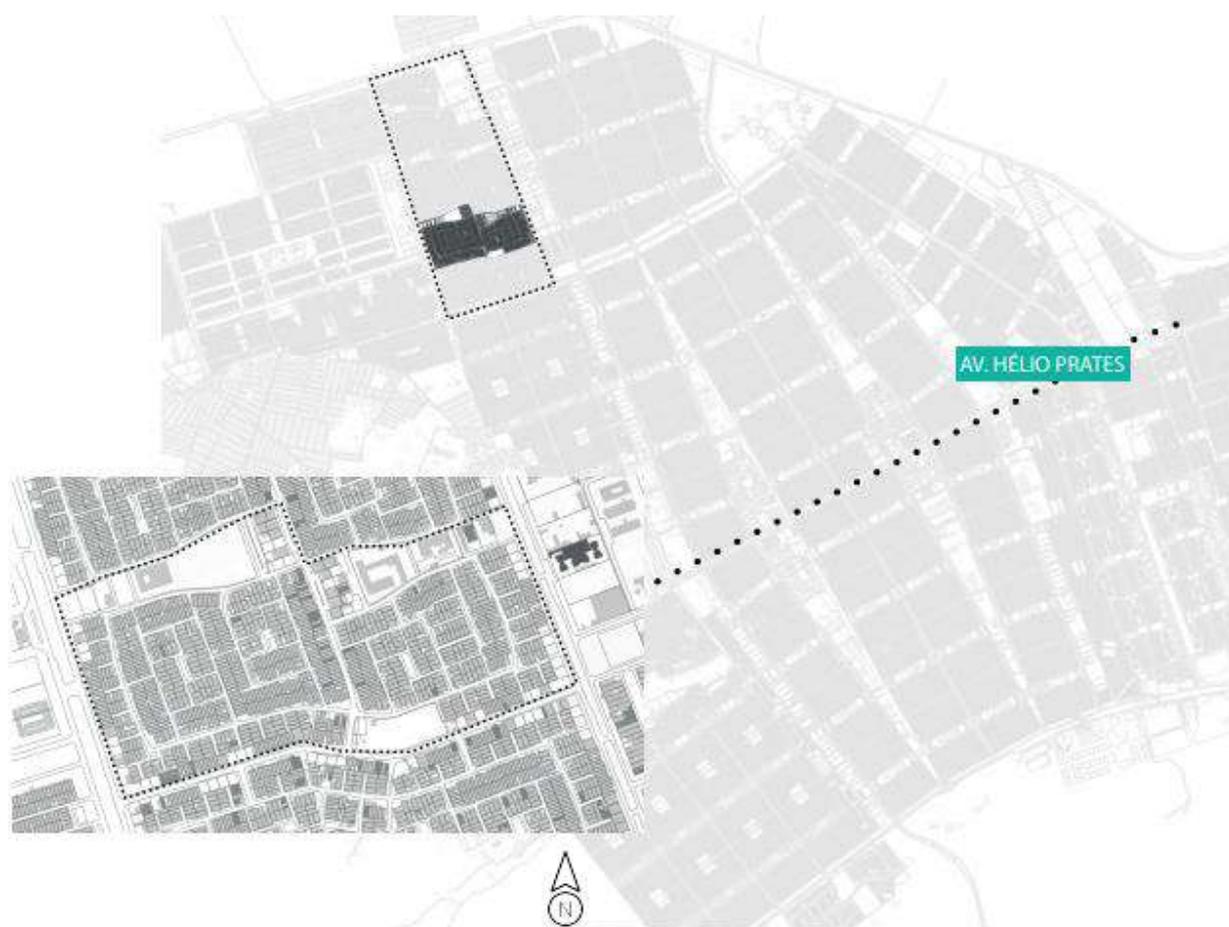
Figura 60. Setor Grupo 3.



Fonte: Alana Waldvogel sobre mapa base SEGETH.

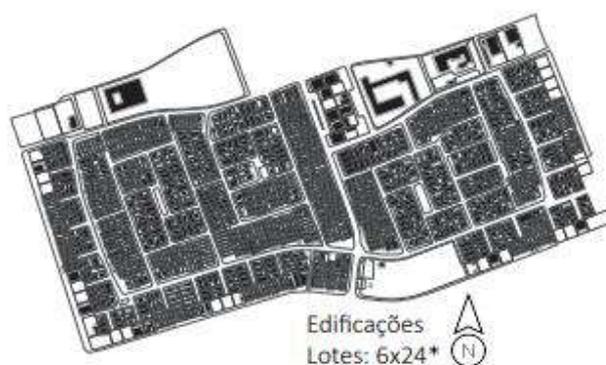
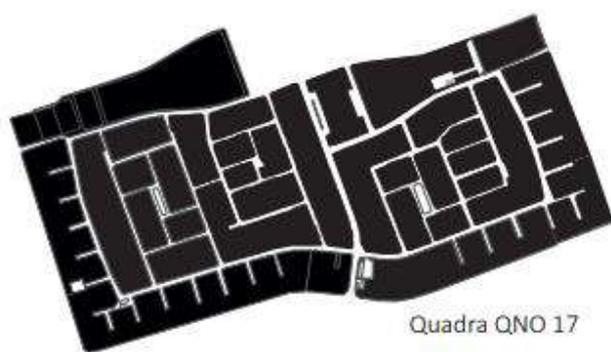
Elegeram-se, neste setor, a quadra QNO 17, considerando-se a proximidade às áreas de equipamentos públicos existentes, que confere maior semelhança com as porções estudadas nos outros setores, as UVs. Segue-se a análise detalhada desse último setor.





### Expansão do Setor O

1985



\*No conjunto analisado, os lotes variam de tamanho. Na Expansão do Setor O, lotes de esquina, por exemplo, possuem 14x20 m ou 7x16 m.



## Traçado Viário

e ruas catalogadas

Legenda:

- Via arterial
- Via coletora
- Via local

O traçado urbano deste setor não tem a regularidade encontrada nos anteriores, em especial as vias locais, são dispostas de maneira menos ortogonal, ruas sinuosas que contornam os renques de casas, antes dispostos paralelamente dando às quadras uma malha em grelha.



**QNO 17**

Panorâmica de trecho da QNO 17, 2021

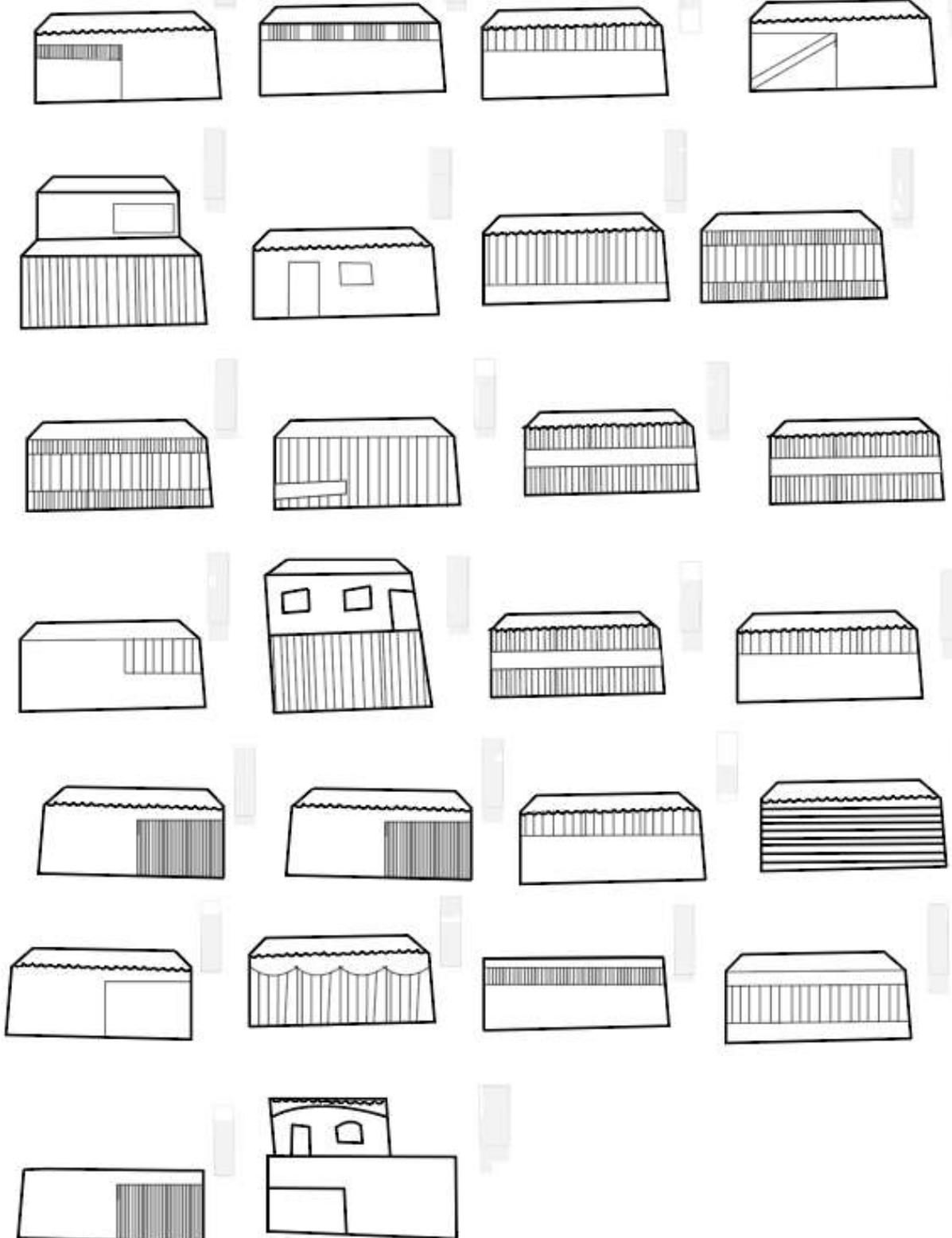


colagem criada a partir de imagens do Google Maps.

casas representadas na  
panorâmica

## QNO 17

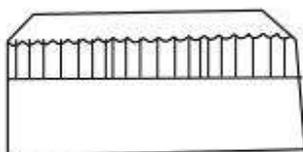
tipologia/lote/ocupação - conjunto 39/43



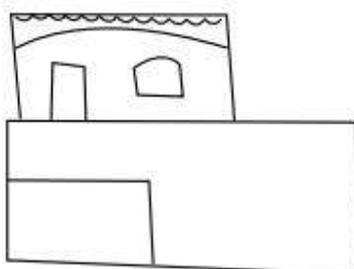
Observações da  
Expansão do Setor O



Visão do Conjunto 39/43, QNO 17. Fonte: Google Maps.



Tipologia mais comum: térrea.



Neste setor, foram catalogadas 26 residências, das quais 2 possuem 2 pavimentos, e não se observou nenhuma geminada.

A autoria da Expansão do Setor O é da empresa Urban Soft, escritório de urbanismo privado e não mais em funcionamento.

As tipologias deste setor têm características mais simples: muitas das residências não têm pintura, estando com o cimento aparente. Nota-se a falta de manutenção nas fachadas, e fechamentos improvisados como os da foto também estão presentes.

Maior número de pavimentos entre as casas catalogadas: dois.



Residência no Conjunto 39/43.



Lei de Uso e Ocupação do Solo

- Residencial obrigatório 1
- Residencial obrigatório 2
- Institucional Eq. Público
- Comércio, serviços, Institucional, Áreas Industriais

Entre as principais alterações na Expansão do Setor O, nota-se o tamanho dos lotes, que aqui possuem variadas dimensões: 6x24 m, 7x22 m, 9x19 m e 12x10 m, podendo haver ainda outras medidas em áreas não analisadas. A maioria dos lotes residenciais, contudo, possui metragem de 6x24 m, ou seja, 144 m<sup>2</sup> contra os 250 m<sup>2</sup> da Ceilândia Tradicional, o que demonstra diminuição de 42% no tamanho dos terrenos. Ainda sobre a questão fundiária, ao contrário dos lotes das áreas mais antigas, que passaram por variados momentos de ocupação, na Expansão do Setor O, isso parece não ter ocorrido. Seguindo o critério de análise utilizado anteriormente, a observação das coberturas, agora colocando trechos dos dois setores lado a lado (fig. 49), nota-se que, no primeiro, há maior predominância de telhados com múltiplos materiais. Já na figura da direita, há menos variação, sugerindo que a ocupação em etapa única foi mais comum neste setor. Na Expansão do Setor O, não foram observadas casas com características da SHIS, tão presentes na Ceilândia Tradicional, Guariroba e P Sul, e os terrenos são consideravelmente mais estreitos, o que se reflete na ocupação dos lotes.

Figura 63. Coberturas.



Fonte: Google Maps.

Uma outra diferença neste setor é o endereçamento, que não segue a lógica dos demais: enquanto nas outras quadras o usual é QNM, QNN, QNP e o número referente ao

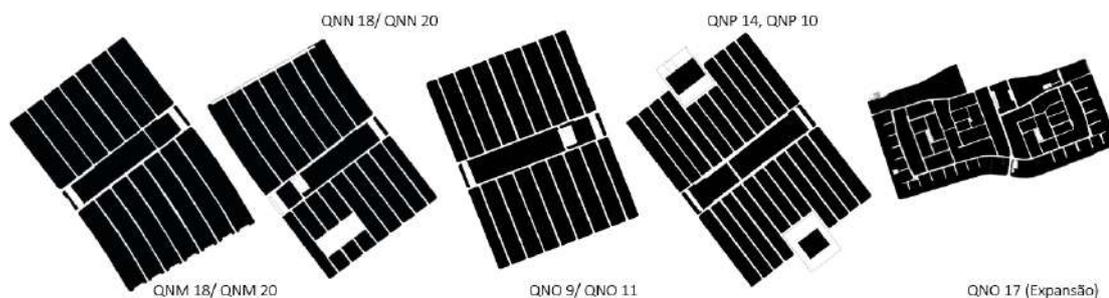
conjunto, por exemplo, QNM 18 Conjunto D, na Expansão do Setor O, os endereços ficaram QNP 17 Conjunto 39/43, com uma numeração que muda no meio de uma mesma rua.

Tendo apresentado os três grupos de análise, com apontamentos de suas particularidades e destaque de suas semelhanças, parte-se agora para a análise comparativa dos setores levantados. Para tal, uma tabela contendo os pontos abordados foi construída, partindo [da Unidade de Vizinhança > Lote > Ocupação > Tipologias](#).

### 3.4 Análise comparativa dos grupos

Ao proceder à comparação das Unidades de Vizinhança (fig. 50) dos setores selecionados, sobressaíram-se suas diferenças e semelhanças. As três primeiras, QNM 18/20, QNN 18/20 e QNO 9/11, são praticamente idênticas, com a disposição paralela das vias e a área de equipamentos comuns situadas entre os dois conjuntos de quadras. A quarta UV, composta pelas QNP 10 e QNP 14, também não se diferencia das anteriores, a não ser pela adição de outras duas áreas de equipamentos comuns nas extremidades das quadras.

Figura 66. Unidades de Vizinhança.



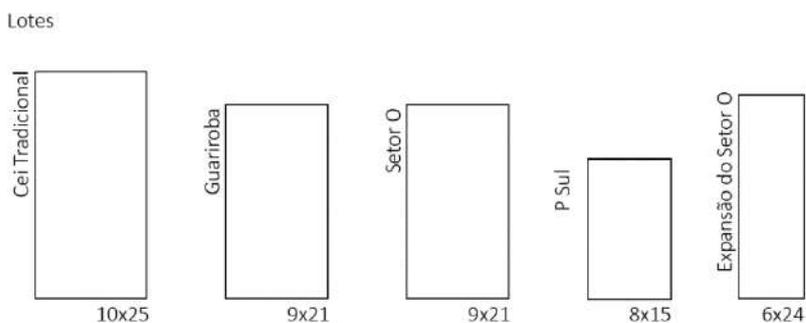
Fonte: Alana Waldvogel.

As Unidades de Vizinhança assemelham-se com vias que buscam complementar-se, à exceção da Expansão do Setor O e seu traçado particular. Os lotes tiveram suas dimensões reduzidas (fig. 51): na Ceilândia Tradicional, eles medem 10x25 m; na Guariroba e no Setor O, 9x21 m; no P Sul, 9x13 m; e, na Expansão do Setor O, 6x24 m. Assim, o setor mais recente é também o que tem o menor tamanho de lote, e, como foi assinalado, a alteração nas dimensões do terreno reflete-se na forma de sua ocupação. Na Expansão do Setor O, onde o terreno é menor, praticamente não há espaço livre nos lotes<sup>38</sup>. Em contrapartida, nas quadras analisadas da **Ceilândia Tradicional, nota-se a presença de mais de uma edificação em um mesmo terreno**, com espaço não edificado entre elas. As ocupações dos terrenos são variáveis, sendo a predominante aquela que ocupa todo o lote, mas existem variações como as construções em U, fato possibilitado pelo maior tamanho dos lotes. Os lotes e a consequente

<sup>38</sup>Tendo como referência o que se pôde observar pelas coberturas em imagem de satélite.

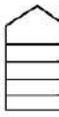
forma de sua ocupação levam ao próximo assunto: os tipos edifícios, suas características e gabaritos.

Figura 69. Lotes.



Fonte: Alana Waldvogel.

A análise dos tipos edifícios e do tecido urbano, segundo o que orientam Caniggia e Maffei (2001), buscou encontrar, na porção estudada, um modelo de edificação que sintetizasse a cultura edilícia local. Para tal, foram catalogadas **221 residências**, das quais **24 possuem 2 pavimentos, 9 casas possuem 3, uma residência possui 4 pavimentos e outra 5**; o restante são habitações térreas, que representam **84% do total das tipologias levantadas**.

					
Ceilândia Tradicional	35	3	3	1	1
Guariroba	41	4	-	-	-
Setor O	40	11	3	-	-
P Sul	47	3	3	-	-
Expansão do Setor O	23	3	-	-	-
	Total 221				

As residências térreas possuem características das casas da SHIS, porém, na maioria delas, foram acrescentados muros, garagens laterais, grades e coberturas que tomam todo o terreno. Dentre as casas catalogadas foram encontradas também seis residências geminadas. As características das fachadas repercutem o modelo referido, sendo elas mais evidentes e mais facilmente distinguíveis no Setor P Sul, no conjunto R, onde 26 casas foram catalogadas, sendo que 20 possuem as mesmas condições de afastamento e complementação posterior, repetindo a disposição das portas e janelas.

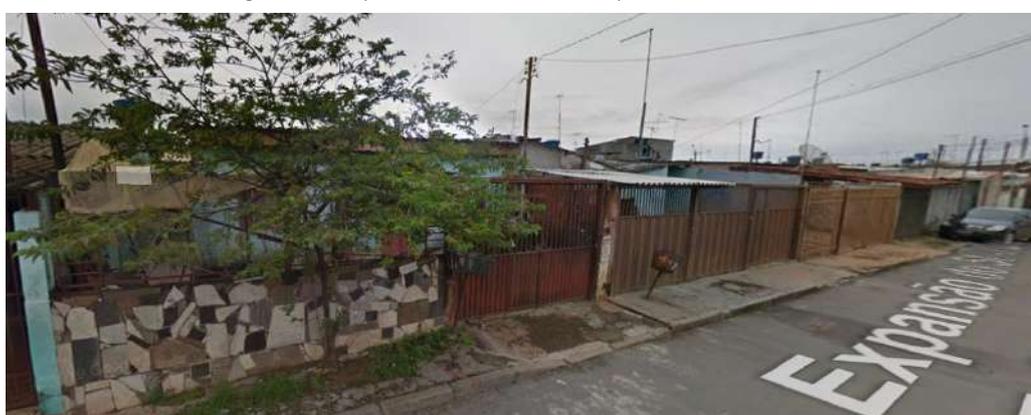
Para a construção da tabela a seguir, a ordem adotada foi a mesma do estudo dos setores, da Unidade de Vizinhança à tipologia residencial. Quando colocados lado a lado, as diferenças e semelhanças dos elementos estudados ficam mais evidentes.

	Unidades de Vizinhança	Lotes	Ocupação + comum	Tipologia + comum e variações
Ceilândia Tradicional		10x25		
Guariroba		9x21		
Sector O		9x21		
P Sul		8x15		
Expansão do Sector O		6x24		

A tabela apresentada pode ser resumida pela semelhança entre os elementos que a compõem: da Unidade de Vizinhança ao tipo habitacional, vê-se congruência nas características. Os lotes vão sendo reduzidos, e essa variação é passada para a forma de ocupação, como não poderia deixar de ser. A casa é contida pelos limites do terreno. A questão fundiária é a que mostra maiores alterações: enquanto, nos quatro primeiros setores, os lotes têm tamanho único, na Expansão do Setor O, eles variam, de maneira que, nas áreas mais antigas, as casas têm menores variações, passando a impressão de ruas mais homogêneas. Buscou-se, desde o início do trabalho, compreender a relação entre o tipo e o traçado urbano. Conforme propõem as Escolas de Morfologia, verificou-se que, em Ceilândia, embora exista essa relação, ela não é explícita e somente pôde ser percebida na análise dos detalhes, a partir de um considerável recorte de estudo.

No caso da Expansão do Setor, onde os lotes possuem variadas dimensões, e suas tipologias respondem a esta delimitação: lotes mais estreitos têm casas também mais estreitas, lotes mais largos, da mesma forma, têm mais largas residências. Assim, a variação fundiária confere ao setor maior variação tipológica em comparação aos setores anteriores, com lotes de tamanho padrão, que têm como consequência casas com características mais uniformes e ruas mais homogêneas. Ao olhar a Expansão do Setor O, contudo, também é possível encontrar características tipológicas semelhantes: as casas são, em sua maioria, térreas, com alguns sobrados, e também assemelham-se nelas a disposição das portas e janelas. Os acabamentos e revestimentos desse setor são mais modestos, com muros em cimento, portões com ferrugem ou tinta já gasta pelo tempo.

Figura 72. Aspecto de uma rua da Expansão do Setor O.



Fonte: Google Maps.

## 4 Do início ao fim, as últimas considerações

Quando a pesquisa sobre Ceilândia teve início, em 2017, ainda na graduação, o caminho era incerto. Naquele ano, foi defendido pela autora o ensaio teórico, parte dos requisitos para a obtenção do título de arquiteta pela Universidade de Brasília. Esse trabalho apresentou resultados pouco conclusivos, e a análise da morfologia urbana de Ceilândia à luz dos preceitos das escolas de estudos morfológicos europeias parecia distante, considerando o contexto que foram criados, as cidades históricas da Europa. Com o fim do curso, a pesquisa sobre o tema prosseguiu em um trabalho conjunto, firmado entre os departamentos de Antropologia e Arquitetura da UnB, a pesquisa *Cotidianos Escolares e Dinâmicas Metropolitanas da Capital do País* e o início do mestrado. No âmbito da pesquisa, foram realizados mapeamentos da cidade, desenhos, croquis, catalogações e idas e mais idas ao Arquivo Público do Distrito Federal. A cada novo documento encontrado sobre Ceilândia, sentia-se alegria.

As visitas de campo permitiram uma maior aproximação com a cidade, assim como a descoberta de seus lugares de referência: a Feira Central, com as tradicionais comidas nordestinas; a Casa do Cantador, com a história do repente e suas apresentações, antes semanais; a chegada tão marcante do *rap* com as novas gerações que, por meio de suas letras, cantam as lutas dos ceilandenses; e o Museu Vivo da Memória Candanga, do professor Manoel Jevan, que reúne documentos, fotografias, esculturas e convida os moradores mais antigos para falarem aos visitantes, narrando em versos o passado da cidade. As idas à Ceilândia, os passeios por suas ruas, fotografando as casas, fazendo desenhos, carecia ainda de uma base que permitisse o contato mais direto com os moradores. Nesse sentido, o grupo de pesquisa, sozinho, sem representantes locais, parecia intruso e suscitava olhares curiosos. Essa impressão foi superada a partir do momento que os muros coloridos pelo *graffiti* do CEF 19 chamaram a atenção. O portão dessa escola estava aberto, o grupo de pesquisa, do qual esta autora fazia parte, entrou, e, desde então, as pontes com a cidade foram paulatinamente construídas com a participação da comunidade escolar como parceira do trabalho. Com a condução dos jovens do CEF 19, através de *tours* pela cidade, entendeu-se um pouco mais sobre suas ruas, comércio e moradias.

Para melhor conhecer essas últimas, uma atividade foi desenvolvida com os alunos. Após uma aula sobre a história de Ceilândia, propôs-se a eles que desenhassem suas casas e

escrevessem sobre elas. O objetivo era melhor compreender o morar em Ceilândia, e essa foi a solução pensada para vencer a resistência encontrada à época pelo grupo de pesquisa, por parte dos alunos, professores e pais, em permitir a visita dos pesquisadores a suas residências para realizar levantamentos. Os estudantes receberam bem a ideia da tarefa, e o material produzido trouxe um ponto de vista enriquecedor para o trabalho, o do habitante da cidade. Eles desenharam suas casas, fachadas, plantas, fotografaram cômodos e relataram suas formas de morar, permitindo compreender como os lotes são ocupados ou se são ou não divididos com outras famílias, informações que podem ser inferidas pelas imagens de satélite e confirmadas pelos dados fornecidos pela CEB, porém, as redações dos alunos ofereceram uma perspectiva complementar, porque colaboraram para entender a constituição da paisagem ceilandense.

A história da cidade é envolvente, com a criação de um novo núcleo urbano, a remoção da população — as fotos históricas traduzem tão bem as difíceis condições daquela gente! —, a fixação na nova cidade e, por fim, o sentimento de pertencimento que se foi construindo. Os estudos que tiveram como tema Ceilândia enfatizaram, em sua maioria, a abordagem histórica. Em contrapartida, a análise morfológica foi pouco explorada e merece ainda muita atenção. Para realizá-la, tornou-se necessário enfrentar os problemas das teorias elaboradas para análise e estudo de cidades de origem espontânea e multisseculares, tendo em vista o objeto urbano que é uma cidade nova e planejada. 2020 foi o ano em que se encontrou um trabalho sobre o tema que demonstrou uma linha de análise possível: *Análise tipo-morfológica aplicada a cidade nova planejada: conceito e método adaptados*, de Izabela Bombo Gonçalves e Karin Schwabe Meneguetti. Nesse trabalho, as autoras definiram como unidade de análise morfológica o quarteirão e dentro dele elencaram trechos de edificações para catalogar, em busca de semelhanças e padrões. Essa abordagem permitiu a realização do trabalho em Ceilândia. Em vez do quarteirão, elegeu-se a Unidade de Vizinhança.

A questão que pautou este estudo foi a relação entre o traçado urbano e a tipologia edilícia, e, conforme o trabalho desenrolava-se, podiam ser observadas as nuances dessa relação na jovem Ceilândia. O exercício do desenho, de traçar e categorizar as vias, observar a disposição das quadras dentro do setor e analisar detalhadamente lote a lote, permitiu uma aproximação com os conceitos da Escola de Morfologia Italiana, que antes pareciam tão distantes da Região Administrativa criada para receber os construtores de Brasília. No total, foram cinco setores analisados e 221 exemplares habitacionais catalogados. Na área inicial da

cidade, composta pelos setores Ceilândia Tradicional, Guariroba, Setor O e P Sul, notou-se grande proximidade entre os traçados das Unidades de Vizinhança, repetidos com pouca ou nenhuma alteração. Também foi possível identificar um padrão nas tipologias habitacionais.

A maior diferença pôde ser verificada na expansão do Setor O, e aqui deve-se ressaltar que, na expansão das cidades, as variações entre bairros são comuns, portanto, essa forma de crescimento urbano não é uma excepcionalidade de Ceilândia. Assim, o tamanho variado dos lotes da Expansão do Setor O não foi pensado por acaso, mas tinha como objetivo encaixar, na malha, uma maior quantidade de terrenos, como um quebra-cabeça. Dessa forma, os lotes têm dimensões variadas e, juntos, formam as quadras, que são delineadas por vias sinuosas.

Nos setores mais antigos, as casas mostram semelhanças. A maioria absoluta é térrea, e grande parte das residências guarda, em suas fachadas, as marcas que as ligam à SHIS. A ocupação dos lotes é também semelhante, com quase nenhum espaço livre. Na Ceilândia Tradicional, ainda é possível encontrar lotes com duas ocupações, remetendo a casas de fundo do início da cidade. Embora nem todas as residências da área sejam projeto da Sociedade de Habitação (SHIS), mesmo os moradores que optaram por construir com recursos próprios, ao que indica a análise das fachadas, optaram por seguir os modelos existentes, e esse fato pode ser explicado pela facilidade de reprodução. Isso resultou em longas ruas de casas com fachadas quase sempre iguais, que, repetidas inúmeras vezes, resultam na homogeneidade monótona dos setores, só interrompida pelo uso de cores fortes e detalhes singulares, como gradeados vistosos onde aparecem até as colunas do Alvorada.

É fato que a tipologia edilícia deriva, em certa medida, do lote em que está inserida, sendo contida por seus limites. Também as leis que incidem sobre o solo urbano conformam a paisagem. Os saberes e as tradições concorrem e atuam como forças determinadoras da forma da cidade. Em Ceilândia, a conjugação dessas forças condicionantes está presente, porém de maneira particular. Em primeiro lugar, é preciso reconhecer que o traçado da cidade apresenta pouca variação, em virtude de ser ela resultado de planos urbanos criados nas “pranchetas” dos arquitetos e urbanistas que buscaram manter coerência a partir da continuidade de vias e da adoção da Unidade de Vizinhança como módulo espacial.

Em segundo lugar, nos setores mais antigos e mais morfologicamente semelhantes, pode-se reconhecer uma matriz tipológica da SHIS, sobrevivente nas habitações, mesmo quando não fazem parte dos conjuntos construídos por ela. A matriz tipológica parece adquirir autonomia, sendo replicada, em virtude (é possível conjecturar) de facilidades de acesso a

soluções espaciais, recursos disponíveis e materiais acessíveis. As alterações nas residências parecem também se replicar em termos de soluções, com a ocupação da totalidade ou quase totalidade dos terrenos. Os elementos com intenção estética também se replicam com pequenas variações e estão sobretudo expressos nos gradeamentos, nas opções de janelas e nas cores.

Em terceiro lugar, quando o parcelamento diverge, como é o caso da Expansão do Setor O, a variação explicita-se no tamanho das residências e na forma de ocupação dos terrenos que, em decorrência dos tamanhos diferentes, não obedecem a uma matriz tipológica específica, em termos de planta. Apesar disso, a variação na configuração da paisagem não é grande, e ainda ali estão as indefectíveis coberturas do afastamento frontal, com a água vertendo sobre a calçada e os gradeamentos no limite do terreno. Na Expansão do Setor O, as residências, em certa medida, refletem a pluralidade da divisão fundiária. Como consequência das diferentes dimensões dos terrenos, as casas maiores estão ao lado das casas mais estreitas, e as casas simples implantadas nos fundos do lote, com muros em cimento, gastos pela presença do lodo, estão ao lado dos sobrados com sacadas e guarda-corpos em vidro.

Conclui-se, então, que, no caso de Ceilândia, cidade planejada, embora haja relação entre o tipo e o desenho urbano, ela é sutil. Isso quer dizer que, na Expansão do Setor O, onde as características são diferentes dos setores anteriores, com a Unidade de Vizinhança menos marcada, as vias mais curvilíneas e lotes de tamanho variado, as residências ainda assim guardam semelhanças entre si, sendo a maioria térrea, com alguns sobrados e afastamentos semelhantes. O impacto da questão fundiária nas tipologias está presente, pois, ao se mudar o tamanho do lote, altera-se o tamanho da casa. Então, se nos setores iniciais os terrenos eram de um tamanho padrão, é esperado que as casas apresentem menor variação que naquele outro setor, onde as dimensões alteram-se. Ainda assim, seja onde o desenho do setor é curvilíneo ou na porção ortogonal da cidade, com lotes de mesmo tamanho ou variando a fim de encaixarem-se no terreno, as residências assemelham-se, formando conjuntos visualmente próximos. Na Expansão do Setor O, não foram observados vestígios de casas da SHIS, mas ainda é possível reconhecer sincronia entre as residências de suas ruas. Há de se reconhecer, também, que o parcelamento do solo, com lotes de tamanhos variados, pode gerar discrepâncias, e, da mesma forma, a desigual disposição de equipamentos públicos entre os setores pode alimentar disparidades.

A relação entre o tipo e o traçado urbano em uma cidade planejada está condicionada. A proposição prévia das quadras, vias, lotes e unidades habitacionais que se tornam matrizes tipológicas vencem o tempo e marcam a paisagem da cidade anos após sua criação. Sejam os setores vizinhos ou não, estejam as residências lado a lado ou em extremos opostos, **é possível reconhecer nelas características que as unem e conferem-lhes homogeneidade, tendo como fio condutor o processo que deu origem à cidade onde estão inseridas.**

Por último, salienta-se que a análise da morfologia urbana não deve ser somente um exercício teórico de estudo da cidade construída, mas sua ampla compreensão pode (e deve) estar presente no ato de propor novos bairros e cidades.

## Referências Bibliográficas

A CIDADE é uma só? Direção de Adirley Queirós. Produção de Adirley Queirós, André Cavalheira. Roteiro: Adirley Queirós, Thiago Mendonça. Brasília: Vitrine Filmes, 2011. Son., color. 79 min.

A ORIGEM DA FEIRA CENTRAL DE CEILÂNDIA. [Histórias de Brasília](https://historiasdebrasil.com/2019/02/25/a-origem-da-feira-central-de-ceilandia/), 2019. Disponível em: <https://historiasdebrasil.com/2019/02/25/a-origem-da-feira-central-de-ceilandia/>. Acesso em: 29/05/2021.

ABADIA, Maria de Lourdes. [Maria de Lourdes Abadia](#): depoimento [abr. 2002]. Entrevistadores: Silvia Regina Viola de Castro e Viviane Irene Fonseca Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 33 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral.

ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE CEILÂNDIA. Arquivo: [Plantas residenciais da Sociedade de Habitação de Interesse Social \(SHIS\)](#). Brasília, 1976.

ANDRADE, Carlos Drummond de. [Corpo](#), Rio de Janeiro: Editora Record, 1984.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL. [Imagens 08, p.41; 18, p.51; 19, p.52; 23, p.57; 44, p.85](#). Brasília, 2019.

ASSMANN, Aleida. [Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultural](#). Campinas: Ed. Unicamp, 2011. Tradução Paulo Soethe.

BACHELARD, Gaston. [A poética do espaço](#). São Paulo: Martins Fontes, 1996. Tradução de Antônio de Pádua Danesi.

BENJAMIN, Walter. [Sobre o conceito de história](#). In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. Tradução Sérgio Paulo Rouanet.

BOECHAT, J. [Correios adotam novo sistema de identificação dos endereços no DF](#). Correio Braziliense, 2011. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/01/19/interna\\_cidadesdf,233098/correios-adotam-novo-sistema-de-identificacao-dos-enderecos-no-df](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2011/01/19/interna_cidadesdf,233098/correios-adotam-novo-sistema-de-identificacao-dos-enderecos-no-df). Acesso em: 12/07/2021.

BORGES, Domingos José. [Domingos José Borges](#): depoimento [jun. 2002]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 26 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

BORGES, Manoel Luiz. [Manoel Luiz Borges](#): depoimento [jul. 2002]. Entrevistadores: S. Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 25 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

BORGES, Manuel. Manuel Borges: depoimento [mai. 1972]. 1 p. [Revista Realidade](#), n. 74, mai. 1972. Entrevista concedida à Revista Realidade.

BRITO, Jusselma Duarte de. [De Plano Piloto a metrópole: a mancha urbana de Brasília](#). 2009. 346 f. Tese (Doutorado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CABRÉ, M. T. La terminología hoy: concepciones, tendencias y aplicaciones. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 24, n. 3, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/567>. Acesso em: 06/10/2020.

CANIGGIA, Gianfranco; MAFFEI, Gian Luigi. **Architectural composition and building typology: interpreting basic building**. Alinea Editrice, 2001.

CEILÂNDIA: maior cidade do DF completa 48 anos de história e crescimento. **Administração Regional de Ceilândia**, 2019. Disponível em: <https://www.ceilandia.df.gov.br/2019/03/20/ceilandia-maior-cidade-do-df-completa-48-anos-de-historia-e-crescimento/>. Acesso em: 14/04/2020.

CIDADE, Lúcia Cony Faria; MORAES, Luciana Batista. **Metropolização, Imagem Ambiental E Identidade De Cidade No Distrito Federal**, UnB, Brasília. 2004.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos. **Dicionário De Arquitetura Brasileira**. São Paulo: EDART, 1972.

COSTA, Lúcio. **Registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes, 1995.

COSTA, Lúcio. **Relatório do Plano Piloto de Brasília** [1957]. In: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil), et al. **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. IPHAN, 2014.

COSTA, Graciete Guerra da. **As regiões administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011**. 2011. 165 f. Tese (Doutorado) – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

COSTA, Staël de Alvarenga Pereira; NETTO, Maria Manoela Gimmler. **Fundamentos De Morfologia Urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DANTAS, Audálio (ed.) *et al.* Brasília: identificada como obra do século, Brasília é, na verdade, duas cidades. uma, o plano piloto, sonhado por seus criadores. outra, as cidades-satélites, criada pelos seus construtores. qual delas prevalecerá?. **Realidade**, São Paulo, n. 74, p. 243-251, maio 1972.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano: a concepção das cidades-satélites de Brasília. **Vitruvius**, São Paulo, n. 221.03, 19 out. 2018. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.221/7150>. Acesso em: 22/03/2021.

DERNTL, Maria Fernanda. Além do Plano: a construção das cidades-satélites e a dinâmica centro-periferia em Brasília. **Anais do IV SHCU Cidade, Arquitetura e Urbanismo**: visões e revisões do século XX. São Carlos, IAU-USP, 2016.

DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e seu território: a assimilação de princípios do planejamento inglês aos planos iniciais de cidades-satélites. **Cadernos MetrÓpole**, [S.L.], v. 22, n. 47, p. 123-146, abr. 2020. FapUNIFESP (SciELO). FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2020-4706>.

DERNTL, Maria Fernanda. Brasília e suas unidades rurais: planos e projetos para o território do distrito federal entre fins da década de 1950 e início da década de 1960. *In*: ANAIS DO MUSEU PAULISTA: HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL, 2020, São Paulo. [Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material](#). São Paulo: FapUNIFESP (SciELO), 2020. p. 1-32.

DERNTL, Maria Fernanda. Vertentes da historiografia e da crítica de Brasília. [Vitruvius](#), São Paulo, n. 249.06, fev. 2021. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.249/8010>. Acesso em: 16/06/2021.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 406, de 4 de maio de 1965. [Decreto Nº 406, de 4 de maio de 1965](#). Brasília, DF.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 1.473, de 14 de outubro de 1970. Extingue Comissão de Erradicação de Favelas e autoriza a Fundação do Serviço Social do Distrito Federal a criar Grupo Executivo de Remoção das Invasões do IAPI e adjacências. [Decreto Nº 1.473, de 14 de outubro de 1970](#). Brasília, DF.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 19.040, de 18 de fevereiro de 1998. Proíbe a utilização da expressão “satélite” para designar as cidades situadas no território do Distrito Federal, nos documentos oficiais e outros documentos públicos no âmbito do GDF. [Decreto Nº 19040, de 18 de fevereiro de 1998](#). Brasília, DF.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 353, de 18 de novembro de 1992. Aprova o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, institui o Sistema de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal e dá outras providências. [Lei Nº 353](#). Brasília, DF, 18 nov. 1992.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 1.648, de 16 de setembro de 1997. Dá nova denominação à Região Administrativa I - RA I. [Lei Nº 1648, de 16 de setembro de 1997](#). Brasília, DF, 29 set. 1997.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 3.751, de 13 de março de 1960. Dispõe sobre a organização administrativa do Distrito Federal. [Lei Nº 3.751](#). Brasília, DF.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 19.040/98, de 18 de fevereiro de 1998. Proíbe a utilização da expressão “satélite”. [Lei nº 19.040/98](#). Brasília, 18 fev. 1998.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 314, de 1 de setembro de 2000. Lança o Plano Diretor Local da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX, conforme o disposto no Art. 316 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Brasília, DF, 1 set. 2000.

DISTRITO FEDERAL. Lei Complementar nº 948, de 16 de janeiro de 2019. Aprova a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Distrito Federal - LUOS nos termos dos artigos 316 e 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal e dá outras providências. [Lei do Uso e Ocupação do Solo](#). Brasília, DF, 17 jan. 2019.

DISTRITO FEDERAL. GDF. [Plano Diretor Local da Região Administrativa de Ceilândia – RA IX](#). Brasília, 1997. 120 p.

DISTRITO FEDERAL. Projeto de Lei Complementar nº 032/2012, de 06 de março de 2012. Dispõe sobre a desafetação e a ocupação das áreas intersticiais das quadras residenciais da Região Administrativa de Ceilândia — RA IX — e dá outras providências. [Lei dos Becos](#). Brasília, DF, 25 set. 2012.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 2018.

EUFRÁSIO, Jéssica. Vitória do projeto de Lucio Costa para Brasília completa 60 anos. **Correio Braziliense**. Brasília, 16 mar. 2017. Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/16/interna\\_cidadesdf,581202/vitoria-do-projeto-de-lucio-costa-para-brasilia-completa-60-anos.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2017/03/16/interna_cidadesdf,581202/vitoria-do-projeto-de-lucio-costa-para-brasilia-completa-60-anos.shtml). Acesso em: 15/07/2020.

FARIAS, Edite Martins. **Edite Martins Farias**: depoimento [ago. 2001]. Entrevistadores: S. de Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2001. 19 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

FERREIRA, Marcílio Mendes; GOROVITZ, Matheus. **A invenção da Superquadra**. Brasília: IPHAN, 2020.

FERREIRA, Geniana Gazotto. **Trajetória da política habitacional no Brasil de 1992 a 2014**: do sistema nacional de habitação de interesse social ao programa Minha casa, Minha vida. 2017. 111 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

FREITAS, C. Que “região administrativa” o quê? Cidade-satélite tem história. **Metrópoles**, 2019. Disponível em: <https://www.metropoles.com/conceicao-freitas/que-regiao-administrativa-o-que-cidade-satelite-tem-historia>. Acesso em: 12/07/2021.

BARRETO, H. GARZON. M. Quarentena não esvazia praças do DF, que reúne jogadores de dominó. **Metrópoles**, 2020. Disponível em: <https://www.metropoles.com/distrito-federal/quarentena-nao-esvazia-praca-no-df-que-reune-jogadores-de-dominio>. Acesso em: 08/05/2021

GONZALES, Suely Franco Netto. As formas concretas da segregação residencial em Brasília. In: PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, Ideologia e Realidade**: espaço urbano em questão. São Paulo: Projeto, 1985. p. 81-100.

GOUVÊA, Luiz Alberto de Campos. **Brasília: a capital da segregação e do controle social**. Uma avaliação da ação governamental na área de habitação. São Paulo: Annablume, 1995.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Revista SHIS**. Brasília, 1972.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Revista SHIS**. Brasília, 1973.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL. **Revista SHIS**. Brasília, 1979.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (Brasília). **Documento Ceilândia**. Brasília, 1973.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (Brasília). **Contrato Social SHIS**. Brasília, 1989.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (Brasília). Companhia Energética de Brasília (CEB), **Fornecimento de dados quantitativos das Unidades Consumidoras**, 2019.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (Brasília). **Projeto Ceilândia**. In: LOPES, Wílon Wander. **Ceilândia tem memória**. Brasília: KLK Comunicação, 2001. P. 22-33.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (Brasília). [Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Distrito Federal 2011](#). Brasília: Codeplan, 2011.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (Brasília). [Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Distrito Federal 2013](#). Brasília: Codeplan, 2013.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (Brasília). [Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Distrito Federal 2015](#). Brasília: Codeplan, 2015.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (Brasília). [Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios Distrito Federal 2018](#). Brasília: Codeplan, 2018.

GUIDI, Milza. [Incansáveis Moradores da Ceilândia](#): uma história de lutas. Brasília: Edição da Autora, 2013.

GONÇALVES, Izabela Bombo; MENEGUETTI, Karin Schwabe. Análise tipo-morfológica aplicada a cidade nova planejada. [Revista de Morfologia Urbana](#), [S.L.], v. 7, n. 2, 31 dez. 2019. Revista de Morfologia Urbana. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/111>. Acesso em: 09/09/2020.

HISTÓRIA da Ceilândia. [S.L.], 2013. 1 vídeo (7 min). Publicado pelo canal Fabiano Bomfim. Disponível em: [youtube.com/watch?v=SGh84AN6Fsc](https://youtube.com/watch?v=SGh84AN6Fsc). Acesso em: 16/07/2018.

HISTÓRIAS DE BRASÍLIA. [Na foto, casas da Guariroba recém-inauguradas em 1977](#). Brasília, 9 de maio de 2020. Facebook: Histórias de Brasília. Disponível em: <https://www.facebook.com/historiasdebsb/posts/1499465853568853>. Acesso em: 23/07/2020.

HOLSTON, James. [A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia](#). São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HOUAISS, Antônio. [Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa](#). Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.

HOWARD, Ebenezer. [Garden cities of tomorrow](#). London: Swan Sonnenschein & Co., 1902.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [Censo Experimental de Brasília](#). Brasília: IBGE, 1959.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. A invenção da superquadra. Brasília: 2008. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol\\_InvencaoDaSuperquadra\\_m.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/PubDivCol_InvencaoDaSuperquadra_m.pdf) Acesso em: 10/09/2020.

JESUS, Ana Maria de. [Ana Maria de Jesus](#): depoimento [mai. 2002]. Entrevistadores: S. de Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 20 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

KUBITSCHEK, Juscelino. [Porque construí Brasília](#). Brasília: Senado Federal, 2000. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/1039>. Acesso em: 21/02/2021.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. [Morfologia urbana e desenho da cidade](#). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

LEMOS, Carlos A. C. **Casa paulista: história das moradias anteriores ao ecletismo trazido pelo café**. São Paulo: EDUSP, 1999.

LOPES, Wílon Wander. **Ceilândia tem memória**. Brasília: KLK Comunicação, 2001.

MAGALHÃES, V. Ceilândia: Uma esperança para os que chegaram a Brasília à procura de uma vida melhor. **Vanine Magalhães: Genealogia, Reflexões, Cultura Criatividade**. Brasília, 13 de out. de 2013. Disponível em: <https://vaninemagalhaes.blogspot.com/2013/10/ceilandia-cidade-satelite-de-brasilia.html>. Acesso em: 15/08/2020.

MANEIRO, Albino Antônio. **Albino Antônio Maneiro**: depoimento [set. 2001]. Entrevistadores: S. de Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2001. 18 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MELODIA, Rai. **Postal do Plano**. Brasília. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=\\_g6gEpLn4jk&t=62s](https://www.youtube.com/watch?v=_g6gEpLn4jk&t=62s)> Acesso em: 28/05/2021.

MENDES, Ilton Ferreira. **Ilton Ferreira Mendes**: depoimento [jun. 2002]. Entrevistadores: S. de Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 40 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

NOGUEIRA, Francisco das Chagas. **Francisco das Chagas Nogueira**: depoimento [jun. 2002]. Entrevistadores: S. de Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

OLIVEIRA, Tony Marcelo Gomes de. **A erradicação da Vila IAPI**: marcas do processo de formação do espaço urbano de Brasília. 2007. 136 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PÁDUA, Samira. Governo mostra resultados da revitalização no centro de Ceilândia. **Agência Brasília**. Brasília, 9 jul. 2015. Disponível em: <https://agenciabrasilia.df.gov.br/2015/07/09/governo-mostra-resultados-da-revitalizacao-no-centro-de-ceilandia/>. Acesso em: 18/05/2021.

PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora UnB, 2014. Tradução de Chico Leitão.

PATRIOLINO, Luana. Cidade mais populosa do DF, Ceilândia chega aos 50 anos com economia própria. **Correio Braziliense, 2021**. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2021/03/4914419-cidade-mais-populosa-do-df-ceilandia-chega-aos-50-anos-com-economia-propria.html>. Acesso em: 18/07/2021

PAVIANI, Aldo. **A construção injusta do espaço urbano**. In: PAVIANI, Aldo (Org.). A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília. Brasília: Editora UnB, 1991.

PAVIANI, Aldo. Brasília, a geografia da capital e da metrópole. **Vitruvius**, São Paulo, v. 1, n. 185.03, dez. 2015. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/16.185/5854>. Acesso em: 21/06/2021.

PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. Brasília: Editora UnB, 2010.

PIMENTEL, David Kleber Sombra. **O Plano Piloto de Ney Gabriel de Souza, Ceilândia**: um lugar, uma centralidade, uma solução ou a conquista da cidade?. 2017. 384 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PEREIRA, Francisca Coelho. **Francisca Coelho Pereira**: depoimento [jul. 2002]. Entrevistadores: S. de Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 19 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

PEREIRA, Vinicius Carvalho. **O tombamento da Caixa D'água da Ceilândia no contexto da política de patrimônio do Distrito Federal**. 2017. 119 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PERRY, Clarence A. *et al.* **Neighborhood and community planning**. New York: Regional Plan For New York And Its Environs, 1929.

PERRY, Clarence. The neighborhood unit: a scheme of arrangement for the family-life community. **Regional Survey of New York and Its Environs, New York**, v. 7, p. 2-140, 1929.

PEIXOTO, Elane; OLIVEIRA, Adriana Mara; WALDVOGEL, Alana. **As Casas de Ceilândia**. REURB V. 23, 2021. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/6447> Acesso em: 10/06/2021.

RESENDE, Rodrigo. Ceilândia, maior cidade do Distrito Federal, completa 50 anos. **Senado Notícias**, 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2021/03/ceilandia-maior-cidade-do-distrito-federal-completa-50-anos>. Acesso em: 18/07/2021.

RIBEIRO, Eliezer Marques. **Eliezer Marques Ribeiro**: depoimento [ago. 2002]. Entrevistadores: S. de Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 26 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

RIGOTTI, Giorgio. **Urbanismo**: la técnica. Madrid: Labor, 1962. Tradução para o espanhol de Francisco Folgueira.

RODRIGUES, Dalva Afonso Nunes. **Dalva Afonso Nunes Rodrigues**: depoimento [ago. 2002]. Entrevistadores: S. de Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 19 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares**: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Ed. Boitempo, 2015.

SÃO PAULO. Lei nº 6.738, de 16 de setembro de 1965. Autoriza a constituição da Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB-SP), e dá outras providências. **Lei Nº 6738, de 16 de novembro de 1965**. São Paulo, SP.

SECRETARIA de Gestão do Território e Habitação. **Plantas urbanas e imagens aéreas**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.geoportal.seduh.df.gov.br/mapa/>.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos da memória em terras de História: problemáticas atuais. *In*: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (org.). **Memória (res)sentimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2001. p. 37-58.

SILVA, Antônia Alves da. **Antônia Alves da Silva**: depoimento [jun. 2002]. Entrevistadores: S. de Castro e V. Dornas. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 2002. 28 p. Entrevista concedida ao Programa de História Oral do Arquivo Público do Distrito Federal.

SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. O Banco Nacional de Habitação e o Programa Minha Casa Minha Vida: duas políticas habitacionais e uma mesma lógica locacional. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 401-417, nov. 2015. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2015-3405>.

SOUZA, Ney Gabriel. O projeto de Ceilândia. **Ney Gabriel de Souza**: depoimento [2018]. Entrevista concedida à Elane Peixoto e Alana Waldvogel. Brasília, 2018.

VASCONCELOS, Adirson. **As Cidades Satélites de Brasília**. Brasília: Ed. do autor, 1988.

WALDVOGEL, Alana Silva *et al.* **Cotidianos, Escolas e Patrimônio**: percepções antropourbanísticas da capital do Brasil. Brasília: Editora UnB, 2020.

## APÊNDICE 1: A entrevista com Ney Gabriel

Entrevista do urbanista de Ceilândia, Ney Gabriel, concedida à autora e sua orientadora, Elane Ribeiro Peixoto, quando a pesquisa Cotidianos Escolares: Dinâmicas na Capital do país, estava em curso, no dia 21 de maio de 2018, a conversa se deu no Setor Sudoeste em Brasília em uma praça próxima ao bloco de Ney. À época ele estava com 84 anos e nesta entrevista pôde-se conhecer as ideias por trás do projeto da cidade que abrigaria os candangos, na década de 1970. O urbanista passeia por temas diversos enquanto narra com saudade suas vivências enquanto funcionário da NOVACAP e como mais uma das várias pessoas que vieram para Brasília em busca de melhores oportunidades, mineiro, Ney chega em Brasília ainda no início das obras, trabalha como desenhista e mais tarde se forma arquiteto na primeira turma da Universidade de Brasília.

Participam da entrevista Ney Gabriel (NG), Elane Peixoto (EP) e Alana Waldvogel (AW).

--

NG - *Na época eu fui designado pela Secretaria de Viação (?) e obra.*

*A minha participação foi quando me levaram lá na área e me disseram “olha, essa aqui é a área e tem que fazer um projeto urgentemente” Urgentemente! Então eu fui designado, sozinho, não tinha equipe, porque na época, a gente não tinha... a estrutura era muito... Porque eu sempre trabalhei na área de urbanismo, eu sou formado pela UnB, da primeira turma. Então o secretário de viação e obra disse “olha, você fica por conta disso, mas rapidinho”. Então eu fiquei por conta desse trabalho.*

*Foi me colocado a disposição o sítio, né? E batelei em cima disso. E aí vem a concepção, né? Que a gente não tinha, tinha dados de pessoas que tinham sido transferidas*

EP - *Que era aquele cadastro que o serviço social tinha feito de todas as famílias, né?*

NG - *Isso, então a gente tinha que deixar uma margem pra procurar atender o máximo possível dentro daquela área né? Pra atender o máximo possível né? Então foi estabelecido que tinha que ser um lote mínimo, que talvez não fosse o ideal. Porque eu sempre olhei assim, eu vejo Sobradinho que são lotes grandes, Taguatinga, também são lotes grandes, embora seja outra coisa... O Gama, também são lotes grandes, todas as Cidades Satélites têm uma área de loteamento bastante flexível, mas ali não, “tem que concentrar! É o máximo de pessoas possível”. Então essa foi uma das exigências.*

EP - *Deixa eu pegar a planta pra perguntar umas coisas específicas. Então assim, o senhor ficou sozinho pra fazer esse projeto, não é?*

NG - *A gente não tinha na realidade as informações que eram necessárias, uma das razões mais objetivas pra se colocar nessa área foi porque é uma área relativamente plana. Relativamente, porque depois cai aqui né [indicando na planta as regiões que hoje correspondem aos limites do Pôr do Sol e Sol Nascente]. E a proximidade com Taguatinga, porque na realidade isso aqui, a Ceilândia era uma extensão de Taguatinga.*

EP - *É só depois que ela virou Região Administrativa.*

NG - *É por causa do volume, da Administração e política também, né? Você sabe como é, e era uma extensão, foi feita como uma extensão de Taguatinga. Tanto que os setores, a nomenclatura, obedecia a uma sequência, QNG, QNC e pápá... A concepção se baseou, obviamente na concepção, porque não podia fazer muito espaço verde, muita coisa exatamente por causa disso. A ideia inicial, o que se faz com isso? Aí vem aquela coisa, aquela influência, né, de Brasília. A cruz, não sei o que, a asa... Aí a gente chuta um pouco, porque essas coisas não dão pra pensar muito, ficar muito tempo imaginando, fazendo croquinho, não sei se houve uma inspiração boa ou ruim...*

EP - *Mas era o que valia na época né? A ideia da Unidade de Vizinhança...*

NG - *É, isso a gente porque a gente se baseou muito no Rigotti, já ouviu falar né? Tem o Tratado de Urbanismo, italiano, a gente tinha isso como uma bíblia, lá na nossa repartição. Então ele tem aquelas coisas, distância de uma escola, pápápá... Não sei se isso tudo é válido hoje, pode ser até que seja. E então a gente pensou sempre numa asa né, dois eixos... Essa pista aqui, que era a ligação principal, essa aqui a gente ainda não tinha, expandiu pra cá depois, por causa do Estádio, uma série de coisas, mas a intenção foi ligar mesmo.*

EP - *Taguatinga, tudo... Porque aqui é a comercial, né?*

NG - *Hélio Prates, né, hoje?*

EP - *Hélio Prates!*

NG - *Ela terminava aqui no cemitério, eu participei um pouco desse loteamento, porque aqui já foi um loteamento posterior, que a gente colocou, começou a colocar aqui umas habitações coletivas misturadas, basicamente coletivas aqui, aquele negócio de três pavimentos, pilotis, essa coisa ficou meio enraizada, né? De não ter elevador porque era tudo, era popular, à exceção aqui no Cruzeiro que é uma aberração, que são quatro pavimentos e não tem, a maior parte, não tem elevador. Dr. Lucio pecou muito por isso, né? Andou querendo fazer isso aqui também em Taguatinga, não, Taguatinga não. No Guará, mas a gente abaixou pra três pavimentos, né? Que era o normal, porque as quadras 400 são três pavimentos né? Mas sempre com pilotis.*

*Então a minha participação em Ceilândia foi exatamente fazer o projeto, eu não participei da área assim, dessa parte posterior que veio a ocupação, tive lá muitas vezes durante o fluxo, né? Que foi levado em caminhão, barraco, desmanchando barraco, aí se vira né? Porque eu acho que o problema habitacional no Brasil de modo geral, eu acho que o negócio era dar o lote e aí a pessoa se vira, quer construir uma casinha, dois três, pavimentos... Bom, então voltando aqui, a concepção, que foi que eles chamam de barril, que foi uma coincidência, e apelidaram, não sei quem inventou isso, não fui eu...*

EP - *Mas funcionou, a meninada bate o olho aqui e já se localiza.*

NG - *Agora a senhora vê como é que é as coisas, depois de feito isso, isso aqui virou uma coisa só, um loteamentozinho aqui, um loteamentozinho aqui...*

EP - *Essa parte aqui ó, por exemplo, a gente olha aqui a gente tem esse espaço aqui que era o espaço institucional para implantação de equipamentos e comércio também né?*

NG - *Isso aí, essa ideia aí a gente viu muito no Gama, em Sobradinho, nas Cidades Satélites de um modo geral essa concepção a gente procurou manter como uma quadra tipo, uma unidade, e repetir isso. Essa questão da... Isso foi tudo uma coincidência, você ter um eixo principal aqui, e tentar fazer uma asa, pra não ficar uma coisa muito retilínea, né? Que é ruim, né, você ter uma rua que vai, vai, vai... Fica monótono, né? E serviu também pra criar um espaço interno, que é esses triângulos, vamos chamar assim, pra colocar o equipamento urbano, essas coisas mais, ensino médio, um comércio diferente... E ir reservando até uma área que parece que hoje...*

EP - *E não era dividido, né? Então podia ser usado para equipamento coletivo, hospital...*

NG - *É, tem algumas ligações, alguns cortes, algumas ligações, mesmo por que tinha que ter né? Pra transportar de um lado pro outro, mesmo porque também pra definir esse espaço, mas como a gente não tinha, qual o propósito de fazer isso de imediato né? Só criamos algumas áreas, alguns espaços assim, pra habitação coletiva que hoje tá construindo lá. Porque não era essa a intenção de ter habitação coletiva lá, mas vamos deixar um espaço, pra ver o que acontece, porque isso é muito comum, depois Samambaia, tá virando... São edifícios muito altos, liberaram o gabarito de tal maneira... Aqui não, aqui era pra acontecer da mesma maneira, habitação coletiva, três pavimentos, mas não definimos isso, deixamos um pouco a critério do futuro, das coisas.*

EP - *Quando o senhor fez o projeto fez o desenho, tudo, tinha um memorial, um plano que o senhor deixou registrado?*

NG - *Não, veja bem, nós do GDF trabalhávamos muito assim, no galope, não tinha levantamento dessas necessidades, como tem hoje, estudos profundos... Mesmo Brasília, a senhora sabe que não foi feita assim, dr. Lucio Costa se preocupou mais com a cidade em si, mas teve projeto né? Que participou do concurso, muito extenso, porque a ideia era você ter todo um conjunto, não só Brasília, mas o que se passava em volta, nas áreas rurais. E nós ficamos, porque as cidades satélites foram aparecendo, né? Pela necessidade de concentrar a população que veio pra cá e quis ficar né? Sobradinho foi a primeira delas...*

EP - *Foi a Cidade Livre, não?*

NG - *Não, veja bem, a Cidade Livre foi uma coisa diferente. A cidade livre foi colocada aqui por uma questão estratégica, foi colocada entre os dois eixos, Anápolis, Goiânia, Belo Horizonte, então era comum. Porque ali concentrou as primeiras coisas de Brasília, porque tinha a necessidade de ter um comércio, um hotel, as mulheres da vida, os bares. Os primeiros comércios atacadistas, porque tinha que ter onde comprar as coisas, pessoal ia pra lá pra se divertir, aquela coisa, né? Então muita gente começou a morar. Por isso que chama Bandeirante, porque núcleo... Mas não era pra ficar, entendeu? Aquilo era pra ser retirado. Com tempo, nós inclusive fizemos um trabalho que foi a remoção do Núcleo Bandeirante.*

EP - *O senhor trabalhou na remoção do Núcleo Bandeirante?*

NG - *Trabalhei. Nós criamos, aquilo não ia ficar, né? Mas precisa ser resolvido, não é? Então quando abriu os espaços na Asa Norte, porque a Asa Sul estava praticamente, não concluída, mas bem ocupada, Asa Norte não tinha nada, nem coletivo nem nada. Você nota que, a configuração da Asa Norte é diferente da Asa Sul, não é? Ali virou, aquele projeto ali da parte esquerda da W3 Norte, foi feito pelo Lauro Esteves o arquiteto que era o lugar tenente do Oscar Niemeyer, então ele procurou fazer uma coisa diferente, mas o propósito era tirar o pessoal do Núcleo Bandeirante e levar pra lá, pra Asa Norte, pra fazer uma ocupação, então a gente tinha um conselho de pegar por exemplo quem ocupava um barraco, lá uma área quadrada, a gente tinha que medir o barracão dele com sôtão com tudo, né? Pra dar uma área equivalente na Asa Norte. Então lá tem lotes pequenos, lotes maiores. Comércio, mais comércio, né? Praticamente comércio, as áreas de habitação coletiva ficaram pra posteriormente, pra dar pros comércios, EC1, EC2, aquela coisa.*

EP - *Então na verdade a primeira transferência foi da atividade comercial, né? Não era habitacional ainda...*

NG - *Comercial, mas era, como lá era Setor Comercial e Residencial, quer dizer, comércio podia fazer embaixo e a residência fazer em cima. Mais ou menos a mesma coisa que a gente tinha no Núcleo Bandeirante, a gente tinha sempre o comércio e a pessoa morava na parte superior ou do lado ou atrás. Então essa foi a primeira, e começou a esvaziar o Núcleo Bandeirante, mas as pessoas viram ali a oportunidade de se fixar ali, entendeu? De se fixar ali, entendeu? E, uma área que já estava ocupada, vamos dizer assim, tradicionalmente ocupada, como foi outros lugares, como foi a Candangolândia que era acampamento da NOVACAP e política né, aí entra a política, “não vamos fixar o Núcleo Bandeirante”, aí foi feito o projetinho.*

EP - *E o senhor participou também?*

NG - *Não o projeto praticamente, o projeto do Núcleo bandeirante já tinha as definições, já tava definido, foi só o ajustamento, fazer o alinhamento, pegar os quarteirões, dividir em lotes, pôr lá o tipo de ocupação, entendeu?*

EP - *E por isso que ele não é como aqui, porque aqui a gente vê o módulo repetindo, né? A Unidade de Vizinhança, lá não tem.*

NG - *Não, ali se aproveitou o que tinha, já tinha asfalto, já tinha tudo, já tinha rede de água, rede de esgoto. Então foi só ajustar e novos ocupantes, aí as pessoas se aproveitaram né? E política né, “dá um lotinho, dá não sei o que mais”. Depois ficou isso que está lá hoje, que aliás é bom, é gostoso. Mas como tudo em Brasília sempre aconteceu assim. É invasão e fixação, infelizmente.*

EP - *É, agora são os condomínios, né?*

NG - *Impressionante, né? A cidade passou a ser um polo de atração, não é um polo de dispersão.*

EP - *E como tem essas dúvidas sobre a propriedade da terra, por que muita terra foi, é...*

NG - *Não desapropriada a tempo, porque, na realidade é o seguinte, a pressa das coisas, porque quando foi estabelecido o quadrilátero o governo tinha que ter feito já uma desapropriação, mas tinha muitas coisas pra resolver isso do ponto de vista legal, né? Aí ficou, não, se preocupou*

*muito com o miolo, deixou o entorno e foi passando, passando, passando e hoje você tem essa disputa toda. A terra na realidade sempre foi da União, né? Toda terra é da União, a União repassava pro Distrito Federal, antigamente quem tomava conta disso era a NOVACAP.*

EP - *A NOVACAP e depois a TERRACAP.*

NG - *É porque a NOVACAP não tinha, nós tínhamos um chamado Departamento Econômico que tratava dessas questões do loteamento, entendeu? Da distribuição de terra, da venda de lote, entendeu? Posteriormente viu que não tinha condição, a NOVACAP não foi feita pra isso, ela foi feita pra urbanizar a cidade e se passou então, se criou a TERRACAP que era um órgão apropriado e aí que deu uma confusão, fazer todos os levantamentos, saber o que que era que estava ainda, vasculhar cartório né? E foi deixando, as coisas foram deixando, preocuparam muito em vender lote daqui, dali, teve gente que comprou lote sem saber onde existia e deu essa coisa de hoje, muitos estão em áreas públicas, outros em área privadas e ainda continua, né? Porque não conseguiu se provar e está discutindo isso legalmente, né? E assim por diante... Mas, então a gente procurou fazer esse projeto, é um projeto muito simples, não tem nada assim de extraordinário.*

EP - *Todas essas dimensões a gente encontra no Rigotti então?*

NG - *Encontra, é, exatamente... Porque a gente aprendeu algumas coisas, por exemplo, você colocar algumas coisas, por exemplo aqui, comércio local, não é? A gente sabe que precisa. Um comérciuzinho pequeno, uma padaria e tal, aqui os lotes são muito pequenos, mas a gente tinha que fazer isso, porque não adianta, a gente não ia colocar um supermercado, ninguém ia colocar um hiper mercado... Hoje não, hoje tem, né? Mas nessa área central, aqui nós criamos uns lotes maiores, entendeu? Pra exatamente pra ter feira livre, que hoje tem, parece que tem ainda, né?*

EP - *Tem!*

NG - *E alguns lotes que, tinha até cinema, hoje não existe mais, né?*

EP - *Acho que cinema acabou em tudo quanto é lugar.*

NG - *Cinema virou outra coisa, já virou... Sei lá... Essas mudanças acontecem no próprio desenvolvimento da cidade.*

EP - *Não, ela mudou completamente.*

NG - *A gente tinha uma cidade que ia florescer ainda, o que que vai acontecer com Ceilândia. Mas a gente não tinha essa ideia de que em Brasília tudo se valoriza com uma rapidez incrível.*

EP - *Ceilândia ela mudou de feição completamente, porque se a gente pega as casas iniciais, quase nada existe mais delas, muito pouco*

NG - *Não, se a senhora ver umas fotografias antigas, era um barraquinho de uma sujeira, gente que foi pra lá, que não tinha nada e... A cidade é uma cidade viva, né? Mas, o fato de estar perto de Taguatinga, a proximidade com Taguatinga, ajudou muito.*

EP - *Já emendou na verdade.*

NG - Não, isso é... A criação, como foi feita não é bem, criou um núcleo né? Uma extensão de Taguatinga, criou-se uma Administração por questão política... A Maria Abadia...

EP - Mas tem gente demais aqui.

NG - É, é muita gente... É a maior concentração que você tem.

EP - É, é o dobro do Plano Piloto.

NG - Mas está muito adensado.

EP - Muitas vezes, isso nós estamos levantando, Alana está fazendo isso, num mesmo terreno a pessoa construiu três casas, uma no pavimento térreo, outra no segundo e outra no terceiro, que é da mesma família. Então também foi um modo que as pessoas foram se organizando, como sobrevivência delas também.

NG - A gente podia imaginar que a pessoa poderia no máximo construir uma casa térrea, né? Mas como o lote também é pequeno, não dá margem pra expansão, vai pra cima.

EP - Essas expansões que estão fora daqui [referindo-se à área central, o barril], aqui porque esse é o seu desenho, aqui o Setor P, o P Norte.

NG - Você diz essa área aqui?

EP - Não essa área toda é seu projeto, né? O barril todo era seu projeto. Aí vem o Setor P Sul, depois o P Norte, o Setor O aqui em cima. Isso aqui o senhor não tem nada a ver com isso?

NG - Não.

EP - E o senhor sabe quem fez?

NG - Olha isso aqui foi feito tudo dentro do GDF eles aproveitaram, eles repetiram um pouco, né? Lógico que com alguma diferença, mais ou menos a mesma configuração de quadras, procuraram manter, por exemplo essa do Setor O.

EP - Esse está bem parecido, né?

NG - É, alguns parece até, se não me engano alguns lotes parece até menores.

EP - A gente está medindo cada lote.

NG - Pois é, parece que são menores.

AW - São menores.

EP - Isso aqui é uma regularização, não é projeto também, mas muito diferente, porque aí ele começa a criar um espaço mais orgânico...

NG - Pois é, isso aqui [referindo-se à Expansão do Setor O] parece muito com Samambaia. Porque, depois disso eu me aposentei. Logo depois disso veio o Guará, aquela coisa toda, essas coisas começaram a aparecer depois que eu já estava fora do GDF.

EP - O senhor já tinha saído?

NG - *É, me aposentei relativamente cedo, né? E, aí já começou uma turma nova, porque contrataram muitos arquitetos. Nossa equipe era muito pequena, nós tínhamos o pessoal dr. Lucio que era o Jamesetl, já ouviu falar?*

EP - *Sim, ele veio até na UnB.*

NG - *O Campofiorito... Mas era um grupo que vivia mais no Rio que aqui. Eles não tinham uma vinculação com Brasília. Dr. Lucio mesmo vinha muito pouco. O pessoal da arquitetura, do Oscar Niemeyer ficava mais, porque eles ficavam mais preocupados com o desenvolvimento da parte arquetônica da cidade então era, tinha um grupo muito grande.*

EP - *E o senhor veio de onde?*

NG - *Eu vim de Uberaba, eu sou nascido em Juiz de Fora, morei muito tempo no interior, próximo ao Rio de Janeiro e tive a minha infância, a minha mocidade, no interior, numa cidade muito pequena e por razões de uma enchente que teve, nós tivemos que deslocar para Juiz de Fora, que é nossa base de família, então meu pai voltou pra lá, fiquei lá, aí comecei a estudar o ensino médio, que onde eu morava não tinha, só o ensino fundamental e comecei a estudar lá, mas também meu pai era muito político, muito ligado a área de administração pública, foi designado pra fazer uma reformulação da prefeitura de Uberaba, que os prefeitos eram o que? Eram fazendeiros... Não sabiam nada de administração pública, né? Aí meu pai, que era formado nessa área, pelo antigo DASP, já ouviu falar?*

EP - *Já.*

NG - *É diferente hoje. Aí, fomos pra Uberaba, em Uberaba eu fiquei dez anos aí comecei a terminar meus estudos né, o ensino médio, porque meu pai ele não se preocupava muito com isso não, meu pai era autodidata, nem ginásio não tinha, mas era uma cabeça, né? E, então, lá eu fiz até o ensino médio, quando foi, abriu lá a faculdade de engenharia, eu não quis fazer engenharia, apesar de eu estar fazendo desenho técnico, trabalhava sempre nessa área, a pessoa que eu trabalhava pra ele que era um engenheiro, foi o primeiro diretor da escola disse "você vai fazer o vestibular?" eu disse, não eu não gosto de matemática, meu negócio é desenho, "mas faz", eu disse, não vou fazer. Aí fiquei lá, parado um tempo, trabalhando na prefeitura como topógrafo, entendeu? Mas quando surgiu Brasília, né? Aí topei a parada, já estava casado, com dezenove anos.*

EP - *Dezenove anos o senhor tinha? E era casado?*

NG - *Era casado... Tinha já uma filhinha encaminhada. Falei, eu vou lá tentar, tinha uns amigos meus que vieram pra cá, gente que tinha... Gilberto Salomão, você deve conhecer, empresários né? Vieram pra cá e eu vim acompanhando. Vim aqui né? Na raça, larguei tudo e me adaptei, aí apareceu uma possibilidade de estudar na UnB, na primeira turma eu já trabalhava no GDF como desenhista, né?*

EP - *Ah, o senhor já trabalhava?*

NG - *Já trabalhava. Primeiro foi na NOVACAP. Aí me encaixei nisso, me formei por aqui e deu no que deu, né? Sempre trabalhei muito, né? Mesmo na área privada também, tem alguns projetos, algumas coisas. Fiquei mais na área de urbanismo. Arquitetura eu trabalhei em*

*algumas coisas, mas ficava mais na área de urbanismo. Depois me liguei ao grupo do Lucio Costa, embora não tivesse vinculação com ele, tinha mais com o pessoal daqui. Eles ficaram encarregados de desenvolver, porque o Lucio Costa fez um rabisco, né? Aí, faz aqui, faz aqui, a gente desenhava, redesenhava, mandava pra ele, ele aprovava, aquela coisa toda. E, aí eu comecei a entrar, porque nós tínhamos o planejamento de Brasília, chamado Plano Piloto e tínhamos as Cidades Satélites, que era o Serviço de Urbanismo Regional, aí me deslocaram pra essa área, entendeu? Então nós tínhamos um grupo, três arquitetos só, um já faleceu o outro está vivo, Milton Pernambucano, já ouviu falar?*

EP – Não.

NG - *Eu acho que ele é vivo ainda.*

EP - *E o outro, quem era?*

NG - *O outro o Lucio Pontual, esse... A turma veio toda do Rio, entendeu? Dr. Lúcio morreu aqui.*

EP - *O Pontual?*

NG - *O Pontual. Ele inclusive parece que tinha muita ligação com Dr. Lucio Costa, acho que sim. Então a gente ficou encarregado exatamente de cuidar... Por exemplo, Sobradinho, hoje com uns prédios muito bons, porque é aquela coisa, depois teve que ir desenvolvendo, aumentando... Era projeto do Nelson Hungria, já ouviu falar?*

EP – *Sim.*

NG - *Gama também, projeto dele, então ele fez esses dois projetos e ele não tinha uma vinculação direta com o órgão público, ele foi contratado pra fazer isso, esses dois projetos. Que aliás o Gama é um projeto muito interessante.*

EP - *Eu nunca estudei o Gama.*

NG - *Vale a pena ver, é muito interessante. Hoje está um pouco diferente porque aí vai... Esse que é o problema, você tinha um projeto inicial e muitos remendos, porque cada uma vinha com uma ideia, sabe? Ah, isso não é bom, isso é assim e por aí vai... Fazendo uma colcha de retalhos, na verdade é uma colcha de retalhos. É o caso aqui da Ceilândia, você entendeu? Quer dizer, muito embora as coisas pareçam estar muito interligadas, mas tem coisa diferente. Aí fala "olha, estamos precisando de não sei quantos mil lotes", aí faz mais um pedacinho, não houve um planejamento.*

EP - *Qual que foi o primeiro Plano Diretor de Ceilândia, teve? Quando ela se tornou uma Região Administrativa independente?*

NG - *Plano? Não, a gente tinha o seguinte, a gente tinha que fazer... A gente tinha a lei de uso do solo, nós chamávamos de gabarito e de ocupação, taxa máxima de ocupação. Mas na Ceilândia na realidade nunca houve isso.*

EP - *Nunca houve?*

NG - Não, não houve essa preocupação. Nós tínhamos exatamente as normas gerais afastamento, da divisa, pode ocupar isso, fazer aquilo. Mas era uma coisa muito livre e a gente ia fazendo alguma normatização à medida da necessidade.

EP - Certo...

NG - O que era mais interessante, por exemplo, hoje nós vemos muitas distorções... Quer dizer, o caso de Águas Claras, né? Que era no máximo 10 pavimentos.

EP - Virou trinta.

NG- Virou trinta... É especulação imobiliária e os governos aceitam, fazem acordos com essas empresas e adensa demais, você não tem mais condição. Nós tínhamos uma briga muito grande a CAESB dizia "olha, não aumenta não, porque não tem como arrumar água". Hoje você vê a crise que tem né? Hídrica... Mas... Era uma coisa andando atras da outra. Primeiro era pôr a pessoa no lugar, dar o lugar pra ela, né? Evitar pelo menos as grandes invasões. Agora parece que está mais controlado, entendeu? Porque não tem muito aquele fluxo que vinha, porque aqui chegava caminhão carregado de gente "pessoal, não, vai pra Brasília que você consegue um lote"... Mas hoje já está mais consolidado isso, entendeu?

EP - Mas tinha umas normas gerais, por exemplo, de ocupação, de gabarito... Não era um Plano Diretor, mas tinha essas normas...

NG - Tinha, tinha. É mas isso aí a gente tinha, o mesmo Plano Diretor que a gente tinha pras Cidades Satélites a gente incorporava aqui, uma base, né? Então a gente tinha a ocupação, como se falava antigamente você poder fazer três pavimentos, isso aí veio posteriormente. Na realidade não é três pavimentos, faz dois pavimentos e uma coberturazinha, alguma coisa em cima. Faz até três pavimentos, entendeu? É... Na área residencial, né? Nos prédios comerciais, por exemplo, comercio local né? Era um pavimento só, térreo, só térreo. Depois se permitiu colocar mais um pavimento, mas tem lugar lá que já tem três, mesmo no comércio, eles vão pondo, daqui a pouco tem cinco. E... Fiscalização né? Aí fica tudo irregular, entendeu? Não é pra isso. Agora essa parte do equipamento urbano, que é a responsabilidade do governo, que é escolas... Eu acho que isso funcionou bastante. Outra coisa que a gente tinha muita preocupação, não sei o que, colocar área pra templo, não é? Porque tanta igreja, né? A gente pensava sempre, a distribuição depois seria feita pela TERRACAP. Na realidade a TERRACAP não teve influência nisso aqui, isso aqui era a SHIS, eles é que faziam a distribuição, as pessoas cadastradas, o deslocamento, tudo era dever da SHIS. Ainda é CODHAB, entendeu?

EP - Acho que não é CODHAB mais, é?

NG - É, eles ainda têm uma... Uma... O Guará por exemplo ainda está sob supervisão deles, mas estão vendendo, né? Aqueles lotes do meio...

EP - O gabarito do Guará está mudando muito, está virando predição também...

NG - Olha, se a senhora nota... Eu falo senhora... O Guará 1 é projeto do dr. Lucio Costa. Ele fez uma quadra tipo e mostrou pra gente "o Guará é isso aqui" e a gente começou a fazer um mosaico, pega aquela quadra e a gente vai fazendo... Era muito comum a gente fazer isso, tentar rabiscando... Então o Guará 1 era uma confusão. Porque ele não queria ruas, ele queria

*ruas com aquelas calçadinhas entre as casas, então você não tinha nem acesso de pedestre, não se pensou em carro “ninguém vai ter carro aqui, não vai ter garagem, não vai ter nada” entendeu? Então, casa toda geminada de um modo geral, outro erro eu acho, esse problema... Casa geminada... A senhora conhece o Cruzeiro Velho?*

EP - *Conheço...*

NG - *É um problema, quem quer construir tem que derrubar a parede do vizinho pra poder fazer, entendeu? Ou perde lote... É uma confusão, eu não sei pra que isso, se inventou isso. Eu não concordo. Nós estamos vendo aí esse Minha Casa Minha Vida, está fazendo a mesma coisa. Gente, faz um lote, dá pro cara e ele se vira depois. Pode dar até um... Como chama? Pra ele comprar o material, pra ele fazer qualquer coisa... Deixa que as pessoas... Fazem cada um tenha sua vida própria. Se precisa de um quarto, de dois ou de três, entendeu? Se vai alugar no fundo um barraco, deixa ele se virar.*

EP - *É...*

NG - *Você põe uma casa dessa na mão da pessoa, não se dá com o vizinho, não sei mais o que... Vai bater um prego “poxa, está fazendo barulho, a criança está chorando” Não funciona! Não funciona! É habitação coletiva, né? A senhora mora em habitação coletiva?*

EP - *Não, eu moro em um condomínio pequeno, de casas.*

NG - *Pois é, é o problema...*

EP - *Mas meu pai mora, aí a mulher anda de salto...*

NG - *Ninguém se conhece, os vizinhos não dá bola pra você, não conversa... O cara fala “bom dia, boa tarde” assim mesmo quando dá, no elevador. Você nem sabe, agora mesmo “o fulano teve um problema” “quem é?” “ah, o fulano aqui” “como é que é a pessoa?” Você não conhece mais ninguém. Na casinha não né? Acho que as pessoas procuram, vizinho... Deixa pra lá, deixa pra lá. Bom mas aí, eu não tive uma participação direta, durante o... Como chama... Durante o deslocamento das pessoas, porque não era minha competência, entendeu? Fiz o desenho, fui lá na área da implantação, topografia, demarcação. Porque isso foi tudo desenhado no muque, entendeu? No papel vegetal, pápápá.*

EP - *No manteiga, grafite...*

NG - *É, nós desenhávamos muito a lápis, não fazíamos muito a tinta, porque é mais fácil de corrigir. E... À toque de caixa, então nós fazíamos os módulos, cada quadra individualmente, numa planta, pra depois implantar. Mas essas coordenadas de implantação, tudo, já tinha, né? A parte de... Lá no GDF tinha a topográfica que fazia, eles faziam isso. E foi muito rápido. Mas voltando... A Maria de Lurdes, que era a coordenadora do Serviço Social, que coordenou muito isso, isso foi feito na época do Hélio Prates, né? E tinha intenção realmente né? Época militar e eles estavam querendo evitar, porque tinha invasão lá perto do Palácio, o diabo a quatro, então tirava duas pessoas daqui, dali e as grandes invasões que tinham naquela época eram mais ligadas à Asa Norte, nas quadras da Asa Norte. Então, eu não tive muita participação. A Maria de Lurdes, com esse trabalho que ela fez, ela acabou virando uma pessoa política e acabou sendo lá a primeira administradora. Na realidade é o seguinte, no início da cidade, do bairro,*

*precisava de ter uma administração realmente, mas não precisava ser uma administração regional, entendeu? Porque podia ser a própria de Taguatinga, mas politicamente tinha interesse né, de fazer. Talvez pra reivindicar mais coisa, dava mais trabalho, porque Taguatinga era uma cidade já implantada, né? Hoje está mudando muito também, porque aqueles lotes ali do centro, estão se transformando em condomínios verticais.*

EP - *Nossa, Taguatinga é um movimento!*

NG - *Porque Taguatinga era aqui foi criada, um desenho... Foi feito um topógrafo, que fez e aqui era tudo acampamento de grandes empreiteiras pra...*

EP - *Abrigar seus funcionários.*

NG - *É, funcionários, material, guardar material. Por isso os grandes lotes... E foi ocupando, o pessoal foi ficando e tal... Mesma coisa aconteceu com o Núcleo Bandeirante.*

EP - *E ela não tem a coisa das unidades de vizinhança a gente não percebe nada.*

NG - *Não, não houve nada, preocupação nenhuma.*

EP - *Ela é de cinquenta... E oito, parece.*

NG - *Quando nós pegamos isso aqui pra reurbanizar tudo é que começamos a encaixar tudo, as peças.*

EP - *Alinhar as coisas.*

NG - *Alinhar, ver onde é que tinha, que precisava disso, daquilo.*

EP - *E o senhor também participou desse rearranjo?*

NG - *Participei. Taguatinga...*

EP - *Do Núcleo Bandeirante...*

NG - *De todas as cidades. Do Núcleo Bandeirante menos diretamente, porque é aquilo que eu falei né? Assim, já estava definido essa questão de nomenclaturar, fazer as plantas direitinho, pra registrar em cartório, documentar direito, entendeu?*

EP - *E cada quadrazinha dessa aqui, na prancha dela está escrito o que era pra ser, não é?*

NG - *Tem, tem sim.*

EP - *Então cada modulozinho era detalhado independentemente e depois o todo...*

NG - *É, é uma repetição, né? Porque, hoje aqui diferente, como você me mostrou aqui, aqui, aqui, uma...*

EP - *Uma ruptura no desenho, aqui, aqui e aqui, embora aqui também ainda tenha uma semelhança.*

NG - *É, se você procurar, por exemplo, o projeto de Samambaia, ele já tem uma configuração de ruas sinuosa, se criou assim, não sei se isso vale, mas é uma questão desse pessoal falar "não, tá tudo muito retilíneo" né? Aquela coisa toda, "vamos mudar" entendeu? E se resolveu*

fazer, eu acho que deu certo, não conheço muito assim de perto lá, entendeu? Mas você vê que tem já defasagem, essas coisas assim, eu acho que isso aí a pessoa falou “não, eu não quero fazer, repetir” inventou uma coisa boa, entendeu? Eu acho que urbanização é assim mesmo, cada um tem uma concepção, né? E tradicionalmente nas cidades tradicionais é aquilo né? Tudo é esquina, porque fala, Brasília não tem esquina, tem sim! Tem muita esquina. Bom, então, eu o que eu posso ajudar, se for o caso, é mostrar o que que é que eu pude fazer na época. O que que me veio na cabeça, entendeu? E eu acho, uma coisa interessante, eu acho que essa... Essa configuração aqui, que ela é muito estreita, mas ela vai [inaudível] tem posto de gasolina nos extremos, aqui eu tinha colocado um cemitério, no projeto original, que seria nessa área aqui, sabe?

EP - Certo...

NG - E... Porque o cemitério de Taguatinga é muito pequeno, eu imaginei “isso aqui vai precisar de um cemitério, possivelmente”. Tiraram o cemitério e fizeram isso aí, entendeu? Eu acho que tem problema lá hoje de ce...

EP - De se enterrar as pessoas.

NG - Eu acho que sim.

EP - E aqui cada ponto um posto de gasolina e aí o que era pensado pra esse miolo?

NG - É aqui nós temos por exemplo, área pra... pra... Como chama? Centro cívico, de um modo geral tem várias utilizações. Aqui tem a Casa do Cantador, né? Projeto do Oscar Niemeyer, eu desenhei junto com ele.

EP - Ah, o senhor trabalhou naquele projeto?

NG - Na parte de desenho, né? Porque o Oscar Niemeyer dava uns risquinhos aí a gente tinha que colocar na escala direitinho, é... Pra ele aprovar posteriormente, parte estrutural, né? E aqui você tem... Na... Observa que em dois pontos tem um centro comunitário grande. Eu não sei exatamente onde, a planta não revela muito, mas se não me engano é um aqui e outro aqui, entendeu? Que são umas áreas grandes, onde a gente colocou o comércio mais pesado, vamos chamar assim.

EP - Os centros comunitários eram pra comércio?

NG - Também, comércio variado e também, é... Como chama? Delegacia de polícia, atendimento de um modo geral, né? Isso, a gente deixou muito em aberto...

EP - Essa faixa na verdade era pra todo esse atendimento comunitário, de todos os serviços gerais. Essas duas aqui.

NG - Exatamente.

EP - Que ia desde ensino médio, grandes comércios, centro de saúde...

NG - Exato, toda essa área de equipamento que precisasse, entendeu?

EP - *Agora essa parte de arborização não foi pensada, né? Não tinha essa preocupação também...*

NG - *Não, não. Tem muito pouca área verde, né? Muito pouco.*

EP - *Muito pouco.*

NG - *Não tem espaço, né?*

EP - *E assim, nas calçadas mesmo, ninguém planta nada. A calçada é estreita, né, então assim, é mais como circulação.*

NG - *É uma coisa que foi muito criticada, entendeu? Foi os chamados becos...*

EP - *Os becos que depois foram ocupados, né?*

NG - *É, esses becos era pra facilitar a passagem de serviços públicos, água, né? E mesmo pra criar também uma passagem de pedestres, circular mais... Mas, foi muito criticado e as pessoas “pra que isso? Pra que isso?” Porque é um lugar que as pessoas vêm urinar e defecar e bandido se esconder, mas não é isso...*

EP - *Mas na verdade nunca foi tratado como espaço público, né? Se é abandonado...*

NG - *Não, não. Na verdade, a gente foi fazer um projeto também a gente consultava muito a CAESB e a CEB, entendeu? A gente trabalhava muito ligado. Pra você ter noção de como é que é a concepção da rede elétrica embutida, né? No caso, enterrada, né? Então dizia “olha, deixa uns espaçozinhos porquê de repente precisa passar um cabo, aí a gente não tem que dar uma volta...” Até porque o custo, né? Ficava muito caro... Então a gente sempre pensou também nisso... Mas seria um lugar mais também pra passagem, entendeu? Mas ninguém... O que acontece, as pessoas de um modo geral fazem o seguinte, pega aquilo ali, não lembro qual o espaço que tem.*

EP - *Dez metros.*

NG - *Aí fala assim, deixa um metro e meio de calçada, aí o vizinho daqui ocupa aqui e o de lá ocupa lá.*

EP - *É, aí não dá certo.*

NG - *Isso virou moda, né? Todo mundo deixa só uma passagem, aí fala “não, pra preservar a lateral”. Aí acaba fazendo uma garagem, uns avanços com construção, não sei como que está.*

EP - *Esses becos foram agora, eles são concedidos, né, Alana? Pra construção de moradia pra polícia. Agora eles podiam ter sido pequenos espaços verdes...*

NG - *Foi permitido? Parece que estava...*

EP - *A CODHAB estava dando as escrituras, estava legalizando quem estava morando...*

NG - *Porque os vizinhos, quer dizer aquele que estava com a casa de esquina podia contestar isso, “uai, mas eu comprei, quando comprei, ganhei estava assim...” Mas eles mudam as coisas*

*assim, sem mais sem menos... Se for à justiça, entendeu? É... infelizmente a administração pública, não... Não procura ser coerente.*

EP - *A primeira alteração em geral que as pessoas fazem é puxar o telhado até o limite do terreno pra criar a garagem. E isso não é só aqui não, isso está no Guará, Taguatinga...*

NG - *No Cruzeiro, pra todo lado...*

EP - *É, pra todo lado. E a água, joga pra calçada, né?*

NG - *Bom, mais alguma coisa?*

EP - *Não, acho que está bom, né, Alana?*

NG - *A realidade é o seguinte, o povo de Ceilândia hoje é muito satisfeito com a cidade!*

EP - *Muito, muito orgulhosos da cidade.*

NG - *Incrível, né? Como se adaptaram à cidade.*

EP - *Tem sentimento de luta pela cidade...*

NG - *Pois é, a cidade é uma cidade viva, né? Se você olhar assim, há vinte anos atrás...*

EP - *E tem movimento cultural forte na Ceilândia, cinema, as quadrilhas, RAP, música.*

NG - *O tipo da população, né? Pessoal do Nordeste... Eles se adaptam, eles são muito interligados. Precisa de ver, gostam de festa, gostam de cultura, tem a cultura própria, né? E, acho que a cidade proporcionou isso, né? Se a senhora tirar, por exemplo, Taguatinga já é muito mais misturado, porque tem muito mais comércio.*

EP - *Muito!*

NG - *A cidade é basicamente uma cidade comercial, não é? E outros lugares como Sobradinho, é um pouco distante, fica muito afastado, de Brasília, vamos chamar assim, do centro de Brasília, de Brasília, né? A gente fala Plano Piloto, já não existe mais isso, né? E, eu acho que a Ceilândia foi a que mais veio a falar sobre isso, entendeu? Sobre cultura, sobre vivência, né? Núcleo Bandeirante é muito pequeno, a Candangolândia tem outra história, apesar de estar muito perto aqui do centro, mas você vai lá é só aquelas coisinhas, você não vê nada de diferente e a Ceilândia, talvez pelo volume, entendeu? Pela intensidade da urbanização...*

EP - *Mas eu acho que tem a ver a origem também, das pessoas... A Feira é muito movimentada.*

NG - *Eu acho que sim...*

EP - *Tem as comidas do Nordeste, festa de São João em Ceilândia, não é porque é aquela superprodução, mas tem festa de paróquia, que vem grupo de quadrilha, tem mais de oitenta grupos de quadrilha.*

NG - *É interessante, né?*

EP - *É, muito.*

NG - *Eu não participo muito porque a minha vidinha está sempre aqui, né? Eu estou com oitenta e quatro anos.*

EP - *Mas o senhor não aparenta não, está bem demais.*

NG - *Tô com um problema de artrose ruim, milha filha, tô pra operar, mas tenho um medo danado de operar.*

EP - *Mas está incomodando muito?*

NG - *Ah, incomoda, porque eu sempre fui muito andarilho e eu trabalhava aqui no Buriti, né? Ia pra Rodoviária a pé, pra todo lado a pé, hoje eu estou muito limitado. Mas, também pela idade, né? A gente vai acostumando, eu morei muitos anos no Guará e apesar de... Eu fiz o Guará 2, né? Aí na época, interessante, vou contar um fato. Então eu fui designado pra fazer o Guará 2, então se a senhora um dia estudar o Guará 2 vai ver que é uma configuração completamente diferente do Guará 1. É um lugar também que é muito gostoso, o pessoal gosta muito.*

EP - *Gosta!*

NG - *É uma urbanização muito boa, muito interessante se vocês virem. Então eu me separei, me casei novamente, deixei meu apartamento pra minha ex-esposa, morava na Asa Norte. Apesar de ser funcionário público a NOVACAP nunca deu nada pra gente, era tudo pras pessoas que vinham pro serviço federal, tinha tudo, apartamento... Ela nunca se preocupou com funcionário dela e dona do terreno, né?*

EP - *É...*

NG - *Bom, aí eu fui morar no Guará, aí comprei, fiz um projetinho pra Encol, de um prédio de três andares e fui morar no terceiro andar, era o último que tinha, terceiro andar, sem elevador, sem garagem, sem nada e eu fui embora pra lá e minha mulher tinha sofrido um desastre, pra subir escada era um problema. Bom, antes, como fui designado pra fazer o projeto do Guará fui deslocado e falaram "olha, você se esconde num lugar, fica por conta disso" mesma coisa que na Ceilândia.*

EP - *E tem que ser pra amanhã!*

NG - *Sozinho, entendeu? Fazendo tudo... E, me prometeram uma gratificação lá, porque eu ganhava pelo GDF, né? Onde eu trabalhava e a SHIS era uma entidade autônoma, ligada ao governo, mas tinha...*

EP - *A SHIS era uma espécie de cooperativa, não?*

NG - *Não, não era cooperativa, né? Era que o governo destinou algumas áreas pra eles, pra eles fazerem a política habitacional de baixo custo...*

EP - *Do DF...*

NG - *Exatamente essas coisas, casas populares... Aí me enfiaram lá, e aí quando foi na época, projeto, aquela coisa toda, quem era o presidente era o Crezo Vilela, virou construtor hoje em Brasília tem uma empresa, acho que os filhos dele que estão tocando. Dr. Crezo falou: "Bom, agora como é a minha gratificação" aquela coisa toda, falou olha, fala com a dra. Margarida,*

que era a chefe da contabilidade. Ela “negativo, você não pode receber por duas...” Hoje até tem gente recebendo por três, quatro lugares, né? “Não pode, não pode”, mas, poxa, trabalhei, trabalhei, pra SHIS, fui nomeado. Eu sou técnico pra isso, entendeu? Teve uma nomeação, eu fiquei vinculado, né? “Não, não pode não”... Entendi, não tinha dinheiro, não tinha dinheiro. Aí o máximo, falei com dr. Crezo, ele falou “ih, me desculpa, mas se a Margarida falou, tem que atender, né? Mas, vou fazer o seguinte...” História interessante... “Vou separar dez pra você, fazer o que você bem entender” Eu não tava, nessa época eu não morava ainda no Guará, pensei, dez casas, o que eu vou fazer com isso, nessa época eu estava estudando na universidade ainda, praticamente terminando, não terminava porque a polícia não deixava. Aí pensava, o que eu vou fazer com dez casas no Guará... Morava na Asa Norte, né? Ainda... Não, vou mexer com isso não, besteira... Aí comecei a distribuir, indicar as pessoas, pra receber... Aí tinha uma pessoa, uma senhora, que era faxineira lá da UnB, “ah, minha mãe está doente”, arrumei a casa pra ela... E dei as dez casas.

EP - Não ficou com nenhuma?

NG - Não, não tive essa coisa, essa ganância, aí a circunstância me levou pra morar no Guará. Menina, eu fui juntar um dinheirinho, pra comprar uma casa dessas que...

EP - Que o senhor tinha dado dez...

NG - Queria uma casa pra derrubar e fazer uma casinha boa, né? Melhor... Não conseguia comprar.

EP - De tão caro que tinha ficado.

NG - Eu tava falando que o metro quadrado lá era mais caro que no Lago. Eu tinha uma poupançazinha que eu fui guardando, guardando, guardando. Com o dinheiro comprei esse apartamento aqui, que eu sou um dos primeiros moradores do Sudoeste, entendeu? Não sei se foi bom ou se foi ruim, mas menina... Eu tive com dez na mão e não consigo comprar uma agora, como é que é bobo assim, né?

EP - Uma ironia... Bom, mas pelo menos o senhor ajudou muita gente.

NG - Não, não... Não me arrependo disso não, é só um fato, né? Pra gente ver como é que é... Tanta gente enriqueceu em Brasília, né? Eu trabalhava no departamento econômico, esses lotes da 700 tudo na minha mão, tudo na minha mão...

EP - Se fosse uma pessoa desonesta, né?

NG - Na realidade assim, hoje é diferente porque tem leilão, né? Mas não era leilado, tinha só indicação. “Você quer? Então, tá vago, ocupa...É lógico que tinha que pagar, né? Evidentemente, mas a pagar trinta anos, à preço de banana...

EP - Na verdade era interesse ocupar e construir, né? Fazer a cidade funcionar, né?

NG - Lógico, tinha a retrovenda... Eu sempre tive tudo na mão e nunca tive essa... Mas, eu não sei, eu dou graças a Deus, porque eu não sei, eu não seria, não viveria bem.

EP - Não seria uma pessoa tranquila, né?

NG - *Acho aqui muito bom, a senhora conhece bem o Sudoeste, né?*

EP – *Conheço.*

NG - *Aqui é um lugar ótimo, eu tenho tudo perto, pra mim, nessa época da velhice, tudo perto. Não tenho que me deslocar muito de carro, isso e aquilo, foi bom demais.*

EP - *Muito obrigada, viu, pelo senhor ter nos conferido tempo...*

NG - *Não, veja bem, essas plantas vocês têm? Eu tenho algumas coisas em casa, inclusive, tem um rapaz, eu vou tentar passar pra senhora, um rapaz que fez um mestrado no Rio de Janeiro, na... Na Universidade do rio de janeiro, ele mandou pra mim, ele está fazendo um trabalho sobre Ceilândia, sabe? Um mestrado sobre Ceilândia. Me fez uma série de perguntas e eu respondi pra ele, fiz um levantamento, eu não sei a conclusão do trabalho dele, ele parece que mandou pra minha filha, eu não sei ainda, vou ver com ela. Eu tenho uma filha que é veterinária, não mora aqui.*

EP - *Nenhuma virou arquiteta? Nenhum filho?*

NG - *Eu só tenho filhas, uma é economista, está aposentada. A outra não quis estudar, casou, puxou mais pro lado da mãe, é dona de casa e a Gabriela que é do segundo casamente, é a mais nova tem trinta e nove anos, é veterinária, uma das boas veterinárias de Brasília. Mas arquitetura, não. Tem muita gente que fala assim, quer ser arquiteto? Pensa bem, pensa direitinho, tem muita concorrência.*

EP - *Com esse monte de escola, faculdade de arquitetura, colocando arquiteto pra tudo quanto é lado.*

NG - *Mas eu acho bom é pelo lado das mulheres, né? Que hoje a maior parte é mulher, é muito interessante, né? A profissão é bonita, pra quem gosta, pra quem quer lutar... Ninguém vai ficar rico dentro da arquitetura, não fica, não adianta. A menos que seja filhinho de papai. Agora, pra você alcançar o estrelato, vamos chamar assim, em arquitetura é complicado, né?*

EP - *Eu acho que assim... Na vida isso não é importante não.*

NG - *Não, não... É fazer o que gosta, né? Eu sempre gostei de arquitetura, assim...*

EP - *Ter o suficiente pra viver bem, tá bom, né?*

NG - *É o meu caso, né? Que eu exerci muitos cargos comissionados, então eu tenho um salário que dá pra mim viver bem, que dá pra minha família, tudo... Fiz alguns trabalhos, tenho algumas coisas feitas aqui em Brasília, algumas superquadras, prédios, comércio, residência nem tanto que eu nunca fiquei, nunca fui muito de fazer casa não, porque sou assim muito preso a minha visão da casa, entendeu? E os proprietários não concordam, “não, eu quero assim, ah, você faz um outro estudo”, eu não tenho muita paciência pra isso.*

EP - *É, difícil.*

NG - *Difícil, porque casa tem uma variedade, você pode fazer milhares de coisas, né? Já os prédios de apartamento não, você vê que aqui é tudo mais ou menos bitolado, você não tem onde muito fugir, né? Que aliás eu acho que foi um dos erros de Brasília, nós trabalhávamos, eu*

*também trabalhei na área, né? A gente ficava assim, fazendo estudo, se estipulou um padrão de lote, de projeção. 12x80, entendeu? Antes não permitia nem fazer varanda, sabe que essas varandas a maior parte são fora... Então nós cortávamos os papeizinhos e ficamos trabalhando com eles em cima da área, entendeu?*

*EP - Para fazer a implantação...*

*NG - Porque tinha os onze blocos, né? A densidade da quadra, né? Depois estipulava, tinha apartamento que cada um fazia sua demanda, então nós tínhamos, chegou num ponto, uma arquiteta chamada dra. Eiza, não lembro mais o sobrenome dela, nós começamos a pensar assim "dra. Eiza, vamos fazer o seguinte, vamos fazer uma quadra, com o arruamento, dividir em áreas, em lotes, vamos chamar assim, dar a taxa de ocupação, dentro daqueles critérios e deixar o arquiteto se virar... Faz um prédio redondo, sei lá, pra não ficar essa monotonia", que é o que mais se condena, os chamados caixotes, hoje mudou bastante, arquitetura está aí exatamente pra dar a possibilidade de você mudar um pouquinho, fazer varanda... Não era pra fazer varanda... Garagem, não tinha! Não tinha garagem no subsolo...*

*EP - Bom, mas também não era assim, carro não era tão... Vulgarizado, né?*

*NG - É... Por exemplo, se pensou muito no transporte público, urbano, e... Isso não funcionou.*

*EP - Asa Sul quase não, nos prédios mais antigos, não tem garagem.*

*NG - Não tem! Isso foi um erro, né? Hoje nos prédios mais antigos está entupido, você não acha nenhum lugar! O Nauro, Esteves, o que ele fazia, você vê aquelas quadras mais antigas tem aquela chamada "ameba", né? Que é aquelas ruas beem compridas, aquilo não é um estacionamento definitivo assim, definido, né? Para assim meio enviesado, aquela coisa toda e alguns tem passagem, pelo pilotis, de um lado para o outro do prédio, já viu isso aí?*

*EP - O carro passa dentro, né?*

*NG - É... Do outro lado não tem acesso, passa por baixo, entendeu? Mas isso também depois foi corrigido... O pessoal fala "não pode ser isso" pode ser sim! Podia ser feito... Tem uma quadra aqui que é sui generis, que é a 400... E... Sete sul, já viu?*

*EP - Por que que ela é diferente?*

*NG - Porque ela é uma quadra feita inteira, projetada, feita inteira, construída inteiramente.*

*EP - É pelo Banco do Brasil?*

*NG - Não, acho que é... BNDS?*

*EP - Eu sei uma que é... Ah, não, mas é a 405.*

*NG - Ela tem uma topografia assim, sabe? Escalonada, caindo... Assim, enviesada, com relação a quadra. Tem até uma árvore lá que é muito bonita, que o tronco dela atravessa a rua, entendeu? Um tipo de benjamim antigo, se usou muito em Brasília, as raízes são enormes. Aí ele imaginou uns blocos quadradinhos, entendeu? São blocos assim, quadrados mesmo, pequenos quadrados. E como tinha uma topografia muito acentuada, as garagens são feitas quase que diretamente...*

EP - *No desnível...*

NG - *Entendeu? Não tem... Não é subterrâneo, muito interessante a organização. Vale a pena dar uma olhada, entendeu?*

EP - *Essa é do Lauro Esteves?*

NG - *Não, não. Isso foi um arquiteto, não me recordo...*

EP - *O Lauro Esteves era o das amebas, né?*

NG - *Ele chegava com a mão esquerda, chegava assim, fazia assim...*

EP - *Ah, ele era canhoto?*

NG - *Mostrando a forma do arquiteto desenhar. Era bonito... Isso era uma coisa bonita.*

EP - *Era bonito!*

NG - *Depois viu que não funcionava, né? A maior parte das quadras era retilínea, né? Bonitinha e tal... Porque não tinha também as rampas de acesso à garagem, não tinha garagem praticamente... Então pra você ver quando você tem rampa, entrada e saída, não dá pra você fazer muita coisa, né? É interessante... E se manteve, né? Essas quadras são as primeiras e a maior parte são assim... E... Mas a gente viu que não funcionava, né? Então a rua passou a...*

EP - *A 308 é assim, a 107...*

NG - *É... São as primeiras quadras, começou a aparecer... Começar conseguir a fazer acompanhando a linha do prédio, né?*

EP - *Pra poder ter estacionamento, né?*

NG - *É... Mas é porque, por causa do espaço mesmo que tinha que ocupar, né? Com carro, né? Interessante, mas a vida é muito gostosa, né... Da época que eu trabalhava, eu sinto falta...*

EP - *Eu imagino.*

NG - *Mas, passa, né? Hoje você vê as pessoas novas, aquela coisa toda... O GDF hoje tem um corpo de técnicos grande...*

EP - *Imenso...*

NG - *Quer dizer, não tinha... Nós fomos aproveitados da NOVACAP, quando foi criada a primeira prefeitura do Distrito Federal, que foi na época do Jânio Quadros, porque antes nós tínhamos o COAU, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, que funcionava... Oscar Niemeyer e essa turma, né? Pessoal que definia o que que tinha que ser feito, mas política tinha que fazer, porque se criou, Brasília como uma administração, né? De prefeitura, aí passou a ser governador, depois mudou tudo a estrutura governamental e foi, eu acho que não foi muito bom, né?*

EP - *É.*

NG - *Politicamente não ficou muito bom, era preferível se ficasse na mão de um corpo técnico, não sei como é que... Paciência!*

EP - *Muito obrigada! Eu agradeço muito o senhor...*

Fim da gravação.

## APÊNDICE 2: Os trabalhos dos alunos do CEF 19

A seguir serão apresentados alguns dos trabalhos produzidos pelos alunos do 9º Ano B, do Centro de Ensino Fundamental 19, durante o 2º semestre de 2019. A atividade proposta era “a casa”. Em um primeiro momento deste trabalho considerou-se fazer o levantamento das residências, a partir de voluntários que se dispusessem a receber os pesquisadores, entretanto notou-se certa resistência por parte dos alunos e dos pais, que não aderiram ao preenchimento do formulário enviado para consentir a visita da equipe. Assim, a autora com auxílio de sua orientadora, desenvolveu esta atividade, visando despertar nos alunos o interesse pelo levantamento do tipo residencial em que moravam, tendo sido à época bem recebida pela turma, que se mostrou atenta e interessada em entender como se desenha uma planta baixa, utilizando-se de uma folha quadriculada e de que modo deveriam proceder o levantamento fotográfico de suas residências, desenhar as fachadas e outros pontos que considerassem relevantes. Destaca-se também os relatos dos alunos, com detalhes da forma de ocupação dos lotes, por mais de uma residência, com aluguel para terceiros. Foi então produzido um rico material, que mostrou a tipologia habitacional ceilandense, do ponto de vista singular de seu morador.

## Passo 2 – Mosaico de imagens

Mosaico é uma espécie de montagem, pode ser uma colagem de imagens ou uma mistura de cores. Neste passo você pode colocar imagens dos quartos, da sala, da cozinha, do quintal ou de qualquer outra parte da sua casa.

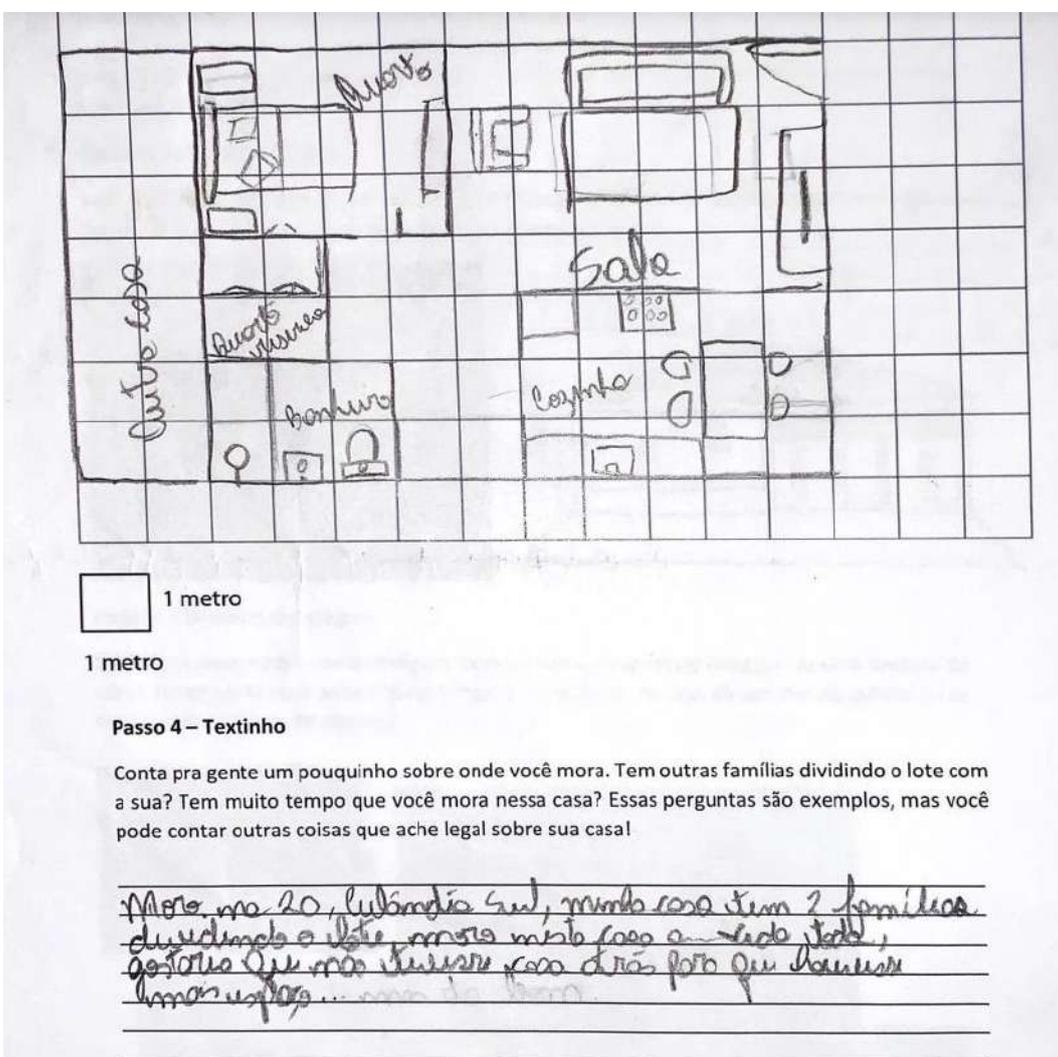


Fotografias da residência de um estudante. Novembro/2019.

### Passo 3 – a planta baixa

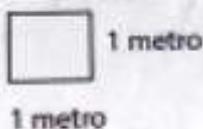
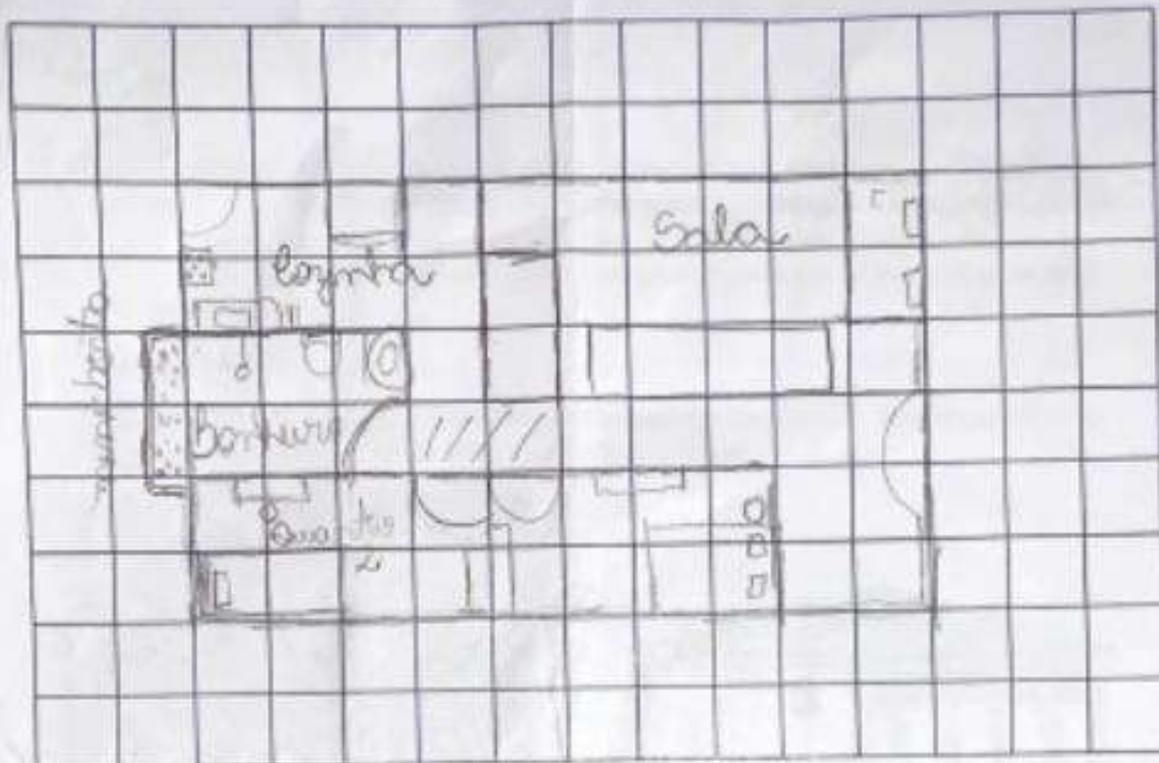
Planta baixa é o nome técnico que os arquitetos e engenheiros usam para designar os espaços internos e externos das casas, prédios ou qualquer construção. É comum encontrar planta baixa em panfletos de venda de apartamentos, por exemplo. Na planta é possível ver a distribuição dos cômodos da casa, o número de quartos, a sala, a cozinha. Vamos mostrar um exemplo de como você pode fazer uma planta baixa da sua casa.

Cada quadradinho desse tem os lados equivalentes a 1 metro, eles servem para dar uma noção de proporção quando você estiver desenhando sua casa. Observe que o sofá toma 2 quadradinhos, ou seja, na vida real esse sofá teria 2 metros de comprimento. A mesa na sala tem 1 quadradinho, ou 1 metro para cada lado.



Exemplo de planta produzida por um estudante e texto descritivo da residência. Novembro/2019.

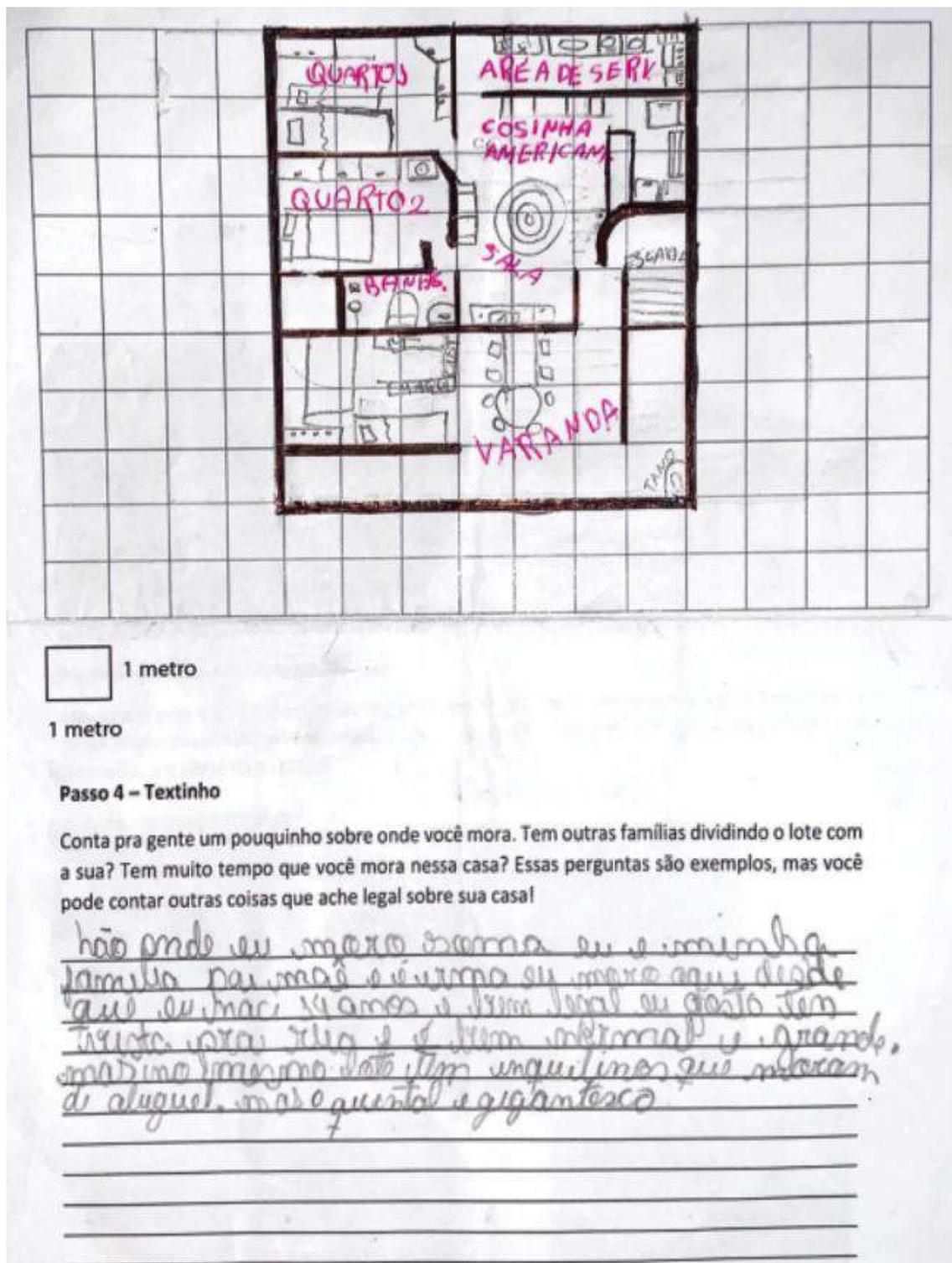
Espaço para você desenhar a planta da sua casa como no exemplo acima



#### Passo 4 – Textinho

Conta pra gente um pouquinho sobre onde você mora. Tem outras famílias dividindo o lote com a sua? Tem muito tempo que você mora nessa casa? Essas perguntas são exemplos, mas você pode contar outras coisas que ache legal sobre sua casa!

A casa que eu moro não é muito grande, mas também não é muito pequena, é um apartamento. Eu vivo com um irmão e 3 irmãs. A casa é bem bonita e tem um jardim que tem um cercado com um ambiente de galinhas e coelhos. Por aqui não é muito movimentado, só a minha família que às vezes fazem a compra e trabalham os amigos. Minha casa não é grande, fica sóbria, sempre tem visitas lá, mas um tempo que eu não moro nessa casa, a minha mãe quer mudar para o apartamento que ela gostava muito, mas depois eu não acostumei.



Exemplo 3 de planta produzida por um estudante e texto descritivo da residência. Novembro/2019.

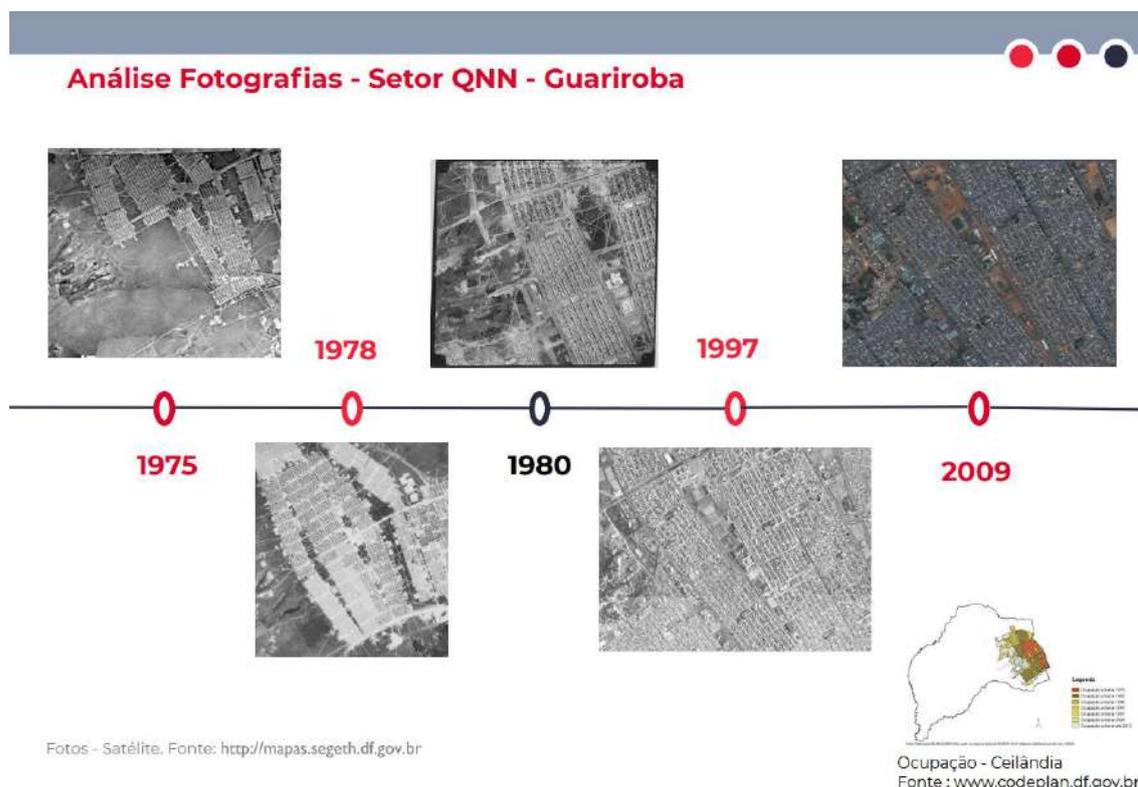
Paleta de cores das casas

1	2	3	4	5	6	7	8
	Branca		Branca 	reforma então a 	Branca 	Branca 	Branca
9	10	11	12	13	14	15	16
	Branca 	Branca 	Branca 	Branca 	Branca		
17	18	19	20	21	22	23	24
	Branca 	 	Branca	Branca	Branca 	Branca	
25	26	27	28	29	30	31	32
		 					Branca
33	34	35	36	37	38	39	40
Branca 	Branca 	 		Branca 	 	Branca 	

Paleta de cores observadas pelo estudante em sua rua. Novembro/2019.

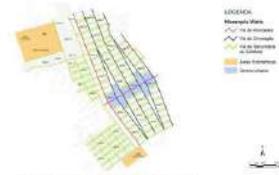
## APÊNDICE 3: O trabalho dos alunos de Morfologia Urbana – FAU UnB/1º2020

Durante o segundo semestre de 2020 foi ministrada a matéria de Morfologia Urbana para os alunos de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, as cidades estudadas foram Taguatinga e Ceilândia, tendo sido esta segunda dividida em grupos de análise, seguindo parâmetros semelhantes aos adotados nesta dissertação, os setores da cidade foram separados de acordo com sua proximidade temporal e características morfológicas. A representação era livre, tendo sido sugerido aos alunos que observassem o traçado urbano dos setores, identificassem suas unidades de vizinhança e as características das tipologias habitacionais. A princípio foram planejadas visitas à campo com a turma, para observar e registrar as cidades, entretanto, estes planos foram suspensos em virtude da pandemia de coronavírus. A seguir alguns exemplos do material produzido.



Evolução urbana QNN. Dezembro/2020.

## Setor QNN - Guariroba - Traçado Viário



Mapa Hierarquia Viária  
Fonte : [www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)



Mapa Sistema Viário QNN - Guariroba - Fonte de dados: [www.codeplan.df.gov.br](http://www.codeplan.df.gov.br)  
Autoria: Amanda Alves

Hierarquia viária. Dezembro/2020.

## UV - QNN 18- 20 - Quarteirões



Imagem Satélite - QNN 18 - QNN 20.  
Fonte: Google Maps



Mapa Quarteirões. Autora Amanda Alves.



Esquemas quarteirões e lotes.  
Autora: Amanda Alves



Imagem - Beco /Rua entre quarteirões.  
Fonte: Google Maps



Memorial Descritivo - ARQUIVO PÚBLICO - DF  
Fonte: [www.maxwell.vrac.puc-rio.br](http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br) - PIMENTEL David K.S.

Casa com lote nos fundos - QNN 18.  
Fonte: Google Maps.



Casa com lote nos fundos - QNN 20.  
Fonte: Google Maps.



Quarteirões e beco QNN 18-20. Dezembro/2020.

## UV - QNN 18- 20 - Tipologias

### QNN - 18



Acreditamos que as casas da QNN 20 apresentam essa configuração devido ao tamanho do lote, as casas não são muradas e o telhado se encontra com o portão (grade) para aproveitar espaço. Na QNN 18 os lotes são maiores e as residências apresentam, em boa parte, um quintal ou garagem na frente.

### QNN - 20



Imagens- Fonte: Google Maps

Imagens de satélite QNN 18-20. Dezembro/2020.

## UV - QNN 18- 20 - Entrequadras



Além dos usos Institucionais, a LUOS prevê para a Entrequadra o uso CSIR 1 - Comércio, Serviço, Institucional, Industrial e residencial - com altura máxima de 15,5 metros.

Fonte Seduth.df.gov



Imagens Entrequadra- QNN18 - QNN20 - Guariroba. Fonte: Google Maps.

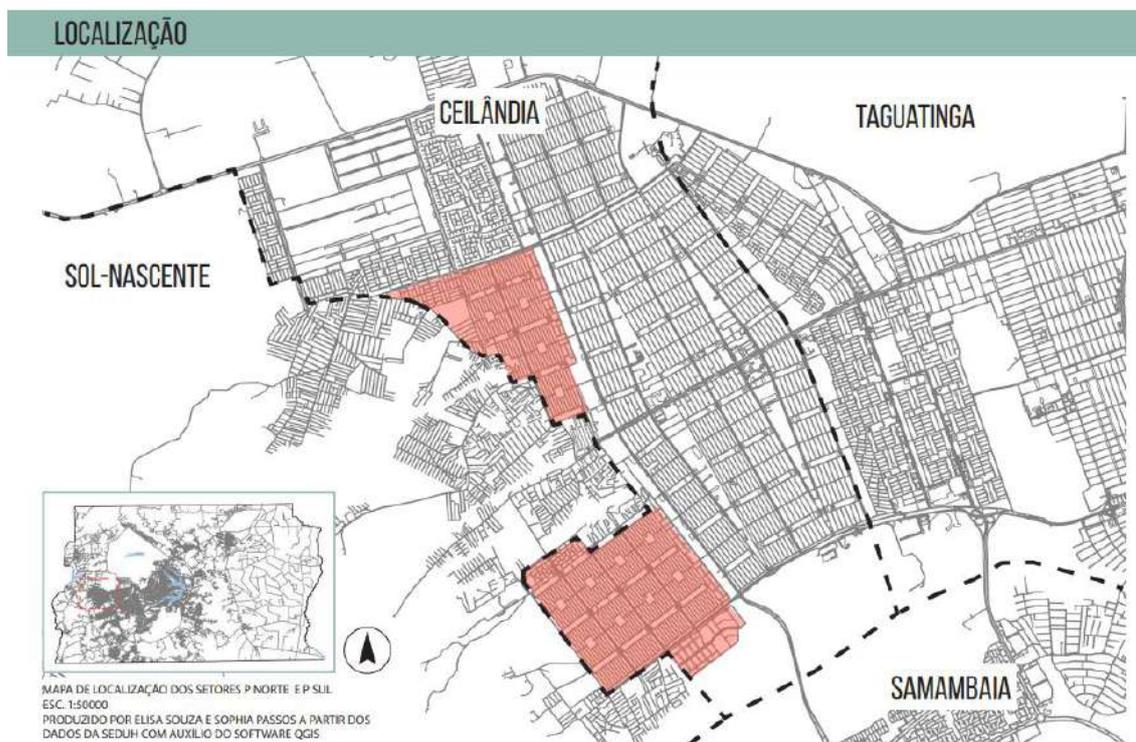


Comunidade Nossa Senhora Aparecida. Fonte: Google Maps.

### EQ - Principais Serviços Encontrados

- CEF 19 - Centro de Ensino Fundamental
- Comunidade Nossa Senhora Aparecida (Religioso)
- Salões de Beleza
- Farmácias
- Dentista
- Pet Shop
- Pizzaria
- Açougue
- Merceria
- Distribuidora de bebidas.

Usos QNN 18-20. Dezembro/2020.



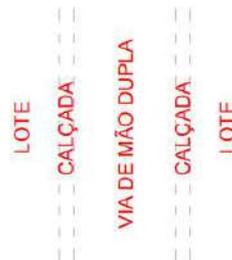
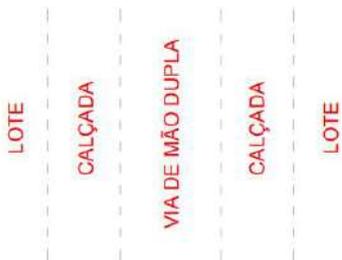
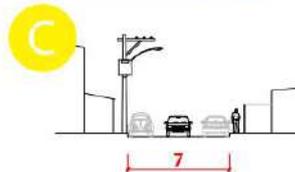
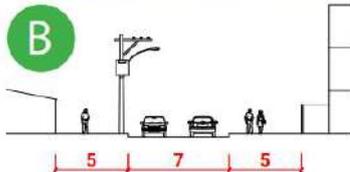
Setores P Norte e P Sul. Dezembro/2020.

**SETOR P SUL - EVOLUÇÃO URBANA**



P Sul (imagem aérea 1986). Dezembro/2020.

SEÇÃO DAS VIAS TÍPICAS



**CORTE B**  
VIA COLETORA DE MÉDIO PORTE

- . CAIXA DE VIA COM TOTAL DE 12m E LOTES COM AFASTAMENTO DE 5m COM MUITAS INVASÕES
- . NAS VIAS EXTERNAS: LOTES COM FRENTE DE 10m, USO DO SOLO CSIIIR 1 NO (NÃO OBRIGATÓRIO HABITACIONAL OU COMERCIAL) E ALTURA MÁXIMA DE 4 PAVIMENTOS

- . OS LOTES DAS QUADRAS COMERCIAIS TEM USO DO SOLO CSIIIR 1 (COMERCIAL OBRIGATÓRIO E HABITACIONAL FACULTATIVO) E ALTURA MÁXIMA DE 5 PAVIMENTOS

- . NAS VIAS INTERNAS: AS FRENTE DOS LOTES TEM 15m (LADO MAIOR DO RETÂNGULO), USO DO SOLO RO2 (OBRIGATÓRIO RESIDENCIAL E FACULTATIVO COMERCIAL) E ALTURA MÁXIMA 3 PAVIMENTOS

**CORTE C**  
VIA LOCAL (PEQUENO PORTE)

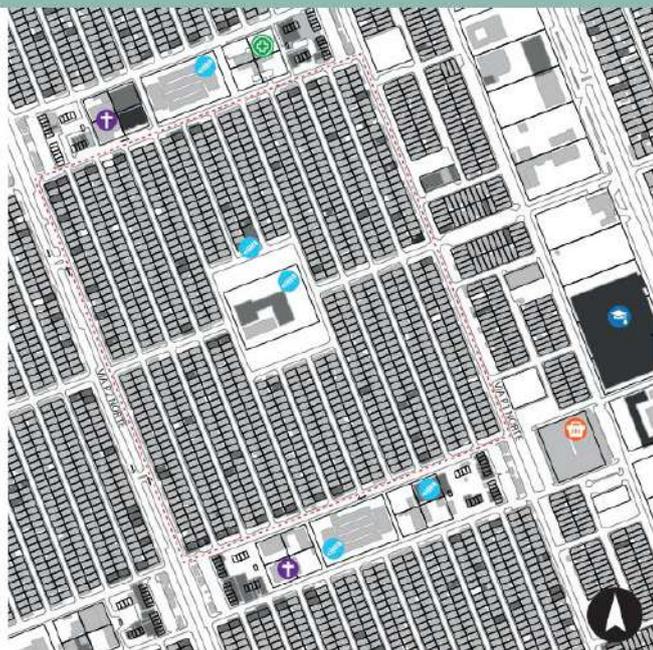
- . CAIXA DE VIA DE 7m DE MÃO DUPLA
- . LOTES COM FRENTE DE 10m E SEM AFASTAMENTOS (APENAS A MÍNIMA CALÇADA FRONTAL), ALTURA MÁXIMA DE 3 PAVIMENTOS
- . USO DO SOLO RO1, OBRIGATÓRIO RESIDENCIAL E FACULTATIVO COMERCIAL

Corte viário. Dezembro/2020.

VISÃO GERAL DA QUADRA ESCOLHIDA



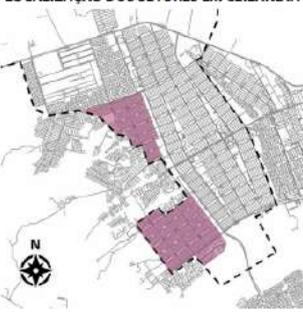
LOCALIZAÇÃO DA QNP13 NO SETOR P NORTE  
PRODUZIDO POR ELISA SOUZA E SOPHIA PASSOS A PARTIR DOS DADOS DA SEDUH, COM AUXÍLIO DO SOFTWARE QGIS.



- LEGENDA:
- EDIFICAÇÃO COM 1-2 PAVIMENTOS
  - EDIFICAÇÃO COM 3-5 PAVIMENTOS
  - EDIFICAÇÃO COM +6 PAVIMENTOS
  - LOTES REGISTRADOS (SEDUH)
  - ⋯ LIMITE DA QUADRA QNP 13
  - VIAS
  - CENTROS DE ENSINO
  - CENTRO UNIVERSITÁRIO (ESB)
  - FEIRA PERMANENTE (FIC) ANFIA
  - IGREJAS
  - CENTRO DE SAÚDE

MAPA URBANO QNP13 CEILÂNDIA - ESC: 1/5000  
PRODUZIDO POR ELISA SOUZA E SOPHIA PASSOS A PARTIR DOS DADOS DA SEDUH, COM AUXÍLIO DO SOFTWARE QGIS.

Usos P Sul. Dezembro/2020.

CEILÂNDIA	SETORES: P SUL E P NORTE	ANO DO PROJETO: 1979
<p><b>LOCALIZAÇÃO DOS SETORES EM CEILÂNDIA</b></p>  <p><b>MALHA URBANA</b></p> 	<p><b>LIMITES P NORTE:</b> Nova RA Sol Nascente/Pôr-do-Sol a Oeste e Sul, Bairro Ceilândia Oeste a Leste e Expansão do Setor O a Norte.</p> <p><b>LIMITES PSUL:</b> Área de Proteção Ambiental ao Sul, nova RA Sol Nascente/Pôr-do-Sol a Oeste e Norte, Bairro Guariroba ao Leste.</p> <p><b>QUARTEIRÃO:</b> Retangulares com grande comprimento. Para facilitar o percurso dos pedestres, o projeto indica um ou dois espaços de passagem por quarteirão.</p> <p><b>VIAS:</b> Traçado viário regular com hierarquia bem definida. As vias locais são conectadas nas duas pontas a vias de maior porte, não há ruas sem saída.</p> <p>Vias locais internas com 7m, as casas tem o mínimo de afastamento (tamanho da calçada frontal).</p> <p>Vias coletoras de médio porte também tem 7m, mas com afastamento de 5m dos lotes (nesses casos, a frente dos lotes é o lado maior do retângulo), que muitas vezes não é respeitado.</p> <p>Vias coletoras de grande porte como a P2 Norte tem 25m, canteiro central e afastamento de 5m dos lotes (de cada um dos lados), que muitas vezes não é respeitado.</p> <p><b>ESPAÇOS ABERTOS:</b> Áreas livres públicas no centro da Unidades de Vizinhança, geralmente junto a um equipamento público.</p>	<p><b>TRAÇADO URBANO:</b> Traçado ortogonal, reticulado. Unidade de Vizinhança quadrangular (formada pela organização das quadras ao redor de uma área livre ou equipamento público) delimitada por quadras comerciais nas laterais.</p> <p><b>LOTES:</b> Lotes geminados com fundos virados para fundos de outros lotes. Lotes retangulares com área média de 150m<sup>2</sup> (10x15m, geralmente com frente no lado menor).</p> <p><b>USOS:</b> Predominante RO 1 e RO 2, residencial obrigatório com permissão para atividades comerciais, com altura máxima de 3 pavimentos.</p> <p>Usos CSIR 1 e CSIR 1 NO para os lotes com frente para vias coletoras que delimitam as quadras, comercial obrigatório ou facultativo com altura máxima de 4 pavimentos.</p> <p>Área destinada a equipamentos públicos institucionais no centro da Unidade de Vizinhança, altura máxima de 5 pavimentos.</p> <p><b>PADRÕES DE OCUPAÇÃO:</b> Nota-se na evolução urbana que os becos foram transformados em lotes residenciais que, em geral, ocupam 100% do lote e muitas vezes apresentam duas construções distintas. Lotes conectados às vias de maior porte muitas vezes possuem extensões que invadem a área pública, e são os mais prováveis a apresentar unificação de lotes.</p>

Quadro geral P Norte e P Sul. Dezembro/2020.